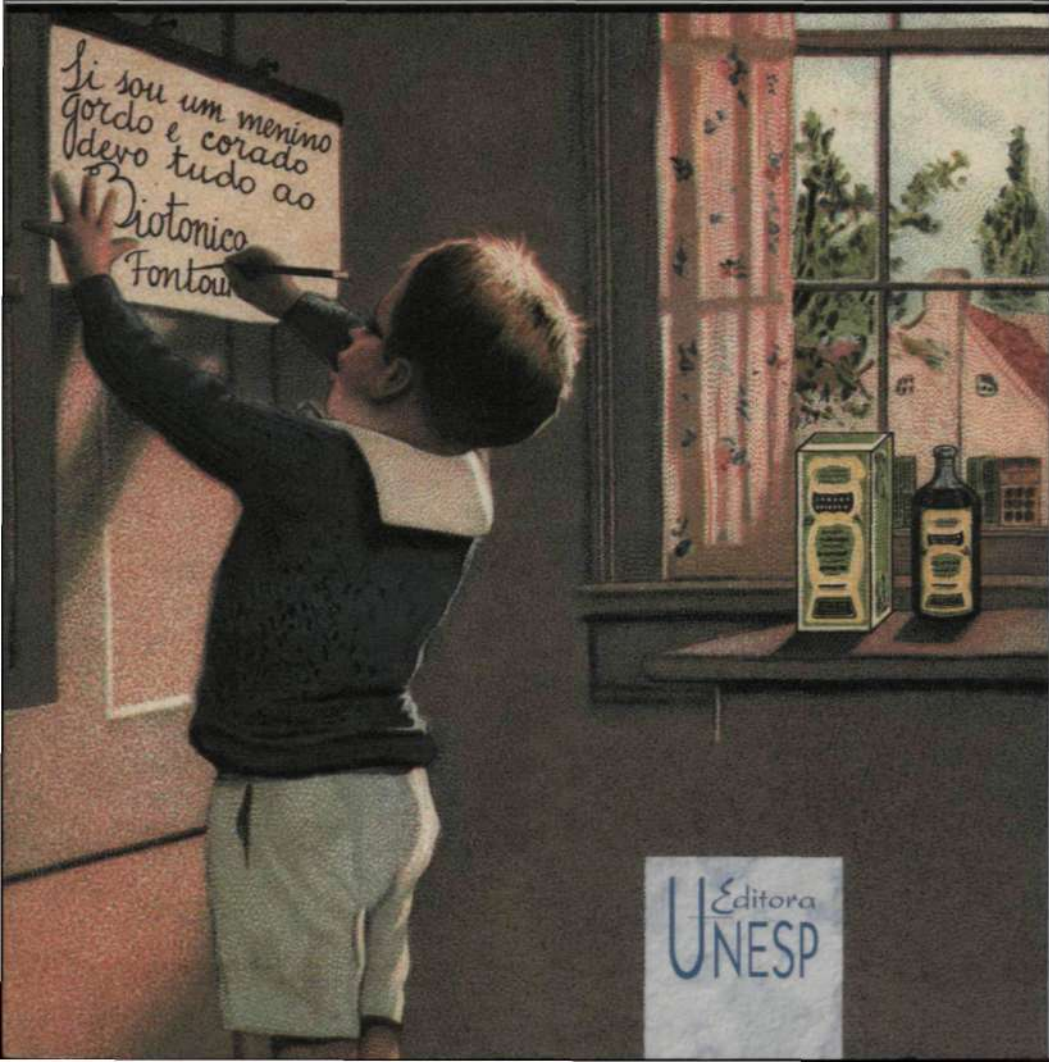
Tania Regina de Luca

A *Revista do Brasil*:
Um Diagnóstico para a (N)ação

Este trabalho de Tania Regina de Luca não é simplesmente uma análise sobre a *Revista do Brasil*, nas décadas de 1910 e 1920. É mais que isso, pois a abordagem dos temas escolhidos lhe permite compor um amplo quadro de reflexão sobre questões fundantes da política e da cultura brasileiras.

A historiografia consagrou o período do modernismo brasileiro como um dos momentos mais extraordinários da criatividade nacional, tomando como marco a Semana de Arte Moderna de 1922. Em contraposição, relegou os anos anteriores a um limbo de estagnação, mediocridade e superficialidade, tanto no que se refere à produção literária como ao ambiente cultural em geral. Tania de Luca mostra como esse discurso, aceito pela historiografia contemporânea, foi construído pelos próprios modernistas, que se viam como os arautos da inovação e da modernidade, e descobre, na *Revista do Brasil*, um universo de idéias extremamente rico e interessante.

O período estudado vai de 1916 a 1925, considerado como o da primeira fase da publicação. Fundada e editada por Júlio de Mesquita, em 1918 sua direção passa para as mãos de Monteiro Lobato, que promove uma maior diversidade do grupo que se integra ao projeto editorial.

A questão da Nação atravessa os números dessa fase. Partindo em busca de seus fundamentos, características e especificidades, seus articulistas percorrem a história, a geografia, a literatura, a gramática e a filologia, imbuídos de instrumental analítico embasado nas idéias positivistas, deterministas, evolucionistas e social darwinistas. "As múltiplas representações produzidas procuravam, por meio da relativização e reinterpretação de matrizes provenientes do exterior, divisar um amanhã promissor para um país mestiço e tropical que parecia fadado à incompletude."

A revista se propunha refletir sobre a "realidade" nacional e apresentar um diagnóstico dos problemas que a afligiam. Pretendia também encontrar saídas para que – na perspectiva de seus articulistas – o país pudesse enfrentar a crise em que estava mergulhado, e vislumbrar um futuro mais promissor.

Ao fazer uma incursão pelas grandes temáticas percorridas pela revista – história e geografia, etnia, ciência e língua – a autora mostra que da explicação do passado nascem as propostas para revalorizar e edificar a cultura nacional do presente. Mas, nesse caminho, os articulistas conferem a São Paulo um lugar de destaque, pois, segundo eles, os melhores atributos da nacionalidade deviam ser creditados aos paulistas. Assim, a solução para o Brasil era elevar o restante do país à condição de São Paulo. Ali era possível detectar um presente que, alicerçado no passado glorioso responsável pelo alargamento das fronteiras nacionais, se constituía exemplo encorajador de prosperidade econômica. São Paulo era o modelo de progresso que devia ser perseguido pelo Brasil. Apon-

A *REVISTA DO BRASIL:*
UM DIAGNÓSTICO
PARA A (N)AÇÃO

A REVISTA *DO BRASIL:* UM DIAGNÓSTICO PARA A (N)AÇÃO

TANIA REGINA DE LUCA

Iª Reimpressão

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP

Praça da Sé, 108
01001-900-São Paulo-SP
Tel.: (011) 232-7171
Fax: (011)232-7172
Home page: www.editora.unesp.br
E-mail: feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

De Luca, Tania Regina
A *Revista do Brasil:* um diagnóstico para a (N)ação/Tânia Regina de Luca. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. - (Prismas).

Bibliografia.
ISBN 85-7139-215-3

1. Brasil-História-Historiografia 2. Cultura-Brasil 3. Periódicos brasileiros - História e crítica 4. Revista do Brasil I. Título. II. Série.

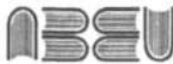
98-4185 CDD-306.420981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Periódicos culturais: História: Sociologia do conhecimento 306.420981
2. Cultura brasileira: História: Brasil: Sociologia do conhecimento 306.420981
3. Revista do Brasil: Vida intelectual: Brasil: Sociologia do conhecimento 306.420981

Este livro *é* publicado pelo
Projeto Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP -
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP (PROPP)/
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de Ainértca latina y el Caribe

Associação Brasileira de editoras Universitárias

Para Marcos e Mariana

O Brasil ainda é uma horta, Rangel, e em horta, o que se quer são cebolas e cebolorios, coentros e couves tronchudas, tomates e nabo branco chato francês. Não somos ainda uma nação, uma nacionalidade. As enciclopédias francesas começam o artigo Brasil assim: *"Une vaste contrée..."*. Não somos país, somos região. O que há a fazer aqui é ganhar dinheiro e cada um que viva como lhe apraz aos instintos.

Monteiro Lobato
(1882-1948)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi originalmente apresentado como tese de doutoramento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Gostaria de expressar meus agradecimentos à banca examinadora, constituída pelas professoras doutoras Anna Maria Martinez Corrêa, Annatereza Fabris, Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Coelho Prado, pela leitura rigorosa. A professora Maria de Lourdes Monaco Janotti devo muito mais do que a orientação segura.

PREFACIO

O estudo de publicações periódicas tem atraído a atenção de pesquisadores interessados no conhecimento e na avaliação da produção intelectual de determinados períodos de nossa história. Por suas características próprias, essas publicações seqüenciais podem proporcionar ao estudioso as possibilidades de vislumbrar quais seriam os temas de interesse na época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e quem eram seus leitores.

A escolha da *Revista do Brasil,* enquanto veículo condutor de idéias de um grupo, como parâmetro para o conhecimento da realidade histórico-social do momento de sua produção, enquadra-se nessa perspectiva representando um grande desafio ao pesquisador, desafio este que a autora enfrentou e superou, ao apresentar um trabalho exemplar.

Conforme a autora relata, a revista teve um longo percurso, do qual o livro trata da primeira fase, de 1916 a 1925, tendo sido analisados 113 volumes. Em sua leitura, Tania dirige suas atenções para a *questão nacional,* tema que tem um significado especial para esse momento histórico, no qual esteve presente a celebração do centenário da Independência. A proximidade da efeméride provocou a discussão da questão da nacionalidade. No âmbito internacional, os acontecimentos que envolveram o mundo numa guerra de grandes proporções incitaram igualmente

outros questionamentos. Foram projetados, então, alguns temas, em torno dos quais aglutinaram-se autores dispostos a expor suas idéias. Tais autores, reunidos na *Revista do Brasil,* estiveram identificados com a intelectualidade paulista liderada especialmente Júlio de Mesquita e, posteriormente, Monteiro Lobato.

A considerar o tema, objeto das atenções dessa análise, a nação, a autora situa as proposições em torno de quatro linhas fundamentais - História e Geografia, Etnia, Ciência e Língua - como elementos definidores daquele objeto. Tania procura identificar a autoria da revista, abrindo sua análise para uma percepção de um projeto político-cultural. Além disso, faz um percurso pela história editorial durante o qual sua narrativa informa ao leitor as condições da produção, da atuação de seus editores e as reações dos leitores.

A partir da seleção desses temas inicia um trabalho de análise dos artigos produzidos respaldando-se em rica bibliografia, com a qual dialoga e complementa sua fala. Utiliza, dessa forma, uma metodologia pela qual analisa os textos em questão, aponta para uma série de outros temas sugestivos para novas investigações e faz quase que um balanço do estado atual da produção científica em cada caso, sem perder de vista, no entanto, o fio condutor.

Além da contribuição de sua análise, seus comentários de pé de página e informações bibliográficas configuram a presença simultânea de dois trabalhos - o primeiro, resultante da análise dos textos selecionados e da ação editorial; e, o segundo, resultado do diálogo com a bibliografia e as fontes de referência. Assim, o leitor tem em mãos preciosas referências aos temas em discussão. Uma outra perspectiva que o trabalho oferece ao leitor é a da documentação gráfica, a apresentação de imagens, com reproduções de capas da revista, da composição de seus sumários, ilustrações etc. A bibliografia final descreve o percurso das edições trabalhadas.

As linhas escolhidas, e que dão o direcionamento da análise da visão de nação, estão plenamente encaixadas no desenho de um projeto político-cultural. Desde o nome da revista - *Revista do Brasil* -, projeto de intelectuais paulistas, com o objetivo de tratar de seu país, em sua totalidade voltado para a busca das origens,

ressaltando o alcance da ação de São Paulo, fundamentada na sua história e na sua economia. Nesse sentido, essa visão se aproxima muito do projeto dos republicanos paulistas, produto de políticos propondo soluções nacionais.

A leitura da *Revista do Brasil* é reveladora de uma intelectualidade cuja produção ocorre num período de crescente urbanização e industrialização, com uma ação marcante de novos agentes sociais, estando presente uma concepção de modernidade. O livro, a par de nos proporcionar uma visão dessa intelectualidade que viveu e registrou momentos do modernismo, contém informações importantes a respeito de nossa história editorial, além de apresentar uma proposta de método de análise histórica de publicações periódicas. Ao restringir a análise à fase inicial da revista, Tania de Luca cria a expectativa de continuidade para *A* Revista do Brasil: *um diagnóstico para a (N)ação.*

Anna Maria Martinez Corrêa

São Paulo, janeiro de 1999.

SUMARIO

INTRODUÇÃO

Quando da flor passarmos ao fruto, é que se poderá estimar a missão histórica da geração nascida na República ou pouco antes. É a geração da cultura geral e da especialidade, a que ausculta o Brasil, a que lhe estuda a geografia humana e a história social. Nas outras, as que floriram do Primeiro Império até os últimos anos de agora, há espécimes notáveis, personalidades de relevo e de valor real, mas esparsas, sem conjunção, desarticuladas. A nova é um todo: ama-se e compreende-se; tem idéias e quer lutar por elas ... quer lutar contra os males, os maus hábitos, o mau ensino, as más organizações, o parasitismo, os vícios ... quer levar todo o Brasil ao trabalho, à confiança em si mesmo, ao balanço das suas virtudes e das suas misérias, à lenta e enérgica terapêutica do seu organismo gigante mas doente ... É a geração que nasceu pobre, porque os pais não tiveram escravos e, por isto mesmo que não contou com o trabalho alheio, é a primeira que *vive por si*, a que veio mostrar a assombrosa capacidade do brasileiro para a vida. E a geração que ... cogita da volta da alma brasileira aos seus hábitos tradicionais

> de austeridade sadia e de rigidez de caráter ... Outro traço que distingue a nova da velha mentalidade é que os nascidos em 1860 queriam ser tidos como notabilidades, como homens bem-falantes, como gente de brilho e bom tom, e a nova mais se esforça por *saber* realmente e por *valer* por si, sem os enganos da opinião condescendente e conquistável. Daí a conseqüência prática: na velha geração houve e há *capacidades*, na jovem *competências*. (MIRANDA, P. de. A nova geração. *RBR*, v.21, n.81, p.82-3, set. 1922, grifos no original).

A intelectualidade do início do século XX obstinadamente refletiu sobre o Brasil, intentando abarcar sua especificidade. Desse esforço resultou um amplo conjunto de representações que instituíam problemas, imaginavam soluções e acalentavam diferentes sonhos e projetos de futuro. A análise das várias interpretações produzidas permite divisar os parâmetros a partir dos quais essa intelectualidade elaborava sua visão de mundo, o arsenal analítico que manejava e a missão social e política que se auto-atribuía.

Em determinados períodos, marcados por conjunturas de crise, transformação ou ruptura, esse debruçar-se sobre o país torna-se quase uma compulsão. A busca dos elementos fundantes da nação, a construção de uma identidade capaz de particularizá-la no confronto com o outro, o esforço para compreender a natureza de sua inserção no contexto internacional e para perscrutar potencialidades a serem concretizadas no futuro, parecem ganhar um sentido novo.

Octávio Ianni (1992, p.8) privilegiou três momentos - Independência, Abolição e República, Revolução de 1930 - a partir dos quais "o Brasil foi pensado de modo particularmente abrangente". Ainda que não haja unanimidade quanto à escolha, seria possível argumentar em favor da inclusão, por exemplo, dos anos 20 ou da década 1954-1964; poucos discordariam que em todos esses momentos a intelectualidade outorgou-se a capacidade de

explicar a *realidade nacional* e de propor projetos que (re)colocariam o Brasil nos trilhos.

Trem, velocidade, trilhos - potentes símbolos da modernidade, do progresso e da racionalidade burguesa - foram mobilizados, especialmente no início do século XX, não em sua positividade, mas enquanto imagens síntese do que nos faltava. As metáforas do descarrilamento, deriva ou descaminho eram recorrentes nos ensaios que procuravam dar conta da nossa situação. A idéia de que o país perdeu-se em alguma parte do caminho - teria alguma vez pego a estrada correta? - trazia subjacente a concepção de que ele carecia de bons condutores, esclarecidos e informados quanto aos rumos a seguir (Capelato, 1989, p.139-41), pré-requisitos dotados de um caráter nitidamente desqualificador e excludente. Tais imagens também foram utilizadas para reivindicar e ou justificar a necessidade de um dirigente forte, apto a agir pronta e decisivamente, o que de qualquer modo não dispensava a existência de um programa.

Assim a elite intelectual apresentou-se, em diferentes momentos, investida da missão de revelar a verdadeira face da nação e de traçar as suas linhas de força para o futuro. O credenciamento para a tarefa proviria de uma suposta qualificação para desvendar as regras de funcionamento do social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação. Tal direito sempre lhe pareceu algo evidente, que dispensava qualquer tentativa de justificação.

Na historiografia brasileira a geração de 1870, assim como os integrantes de 1922, estão particularmente associados às idéias de transformação, ruptura e modernidade: Abolição, República e Escola do Recife de um lado; tenentismo, comunismo, revolução estética de outro. Esses eventos emblemáticos, que condensam múltiplos significados e sentidos, acabaram por se tornar marcos periodizadores da nossa história.

A chamada geração de 1870 talvez tenha sido a que realizou de maneira mais acabada os projetos de que se considerava imbuída. A derrocada da ordem monárquico-escravista está intimamente associada a nomes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Alberto Sales, Miguel Lemos, Silva Jardim, Clóvis Beviláqua, entre outros. Se nem todos estiveram sempre do mesmo lado no campo de bata-

lha - basta lembrar as convicções monarquistas de Nabuco - eles contribuíram, cada um à sua maneira, para o legado da geração.

Já os nomes de Tobias Barreto, Silvio Romero, Rui Barbosa, José Veríssimo, Araripe Júnior são especialmente lembrados quando se trata de dar conta das transformações culturais do período. Numa passagem bastante citada, mas que nem por isso perdeu sua força, Romero sintetizou, trinta anos depois, o significado do decênio 1868-1878:

> Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz... De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu com toda sua nudez... Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na prosa e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo se agitou e o brado de alarma partiu da escola do Recife. (Romero, 1900, p.XXII-XXIV)

Apesar de colocar em questão não apenas o pioneirismo mas até mesmo a existência de uma escola de pensamento no Recife, José Veríssimo traçou para o período um quadro muito semelhante ao de Romero, tendo cunhado o termo *modernismo* para caracterizar as idéias em voga (Veríssimo,1969). Outros contemporâneos também tomaram 1870 como um ponto de inflexão na vida cultural brasileira. Clóvis Beviláqua referiu-se a "uma transformação de nossa mentalidade" graças à qual "a grande ciência européia começou a cair mais francamente sobre nós" (Beviláqua, 1899, p.83) e Araripe Júnior afirmou ter sido numa conferência de Tobias Barreto, datada do final dos anos 1860, que ele, então aluno da Faculdade de Direito do Recife, soube "pela primeira vez que havia um Darwin e um Haeckel" (Araripe Júnior, 1899, p.xlvi).

Comte, Darwin, Buckle, Haeckel, Littré, Noiré, Taine e Renan tornaram-se referências obrigatórias e acabaram por substituir Cousin, Maine de Biran e Jouffroy. As novas doutrinas, ancoradas numa cosmovisão laicizada, forneciam chaves para a compreensão do mundo material e social. Munida desse instrumental, a elite pensante nacional releu o país segundo os novos parâmetros e acabou tomada por um sentimento de urgência que a compelia a engajar-se na ação. Sevcenko (1989, p.80) foi ao cerne da questão ao afirmar que os intelectuais de 1870 "tendiam a considerar-se não só como agente dessa corrente transformadora, mas como a própria condição perspícua do seu desencadeamento e realização". Lançaram-se à luta denunciando o imobilismo do Império, a ausência de democracia e de partidos, a escravidão, o atraso econômico do país, o analfabetismo, enfim como afirmou Barreto, já na nova terminologia, "os mil fenômenos patológicos do organismo social brasileiro" (apud Lima, 1957, p.57).

No campo político-social, Abolição, República, Federalismo e Democracia constituíam-se em palavras de ordem que condensavam programas, idéias, desafios e aspirações capazes de amalgamar os homens da época. A maioria bateu-se por essas reformas e teve a grata satisfação de vê-las realizadas. É certo que o júbilo foi logo interrompido pelo rumo dos acontecimentos. Alguns protagonistas, consternados, deram-se conta de que aquelas transformações não implicavam necessariamente na redenção imaginada.[1] Proliferaram então lamentos do tipo *essa não é a República dos meus sonhos.* A decepção, porém, não ofuscou o brilho dos feitos

1 Em 1892 FARIAS BRITO (1966, p.45) assim se referiu à queda da monarquia: "Quando em 1889 retirei-me do Ceará com destino ao Rio de Janeiro, havia resolvido abandonar para sempre a política ... Estava no Rio, pensando em matricular-me na Escola Politécnica, quando foi proclamada a República. Esse fato produziu sobre meu espírito impressão tão profunda que cheguei a desistir de uma resolução que supunha inabalável. Vi que ia entrar o país numa era de grandes reformas e edificantes construções. Acreditei que iam ser realizadas todas as promessas sonhadas pelos propagandistas da República. Considerei tão solene o momento que cheguei a apaixonar-me por ela, pensando que nenhum cidadão deveria conservar-se estranho às agitações, que deviam manifestar-se".

e os homens de 1870 têm sido devidamente festejados e agraciados pela historiografia.

Não sem motivos a mesma postura reverenciai foi adotada em relação à 1922, data carregada de dramaticidade e peso simbólico. Esse foi o ano do Centenário da Independência, da fundação do Partido Comunista e do Centro Dom Vital, de orientação católica, da Semana de Arte Moderna e do episódio do Forte de Copacabana, marco inicial do tenentismo.

Estabeleceu-se uma associação tão poderosa entre 1922 e a idéia de novo que qualquer afirmação em contrário parece desconcertante. Exemplar, nesse sentido, é a perplexidade inicial de Silviano Santiago ao ser convidado a abordar a tradição dentro do discurso modernista:

> este não é um dos meus tópicos favoritos, como não o é para a maioria das pessoas que foram formadas pelo que é considerada - hoje - a tradição modernista. A nossa formação esteve sempre configurada por uma estética da ruptura, da quebra, por uma destruição consciente dos valores do passado... Esse tipo de estética - da ruptura, do desvio, da ironia e do sorriso, da transgressão dos valores do passado - é que tem direito de cidadania, por assim dizer, na revalorização dadaísta por que passou o modernismo desde 1972... Ora, de repente, sou chamado para falar do discurso da tradição *tout court* dentro do modernismo... Mas sempre me agrada pensar aquilo que até então não tinha pensado. (1989, p.94-5)

Entretanto se, por um lado, a historiografia tem sido benevolente com os personagens da geração de 1870 e com os artífices de 1922, o mesmo não pode ser dito em relação aos indivíduos que viveram comprimidos entre os feitos dos primeiros e o ímpeto renovador dos segundos. Talvez nada expresse melhor esse desprezo do que o fato de lhes haver sido subtraído até mesmo o direito a um nome próprio: foram rotulados, *a posteriori* e a partir de uma perspectiva externa, de pré-modernos, numa assunção explícita de incapacidade de atribuir essência própria ao período.

Observe-se ainda que a expressão, cunhada por Alceu Amoroso Lima, comporta não apenas a idéia de anterioridade espaço-

temporal como também a noção, herdada do evolucionismo, de algo menor, inferior, incompleto e que precede o pleno desabrocham Apesar de meritórios, os esforços para delimitar semanticamente o prefixo tem sido de eficácia duvidosa, uma vez que o seu conteúdo negativo é tão marcante que acaba por prevalecer e impregnar as análises (Bosi, 1966, p.11).

Bastante reveladora é a predominância dos termos estagnação, esterilidade, superficialidade, vulgaridade, frivolidade, esgotamento para caracterizar não apenas a literatura da época mas o ambiente intelectual e a produção cultural como um todo. Obviamente não se trata de polemizar com as análises centradas na ótica exclusivamente literária, nem tão pouco negar a existência ou subestimar a importância e o significado da vanguarda estética surgida nos anos 20 em prol dos antecessores, mas de submeter o período a uma avaliação que não tome por guia as verdades que o modernismo produziu.

A visão a respeito das décadas imediatamente anteriores a 1922 tem sido determinada, em larga medida, pelo discurso dos modernistas: suas opiniões, testemunhos e análises, não raro deslocadas e isoladas do seu momento de produção, foram tomadas como parâmetro de avaliação da época. A luta entre os ditos passadistas e os modernos, travada pela hegemonia no campo intelectual, foi subestimada - quando não esquecida - resultando daí uma homogeneização que apaga diferenças de intenções e estratégias, permitindo lançar todos os inimigos em vala comum.

Os historiadores, a quem em parte caberia a tarefa de questionar linearidades simplificadoras, tiveram sua atenção quase que monopolizada pelas questões políticas e sociais: fissuras no interior da oligarquia; emergência do exército como força política; fortalecimento do movimento operário e de suas organizações; crescimento das camadas médias urbanas; enquanto as problemáticas associadas à história intelectual e cultural, quer em sua versão tradicional de uma história das idéias, quer incorporando as novas abordagens inspiradas pela antropologia simbólica e pela teoria literária, permaneceram em segundo plano. A versão elabo-

rada pelos novos detentores do poder no campo cultural foi aceita de bom grado pela historiografia, que prestou importante colaboração no sentido de consagrar a voz de um no lugar da fala de muitos.

Contudo, a coerência e o equilíbrio desse quadro vem sendo perturbados - já há algum tempo - em mais de um sentido. O trabalho de Flora Sussekind (1987) explorou, do ponto de vista estético, novas perspectivas para a análise das obras produzidas entre o final de 1880 e a década de 1920. Abandonando o hábito de retirar do anonimato este ou aquele autor, a ensaísta percorreu crônicas, poesias e obras de ficção da época em busca de seus atributos próprios. Pôde então destacar como marca distintiva as diferentes modalidades de relacionamento dessa produção com a paisagem técnico-industrial que então se delineava.

A partir das últimas décadas do século passado Rio de Janeiro e São Paulo, pólos dinâmicos da economia nacional, conheceram um intenso processo de urbanização que alterou profundamente a fisionomia dessas cidades: crescimento populacional; surto industrial; instalação de serviços de utilidade pública como energia elétrica, transportes, telégrafos, redes de água, esgotos e gaseodutos; criação de uma infra-estrutura ferroviária e portuária; bancos; casas de importação e exportação; companhias de navegação; seguradoras. Pereira Passos e Antonio Prado, tal como Haussaman, derrubaram, despejaram, higienizaram, construíram, abriram avenidas e por fim dissiparam, pelo menos em parte, o ar provinciano que caracterizava a atmosfera local. A trajetória paulistana foi particularmente marcante, pois em algumas décadas a cidade abandonou o seu modesto décimo segundo lugar entre as congêneres brasileiras para galgar à segunda posição.

Os emblemas da modernidade não se expressavam apenas nas grandes obras públicas, antes impregnavam o cotidiano povoando-o com novos artefatos, maravilhas da ciência que de forma sutil, porém definitiva, inauguravam uma outra sensibilidade, alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais. Bondes, carros, trens, aviões, telefones, fonógrafos, gramofones,

cinematógrafos impunham outra dinâmica à vida, encurtavam distâncias, transformavam os modos de percepção, esfumaçavam as fronteiras entre o real e o fictício.

Tempo e espaço deixaram de ser percebidos como absolutos não apenas pela física einsteniana - domínio insondável para os não iniciados - mas na experiência diária, marcada pelo ritmo apressado, impaciente e nervoso das metrópoles nascentes. O passar das horas não deveria ser contemplado, mas tornado útil, comprimido e racionalizado, enquanto o espaço, distância a ser vencida com a maior brevidade possível, fundia-se num embriagante contínuo de imagens que desfilavam sobrepostas graças aos efeitos da modernidade.

O esforço de Sussekind caminhou para estabelecer de que maneira os escritores brasileiros do período responderam, do ponto de vista da técnica literária, a esses artefatos industriais e às novas condições de produção e reprodução de bens culturais. Dessa perspectiva foi possível reler autores e obras segundo as diferentes respostas elaboradas no âmbito dos procedimentos literários, dotando-os de uma autonomia que prescinde do *pré* on *pós* alguma coisa.

De outro modo, os estudos a respeito da condição social da intelectualidade *pré-modema*, aspecto também enfocado - ainda que secundariamente - pela autora, tem se constituído em outro importante ponto de tensão para o discurso elaborado pelos integrantes de 1922. Nesse âmbito a contribuição tem vindo menos da história do que da sociologia.

Machado Neto em sua obra *Estrutura social da República das Letras* (1973) selecionou sessenta intelectuais representativos do período 1870-1930 e realizou uma análise comparativa de seus dados biográficos, o que lhe permitiu agrupá-los segundo diferentes critérios: o ecológico (escritores nacionais, da corte, da província ou região e do município); o comportamento social (boêmios, dândis); a capacidade de agregação (isolacionistas, grêmios); o êxito socioliterário (obscuros, estrelas); o grau de especialização (monógrafos, polígrafos), além de havê-los distribuído em gerações.

Apoiado em ampla e variada documentação, o autor procurou dar conta das origens sociais da intelectualidade, sua formação, o impacto da profissionalização e as estratégias mobilizadas para enfrentá-la; o público que dispunham; as instituições e agremiações que criaram, bem como a sua atuação e funcionamento; as vias que levavam à consagração ou ao ostracismo; as disputas e fissuras intramembros. Trata-se de uma sociologia da vida intelectual que traz à tona um rico panorama da época que em nenhum momento coaduna-se com um suposto amorfismo, típico de um período de estagnação.

Nicolau Sevcenko (1989) também elegeu os homens de letras como tema e, à semelhança de Machado Neto, analisou o aspecto palpável, visível da instituição literária, ou seja livros, editoras, livrarias, academias, empórios e público, reconstituindo o ambiente intelectual e a atmosfera cultural reinantes nas duas primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro. Contudo foi além na medida em que adentrou a produção da época para, a partir dela, elucidar "quer as tensões históricas cruciais do período, quer os seus dilemas culturais" (p.246-7). O autor estabeleceu um primeiro corte entre a geração de 1870 e seus sucessores, que se viram despojados de um projeto coletivo, distanciados das decisões políticas e tendo ainda que enfrentar os dissabores provenientes da profissionalização.

Detectou ainda outras clivagens, ensejadas pelas diferentes formas de vivenciar, enfrentar e inserir-se nas novas condições históricas, o que lhe permitiu delinear o grupo dos vencedores, que desfrutavam de prestígio, e o dos derrotados. Esses últimos, por sua vez, foram subdivididos em resignados, que aceitavam a sua sina, e os inconformados, reformistas e engajados que pretendiam fazer de suas obras um instrumento de ação e de transformação.

A análise comparativa da trajetória de vida e da produção de Euclides da Cunha e Lima Barreto, ambos herdeiros da tradição de 1870, alijados da política, comprometidos com as questões do seu tempo, mas com leituras antagônicas em pontos cruciais, atesta o caráter não monolítico da tipologia apresentada. Assim, ao privilegiar a literatura como fonte para a compreensão das ten-

sões sociais da Primeira República, Sevcenko também colaborou no sentido de tornar menos espesso o véu homogeneizador que encobre o período.

Entretanto, um dos primeiros a insurgir-se, de maneira clara e direta, contra as concepções dominantes a respeito do período pré-1922 foi Sérgio Miceli (1977). Num ensaio instigante e provocador ele afirmou, em tom de denúncia, que foi nas décadas iniciais desse século que:

> se desenvolveram as condições favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em conseqüência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação. Expurgar esse momento de expansão do campo intelectual no Brasil, relegar os produtores da época tachando-os de "subliteratos", tratar suas obras segundo critérios elaborados em estados posteriores do campo, em suma transformá-los numa espécie de lixo ideológico, como o fazem certas correntes que não obstante não tem mais quase nada em comum, é o mesmo que desconhecer as condições sócio-históricas em meio das quais se constitui o campo intelectual sob cuja vigência estamos vivendo. (p.13-4)

Essa problemática, inspirada na teoria dos campos de Bourdieu, tem norteado a sua obra, que pode ser encarada como desdobramentos, cada vez mais refinados, do núcleo inicial.

No livro *Intelectuais e classe dirigente* (1979) Miceli procurou esclarecer como se constituiu um campo intelectual no Brasil, o que o levou a deter-se no período 1920-1945. A profissionalização da atividade intelectual, em curso desde o final do século XIX, já era um fato nos anos 20, momento em que se aprofundaram as cissões nos quadros dirigentes. O autor tomou a crise oligárquica enquanto fator de expansão do mercado de trabalho intelectual, mostrando que até 1937 a proliferação de ligas, facções, partidos, entidades e centros de todas as colorações políticas alargou a demanda por indivíduos aptos a contribuir no trabalho de legitimação das pretensões hegemônicas acalentadas por diferentes grupos.

Tornaram-se então evidentes os laços que atavam os vários setores da elite pensante aos diferentes projetos em luta pelo controle do cenário político. Ainda mais, a análise deu conta da historicidade do processo à medida em que acompanhou o rumo dos acontecimentos - por exemplo, a derrota amargada pelos liberais paulistas em 1932 - esclarecendo os vários reordenamentos de força, fato que para alguns implicou a necessidade de rever e ou refazer antigas opções.

O crescimento do setor editorial, apesar de marcante ao longo do período, não permitiu aos intelectuais, de acordo com Miceli, dispensar o manto do Estado. A presença do poder público nos mais variados setores, tendência que se acentuaria poderosamente nos anos 30, foi acompanhada pelo surgimento de uma elite burocrática recrutada, pelo menos em tese, segundo critérios de competência atestados por diplomas universitários.

Assim se os anatolianos - designação dada pelo autor aos intelectuais típicos da República Velha - eram "polígrafos que se esforçavam por satisfazer a todo tipo de demandas que lhes faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia, sob a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais etc." (p.131), respondendo a necessidades diversas impostas por um campo relativamente indiferenciado, o mesmo não pode ser dito em relação aos servidores da era Vargas, um conjunto de técnicos e especialistas, que realizava tarefas concernentes à sua área de formação, mas que nem por isso deixava de comportar uma escala de dependência que atingia, em certos casos, a subserviência absoluta.[2]

Miceli não se preocupou apenas em discernir as diferentes posições ocupadas pela intelectualidade no seu campo, questionou também a origem social desses indivíduos, constatando a predominância dos filhos da oligarquia decadente. Inovou ao revelar

2 O relacionamento entre os intelectuais e o Estado, analisado por Miceli no terceiro capítulo, constituiu-se num dos pontos mais polêmicos da obra, como bem atesta o prefácio de Antonio Candido.

"a imbricação entre as determinações de classe que impelem à carreira intelectual e as demandas político-ideológicas que possibilitam a absorção dos efetivos ameaçados de serem despojados da classe dirigente" (ibidem, p.194). Contudo também aqui as mutações não foram menos significativas, assinalando-se a mediação, cada vez mais decisiva, dos trunfos escolares, mas que ainda assim não dispensava totalmente a rede de influências e relações sociais da família do postulante.

Não é mais possível, portanto, encarar os intelectuais do período enquanto grupo dotado de autonomia ou de uma lógica imanente. O trabalho de Miceli desvendou uma complexa rede de inter-relações entre poder político e elite pensante: pactos, interesses e vínculos encarados de maneira dinâmica. Desta perspectiva os tradicionais pontos de ruptura podem ser questionados ou redimensionados, como ocorre com a oposição anatolianos - modernistas, que perdeu tanto o seu caráter de irrupção, quanto sua propalada irredutibilidade.

A vanguarda dos anos 20, por sua vez, foi enquadrada noutra moldura, que evidencia seus grupos de sustentação, permitindo reler as cisões em função de alinhamentos políticos. Ao expor, sem cerimônias, as vinculações entre o trabalho intelectual e o poder Miceli tocou em questões incômodas e quebrou o pacto de silêncio que as cercava (Santiago, 1989, p.165-75). Forneceu uma visão límpida - e talvez por isso, no dizer de Antonio Candido, meio angustiada - da condição do intelectual no Brasil.

Do conjunto de obras emerge uma outra ordenação do período, menos familiar, pontilhada de arestas e capaz de tornar inverossímil uma lição que, até há pouco, se conhecia de cor. O presente trabalho faz eco aos esforços de reavaliação da história cultural das décadas iniciais do século XX. Não privilegia, porém, a questão estética, nem tão pouco elege como temas as origens da intelectualidade, seu grau de engajamento político ou suas ligações com o poder. Também não se trata de um estudo de caso que se atenha à trajetória e ao pensamento de um indivíduo, por mais representativa que sua obra tivesse sido.

O que se pretende é analisar as leituras que parte significativa da intelectualidade dita *pré-moderna* produziu a respeito do país,

identificando o que ela detectava como problema e quais as soluções que propunha para os *nossos males.* Noutros termos, trata-se de dar conta dos quadros de referência, dos modelos e categorias que organizavam a sua percepção. Se os nossos intelectuais sempre se consideram dotados de especial aptidão para dar conta do real, importa esclarecer não só os valores subjacentes às suas apropriações simbólicas, mas também ressaltar os grupos e interesses concretos aos quais elas se vincularam. Como assinalou Chartier (1990, p.17), "as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio", o que alerta para a necessidade de discernir sempre a posição de quem fala.

A desqualificação estética imposta pelos modernistas aos seus antecessores, resultado da posição hegemônica que passaram a desfrutar, acabou por projetar sua sombra sobre toda e qualquer produção dos derrotados, que por extensão passou a ser considerada indigna de atenção.[3] Entretanto, um olhar menos armado revela o enorme esforço despendido para tentar compreender o país e apontar caminhos. Os resultados, apesar de carregarem as marcas do seu tempo, fundaram explicações destinadas a longa vigência e acalentaram mitos que ainda conservam parte do seu fetiche.

Nessa tarefa a *Revista do Brasil,* mensário editado em São Paulo que na sua primeira fase circulou ininterruptamente entre

3 Segundo BOURDIEU, P., 1990, p.172-3, "o campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico. Em termos concretos, trata-se, por exemplo, das lutas permanentes que opõem as vanguardas sempre renascentes à vanguarda consagrada... Assim na França, desde a metade do século XIX, a poesia é o lugar de uma permanente revolução (os ciclos de renovação da escola dominante são muito curtos): os novatos, que são também os mais jovens, questionam o que foi contraposto pela revolução precedente à ortodoxia anterior (é o caso, por exemplo, da revolta dos parnasianos contra o 'lirismo' romântico)."

janeiro de 1916 e março de 1925, revelou-se uma fonte privilegiada. Principal publicação de caráter cultural da República Velha, a revista acolheu em suas páginas os nomes mais representativos da época, tendo desfrutado de enorme prestígio e ostentado uma longevidade rara para os padrões então vigentes.

Convém esclarecer que a *Revista do Brasil* ressurgiu em várias oportunidades. A falência de Monteiro Lobato em 1925 marcou o encerramento de sua primeira etapa, composta por 113 números. Assis Chateaubriand adquiriu a chancela da publicação e passou a editá-la no Rio de Janeiro. Durante a segunda fase, que durou pouco mais de quatro meses compreendidos entre os anos de 1926 e 1927, foram editados nove números. A publicação foi oficialmente dirigida por Plínio Barreto, Afrânio Peixoto, Alfredo Pujol e Pandiá Calógera. Porém o tom foi dado pelo redator-chefe, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Prudente de Moraes, neto, secretário *ad hoc.* A produção artística e a crítica açambarcaram a maior parte do espaço e a revista alinhou-se entre os periódicos modernistas da época, como *Terra Roxa* e *A Revista*, caracterizando-se pela busca de um caminho para a nacionalização da arte (Ikeda, 1975).

Em 1938 Chateaubriand relançou-a, entregando a direção ao historiador Octávio Tarquínio de Souza. Nota-se um esforço para resgatar algumas características da primeira fase. A capa voltou a ser praticamente idêntica à dos primeiros anos, estampando a afirmação *fundada em 1916.* A diversidade de assuntos; a preocupação com os problemas nacionais, encarados de uma perspectiva ampla, voltaram a ser a tônica e até mesmo certas seções da primeira fase ressurgiram. Ainda que o periódico estivesse inserido num contexto histórico e num clima cultural bastante diverso do período 1916-1925, não há como negar certos pontos de contato com os anos iniciais. A publicação circulou até 1943, perfazendo um total de 56 números.

Em 1944, com a direção de Frederico Chateaubriand e a presença de Millôr Fernandes na secretaria, a revista renasceu por um curto período. Bastante modificada tanto no seu formato, agora semelhante à americana *Seleções;* quanto no seu conteúdo, leve e recheado de humor, não conseguiu agradar o público, tendo sido

editados apenas três números (Silva, 1985). Transcorridas quatro décadas, a *Revista do Brasil* ressurgiu sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e da RIOARTE. Doze números foram publicados entre 1984 e 1990, alguns monográficos, mas sem periodicidade regular.

Surpreendentemente, o periódico não tem merecido atenção dos historiadores, a despeito da imprensa ter se tornado uma das fontes mais mobilizadas pelos especialistas do período. De fato, nota-se uma tendência da historiografia para desprezar as revistas literárias e de cultura que, até o presente, tem atraído quase que exclusivamente os especialistas da área de Letras.

Assim, foi marco o projeto coordenado nos anos 60 pelo professor José Aderaldo Castello que tinha por finalidade proceder a um estudo sistemático dos periódicos representativos de grupos ou movimentos literários que tivessem sido editados sobretudo a partir do romantismo. A análise obedecia a um roteiro básico que contemplava questionamentos próprios a esta área do saber (Castello, 1970, p.5-12).

A iniciativa evidenciou a riqueza da documentação. Vários trabalhos concretizaram-se e, apesar de nem todos terem sido orientados por Castello ou seguirem exatamente os passos recomendados pelo seu roteiro, eles foram tributários, em graus diversos, do projeto original (Napoli, 1970; Lara, 1971 e 1972; Caccese, 1971; Ikeda, 1975; Dimas, 1980 e 1983). Alguns de seus ex-alunos seguiram na mesma trilha e outras dissertações surgiram (Orlof, 1980). Passadas três décadas, o projeto continua a inspirar os pesquisadores (Paiva, 1992).

Apesar dessa produção concentrar-se na análise da criação e da crítica literária, um de seus princípios norteadores foi a elaboração de índices temáticos e sumários dando conta de todo o material publicado no periódico estudado. Basta consultá-los para verificar que algumas das revistas, longe de se dedicarem exclusivamente à literatura, publicavam ensaios a respeito dos mais variados assuntos, havendo mesmo aquelas em que a produção literária ocupava, ante o conjunto, espaço minoritário. Era este o caso da *Revista do Brasil* em sua primeira fase, como bem demonstraram os índices elaborados por Paiva (1992) e Orlof (1980) - respecti-

vamente para os anos 1916-1919 e 1922-1925. Entretanto as pesquisadoras concentraram-se no mapeamento das várias correntes estéticas presentes no periódico e na determinação do peso de cada uma delas, sem explorar outras potencialidades da fonte.

Esses trabalhos tiveram o mérito de tornar visível a riqueza e a diversidade dos temas presentes na *Revista do Brasil.*

A opção de estudar a primeira fase da *Revista do Brasil* (1916-1925) não ocorreu em razão de um hábito da profissão, marcada pelo fetiche das origens, mas porque ele recobre os anos decisivos para os nossos objetivos. A natureza da publicação, não diretamente vinculada a partidos, instituições, movimentos ou religiões, favorecia, pelo menos em princípio, a diversidade de opiniões.

Esquadrinhando os 113 exemplares publicados entre 1916 e 1925 evidencia-se a centralidade da questão nacional, que a todos absorvia e apaixonava. É certo que no pensamento político brasileiro tal problemática tem uma história que remonta pelo menos ao final do século XVIII, quando se adensaram os movimentos pela Independência. Entretanto, foi a partir da Abolição e da Proclamação da República que a construção de laços de pertencimento, capazes de difundir um sentimento de brasilidade, assumiu um caráter de urgência. Tratava-se agora de agregar todos os cidadãos em torno da nação.

A questão irrompeu com força no cenário brasileiro num período em que as potências industriais ferozmente disputavam a hegemonia econômica mundial. Em nome da unidade, soberania e grandeza da nação, os Estados, autoproclamados guardiões dos ideais nacionais, justificavam suas ações em prol da extensão das fronteiras, do domínio e exploração de áreas coloniais, da obtenção de concessões, privilégios e monopólios em regiões periféricas, da política armamentista, do incremento e da defesa da produção nacional, além de exigirem, de todos os cidadãos, fidelidade e lealdade primeiro em relação à pátria.

Esse contexto atuava em prol das análises que apresentavam a nação enquanto uma categoria naturalizada, dotada de concretude, ainda que pouco permeável a definições objetivas. Aceitando sem maiores discussões o estatuto ontológico da nação, os intelectuais brasileiros do início desse século partiram à procura

dos fundamentos, características e especificidades da nação brasileira, assinalando uma nova etapa nas redescobertas do Brasil. Percorreram a história, a geografia, a literatura, a gramática e a filologia; estudaram a composição étnica da população, a organização econômica e social, as instituições políticas, o sistema educacional e o de saúde, a produção cultural; enfim todos os aspectos que consideraram relevantes para explicar a *realidade nacional*. Positivismo, determinismo, evolucionismo e darwinismo social: esse o instrumental analítico que orgulhosamente ostentavam e ao qual atribuíam a capacidade de revelar, quando habilmente manejado, a verdadeira face do país.

A análise do material presente na *Revista do Brasil*, o mais importante fórum de debates do período convencionalmente denominado pré-moderno, evidencia o enorme esforço despendido pela intelectualidade do tempo para compreender o Brasil. As múltiplas representações produzidas procuravam, por meio da relativização e reinterpretação de matrizes provenientes do exterior, divisar um amanhã promissor para um país mestiço e tropical que parecia fadado à incompletude. Em meados da década de 1920 a afirmação de Alberto Torres, datada de 1902, ainda ecoava com toda a sua força: "...este Estado não é uma nacionalidade, este país não é uma sociedade, esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos" (1933, p.297).

I *REVISTA DO* BRASIL: REDESPERTAR DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

> Vivemos desde que existimos como nação, quer no Império, quer na República, sob a tutela direta ou indireta, senão política ao menos moral, do estrangeiro. Pensamos pela cabeça do estrangeiro, comemos pela cozinha estrangeira e, para coroar essa obra de servilismo coletivo, calamos, em nossa pátria, muitas vezes, dentro de nossos lares, a língua materna para falar a língua do estrangeiro! A nossa vida é, no seu aspecto geral, e de um certo período para cá, a marcha incerta e lenta, desgraciosa e constrangida, de um povo que a cada passo que avança se volta, inquieto, para a estrada de onde o estrangeiro o está contemplando a procurar, da massa fria dos espectadores indiferentes, o sorriso de aprovação que lhe dê alento para seguir. {*RBR*, v.l, n.l, p.2, jan. 1916)

A *Revista do Brasil* foi idealizada por Júlio de Mesquita que, no início de 1915, designou dois auxiliares próximos, Plínio Barreto e José Pinheiro Machado Júnior, para cuidar da fundação de um periódico que deveria chamar-se *Cultura.* Nesse momento, a imprensa conhecia um processo de transformações aceleradas, iniciado ainda no final do século XIX.

Os jornais, que sempre haviam sido confeccionados artesanalmente em tipografias de pequeno porte, passaram a demandar equipamentos e métodos de produção específicos que permitiam caracterizá-los como atividade industrial. Seus proprietários, subordinados à lógica do capital, viram-se instados a assegurar a saúde financeira do empreendimento, o que exigia uma administração racional, capaz de otimizar lucros, aliada à atualização constante da maquinaria e das técnicas. Tratava-se de atender os imperativos da produtividade e de oferecer ao público uma mercadoria visualmente aprimorada, que incorporasse os rápidos avanços registrados nos processos de impressão.

As inovações, porém, não se limitaram à exterioridade. Já se esboçava a tendência dos jornais priorizarem a informação, componente essencial para as sociedades urbanas. Essa maior agilidade só se tornou possível graças à expansão da rede telegráfica mundial, do telefone, das ferrovias, enfim de meios que possibilitavam a rápida circulação das notícias e que descortinavam novas possibilidades para a imprensa.

Sem perder o caráter opinativo, os jornais passaram a incorporar outros gêneros, como reportagens, entrevistas, crônicas e inquéritos literários. Surgiram seções especializadas, dedicadas ao público feminino, esportes, assuntos policiais, lazer, crítica literária. Ao lado das tradicionais caricatura, ilustrações e charge, generalizou-se a utilização da fotografia, que substituiu a lito e a xilogravura.

A publicidade, principal fonte de renda dos periódicos, também modernizou-se. Data dos anos 10 o surgimento das primeiras agências, que não só acabariam substituindo a figura do agenciador individual como seriam responsáveis por alterações marcantes, no que respeita aos recursos, estrutura e linguagem dos anúncios.

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial; consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da

imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. Ela era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto do público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição.

Em São Paulo, o crescimento do mercado potencial de leitores desafiava a imaginação dos empresários do setor. O Estado, que conheceu uma revolução demográfica a partir de 1880, contava com uma rede ferroviária ampla e eficiente, permitindo que os matutinos chegassem, no mesmo dia de sua publicação, a todo o território paulista e mesmo nas áreas circunvizinhas. Contudo, materializar essa demanda potencial em leitores e assinantes a ponto de transformar os periódicos em uma fonte de lucros e prestígio, pressupunha subordinar os produtos culturais a uma lógica de cunho empresarial.

Júlio de Mesquita, que iniciou sua carreira jornalística na década de 1880, vivenciou as mudanças estruturais sofridas pela imprensa. A forma como ele gerenciava O *Estado de S. Paulo,* matutino que, ao longo da década de 1910, firmou-se como um dos mais importantes do país, pode ser considerada paradigmática. Tido pelos contemporâneos como dinâmico, ágil e capaz de inovar, Mesquita esteve sempre atento à atualização tecnológica.

Em meados de 1890, *O Estado* importou a sua primeira impressora do tipo Marinori; seis anos depois o jornal anunciava a compra de uma nova máquina, agora rotativa. Em 1908, foi reformado todo o material tipográfico, passando a composição a ser executada por meio de linotipos e adquirida outra máquina, uma *Albert* de "altíssima velocidade, capaz de produzir vinte e três mil e quatrocentos exemplares de dezesseis páginas dobradas por hora" (apud Duarte, 1977, p.12). Nesse momento a tiragem do periódico atingia a casa dos dezoito mil exemplares, o que significava que, uma vez composto, a sua impressão consumia menos de uma hora.

Em 1912, o jornal lançou mão de empréstimos por debêntures visando a compra de imóveis para a construção de novas instalações para as oficinas, redação e administração, além de haver encomendado uma nova impressora e linotipos. No ano seguinte foram inauguradas as oficinas, a redação e a sessão de obras, e no final de 1916 a sede administrativa, que contava até com um

pequeno teatro, o Boa Vista. Por essa época O *Estado* possuía sucursais e correspondentes próprios em Lisboa, Roma, Paris, Londres, Washington e Buenos Aires, ostentando entre seus colaboradores destacadas figuras do mundo da cultura, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

O esforço modernizador, que obviamente não era exclusividade da empresa de Júlio de Mesquita, trouxe consigo significativa queda no preço dos jornais, melhoria da qualidade gráfica, dinamização da distribuição, aumento contínuo do número de páginas e da tiragem. Quanto ao último aspecto, os resultados obtidos pelo *Estado* foram bastante significativos: 3.500 exemplares em 1886, 10 mil em 1896, 18 mil em 1908, 35 mil em 1912, 45 mil em 1916 e 52 mil em 1917. Em 1915, Monteiro Lobato bem resumiu o que significava publicar nesse periódico ao afirmar a um amigo: "talvez tenha razão em criticar a ortodoxia d'0 *Estado,* mas cumpre ter em mente que possui tiragem - quarenta mil exemplares com provavelmente cem mil leitores. É das nossas escadas regionais a de mais degraus e mais sólida" (Lobato, 1959a, v.2, p.3).

Júlio de Mesquita tornou-se figura de destaque no cenário político nacional. Formado pela tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, republicano desde a primeira hora, participou ativamente da política paulista. Elegeu-se vereador em Campinas (1887), cidade em que nasceu; deputado federal por São Paulo (1892), deputado estadual (1891, 1894, 1898, 1907 e 1910) e senador estadual (1912). Foi líder na Câmara paulista (1892 e 1907), tendo integrado a poderosa comissão executiva do Partido Republicano Paulista (1892 a 1894 e em 1896). Figura de destaque nas várias cissões partidárias, esteve entre os fundadores do Partido Democrático. Ao prestígio que emanava da sua condição de homem público, deve-se acrescer o que provinha do seu sucesso como jornalista e do controle de um dos órgãos mais importantes da imprensa.

De acordo com a cartilha liberal, Mesquita imprimiu uma feição independente ao seu jornal, sem nunca ter admitido transformá-lo em porta-voz oficial de partidos ou defensor inconteste

de governos. A não vinculação d'0 *Estado* sempre foi considerada pelos seus mentores condição essencial para que o matutino pudesse exercer com liberdade a oposição aos poderes constituídos, tarefa julgada fundamental para o pleno funcionamento do jogo democrático. Análises a respeito da trajetória do jornal têm evidenciado os limites e as ambigüidades desse apregoado liberalismo, cuja fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias (Capelato & Prado, 1980).

Contudo, o não alinhamento conferia à plêiade de políticos e intelectuais aglutinados em torno do jornal características próprias que transformavam o chamado grupo do jornal O *Estado* em uma facção política independente (Miceli, 1979, p.8), unida pela fidelidade a um conjunto de princípios. Pertencer ao corpo de colaboradores assíduos ou de editores constituía-se excelente porta de entrada para a vida pública.

A eclosão da Primeira Guerra marcou um ponto de inflexão na prosperidade financeira do matutino. Os gastos com papel, importado da Europa, cresceram drasticamente - o que afetou a indústria gráfica como um todo. O inconteste apoio do periódico à causa aliada indispôs o jornal com a colônia alemã. O *Diário Alemão*, seu porta-voz, manteve acirrada polêmica com O *Estado*, acusando o periódico de receber subvenção inglesa.

Júlio de Mesquita moveu um processo contra o *Diário* no qual conseguiu provar que a maior parte da renda publicitária do seu jornal provinha justamente das firmas alemãs que, ao deixarem de anunciar no matutino, causaram ao *Estado* sérios prejuízos financeiros. Apesar do desfecho do episódio ter sido moralmente favorável à Mesquista - Plínio Barreto, advogado responsável pela defesa do jornal, obteve em 1916 a condenação do diretor da folha germânica a dois meses de prisão - o balanço estava longe de atingir os níveis registrados em 1913.

Contrariamente ao que se poderia supor, a queda nos lucros não implicou a retração das atividades empresariais da família Mesquita. Em maio de 1915, com a entrada da Itália na guerra, foi lançada a edição noturna d'0 *Estado*, logo batizada de *Estadinho*, que destinava-se, inicialmente a noticiar os acontecimentos do conflito, dedicando, porém, especial atenção à participação italiana.

A ênfase na Itália estava longe de ser inocente; afinal porcentagem significativa da população da capital era constituída de italianos e seus descendentes. O novo periódico deveria cumprir um duplo papel: aumentar o número de leitores e anunciantes num momento em que os lucros escasseavam, e angariar simpatizantes para a causa do jornal, que então travava acirrada polêmica com o *Diário Alemão.* Antes mesmo do lançamento da edição noturna do jornal, Júlio de Mesquita iniciou a organização de uma nova revista, que deveria chamar-se *Cultura.*

O momento era de grande efervescência. A Primeira Guerra tornava patente a enorme distância que separava o Brasil dos países industrializados. A condição de *nação fraca* potencializava o temor, sempre latente, de que o país não seria capaz de manter sua independência e unidade diante da pressão das potências imperialistas. Apesar das incertezas quanto ao desfecho do conflito, não restavam dúvidas de que uma nova ordem mundial estava sendo forjada e nela o lugar que nos estava reservado não parecia dos mais promissores.

De uma exaltação contemplativa da beleza natural e das potencialidades ilimitadas da terra, passou-se a advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território. Contudo, não bastava arrolar medidas, era preciso passar à ação, o que forçava as elites pensantes a defrontarem-se com a realidade nacional, ensaiar diagnósticos e propor soluções para aqueles que lhes pareciam ser os nossos males. Proliferaram então discursos nos quais o Brasil interessava não pelo que era, mas pelo que poderia vir a ser.

Para descrever esse país novo - em infância - segundo o linguajar da época, e que não dispusera ainda de tempo suficiente para se transformar em uma verdadeira nação, recorria-se à metáforas que insistiam na idéia de indefinição, desequilíbrio, agitação, instabilidade, desordem, ebulição, tumulto, consideradas típicas de um período de formação. Daí o sucesso crescente das representações que tomavam o Brasil como um edifício em projeto, quando muito em construção, um imenso laboratório ou oficina na qual a nação estava sendo forjada.

A história, a geografia, a língua, a produção literária, o sistema político, as características antropológicas da população passaram a ser esmiuçadas num esforço que, segundo seus mentores, permitiria aos brasileiros assenhorarem-se efetivamente do país. Longe de se limitar a uma atitude contemplativa, os intelectuais ansiavam por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação. Por se considerarem os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo (Mannheim, 1974, p.78), parecia-lhes evidente que apenas eles dispunham da competência necessária para (re)colocar o país em sintonia com os seus *verdadeiros valores.* Essa vocação para conduzir os negócios públicos, de inspiração nitidamente iluminista, encontra-se manifesta nas explicações, sínteses, balanços, propostas e projetos que arquitetaram.

O nacionalismo entrou na ordem do dia. O discurso proferido em 1915 por Bilac nas arcadas do Largo São Francisco deu início à campanha em prol do serviço militar obrigatório, encarado não apenas sob o ângulo defensivo mas como escola de civismo capaz de resolver os problemas nacionais. O movimento, apoiado de imediato pelo grupo d'0 *Estado,* criou os voluntariados de manobra, grupos formados por estudantes das faculdades paulistas que realizavam treinamentos militares[1] e desembocou na fundação da Liga de Defesa Nacional no Rio de Janeiro em 1916.[2]

Outras agremiações sugiram, como a Colméia, composta por alunos de escolas superiores cariocas e que tinha por finalidade promover conferências a respeito da situação do país. Na Facul-

1 Francisco e Júlio de Mesquita, filhos do proprietário d'0 *Estado,* cursavam a Faculdade do Largo São Francisco e participavam ativamente da política estudantil. Em 1915 Júlio era o *chaveiro* da escola e nessa condição foi procurado por Bilac, que lhe apresentou suas idéias nacionalistas. (DULLES, J. W. F., 1984, p.37). Em relação à importância da figura do chaveiro ver as observações de NOGUEIRA FILHO, P., 1958, p.65-6.

2 A Liga foi organizada em 7.9.1916, tendo a frente Bilac, Miguel Calmon e Pedro Lessa. Seu supremo mandatário era o presidente Wenceslau Brás. Em março do ano seguinte foi organizada a Liga de Defesa do Estado de São Paulo, sendo indicados para a direção dos trabalhos Antonio Prado, Carlos de Campos e Júlio de Mesquita. A respeito das atividades das Ligas. Ver: CARONE, E., 1969, p.230-6 e DULLES, J. W. F., 1984, p.38-9.

dade de Direito de São Paulo foi organizada em 1917 a Liga Nacionalista, dotada de amplo programa que enfatizava a moralização da política, a adoção do voto secreto e obrigatório, o combate ao analfabetismo, a educação cívica e a melhoria das condições de saúde da população.

O Partido Republicano Paulista atravessava então mais um período marcado por desavenças. A indicação de Altino Arantes para suceder a Rodrigues Alves na Presidencia do Estado gerou uma forte dissidência, capitaneada por Júlio de Mesquita, cujo jornal se empenhou em criticar o candidato escolhido. Os dissidentes, derrotados na convenção, abandonaram seus postos no governo e tentaram, sem êxito, organizar um partido de oposição.

A decisão de publicar uma revista dedicada à discutir as questões nacionais não pode ser interpretada apenas como uma tentativa dos vencidos de encontrar novos espaços para amplificar seus argumentos. O grupo d'0 *Estado,* coerente com os princípios liberais, julgava que um governo efetivamente democrático demandava, além do exercício soberano do voto, a existência de uma opinião pública atuante, partidos de oposição, críticas, discussões e projetos alternativos. O domínio exclusivo de uma oligarquia que fraudava as eleições, usava da violência para impedir a livre expressão da vontade popular e vedava o acesso de setores oposicionistas ao poder, era apontado como responsável pelos vícios e pela ineficiência do Estado, incapaz de assegurar o progresso moral e material da nação. O lançamento de um periódico destinado a provocar o debate adquiria um significado político dos mais relevantes.

A partir de meados de 1915, Plínio Barreto, a quem coube recrutar o corpo de colaboradores do novo periódico, estabeleceu contato com figuras expressivas da intelectualidade, informando-as a respeito da nova publicação. A seu pedido Nereu Rangel Pestana, colega de redação que se encontrava no Rio de Janeiro, conversou a respeito do assunto com Olavo Bilac, Graça Aranha, Alcides Maya, Alfredo Valadão, João Kopke, Félix Pacheco e José Veríssimo, que manifestaram sua aprovação. Outros que responderam favoravelmente à consulta foram: Nestor Victor, Roquette Pinto, Oliveira Vianna, João Ribeiro, Assis Brasil, Oliveira Lima,

Sílvio de Almeida, Basílio de Magalhães, Valdomiro Silveira e Medeiros e Albuquerque.[3]

A correspondência de Plínio Barreto revelou-se uma fonte significativa para avaliar a maneira como os homens de letras encaravam o processo de profissionalização do seu ofício, que tinha na imprensa uma das mais importantes vias de realização. Contrariamente ao que ocorria com escritores de gerações anteriores, o jornalismo tendeu a se tornar atividade essencial no início do século XX, constituindo-se importante fonte de rendas. É preciso ter em vista, porém, que a mercantilização da atividade intelectual esteve longe de ser apreendida de maneira homogênea. João Ribeiro, quando informado por Plínio sobre a remuneração paga pela revista, afirmou: "Já disse que não faço questão de receber dinheiro, se a revista paga, aceitarei como um bom *tônico,* mas não é coisa indispensável e nem faço mesmo questão" (apud Pinheiro, 1975), expressando, dessa forma, seu superior distanciamento das compensações materiais, como se elas pudessem conspurcar sua obra e reputação.

Concepção diametralmente oposta possuía o crítico José Veríssimo, como transparece nas considerações que teceu ao ser convidado para colaborar regularmente com o periódico: "se se tratasse de uma empresa forte, com elementos seguros de renda ... pediria duzentos mil réis por artigo mensal sobre o movimento literário porque a leitura que esse trabalho obriga toma muito tempo. Mas, sendo uma empresa que começa, aceito a incumbência e deixo a remuneração ao critério ou discrição da revista" (apud Pinheiro, 1975).

Já a resposta que Medeiros e Albuquerque deu a Plínio Barreto estava impregnada de ambigüidade O escritor começava afirmando que: "quanto aos honorários, é o que tem de menos importância. E

3 Em carta proveniente do Rio de Janeiro, datada de 24.7.1915, Pestana informava que os intelectuais com quem falou "acham a idéia [de uma revista de cultura] excelente e prometem todo o apoio" e que em breve deveria avistar-se com Alberto Torres e Pedro Lessa. A correspondência de Plínio, com vistas à organização da revista, foi analisada por Pinheiro, 1975.

mesmo o que não tem nenhuma" (apud Pinheiro, 1975), para logo em seguida rematar: "dar-me-á o que dá a outros colaboradores", afirmação que contrastava com a declaração inicial. Esses exemplos, ainda que pouco numerosos, são significativos pois apontam para as incertezas experimentadas pelos intelectuais diante dos novos padrões que permeavam a produção cultural e que também implicavam novas formas de inserção social. Monteiro Lobato, um dos mais assíduos colaboradores da *Revista do Brasil,* também oscilava ora deslumbrado com os ganhos obtidos com a literatura - "já encetei a série de artigos para a *Tribuna* e fiz jus a 40$000. Com isso pago dois meses de aluguel da casa. Pagar a casa com artigos, que maravilha hein?" -, ora constrangido diante deles - "acho estranho isso de ganhar dinheiro com o que nos sai da cabeça. Vender os pensamentos próprios ou alheios" (Lobato, 1959a, v.l, p.250 e 273).

Em março de 1916, data da primeira assembléia geral dos acionistas da *Revista do Brasil,* Plínio Barreto pôde apresentar um balanço bastante otimista de suas atividades, declarando na oportunidade que, a julgar pela simpatia com que o periódico foi recebido pelos "melhores escritores do país" ele encarava "sem receios o futuro da revista".[4]

Contudo, do ponto de vista estritamente comercial, o lançamento de uma publicação de cultura em um país que possuía altos índices de analfabetismo, não deveria ser o melhor investimento para uma empresa como O *Estado de S. Paulo,* que enfrentava problemas de caixa. Possivelmente por isso o novo periódico, apesar de idealizado e gestado na redação do jornal, tenha sido criado sob a forma de uma sociedade anônima, composta por *66* acionistas, cada um detendo uma única cota. O controle da linha editorial da publicação ficaria a cargo de Júlio de Mesquita, porém os riscos financeiros que envolviam o empreendimento seriam divididos entre todos investidores.

Coube a Pinheiro Júnior a tarefa de angariar os acionistas da revista, que deveriam adquirir cotas no valor de 300$000, quantia

4 Assembléia geral dos acionistas realizada em 30.3.1916. *RBR,* v.l, n.4, p.462, abr. 1916.

significativa para a época. Talvez por isso a busca não tenha sido fácil, consumindo - de acordo com a correspondência de Monteiro Lobato, amigo pessoal de Pinheiro e que acompanhou passo a passo o trabalho de organização do novo periódico - quase todo o ano de 1915. Em janeiro deste ano Lobato perguntava a Godofredo Rangel: "manda-me dizer o que devo declarar ao Pinheiro. Ele lá te ofende, supondo-te incapaz, financeiramente, de ficares com uma quota da sociedade em organização para lançamento da revista", e em 30 de setembro voltava ao assunto, informando ao amigo que os organizadores "ainda procuram acionistas" (Lobato, 1959a, v.2, p.l2 e 99).

A relação completa dos que adquiriram cotas foi publicada no primeiro número da *Revista do Brasil.* A maioria dos nomes vinha precedida do título de doutor. Note-se, porém, que o título não foi distribuído aleatoriamente pois Júlio de Mesquita Filho, na época ainda estudante de Direito, não foi contemplado com a distinção. Encontram-se aí vários médicos, engenheiros, professores, advogados, políticos importantes e jornalistas pertencentes, em sua maioria, à elite paulista, o que permite caracterizar o periódico como um empreendimento desse segmento social. A coesão do grupo formado em torno de Júlio de Mesquita pode ser avaliada se atentarmos que parte considerável das cotas foi adquirida por colaboradores do seu jornal, indivíduos que nele trabalhavam ou já haviam trabalhado.

Finalmente, em 25 de janeiro de 1916, data do aniversário da fundação da cidade de São Paulo, surgia o primeiro número da revista, que já vinha sendo amplamente anunciado nas páginas d'0 *Estado de S. Paulo.*[5] Os seus idealizadores, possivelmente contagiados pela atmosfera nacionalista reinante, decidiram, à última hora, abandonar o primitivo nome *(Cultura)* e denominá-la *Revista do Brasil* (Silva, 1985, p.64).

5 Em 19.1.1916 O *Estado de S. Paulo* publicava, com destaque, o sumário do primeiro número da revista, informando que no dia 25 de cada mês a mesma poderia ser encontrada "à venda na sua redação, no escritório desta folha e principais livrarias". Anúncio idêntico apareceria nos dias 25 e 31 de janeiro.

CONCRETIZAÇÃO DE UM PROJETO

Quando do seu lançamento, a *Revista do Brasil* tinha como diretores Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol e Luís Pereira Barreto; a chefia da redação estava a cargo de Plínio Barreto, enquanto Pinheiro Júnior acumulou, a partir do quarto número, a secretaria geral e a gerência. Já a diretoria da sociedade anônima compunha-se de Ricardo Severo, presidente; Pinheiro Júnior, tesoureiro; substituído por Luiz Wanderley em abril de 1916;[6] Mário Pinto Serva, secretário; Oscar Thompson, Rui de Paula Souza e Armando Prado no conselho fiscal. Até maio de 1918, quando a sociedade foi desfeita e o periódico vendido para Monteiro Lobato, não houve alteração significativa nos quadros dirigentes.

Os objetivos do novo periódico foram expostos nas páginas que abriram o seu primeiro número, provavelmente redigidas por Júlio de Mesquita.[7] Trata-se de um manifesto-programa que ensaiava um diagnóstico a respeito dos problemas do país, propondo caminhos para solucioná-los.

O texto esclarecia que "o que há por traz do título desta revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista". Esse projeto justificava-se no interior de um discurso que erigia como problema primordial do país a ausência de uma consciência nacional, capaz de transformá-lo em um todo organicamente estruturado.

Expressões desta ausência seriam, de acordo com o manifesto-programa, o profundo desconhecimento das coisas nacionais - "ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que não teve

6 Por ocasião da Assembléia Geral realizada em 30.3.1916, Pinheiro Júnior foi indicado para o cargo de secretário-gerente da revista, motivo pelo qual renunciou ao de tesoureiro da sociedade anônima. *RBR,* v.l, n.4, p.461, abr. 1916.

7 O texto não vem assinado, mas de acordo com MARTINS, 1978, p.38 é de autoria de Júlio de Mesquita. *RBR,* v.l, n.l, p.1-5, jan. 1916. Todas as citações no corpo do texto provêm do manifesto-programa.

ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade" -, o desapego às nossas tradições e história, essa última caracterizada como "o romance incolor monótono e fastidioso de uma nação obscura e canhestra que parece implorar perdão às demais por ser grande e independente", o "milagre" da persistência da integridade territorial, enfim a nossa "modéstia" e o nosso "apagamento" como nação. O alheamento de si mesmo acarretaria a aceitação e imitação subserviente de tudo o que vinha de fora.

Dar um sentido de conjunto ao país, incutir no seu povo a consciência do próprio valor, estabelecer uma "corrente de idéias e pensamentos", tais os remédios que se pretendia ministrar ao paciente a fim de combater o seu "estado mórbido" e equipará-lo "às raças adultas, emancipadas e sadias".

O manifesto-programa esclarecia ainda que a *Revista do Brasil* fora idealizada com o patriótico intuito de contribuir na empreitada, "provocando estudos do passado que nos desvendarão, nas coisas e nos homens, uma larga fonte de inspiração, de amor e de orgulho, e estimulando todas as energias atuais para um trabalho de observação e criação científica e literária, que nos patenteie a todos a profundez e a riqueza de nossos tesouros intelectuais".

Em outros termos, a publicação fora concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir.

A *Revista do Brasil* apresentou-se, ao longo dos 113 números de sua primeira fase, sempre com as mesmas dimensões (15 x 22 cm) e manteve uma média de *95* páginas por número. A face externa da capa também não apresentou variações significativas ao longo do tempo. Na parte superior, em letras de tamanho grande, vinha impresso o título do periódico, seguindo-se o sumário - que ocupava cerca de três quartos do espaço total da capa - e informações a respeito do local de publicação, data, número, volume e endereço da administração. Por vezes, essas

informações migraram, aparecendo ora antes, ora depois do título. Algumas deixaram de figurar no frontispício, como, por exemplo, a sede administrativa, enquanto outras foram incorporadas, como o nome dos diretores.

Entretanto, a opção de reservar a maior parte do espaço da capa para o sumário foi constante ao longo de todos os números. Isso, provavelmente, porque nada poderia expressar melhor os objetivos do periódico e revelar sua natureza do que o sumário, que estampava as grandes questões nacionais, debatidas pelos maiores expoentes da inteligência nacional. O tom sóbrio das capas não se alterou nem mesmo durante o período em que o cinza dos primeiros anos foi substituído por cores fortes, que variavam a cada mês, e o título e o sumário ganharam traços ornamentais (números 48 a 84).

A distribuição da matéria na *Revista do Brasil* seguiu, durante toda a sua primeira fase, o mesmo padrão. Abria o fascículo um conjunto de ensaios, em geral inéditos, que abordavam assuntos os mais variados: direito, economia, história, geografia, filosofia, literatura, artes, arquitetura, engenharia, política, administração, sanitarismo, medicina, entre vários outros. Esse corpo incluía ainda a criação literária, presente em todos os exemplares da revista - contos, poesias, novelas, impressões de viagem e romances, publicados em capítulos.[8]

Antecedendo o núcleo básico, havia os editoriais, publicados em 41 dos 113 números da revista (36,3%). A maioria deles discutia questões relacionadas à situação sociopolítica do país - eleições presidenciais, voto secreto, reforma constitucional, estado de

8 A *Revista do Brasil* publicou os romances *Vida ociosa* de Godofredo Rangel (entre os números 17-25), *País de ouro e esmeralda* de J. A. Nogueira (entre os números 36-57); e o *Diário de viagens* de Martim Francisco (entre os números 32-42). Fora do âmbito literário foram publicados: *Vocabulário analógico* de Costa Firmino (entre os números 12-40); O *linguajar carioca* de Antenor Nascentes (entre os números 65-78), além de alguns capítulos de *Populações meridionais do Brasil* de Oliveira Vianna (entre os números 18-24), do *Dialeto caipira* de Amadeu Amaral (entre os números 9-10) e da *Viagem às províncias de São Paulo e Santa Catarina* de Auguste de Saint Hilaire (entre os números 73-75).

sítio, pobreza do Nordeste, problemas sanitários etc. - enquanto outros comentavam o contexto internacional, a morte de personalidades, atualidades da vida artística e cultural ou ainda alterações ocorridas na direção da revista. Dezessete editoriais (41,5%) continham assinatura, sendo um de autoria de Alberto Rangel, três de Monteiro Lobato, quatro de Brenno Ferraz e nove de Paulo Prado.

Aos ensaios e criação literárias seguiam-se seções. A principal delas era a *Resenha do Mês*, presente em todos os números, exceção feita ao octogésimo quinto, e que era composta sobretudo de ensaios, conferências, notícias e artigos transcritos de jornais e revistas nacionais e internacionais, além de alguns textos da redação. Contrariamente ao que sugere a sua denominação, a seção não apresentava um relato ordenado ou um sumário dos fatos ocorridos ao longo do mês. Seu objetivo principal não era informar o leitor a respeito dos últimos acontecimentos, mas antes discutir questões da atualidade, sempre com preocupação analítica. Ao compor um amplo quadro do período, a partir de uma seleção feita nos mais diversos órgãos da imprensa, a *Resenha do Mês* também permite divisar a linha editorial adotada pelos dirigentes da revista.

A variedade de temas abordados era enorme. A seção abria amplos espaços para determinadas questões, sendo mesmo possível afirmar que nela foram encetadas verdadeiras campanhas. Nesse âmbito mereceram especial destaque a Liga de Defesa Nacional, cujas atividades, atuação dos dirigentes - especialmente Bilac - e objetivos sempre foram acolhidos nas suas páginas; a segunda candidatura Rui Barbosa; a defesa do direito à uma língua própria; as discussões a respeito da qualidade étnica do povo brasileiro; as propostas relacionadas aos problemas higiênicos e eugênicos do país.

Outros assuntos abordados na *Resenha do Mês* em mais de uma oportunidade e sob os ângulos diversos, não raro antagônicos, foram: imigração; instituições políticas; relações do Brasil com os países vizinhos; Revolução Russa; Primeira Guerra, desde as superstições entre os soldados até as questões tecnológicas que

o conflito suscitava e as conseqüências geopolíticas e econômicas dos acordos de paz.

Ao lado desse conteúdo denso, havia toda uma gama de curiosidades (por exemplo: fantasmas célebres, caligrafia dos escritores, o jornal de amanhã, desaparições misteriosas, costumes na câmara inglesa, Napoleão jornalista, superstições irlandesas); temas leves ou humorísticos (os cavalos do diabo, a águia e o aviador, jogo do bicho pelo telégrafo, a ilha de Robson Crusoé, as gafes etc.) e notas sobre invenções, novidades, descobertas e avanços no campo científico e tecnológico (telefone sem fio, automóvel anfíbio, imensidão do universo, idade da Terra, utilização mecânica dos raios solares, mimetismo nos animais, forças físicas, o cérebro, propriedades terapêuticas do sapo, a enguia e seus hábitos, o sono, agricultura mecânica...).

A *Resenha do Mês* também fornecia um amplo panorama do movimento cultural e artístico. Cursos e conferências, congressos, salões de pintura, espetáculos teatrais, musicais e de danças, exposições de artes plásticas, concursos artísticos, lançamentos editoriais, eram noticiados e comentados nas suas páginas, o mesmo ocorrendo em relação à Academia Brasileira de Letras - abertura de vagas, eleições, discursos, reuniões e relatórios. A natureza e a qualidade da produção local, as condições em que elas se assentavam o papel do intelectual e o ambiente no qual ele se inseria eram questões tematizadas com freqüência na seção.

A apresentação do conteúdo da *Resenha do Mês* não seguiu um padrão fixo. Durante certos períodos, o material não continha qualquer estruturação interna, enquanto em outros apresentava-se dividido e agrupado por subtítulos, sendo os mais freqüentes: movimento teatral, movimento artístico, artes e artistas, bibliografia, mortos do mês, movimento editorial, revista das revistas, curiosidades, variedades, homens e coisas nacionais, homens e coisas estrangeiras, notas de ciência, vida nacional.

Algumas dessas subdivisões deixaram de figurar no interior da *Resenha do Mês* para ganhar vida própria, transformando-se em seções independentes, embora nem sempre por longo tempo. Esse foi o caso de *Variedades e Curiosidade; Notas de Ciência,* que durante certo período (n^{os} 28 a 33) ficaram a cargo de Roquette

Pinto e Artur Neiva; e *Bibliografia,* seção das mais importantes que ganhou autonomia a partir do trigésimo número. Nela eram resenhados praticamente todos os lançamentos editoriais do país nas mais variadas áreas do saber.

Ainda cabe destacar as seções *Debates e Pesquisas* e *Notas do Exterior,* presentes na maior parte dos números 61 a 113 da revista. A criação destas deve ser encarada como um esforço para melhor ordenar o amplo leque de assuntos tratados na *Resenha do Mês.* Em *Debates e Pesquisas* predominavam os temas polêmicos, informações a respeito de novos avanços nas mais diversas áreas e curiosidades em geral. *Notas do Exterior,* como o nome bem revela, centralizava notícias de outros países, fossem elas questões políticas, do mundo das artes, costumes ou notas interessantes e curiosas. Exceção feita à *Bibliografia,* que estava a cargo do corpo de colaboradores da revista, quase todo o material que compunha as demais seções citadas provinha de transcrições de outros órgãos da imprensa nacional e internacional.

Outras seções constituíam-se de artigos especialmente produzidos para a revista. Esse foi o caso de *Fatos e Idéias* (7 números), sob a responsabilidade do engenheiro Victor da Silva Freire; *Língua Vernácula* (4 números), escrita por Antonio Marmo; *Academia Brasileira de Letras* (26 números), na qual Arthur Motta discorria sobre a vida e a obra dos acadêmicos; *Crônica de Arte* (6 números), escritas por Mário de Andrade; *Estudinhos de Português* (6 números), com José Patrício de Assis; *Mealhas Etimológicas* (3 números), discutidas por Francisco Luiz Pereira e as *Crônicas Parisienses* (3 números), a cargo de Sérgio Milliet. Observe-se que, entretanto, os dirigentes da revista nunca revelaram a preocupação de entabular um diálogo permanente com os leitores do periódico por meio de uma seção de cartas ou sugestões.

A revista publicou vasto material iconográfico. Parte dele constituía-se de fotos, mapas, gráficos, esquemas ou desenhos que ilustravam artigos e ensaios. Especial atenção foi dedicada às exposições de artes plásticas em geral e aos salões anuais de pintura, que chegaram a ter séries inteiras reproduzidas. Quando da abertura de concursos - como os que escolheram o brasão da

cidade de São Paulo, o monumento da independência e aquele dedicado aos Andradas - a revista costumava dar a público os vários projetos rivais. Notas e artigos da *Resenha do Mês,* dedicados a figuras ilustres do cenário nacional ou internacional, freqüentemente vinham acompanhadas de bustos, grande parte dos quais executados pela pena de José Wasth Rodrigues. Já a seção *Caricaturas do Mês,* que reproduzia de quatro a seis trabalhos selecionados dentre os publicados na imprensa carioca e paulista, ocupou - com exceção dos números dez, quinze e 34 - as páginas finais dos números da revista.

Além das ilustrações que integravam os textos, a *Revista do Brasil* publicava séries como *Gravuras Antigas,* que contava com reproduções de Debret, Rugendas, Koster, Fleury, Chovannes, Langlois, entre outros; *Galeria dos Editados,* composta por fotografias de autores que tiveram seus livros publicados pela Casa Editora *Revista do Brasil;* trabalhos de artistas contemporâneos como A. Zimmerman, Georgina e Lucilio de Albuquerque, Benedito Calixto, Lopes Leão, Clodomiro Amazonas e que por vezes vinham enfeixados sob a designação de arte nacional; fotos de caboclos acompanhados da legenda "tipos da roça". Somente em duas oportunidades a revista rendeu-se ao mundanismo: no número 33, que estampou fotos da neve em Caxias de Sul, e no 42, que reproduziu imagens da cidade de São Paulo vista de um aeroplano.

Do 18⁰ número em diante, o artigo que abria a revista passou a contar com uma vinheta, prática que foi estendida, a partir do 37° número, para todos os demais artigos e seções. Inicialmente tratava-se de um conjunto de desenhos de Wasth Rodrigues que se repetiam sistematicamente. Com o correr do tempo, novas ilustrações foram sendo incorporadas ao núcleo inicial. Em duas oportunidades, a partir dos números 61 e 109, ocorreu completa renovação temática, passando Juvenal Prado a assinar as ilustrações. Entretanto, os motivos brasileiros sempre foram a fonte inspiradora: jangadas, quedas d'água, rios, palmeiras, papagaios e outros espécimes da flora e fauna nacionais. Também era comum a presença de pequenas ilustrações ao término de artigos e seções

- vasos floridos, árvores, uma palmeira solitária, casebres de palha. A *Bibliografia* e a *Resenha do Mês* possuíram, durante certos períodos, ilustrações próprias alusivas à temática abordada nessas seções.

O que surpreende na *Revista do Brasil* não é o fato de ela valer-se de recursos visuais, prática já bastante difundida na época, mas a maneira como os responsáveis pelo periódico foram capazes de subordinar a utilização do material que, sem dúvida, imprimia leveza às matérias publicadas (Lara, 1975), aos objetivos do mensário, abstendo-se quase completamente de fazer concessões ao mundanismo.

A publicidade na revista sempre esteve confinada às terceiras e quartas capas e às páginas iniciais e finais, ou seja, antecedendo e seguindo-se ao material publicado. Por vezes, folhas contendo anúncios eram inseridas entre os artigos ou seções e a partir de setembro de 1920 (n.57) também a primeira contracapa, que até então contivera informações sobre o periódico, passou a ser ocupada com propagandas. Ao longo do tempo, o espaço ocupado pelos anunciantes variou numa escala que ia de um mínimo de quatro a cinco a um máximo de dez a doze folhas a cada mês.

A gama de produtos e serviços anunciados era bastante variada: máquinas agrícolas, móveis, alimentos, bebidas, medicamentos, livros e periódicos, estabelecimentos comerciais, casas importadoras, hotéis, bancos. Os serviços oferecidos por advogados, médicos, tabeliães, corretores, engenheiros, alfaiates, joalheiros, despachantes costumavam ser enfeixados sob a rubrica *Indicador da Revista do Brasil.* A partir de 1918 com a criação da Casa Editora *Revista do Brasil*, parte expressiva do espaço da publicidade passou a ser ocupada com notícias a respeito dos seus lançamentos.

Listar os colaboradores da *Revista do Brasil* é uma tarefa árdua. Durante seus nove anos de existência praticamente todas as figuras que desfrutaram de certa projeção nos meios literários e artísticos, ou em qualquer outra área do saber, encontraram acolhida em suas páginas, seja através da publicação de textos especialmente produzidos para o periódico, seja por meio de transcrições.

Do ponto de vista estritamente quantitativo, os autores com maior número de trabalhos publicados, excluindo-se as transcrições, foram Monteiro Lobato (40), Arthur Motta (25), Amadeu Amaral e Mário de Andrade (13), Júlio César da Silva e Medeiros e Albuquerque (12), Roquette Pinto, Godofredo Rangel e Oliveira Vianna (10), Mário Sette e Carlos Magalhães Azevedo (9), José Patrício de Assis, Victor Freire da Silva, Mário Pinto Serva, Oliveira Lima e Sérgio Milliet (8), Mário de Alencar e Artur Neiva (7), Eduardo Navarro de Andrade, F. Badaró, Armando Caiuby, Hélio Lobo, Alberto de Oliveira, Alberto Rangel e Antonio Salles (6), Rui Barbosa, Sérgio Espínola, Martim Francisco, Haddock Lobo, Alceu Amoroso Lima, Argeu Guimarães e Alfredo d'E. Taunay (5), Olavo Bilac, Sampaio Dória, Martins Fontes, Gilberto Freyre, Paulo Setúbal, José Oiticica, Rodrigo Octávio Filho, Leo Vaz, René Thiollier, A. Carneiro Leão e Júlio Scheibel (4).

Essa listagem, apesar de conter uma pequena fração do total de autores que de alguma forma estiveram presentes na revista, é suficiente para evidenciar a diversidade de correntes ideológicas e de posturas estéticas nela representadas. O mensário reunia personalidades da geração de 1870 (Rui Barbosa), escritores pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Taunay, Roquette Pinto, Hélio Lobo), nomes famosos do momento (Paulo Setúbal, Amadeu Amaral, Medeiros e Albuquerque), pensadores autoritários (Oliveira Vianna), defensores do liberalismo (Mário Pinto Serva, Pedro Lessa), representantes do renascimento católico (Jackson de Figueiredo), os primeiros educadores profissionais (Sampaio Dória, João Kopke), médicos envolvidos com os problemas sanitários (Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Arthur Neiva) e eugênicos (Renato Kehl), representantes da tradicional Academia Brasileira de Letras (Souza Bandeira, Oliveira Lima, Mário de Alencar) e das novas correntes (Mário e Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida).

A análise sistemática da produção literária veiculada pela *Revista do Brasil* transcende os nossos objetivos. Entretanto, para a caracterização geral da publicação, é importante ressaltar que a maior parte das contribuições em prosa provinham dos regionalistas (Afonso Arinos, Monteiro Lobato, Mário Sette, Leo Vaz,

Godofredo Rangel, Valdomiro Silveira), seguidos pelos naturalistas-realistas (Júlio Scheibel, Horácio Quiroga, Luiz Gonzaga Fleury, Albertino Moreira), comparecendo os parnasianos (Alberto de Oliveira), simbolistas (Pompeu Pequeno, Jacomino Define) e decadentistas (João Pinheiro, Tranquilino Leitão) em menor proporção.

Na produção poética, por sua vez, predominavam os parnasianos (Bilac, Francisca Júlia, Alberto de Oliveira, Luís Murat) e neoparnasianos (Amadeu Amaral, Olegário Mariano, Martins Fontes, Mário de Alencar e Humberto de Campos), seguidos dos simbolistas (Homero Prates, José Lanns, Medeiros e Albuquerque, Wanderley Villela) e dos penumbristas ou decadentistas (Júlio César da Silva, Jaime d'Altavilla, Alcides Flávio, Carvalho Aranha, Cleomenes Campos).

A partir de 1923, a revista não só passou a acolher, com intensidade crescente, autores comprometidos com a renovação estética (Luís Aranha, Corrêa Júnior, Sérgio Milliet, Tácito de Almeida, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida), como também se converteu em um espaço no qual concepções tradicionais e modernas passaram a medir forças. Pode-se encarar como uma estratégia de luta o fato de o teórico por excelência do modernismo, Mário de Andrade, ter preferido - quando teve oportunidade de escrever para a principal publicação cultural do país e que até então estivera totalmente identificada, pelo menos do ponto de vista estético, ao chamado conservadorismo - utilizá-la não para divulgar sua produção literária - em apenas uma oportunidade ele publicou poesias - mas enquanto veículo para discutir propostas, tarefa que concretizou por meio de ensaios e do exercício da crítica.

Em pouco tempo a *Revista do Brasil* consagrou-se, sendo festejada e admirada pela intelectualidade. Pouco antes do seu lançamento, Lobato vaticinou: "A *Revista do Brasil* aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo o que brota do *Estado*, empresa sólida e rizomática. Razão para aderirmos. Prometi um estudo sobre o Almeida Júnior e você (Rangel) pode entrar com um dos romances" (Lobato, 1959a, v.2, p.48-9). De fato, como assinalou Cavalheiro, aparecer em suas páginas foi,

por muito tempo, o sonho de todo estreante, de todo "candidato à glória no país das letras" (Cavalheiro, 1956, v.l, p.73):

> Já viste a Revista do Brasil? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo Estado, é a única nesse gênero em todo o país. (Lobato, 1959a, v.2, p.64)
>
> A Revista do Brasil, de São Paulo, é hoje (1920), sem dúvida nenhuma, publicação verdadeiramente revista que existe no Brasil. (Barreto, 1956, v.l3, p.70)

A pronta acolhida dada à revista certamente deveu-se à escassez de publicações essencialmente culturais. Nesse momento, os magazines de variedade ou revistas ilustradas constituíam-se no produto mais típico e refinado do mercado de bens culturais. Esses periódicos, elaborados para agradar e divertir um público heterogêneo, recorriam em larga escala à imagens, fotos e ilustrações, e abordavam extensa gama de assuntos: crônica social e política, humor, moda, crítica teatral e de arte, reportagens poesias, contos, romances, charges, caricaturas, entrevistas, variedades. Muitas reservavam considerável espaço para notas sobre casamentos, aniversários, batizados, banquetes, retratos de homens públicos, artistas e literatos famosos.

A *Semana Ilustrada* de Henrique Fleiuss (RJ, 1860-1876), a *Revista Ilustrada* de Angelo Agostini (RJ, 1876-1898) e *Ilustração do Brasil* de Carlos Vivaldi (RJ, 1876-1880) figuram entre as precursoras desse gênero de periodismo, que ganhou corpo no início do século com o surgimento da *Revista da Semana* (RJ, 1901), *A Avenida* (RJ, 1903), *Kosmos* (RJ, 1904), *Renascença* (RJ, 1904), *Fon-Fon* (RJ, 1907), *A Vida Moderna* (SP, 1907), *Careta* (RJ, 1908), *A Ilustração Brasileira* (RJ, 1909), *A Cigarra* (SP, 1914), entre outras.

O significado dessas revistas para a época pode ser melhor avaliado se considerarmos que em 1901 a *Ilustração Brasileira*, magazine na qual a fotografia predominava sobre o desenho, era produzida em Paris por não existirem no país oficinas gráficas capazes de imprimi-la. Nessa medida, justifica-se plenamente o entusiasmo despertado pelo surgimento de *Kosmos* (1904), passível de ser comparada - por suas qualidades estéticas - às congêne-

res européias (Dimas, 1983, p.5). Em seu número de estréia a direção do mensário referia-se às enormes dificuldades enfrentadas em um "meio como o nosso, tão mal aparelhado para semelhante empresa" (Broca, 1960, p.218).

Contudo, tais obstáculos devem ter sido rapidamente superados uma vez que a partir de então cresceu significativamente a quantidade de revistas em moldes próximos ao de *Kosmos*, denotando que as potencialidades desse segmento do mercado foram desde logo percebidas e exploradas por aqueles que detinham capital.

De outra parte, por meio dos objetivos expressos em suas páginas e das propagandas veiculadas na grande imprensa, foi possível apreender a imagem que esses periódicos pretendiam refletir. Normalmente os anúncios apregoavam que a revista possuía "a mais rápida e abundante reportagem fotográfica da Europa, a mais vasta documentação da vida nacional pela fotografia, a mais luxuosa e artística das publicações ilustradas, artigos assinados pelos mais ilustres escritores nacionais e estrangeiros" *(Revistada Semana, OESP,* 12.2.1916); "lindos coloridos, charges e caricaturas ... completa reportagem fotográfica em métodos e incomparáveis clichês, magnífico texto em prosa e verso de alguns de nossos melhores escritores" *(A Cigarra, OESP*, 16.1.1916); "insuperável reportagem fotográfica ... lindas páginas coloridas, excelente colaboração em prosa e verso, esporte, arte, mundanismo" *(Vida Moderna, OESP*, 29.5.1916); "belo e vistoso magazine, o maior sucesso jornalístico da América do Sul e sem dúvida o mais luxuoso do mundo" *(Eu sei tudo, OESP,* 27.5.1918).

Fica evidente que as revistas ilustradas esperavam conquistar o leitor com dois argumentos básicos: a qualidade estética do produto e o alto nível de seus colaboradores. Porém, a presença da fina flor da cultura nacional estava longe de implicar qualquer compromisso com a realidade e os problemas do país. O ideal dessa imprensa pode ser sintetizada na máxima com a qual *A Vida Moderna* se apresentou ao público: "texto, como sempre, leve e variado" *(Vida Moderna, OESP*, 27.1.1926).

Na mesma direção caminhava Bilac, que se recusou a comentar em *Kosmos* o problema da varíola no Rio de Janeiro

por considerá-lo "impróprio e descabido nesta revista de arte e elegância"; assim como o cronista de *Renascença,* que julgou a questão fronteiriça entre o Brasil e o Peru incompatível com "as páginas leves e desanuviadas" do periódico (Dimas, 1983, p.19). O caso da revista A *Vida Paulista* (1903) é ainda mais paradigmático uma vez que no seu próprio programa lia-se: "não vamos pregar nenhuma idéia, não vamos derrubar, a artigos, o governo, nem levantar, a desenho, a lavoura, nem estimular, a prosa, a indústria: nem com as mesmas armas desenvolver o comércio" (Freitas, 1915, p.935).

Os magazines pretendiam revelar a moda do dia, as regras do bom gosto e bem viver, numa palavra, todo o necessário para que o seu leitor, em geral pertencente aos extratos médios da sociedade, pudesse se familiarizar com os padrões de elegância das classes abastadas, tal como ocorreu no romance de João do Rio, *A profissão de Jacques Pedreira* (1911), cuja personagem Alice dos Santos "aprende os mínimos gestos e a tecnologia da alta roda folheando magazines" (Sussekind, 1987, p.82).

Ao lado das revistas ilustradas havia toda uma plêiade de publicações que tendiam à especialização. Assim, existiam as que se dedicavam ao teatro, cinema, música, humor, esportes; outras que visavam o público infantil, o feminino - com destaque para a *Revista Feminina* (SP, 1914), primeira grande publicação nesse gênero e que circulou por mais de vinte anos, constituindo-se num exemplo lapidar da vinculação entre imprensa, publicidade e a nascente indústria de cosméticos -; ou ainda aquelas que procuravam atender aos interesses de grupos profissionais, como médicos, juristas, educadores, agricultores etc.

Embora vários periódicos de caráter literário ou cultural tivessem sido lançados durante a Primeira República, a grande maioria deles deixou de circular pouco depois do seu aparecimento. Foi esse o caso da *Revista Contemporânea* (RJ), publicada entre 1899 e 1901, que reuniu os nomes mais representativos do simbolismo; *Anais* (RJ), que circulou de 1904 a 1906 e tinha na direção Domingos Olympio; *Floreal* (RJ), dirigida por Lima Barreto e da qual saíram quatro números, sendo o primeiro em fins de 1907; *Rosa-Cruz* (RJ), também de caráter simbolista, cuja pri-

meira fase em 1901 totalizou quatro números e a segunda, em 1904, três exemplares (Broca, 1960, p.216-26). Em São Paulo a situação não era diferente, como atestam os exemplos *d'A Gazeta Artística* (1901), *A Musa* (1905), *A imprensa Acadêmica* (1906) e *A Arcádia Acadêmica* (1906), todas de curta duração.

Diante das dificuldades enfrentadas, só restava a esse gênero de revistas encerrar as atividades ou alterar a linha editorial. Tal medida foi adotada por *Panóplia* (SP, 1912) que, ao fim do seu segundo ano de existência, comunicou ao público que daquela data em diante seria também "um magazine de variedades" (Amaral, 1967, p.154).

Ainda que a presença de um mercado consumidor de bens culturais fosse inconteste, não se deve superestimar suas dimensões e potencialidades. É importante ressaltar que em 1890 apenas 15% da população brasileira era alfabetizada, taxa que atingiu, de acordo com o censo realizado em 1920, o patamar de 24%. Nesse mesmo período, o Estado de São Paulo passou do décimo para o segundo lugar em termos de população alfabetizada, resultado que, pelo menos em parte, pode ser creditado à atenção que as autoridades locais dispensaram ao assunto.

Especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, foram implantadas várias reformas no ensino elementar paulista, responsáveis pela introdução de importantes inovações que acabariam por erigir a escola primária do Estado em modelo para o resto do país. Entretanto, ainda que entre 1890 e 1927 a quantidade de alunos matriculados no curso primário tenha aumentado vinte vezes, ante um crescimento populacional de 4,3 vezes, São Paulo ainda ostentava em 1920 um índice global de analfabetismo de 70%, cifra que decrescia para 42% na capital (Infantosi, 1983, p.74). Esse quadro nada promissor impunha limitações à imprensa como um todo, mas certamente afetava mais profundamente as revistas de caráter exclusivamente literário e cultural.

Os dados citados permitem melhor avaliar o lugar ocupado pela *Revista do Brasil* na história da imprensa. O periódico foi, no seu gênero, a publicação de maior longevidade da República Velha, tendo se convertido em um fórum privilegiado no qual as

questões nacionais eram debatidas sob os mais variados pontos de vista.

Note-se, porém, que a situação financeira da revista nunca correspondeu ao renome adquirido. Pouco depois de completar dois anos de existência, a publicação enfrentava sérios problemas de caixa. Por ocasião da assembléia geral dos acionistas convocada para deliberar sobre o futuro do periódico, Ricardo Severo fez um diagnóstico preciso, ao afirmar que:

> Houve um erro original na organização da empresa, erro apenas sob o ponto de vista da textura financeira. Parece-me que não deveríamos ter-nos congregado em coletividade anônima, de capital parcelado em pequenas cotas de numerosos acionistas, e porque, das dificuldades que sobrevieram para integralização do capital social provieram as primeiras e contínuas dificuldades desta empresa de literatos. Deveria, quando muito, ter-se constituído sob a forma de parceria ou grupo mínimo de associados, que desde o começo realizasse o capital base, necessário à edição dos primeiros tomos e aguardasse, pacientemente, o equilíbrio comercial correspondente ao brilhante sucesso literário da revista. Como, porém, assim não foi desde o princípio, avolumou-se extraordinariamente o passivo, sem que o capital social concorresse senão com uma reduzida porcentagem e desta sorte estabeleceu-se o desequilíbrio.[9]

Diante desse quadro, foi aceita por unanimidade a oferta de compra apresentada por Monteiro Lobato, que a partir de maio de 1918 tornou-se o único proprietário da *Revista do Brasil.*

MONTEIRO LOBATO: EMPRESÁRIO DA CULTURA

Desde o final de 1917 o nome de Monteiro Lobato era cogitado para substituir Plínio Barreto na direção da revista. Entretanto, ele não tencionava aceitar o convite e afirmava a Rangel "ser um burrinho muito rebelde e chucro para ter patrão - e iria

9 SEVERO, R, Relato da situação financeira da sociedade anônima *Revista do Brasil. RBR,* v.8, n.30, p.215-6, jun.1918.

ter dois Júlio de Mesquita e Alfredo Pujol". Mais do que dirigir o periódico a pretensão de Lobato era "substituir-me à assembléia comprando aquilo. Revista sem comando único não vai". Mas, confidenciava ao amigo, "a coisa é segredo" (Lobato, 1959a, v.2, p.l69 e p.60).

Em maio de 1918 a transação, que montou em mais de dez contos de réis, foi concluída, materializando antigo sonho de Lobato.[10] Durante o período em que a *Revista do Brasil* lhe pertenceu-maio de 1918 a maio de 1925-foram publicados 84 números que, somados aos 29 anteriores, totalizam 113 exemplares.

Ao adquirir a revista Monteiro Lobato já despontava como figura de destaque no cenário cultural do país. Nascido em 1882 em uma família de plantadores de café da cidade de Taubaté, aí fez seus primeiros estudos. Em 1897, tornou-se interno do Instituto de Ciências e Letras, sediado em São Paulo, de onde saiu em 1900 para ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Enquanto acadêmico, fundou com os amigos Ricardo Gonçalves, José Antonio Nogueira, Raul de Freitas, Candido Nogueira, Lino Moreira, Tito Lívio Brasil e Godofredo Rangel, o grupo denominado Cenáculo, que se reunia para intermináveis discussões literárias no Café Guarany e no Minarete, nome dado à república - um chalé amarelo no Belenzinho - que Rangel, Ricardo e Lobato dividiam.

Bacharel em 1904, regressou à Taubaté. Graças à influência do avô paterno, o Visconde Tremembé, foi nomeado promotor em Areias, cidade em que fixou residência a partir de 1907. Permaneceu no cargo até 1911 quando, com a morte do visconde, herdou a fazenda Buquira, propriedade imensa, porém decadente, que ele se esforçaria em soerguer.

10 Lobato referiu-se, em mais de uma oportunidade, à questão: "que belo jornal ou revista não formaríamos nós, do nosso grupinho, acrescido do Plínio Barreto, do Heitor de Morais, e mais uns tantos rebeldes sem medo de chegar fogo aos estopins!", ou ainda "está me ganhando um azedume que só terá esgotos em jornal próprio. Acabo montando um, ou uma revista, na qual só eu mande e desmande" (LOBATO, J. B. M., 1959a, v.2, p.23 e 24, respectivamente).

Ainda que escrevesse desde os tempos de estudante - todo um volume de suas obras completas compõe-se de artigos que publicou quando cursava a faculdade - foi apenas com *Velha Praga,* carta dirigida à seção queixas e reclamações, impressa no jornal O *Estado de S. Paulo* em 12 de novembro de 1914 e reproduzida por periódicos dos mais variados cantos do país, que Lobato tornou-se efetivamente conhecido. Desde então, sua colaboração neste jornal, no qual fora introduzido por Pinheiro Júnior, assim como em outros órgãos da imprensa, amiudou-se. Em 23 de dezembro de 1914 publicou no referido matutino o conto *Urupês* e no início do ano seguinte passou a integrar o corpo de colaboradores remunerados d'0 *Estado.* O próprio Lobato relatou o fato ao amigo Rangel:

> Pinheiro é amigo ... e contou-me que na sala do Nestor, n'0 *Estado,* houve uma séria discussão sobre aquele artigo *Urupês,* na qual poucos concordaram comigo totalmente, mas todos foram unânimes em que sou 'novo de forma' e uma 'revelação'... E, disse mais o Pinheiro, que cada um me atribuía uma filiação. Um provou que eu imitava o Eça. O Armando Prado que eu imitava o Fialho. A maioria, porém, achou que eu me revelava pessoal e sem filiações aparentes. E disso resultou que O *Estado* vai pagar-me os artigos a 25$000. (Lobato, 1959a, v.2,p. 19)

Velha Praga, que denunciava a prática das queimadas, e *Urupês,* no qual se consubstanciou o personagem Jeca Tatu, causaram intensa polêmica. Nesses dois textos, com seu estilo direto e irônico, Lobato traçou um perfil ácido do caboclo, que destoava da tradição romântica, cultivada por parcela significativa da produção literária da época, que não raro idealizava o homem do campo, atribuindo-lhe dimensões épicas.

Jeca Tatu extravasou os limites da ficção para encarnar o anti-herói nacional, que incomodava na medida em que comprometia uma determinada concepção da vida cabocla, rompia com o discurso ufanista a respeito do país e seus habitantes - como já o fizera Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma* -, e trazia à tona questões sobre a permeabilidade do Brasil à modernização, os caminhos a serem trilhados para atingi-la, as causas e

os responsáveis pelo nosso descompasso; numa palavra, discuti-lo implicava ter por objeto o próprio país (Campos, 1986, p.18).

Alguns, inconformados com as características imputadas ao personagem e, por extensão, à imensa maioria dos brasileiros, criaram tipos diametralmente opostos, como o Mané Chique-Chique do deputado Ildefonso Albano, rocha viva da nacionalidade; ou o Jeca Leão de Rocha Pombo, criatura dotada de inúmeras virtudes e nenhum defeito.

Enquanto a celeuma em torno do Jeca crescia, Lobato acompanhava de perto a organização da *Revista do Brasil,* da qual se tornaria um dos colaboradores mais assíduos - ele figurou em quinze dos 29 volumes publicados antes dele adquiri-la. Em razão dos laços de amizade que o ligavam a Pinheiro Júnior e Plínio Barreto, dispunha de considerável grau de influência no periódico, como atesta a publicação do romance de Godofredo Rangel, *Vida ociosa,* que só ocorreu graças ao seu empenho.

Em agosto de 1916 Lobato contava ao amigo: "quando esteve aqui [na fazenda] por várias vezes o Pinheiro voltou ao assunto da *Vida ociosa* - se era boa 'mesmo', se era coisa de valor etc. ... Respondi: 'não escrevo ao Rangel sugerindo que mande a *Vida...* porque não há na revista competência para julgá-lo. O que o Rangel vai fazer é dar em livro a *Vida ociosa,* com um sucesso tremendo e vocês terão que convencer-se que não passam duns anos'. Isso calou no ânimo do Pinheiro e levou-o a escrever-te pedindo a *Vida".* Em maio de 1917 Lobato voltava ao assunto: "hoje escrevi à revista (como por ordem tua) que ou publicassem a *Vida* ou devolvessem os originais... Tiro-a de lá e publico-a em rodapé no *Estadinho".* Menos de um mês depois anunciava a Rangel: *"a Vida ociosa vai* afinal sair. Aquela intimação surtiu efeito. respondeu o Plínio que a não devolvia porque ia publicá-la já" (Lobato, 1959a, v.2, p.101 e 138-9).

Entretanto, se o escritor desfrutava de um prestígio crescente nos meios literários, a situação financeira do fazendeiro estava longe de ser tranqüila. As terras da Buquira, cansadas de tantas colheitas, exigiam, para voltarem a ser produtivas, grande inversão de capitais, exatamente o que Lobato não possuía. Seus esforços em prol da modernização da fazenda - intentou novos

processos de criação de galinhas, cabras e outros animais, adquirindo espécimes de raça, investiu em máquinas de beneficiamento do café, abriu novas áreas de plantio - não trouxeram os resultados esperados.

A situação desfavorável da economia brasileira nos anos 1913-1914, a restrição dos créditos, as constantes flutuações nos preços do café e o início da guerra na Europa, conjuntura que afetava indistintamente os produtos agrícolas, tornava ainda mais aflitiva a saúde financeira de Lobato. Em 1915, época em que já se havia decidido pela venda da propriedade, seu passivo beirava a casa dos vinte contos de réis. Tais dificuldades possivelmente expliquem porque Lobato não figurou entre os acionistas da *Revista do Brasil.*

Quando finalmente conseguiu desfazer-se da fazenda, lá por meados de 1917, Lobato fixou residência em São Paulo e passou a dedicar-se em tempo integral à literatura. Nesse mesmo ano organizou, com grande sucesso, um inquérito a respeito do Saci-Pererê para o *Estadinbo* e em 1918 engajou-se na campanha em prol do saneamento, propugnada por Miguel Pereira, Belisário Penna, Afranio Peixoto e Artur Neiva, tendo publicado uma série de artigos no jornal O *Estado de S. Paulo* a respeito da questão.

A luta em favor do saneamento e da higiene, além de contribuir para aumentar o renome do autor - "a mim, afirmava ao amigo Rangel, favoreceu muito aquela campanha pró-saneamento que fiz pelo *Estado.* Popularizou a marca *Monteiro Lobato;* o público imagina-me um médico sabidíssimo, e a semana passada tive um chamado telefônico altas horas da noite" (Lobato, 1959a, v.2, p.173) - significou, conforme teremos oportunidade de ressaltar, um ponto de inflexão no pensamento lobatiano, uma vez que as causas da preguiça e indolência do Jeca deixaram de ser encaradas como intrínsecas ao personagem, perdendo assim o seu estatuto de imposição biológica peculiar às raças inferiores, para transformar-se em produto da doença.

No plano pessoal 1918 também foi um ano marcante pois, no seu transcorrer, Lobato realizou alguns projetos de há muito acalentados, como o de tornar-se editor. Já em janeiro de 1915 declarava a Rangel: "não há livros, afora os franceses. Nós precisamos

entupir este país com uma chuva de livros", o que de fato ele faria algum tempo depois. Nesse mesmo ano recusou oferta de um indivíduo que pretendia reunir em livro os seus artigos, alegando tratar-se de "um cara", não um editor profissional. A conclusão que tirou do episódio - "cara por cara, porque não a minha?" (Lobato, 1959a, v.2, p.7 e 21) - prenunciava as suas intenções.

Imediatamente depois de ter vendido a fazenda comunicava, em carta ao cunhado Heitor, que estava "estudando o negócio editorial", relatava conversa mantida com pessoas do ramo sobre o pagamento de direitos autorais e pedia-lhe que manifestasse ao escritor Valdomiro Silveira seu desejo de editá-lo (Lobato, 1959b, p.68). O interesse de Lobato pelo assunto também foi registrado por Guilherme de Almeida, que lhe relatou como, por conta própria, custeara a edição de sua obra *Nós*.

Editar os próprios livros era prática comum no final dos anos 10. As poucas casas editoras então existentes só abriam suas portas para figuras consagradas e mesmo assim em tiragens pequenas. Nomes de peso como Machado de Assis, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Alberto Rangel, tiveram sua obra impressa na França ou em Portugal, enquanto Lima Barreto para ver publicado seu primeiro livro, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, abriu mão de receber qualquer direito autoral.

Para certificar-se das potencialidades desse ramo de atividade, Lobato imprimiu, às suas expensas, o inquérito sobre o Saci-Pererê que organizara para o *Estadinho*. Ao amigo Rangel confidenciou: "Meu *Saci* está pronto, isto é, composto, falta só a impressão. Se o negócio correr bem, editarei outros livros". O volume, com quase trezentas páginas, veio à público no início de 1918, tendo a primeira edição esgotado em apenas dois meses. O sucesso não deve tê-lo surpreendido pois antes mesmo de colocar o livro no mercado prognosticava: "O Saci é um livro *sui-generis:* para criança, para gente grande, para sábios folclóricos, ninguém escapa. Dará dinheiro" (Lobato, 1959a, v.2, p.160 e 152). Animado com os resultados, Lobato decidiu lançar o seu próprio livro de contos, reunindo o que de melhor publicara em revista e jornais.

A aquisição da *Revista do Brasil*, periódico que desfrutava de grande reputação nos meios intelectuais, coadunava-se perfeitamente com os projetos de Lobato, que poderia então fundar sua editora sob a prestigiosa chancela da revista. De fato, a idéia de lançar as edições da *Revista do Brasil* não era nova; o próprio Lobato mencionou ao assunto em carta à Rangel datada de agosto de 1917. Em dezembro deste ano, antes portanto da venda do periódico, a revista publicava anúncio de um livro de contos de Monteiro Lobato intitulado *Dez mortes trágicas*, a ser lançado em fevereiro ou março vindouro. A obra, com o título alterado para *Urupês*, somente seria lançada em julho de 1918. O enorme sucesso alcançado pelo livro certamente contribuiu para demover qualquer dúvida sobre a potencialidade da atividade editorial.

De posse da *Revista do Brasil*, a primeira preocupação de Lobato foi torná-la rentável. Entretanto, a julgar pelos aspectos formais - estruturação interna do conteúdo, sessões, dimensão, capa, número de páginas, tipo de material iconográfico utilizado - a presença de Lobato não trouxe alterações significativas à publicação. O cuidado em preservar a mesma aparência pode ser encarado como uma tática para demonstrar que o periódico continuava fiel ao padrão de excelência que lhe havia garantido renome nos círculos cultos.

Entretanto, o novo proprietário imprimiu reformulações nos critérios de seleção do corpo de artigos, como indica o fato de haver desaparecido da contracapa, a partir do número 34, a informação de que a revista só publicava trabalhos inéditos. Também é notória a preocupação de tornar o mensário mais leve e atraente, aumentando o espaço dedicado à criação literária. Em duas oportunidades Lobato externou a sua opinião a respeito da publicação que acabara de adquirir: em agosto de 1918 lembrava a Rangel que "o fato do teu romance ter saído na *Revista do Brasil* corresponde a quase ineditismo. Ninguém lê essa maçuda e irrespirável revista cheia de cracas acadêmicas. Estás ali tão inédito como se te publicasse O *Correio Paulistano.* É indispensável vires à público em livro" (Lobato, 1959a, v.2, p.180). Na mesma época, em carta a Lima Barreto, afirmava: "A *Revista do Brasil* deseja ardentemente vê-lo entre seus colaboradores. Ninho de medalhões e pérolas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caiam

no gosto do público ... A confraria é pobre, mas paga, por isso não há razão para Lima Barreto deixar de acudir o nosso pedido" (apud Cavalheiro, 1956, v.l, p.13-4).

Numa atitude inédita até então, os leitores foram convidados, por duas vezes, a enviar matérias para o mensário. A primeira delas ocorreu em julho de 1919, quando a revista lançou um concurso-inquérito a respeito da Independência, oferecendo um prêmio de um conto de réis para o melhor trabalho, além de propor-se a publicar os mais significativos; e a segunda, em novembro do mesmo ano, ao veicular nota esclarecendo que o periódico não pretendia se fechar "ao principiante, ao obscuro, ao sem-nome", antes acolheria tanto "as manifestações intelectuais do consagrado pela imortalidade acadêmica, como as de um simples curioso", e sugeria uma extensa lista de temas que gostaria de ver tratados em suas páginas, todos eles coerentes com o seu programa de "ser um reflexo da alma nacional, essa alma brasílica sufocada pelo estrangeirismo invasor e pelo esnobismo infrene das grandes capitais".[11] Entretanto, não foi possível aquilatar a repercussão ou os resultados destas tentativas, uma vez que o periódico não mais voltou a mencionar o assunto.

Sem dúvida, Lobato pretendia adequar a publicação a um público mais amplo, tendo em mira o crescimento do número de leitores. Segundo suas próprias palavras, ele estava a desenvolver furiosamente a propaganda. Os números da revista passaram a estampar um cupom promocional que dava direito a uma assinatura grátis a todos aqueles que angariassem quatro novos assinantes. Possivelmente para agilizar a divulgação da revista além das fronteiras paulistas, Lobato criou o cargo de diretor estadual, convidando para exercê-lo pessoas que então desfrutavam de renome no mundo literário.[12] Três meses depois de haver comprado o

11 *RBR*, v.ll, n.42, p.190, jun. 1919 e v.13, n.49, p.194, nov. 1919.

12 Foram diretores estaduais: José Maria Bello (RJ), J. A. Nogueira (MG), Mário Sette (PE), Antonio Salles (CE), João Pinto da Silva (RS), J. de Aguiar Costa Pinto (BA), Seraphim França (PR), Alcides Bezerra (PB), Henrique Castrieiano (RN), João Batista de Faria e Souza (AM). Os diretores estaduais foram mencionados na revista entre os números 33 e 52.

mensário declarava a Rangel: "quando me fiquei com ela entravam em média doze assinaturas por mês. Hoje entra isso por dia. Nessa primeira quinzena de agosto registrei cento e cinqüenta assinantes novos. Meu processo é obter em cada cidade o endereço de pessoas que lêem e enviar a cada uma o prospecto da revista, com uma carta direta e mais coisas - iscas. E atiço em cima o agente local. Estou a operar sistematicamente pelo país inteiro. Manda-me pois daí o nome das pessoas alfabetas menos cretinas e merecedoras da honra de ter a nossa revista" (Lobato, 1959a, v.2, p.179-80). Em 1919 anunciava ao amigo que a revista contava com três mil assinantes.

Lobato estava promovendo uma verdadeira revolução no sistema de distribuição, até então restrito a algumas dezenas de livrarias. O passo seguinte foi enviar uma circular a todos os agentes dos correios solicitando endereço de papelarias, bazares, armarinhos, farmácias, lojas de ferragens e de fazendas, enfim qualquer estabelecimento capaz de vender seus produtos, ou seja, a *Revista do Brasil, Urupês* e o *Saci-Pererê.* Lobato enviava as obras em consignação, pagando 30% de comissão sobre o preço de cada exemplar vendido e aceitava-os de volta caso não tivessem saída (Lobato, 1956a, p.158 e 189-190).

Em fevereiro de 1919, relatava entusiasmado ao amigo Rangel: "a seção das edições toma corpo. Ontem saiu o romance de Lima Barreto *{Vida* e *morte de* M. j. *Gonzaga de Sá),* sai hoje o primeiro da série de Martim Francisco *(Rindo)* e quantos na bica! O negócio vai crescendo na fatura de livros" (Lobato, 1959a, v.2, p.189). Pouco depois de completar um ano à frente da revista, Lobato não só havia saldado todo o seu passivo, que montava em dezesseis contos de réis, como dispunha de um ativo de setenta contos, isso sem abalar o prestígio da publicação. Organizou então, em meados desse mesmo ano, a sua própria editora com um capital de cem contos.

Enquanto editor, Lobato empregou métodos que alteraram os parâmetros até então vigentes no mercado de livros. Consciente de que vendia uma mercadoria como qualquer outra - "faço livros e vendo-os ... exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os" (Lobato, 1959a, v.2,

p.211) - ele preocupou-se, contrariando a praxe da época, em divulgar o seu produto e colocá-lo ao alcance do grande público. Costumava afirmar que "livro não é gênero de primeira necessidade, que o sujeito *é* obrigado a ir procurar aonde exista, para não morrer de fome. Livro é sobremesa: tem que ser posto debaixo do nariz do freguês, para provocar-lhe a gulodice" (Barros, 1957, p.84). Em várias oportunidades Lobato insistiu na necessidade de se adotar uma postura agressiva ante o leitor. Confidenciava à Rangel: "A máquina está bem montada - a máquina de gravar gansos ou de obrigar esse país ler a força. O nosso sistema não é esperar que o leitor venha, vamos onde ele está, como o caçador. Perseguimos a caça. Fazemos o livro cair no nariz de todos os possíveis leitores dessa terra. Não nos limitamos às capitais, como os velhos editores. Afundamos em quanta biboca existe" (Lobato, 1959a, v.2, p.239). Seus esforços não foram em vão. Koshiyama (1985, p.76) assinala que entre os leitores da *Revista do Brasil, Urupês* e *Cidades Mortas* estava o jovem Érico Veríssimo, que então morava no interior do Rio Grande do Sul.

Lobato multiplicou os pontos de venda, anunciou os livros de sua editora em jornais e revistas, fato até então pouco comum,[13] passou a dar atenção aos títulos,[14] à divisão do texto e ao nome dos capítulos,[15] preocupou-se com a diagramação e a qualidade da impressão, contratou ilustradores, colocou cor nas capas, abandonou o tradicional formato francês (12 x 19cm) em prol de um

13 "O meu *Narizinho...* tem que ser metido bucho a dentro do público, tal qual fazem as mães com o óleo de rícino. Gastei quatro contos num anúncio de página inteira num jornal. LOBATO, J. B. M., 1959a, v.2, p.230.

14 Em carta a Lima Barreto, Lobato assim explicava o fracasso do romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* por ele editado: "O teu livro sai pouco, sabe por que? O título não é psicologicamente comercial. Um bom título é metade do negócio. Ao ler o título do teu romance toda gente supõe que é a biografia de ... um ilustre desconhecido". CAVALHEIRO, E., 1956, v.l, p.42.

15 "Recebi *Vida ociosa.* Parece-me aconselhável trocar a simples enumeração dos capítulos, coisa anti-comercial, pela denominação dos capítulos, coisa comercialíssima. Acho horrivelmente árido um romance de capítulos numerados. E é fértil o que em cada capítulo tem um titulozinho tentador ... Tudo que nos livros dispões o bem do público ledor e comprador é agradável a Deus." LOBATO, J. B. M., 1959a, v.2, p. 139.

padrão próprio (12 x 16,5cm) menor e que possibilitou o barateamento das edições, deu oportunidade à jovens escritores.

No decorrer de 1919, sua editora lançou quinze obras, num total de sessenta mil exemplares. Entusiasmado, relatava a Rangel: "nossa casinha editora vai de vento em popa - mas que vento: furacão! Não há memória de triunfo igual". Contudo esses números ainda eram modestos perto dos duzentos mil volumes produzidos em 1921. Relatava ao amigo: "Temos editado brutalmente. Já trinta edições este ano (1921) e mais quinze que estão para esse mês - de dois em dois dias uma. Isso me cheira a record..." (Lobato, 1959a, v.2, p.170 e 235).

O seu sucesso como editor forçou-o a entrar no ramo gráfico, uma vez que as seções de obras dos grandes jornais, que normalmente imprimiam os livros, não estavam aparelhados para produzir a quantidade exigida pelo editor e nem tampouco a qualidade estética desejada. Em maio de 1922, com sua empresa já organizada sob a forma de sociedade anônima, Lobato anunciava à Rangel a instalação das tão sonhadas oficinas, que tomariam proporções cada vez maior. No final desse mesmo ano, a sociedade registrava aumento de capital para mil contos e a entrada de novos sócios, entre eles Paulo Prado, que integralizaram o capital necessário para a montagem do parque gráfico. Como resultado, a partir de janeiro de 1923 a *Revista do Brasil* passou a ser dirigida por Prado, enquanto Lobato concentrava seus esforços na editora. Em 1924, surgia a Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato, cujas oficinas próprias estavam instaladas no Brás

> num prédio de cinco mil metros quadrados de área coberta, todo cheio de máquinas, entre elas novidades: os primeiros monotipos entrados em São Paulo. O linotipo compõe linhas inteiras; o monotipo funde tipo por tipo. Maravilha ... Há lá um mundo de linotipos e prelos ... O prédio é uma beleza - é um monstro. (Lobato, 1959a, v.2, p.264)

A edição de livros, que começou como uma atividade subsidiária da *Revista do Brasil*, logo se tornou o ramo principal dos negócios de Lobato, obrigando-o a afastar-se cada vez mais da literatura e da revista. Queixava-se ao amigo Rangel em tom de

lamento "Começo a não ler nada, estou a caminho da bestificação. Três anos de vida como esta, e estou galego de balcão, com os pés virados para fora ... Meu nome, que aparecia no alto dos livros ou embaixo de artigos, virou agora objeto de registro na Junta Comercial" (Lobato, 1959a, v.2, p.1919).

Apesar do nome de Lobato ter quase sempre figurado entre os diretores da *Revista do Brasil,*[16] a efetiva gerência do periódico foi sendo progressivamente delegada a outros. Em abril de 1924 Lobato anunciava a Rangel: "entreguei a revista ao Paulo Prado e Sérgio Milliet e não mexo mais naquilo. Eles são modernistas e vão ultramodernizá-la. Vejamos o que sai - e se não houver baixa no câmbio das assinaturas, o modernismo está aprovado". Não se tratava de simples retórica. Ao receber uma contribuição de Rangel para a revista escreveu-lhe que era preciso que "o diretor da revista (eu sou honorário) aprove" (Lobato, 1959a ,v.2, p.264 e 270).

Na sua origem a *Revista do Brasil* foi concebida enquanto instrumento de ação pelo grupo do jornal O *Estado de S. Paulo,* que acreditava na capacidade transformadora e pedagógica da palavra escrita. Lobato, integrante ilustre dessa plêiade, nunca deixou de comungar dessa opinião. Porém, com sua aguda percepção empresarial, ele também foi capaz de utilizar eficazmente o periódico como meio para a realização de seus negócios. A preocupação de torná-lo rentável obrigaram-no a levar em conta o gosto do público, enquanto as freqüentes alterações no quadro dirigente

16 O quadro dirigente da revista foi o seguinte: *1 ao 29* — diretores: Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol, Luís Pereira Barreto, secretário Pinheiro Júnior; *30 ao 41* — diretor: Monteiro Lobato, secretário Pinheiro Júnior, até o número 36 e depois Alarico F. Caiuby; *42 ao 48* — diretores: Monteiro Lobato e Lourenço Filho, secretário Caiuby; *49 ao 60* — diretor: Monteiro Lobato, secretário até o número 56 Caiuby, que não foi substituído; *61 ao 66* — diretores: Afrânio Peixoto e Amadeu Amaral, Lobato figurava como editor; 67 *a* 72 — diretores: Monteiro Lobato e Afrânio Peixoto, secretário Moacyr Deabreu nos números 67 a 69 e Brenno Ferraz do 70 ao 72, ocupando o cargo de redator; *73 a 75* — diretores: Monteiro Lobato e Brenno Ferraz, sem indicação de redator ou secretário; 76 *a 84* — diretores Monteiro Lobato, Brenno Ferraz e Ronald de Carvalho; *85 a 113* — diretores: Monteiro Lobato e Paulo Prado, redator Júlio César da Silva até o número 97 e Sérgio Milliet do 98 ao 113.

trouxeram mudanças para a linha editorial e favoreceram a diversidade de colaborações e colaboradores, permitindo à publicação espelhar o pensamento de vários setores da intelectualidade. A tensão entre os modernistas e os passadistas, que a partir de 1924 explodiu nas suas páginas, constitui um bom exemplo de como a revista foi capaz de abrigar opiniões contrastantes, o que a torna um manancial dos mais ricos para o historiador.

É certo que desde o início dos anos 20 o mensário vivia, do ponto de vista financeiro, à sombra da editora. Entretanto, não parece correto supor, como fez Barros (1957, p.76), que Lobato tivesse insistido em mantê-la viva por mero sentimentalismo, à exemplo do fazendeiro enriquecido que conserva no pasto a sua bestinha baia de estimação. Com o seu particular senso comercial, Lobato tinha clareza da importância da *Revista do Brasil* para a editora e ele soube utilizá-la como uma grande vitrine para si e seus produtos. A descrição fornecida pelo próprio Barros deixa patente o enorme prestígio adquirido pelo periódico:

> Seu renome e prestígio eram grandes tanto em São Paulo como nos demais centros de atividade intelectual do país. E da cidade tudo quanto era escritor, artista, jornalista, poeta, pensador ou mero "sapo" em alguns desses setores, tinha ali naquelas duas saletas o seu habitual ponto de encontro. Com o que o expediente da revista só vigorava mesmo, e produzia o que era indispensável, no período da manhã, cm que ali estávamos Lobato, Alarico (Silveira), (Armando) Caiuby e eu. A tarde, a revista virava clube ou tertúlia, cavaqueavam, discutiam, ou tiravam uma furtiva soneca, os mais variados, heterogêneos e desencontrados espécimes intelectuais... Eram obrigatórias ou esporádicas as presenças de Artur Neiva, Manequinho Lopes, Plínio Barreto, Felinto Lopes, Paulo Setúbal, Hilário Tácito, Raul de Freitas, Quinzinho Correa, Indalécio Aguiar, Armando Rodrigues, Júlio César da Silva, Wasth Rodrigues, Roberto Moreira, Ricardo Cipicchia, Voltolino, Cornélio Pires, Amadeu Amaral, Oswald de Andrade e ainda muitos outros... Mas também do interior, do Rio, ou de outros Estados, não tinha por aquele tempo nenhum intelectual ou artista que viesse à São Paulo e que não buscasse a redação da revista, (p.78-9)

A fim de não circunscrever as atividades de sua editora às páginas destinadas à propaganda, criou seções como *Notícias Literárias,* que anunciava os livros antes deles virem à público:

> Teremos este ano vários livros que despertarão interesse. Já surgiu, há poucos dias, Os Caboclos de Valdomiro Silveira, contador exímio... Martins Fontes trabalha ativamente, no seu retiro de Santos, de onde não demorará a surgir alguma bela surpresa. Em São Paulo temos, em plena atividade, Monteiro Lobato, de quem sairá muito breve, na série A Novela Nacional, um volumezinho intitulado Os Negros. Também nos dará ele, sem tardança, uma edição ampliada da Menina do Narizinho Arrebitado, que tão grande êxito alcançou a poucos dias. Do mesmo escritor está a sair em Buenos Aires sua tradução de Urupês, pela editora Pátria... Na mesma série acima citada, uma novela de Leo Vaz, e em seguida outra de Gustavo Barroso. Depois virá de novo Amadeu Amaral, que abriu a série, com uma nova história do nosso torrão. Antes disso, porém, aparecerá uma reedição d'A Pulseira de Ferro, cuja primeira tiragem, de cinco mil exemplares, está a esgotar-se. Dentro de poucos dias deverá seguir, editada pela empresa desta revista, uma reedição de antigos e graciosos versos regionalistas de Cornélio Pires, este escritor prepara, além disso, um novo volume de contos.[17]

Outra seção que cumpria função semelhante intitulava-se *Movimento Editorial,* na qual eram listadas as obras editadas, sua tiragem e anunciados os próximos lançamentos, tanto da editora de lobato quanto dos concorrentes,[18] o que acabava por conferir ao conjunto um tom de imparcialidade capaz de tornar mais verossímil os elogios tecidos à sua empresa. Assim, depois de apresentar um balanço da produção editorial paulista ao longo dos anos 1920, o articulista da revista concluía:

> Como se vê desta resenha incompleta, o movimento livreiro em São Paulo tem crescido admiravelmente, nos últimos tempos, sendo de se notar que este Estado é ainda o melhor dos clientes as livrarias do Rio. Este progresso um tanto repentino foi preparado, principalmente, pelo grande encarecimento dos livros estrangeiros, durante e depois da guerra. Várias causas concorreram em seguida:

17 *Notícias Literárias. RBR,* v.16, n.61, p.90, jan.1921.

18 A revista publicou, na referida seção, a seguinte nota: "Aceitamos com prazer qualquer informação que os senhores editores de todo o Brasil nos queiram enviar, no sentido de nos por ao corrente dos seus trabalhos realizados ou em vistas de realização". *Movimento Editorial. RBR,* v.16, n.64, p.84-5, abr. 1921.

> *o aparecimento de editores ousados, inteligentes, conhecedores da psicologia do nosso público,* o auxílio esclarecido e simpático da imprensa.[19]

Em outra oportunidade, ao comentar os 45 lançamentos do primeiro semestre de 1923, totalizando 208 mil livros, afirmava-se: "Esse movimento muito lisonjeia os arrojados editores, que apesar de terem sido dos últimos aparecidos, já pesam na balança livresca, e cada vez mais, além de terem organizado uma coisa nova no país: venda de livros em todas as localidades do país. As novidades que a casa edita não ficam nas capitais, como acontecia antigamente, mas infiltram-se pelo país inteiro e vão procurar os leitores onde quer que eles se encontrem".[20]

Uma vez publicada, a obra era apreciada na *Bibliografia,* muitas vezes pelo próprio Lobato, que assim ungia o trabalho com o seu prestígio. Qualquer comentário elogioso, procedente de outros órgãos de imprensa, era transcrito na *Resenha do Mês.* A revista chegou a possuir também uma seção intitulada *A Literatura Nacional no Estrangeiro,* no qual eram compiladas as críticas provenientes de jornais e revistas do exterior, com especial destaque para os livros editados por Lobato.[21]

A *Revista do Brasil* cumpria ainda o importante papel de tirar do anonimato os neófitos lançados pela editora. No mensário eles publicavam contos, poesias, ensaios, artigos, de modo a familiarizar o público com os nomes que, pouco depois, seriam encontrados nas lombadas dos livros. Lobato idealizou também a série *Galeria dos*

19 *Movimento Editorial. RBR,* v.16, n.61, p.90, abr. 1921, grifo meu.

20 *Movimento Editorial. RBR,* v.23, n.91, p.230, jul. 1923.

21 A seção foi inaugurada na *RBR,* v.21, n.82, p.152, out. 1922. Outras vezes os comentários eram enfeixados na rubrica *Notas do Exterior.* Ver, por exemplo, na *RBR,* v.21, n.81, p.84-92, set. 1922, os artigos, transcritos de jornais estrangeiros, que não poupavam elogios a Monteiro Lobato, Hilário Tácito e Leo Vaz. Noticiava-se ainda a homenagem prestada pela revista argentina *Nuestra Revista* que, para marcar a passagem do Centenário da Independência, dedicou todo um número à literatura brasileira, tendo publicado trabalhos de Lobato, Júlio César da Silva, Hugo Carvalho Ramos, Ribeiro Couto, Mário Sette, Lima Barreto, Gabriel Marques e Faria Neves Sobrinho.

Editados, uma página inteira em papel *couché* com o retrato de autores que tiveram seus livros publicados pela casa. A revista alimentava um culto à figura de Lobato, que era enaltecida por meio de notícias a respeito da tradução de seus escritos para outras línguas, reprodução de resenhas e comentários elogiosos provenientes de outros órgãos da imprensa nacional e estrangeira.

Suas realizações como editor e empresário arrojado foram devidamente louvadas no periódico, como fica patente no seguinte trecho:

> Nesta capital do Brasil intelectual, a empresa de Monteiro Lobato é o que há de mais importante. Um mundo de máquinas: planas, linotipos, monotipos; de policromias, de gravação, de tudo. Um mundo. Contou-me ele um caso que demonstra a eficiência das oficinas da Empresa Gráfica Editora Monteiro Lobato. A primeira edição de *Narrando A Verdade* do General Abílio de Noronha, foi de cinco mil exemplares e esgotou-se num dia. No outro choveram os pedidos de tal modo que Monteiro Lobato resolveu tirar, imediatamente, nova edição. Deu início à tarefa às 7:30 do outro dia e, às 19:30, dez mil exemplares estavam prontos para a venda. Só Monteiro Lobato vende mais livros do que todos os livreiros cariocas reunidos! As oficinas estão lançando obras na proporção de uma por dia e a menor seção que há no estabelecimento é a de estoque.[22]

A *Revista do Brasil* propugnou com insistência a necessidade de um maior intercâmbio cultural entre os países latinos, fato que não pode ser dissociado das pretensões de Lobato de lançar seus produtos nos países de língua espanhola por intermédio da Argentina. A partir de 1919, as referências à república vizinha tornaram-se constantes na revista: livros, escritores, artigos da imprensa portenha ganharam, desde então, espaço no periódico. A editora, por sua vez, lançou uma coleção denominada *Biblioteca Americana*, inaugurada com *Facundo* de Domingo Sarmiento. Os contatos de Lobato com a intelectualidade argentina amiudaram-se e ele chegou mesmo a iniciar negociações, que não chegaram a bom termo, com a Cooperativa Editorial Argentina. Vários contos seus, assim

22 L. (não identificado). Bagatelas. *RBR*, v.28, n.112, p.366, abr. 1925.

como de autores por ele editados, foram publicados em jornais e revistas desse país.[23]

Porém, o crescimento e a prosperidade de Lobato não se assentavam em bases sólidas. As imensas dívidas contraídas para a instalação da nova oficina gráfica - de longe a maior, mais moderna e bem equipada do Estado - deveriam ser pagas com o faturamento dos meses subseqüentes. O próprio Lobato demonstrava plena consciência de quão tênue era o seu equilíbrio financeiro ao afirmar: "às vezes me dá medo. E se o arranha-céu desaba? Nós, que lá na rua Boa Vista não devíamos um vintém, agora devemos milhares de contos ... e a pagar-se em prestações mensais" (Lobato, 1959a, v.2, p.270).

Seus piores temores realizaram-se. Uma conjuntura desfavorável, marcada pela Revolução de 1924, que impôs três meses de inatividade à empresa; pela política deflacionária de Bernardes, com a retração do crédito bancário; pela seca prolongada do ano seguinte, que cortou drasticamente o fornecimento de energia elétrica; acabou por arrastá-lo, em agosto de 1925, à falência. Sua luta para tentar evitar a bancarrota pode ser acompanhada por meio das missivas remetidas ao amigo Rangel. Em carta bastante significativa relatava:

> A situação piora. A Light que prometera restabelecer a força este mês, avisa hoje que fará nova redução na energia fornecida. Só podemos trabalhar agora dois dias por semana! E como a horrenda seca que determinou esta calamidade continua, é voz geral que teremos completa supressão de força em novembro. O desastre que isso representa para São Paulo é imenso, e como se junta à crise de energia elétrica a crise de água da Cantareira e a crise bancária, o mal é

23 A respeito da importância de Monteiro Lobato na Argentina ver o texto escrito em 1941 no jornal O *Estado de S. Paulo* por Braúlio Sanchez-Sáez quando da morte de Valdomiro Silveira (apud DIAS, 1984, p.256-9). Braúlio foi apresentado na *RBR*, v.21, n.83, p.247, nov. 1922 como o seu representante da publicação em Buenos Aires. Foi o responsável pela organização do Inquérito Literário Sul-Americano, que tinha por finalidade avaliar o grau de conhecimento da produção intelectual brasileira entre os letrados do continente. Os resultados foram publicados na RBR, v.23, n.91, p.193-205, jul. 1923.

> enorme. Até o recurso de montarmos um motor a Diesel falhou; depois de assuntado, faltou-nos água para o resfriamento... verdadeira calamidade... Eu podia prever tudo no meu negócio menos isso: seca do Ceará em São Paulo. (Lobato, 1959a, v.2, p.277-8)

Terminava melancolicamente a aventura editorial de Lobato. Alguns contemporâneos atribuíram-lhe um otimismo exagerado a ponto de torná-lo imprudente; outros consideravam que suas idéias econômicas e sociológicas não passavam de ingenuidades literárias e houve até quem se confessasse intimamente rejubilado sempre que o via colher decepções ao semear fora do campo literário (Barreto, 1958, p.227-8). Entretanto, parece suficiente assinalar que as máquinas por ele importadas em 1924 ainda eram consideradas "eficientes numa das maiores e mais modernas oficinas gráficas do país quarenta anos depois" (Travassos, 1974, p.248-9). O último número da primeira fase da *Revista do Brasil* circulou em maio de 1925, totalizando mais de nove anos de existência. Na simbiose revista-editora residiu, em larga medida, o segredo da longevidade do periódico.

Estabelecido o lugar da publicação na história da imprensa, é possível adentrar com maior segurança na análise do seu conteúdo. Dos seus 113 exemplares sobressai o desejo persistente de promover uma releitura do país. Os diagnósticos e projetos produzidos, que se pretendiam investidos de uma legitimidade então conferida apenas pelo adjetivo *científico*, traziam, freqüentemente, a marca do desalento. Tendo tomado por guia paradigmas que consagravam noções deterministas de raça e meio, vários pensadores mostravam-se cépticos em relação ao grau de permeabilidade à civilização de uma região tropical, recém-saída da escravidão.

O Brasil, que já embalara os sonhos de riqueza e abundância dos europeus, adentrava o século XX citado como um contra-exemplo. Desprovido de uma história gloriosa, com grandes extensões de terras ainda intocadas, habitado por uma população escassa e estigmatizada pela presença do sangue de índios e negros, então considerados inferiores, ele parecia fadado a permanecer alijado do concerto das nações. Segundo a opinião corrente,

ainda não éramos uma verdadeira nação, conclusão que imprimia um sentido de urgência à tarefa de descobrir porque parecia falhar a química capaz de garantir, sob o céu dos trópicos, uma existência plena ao nacional.

A proposição do problema, a maneira de enfrentá-lo e as saídas sugeridas variaram consideravelmente nas páginas da *Revista do Brasil,* o que atesta que a publicação foi capaz de expressar diferentes setores da intelectualidade. Contudo, uma representação em particular transparece com força: a que atrelava as possibilidades de futuro à condição de se impor o exemplo paulista ao conjunto do país. Cada vez mais a nação foi sendo identificada ao Estado de São Paulo que, com suas fazendas, indústrias, ferrovias e grandes cidades, desfrutava de uma prosperidade econômica sem similar no país.

Os atributos da nacionalidade - fronteiras definidas, conquista da soberania política, feitos históricos gloriosos, habitantes dotados de traços étnicos específicos, posse de uma língua e de uma cultura própria - acabaram sendo creditados exclusivamente aos paulistas. Nas páginas da *Revista do Brasil* é possível acompanhar os passos dessa construção mitológica que atribuía ao Estado toda e qualquer positividade contida na idéia de Brasil.

GRUPO I: Figuras 1 a 5

Lobato soube utilizar a revista como veículo de difusão das publicações de sua editora. *(RBR*, n.l, 30, 37, 83 e 90)

REVISTA DO BRASIL

SUMMARIO

(Continúa na pagina seguinte)

PUBLICAÇÃO MENSAL

N. I - ANNO I VOL. I JANEIRO, 1916

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RUA DA BOA VISTA, 52
S. PAULO - BRASIL

FIGURA 1-A

RESENHA DO **MEZ—** O Codigo Civil Brasileiro, *P. B*— **Movimento literario:** — Lendas e tradições — Machado de Assis — B**ellas Artes:** —Pintura e esculptura, *P.* — **Revistas e** Jornaes: — As revistas no Brasil; a "Semana"; a nossa situação internacional. — As revistas nos Estados Unidos. — Solidariedade Commercial e de instituições das republicas do hemispherio occidental. — A alimentação das crianças. — Guerra ao alcool — Os literatos italianos e a Guerra — O organisador da "Triplice-entente" — As mulheres japonezas e a politica — Aphorismos — As mentiras da reclame — **Collaboradores da "Revista** do **Brasil"** — **Sclencias e Arte:** — O telephone sem fios — Automoveis amphibios = A acustica nas salas — As cidades-jardins, *X.* — **As caricaturas** do **mez.**

A "REVISTA 00 BRASIL" só publica trabalhos ineditos

Revista do Brasil

PUBLICAÇÃO MENSAL DE SCIENCIAS,
LETRAS, ARTES, HISTORIA E ACTUALIDADES

PROPRIEDADE DE UMA
SOCIEDADE ANONYMA

DIRECTORES: L. P. BARRETO
JULIO MESQUITA
ALFREDO PUJOL

REDACTOR CHEFE: PLINIO BARRETO

ASSIGNATURAS:

ANNO	12$000
SEIS MEZES	7$000
EXTRANGEIRO	20$000
NUMERO AVULSO	1$500

REDACÇÃO E ADMINISTRACÇÃO
RUA DA BOA VISTA, 52
CAIXA POSTAL, 1273 - TELEPHONE, 4210

S. PAULO

FIGURA 1-B

EDIÇÕES DA REVISTA DO BRASIL

De accordo com o seu programma, a Revista do Brasil *acaba de editar um novo livro de contos de lavra do sr. Monteiro Lobato. É o inicio de uma serie, na qual serão dados á publicidade romances, livros de contos, livros de versos, obras scientificas, etc., que constituirão no correr do tempo uma bibliotheca eminentemente brasileira e sob todos os pontos de vista, notavel.*

Urupês *Contos por* **Monteiro Lobato.**—Livro de mais de duzentas paginas, optimo papel, illustrado com desenho a penna, capa de Wasth Rodrigues, e trazendo os seguintes contos: Os pharoleiros, O engraçado arrependido, A colcha de retalhos, Chóóó! Pan!, «O meu conto de Maupassant», «Pollice verso», Bucolica, O mata-pau, Bocca-torta, O comprador de fazendas, Um supplicio moderno, O estigma, Urupês.

Sacy-Perêre *Resultado de um inquerito.* — Um grosso volume, com muitas illustrações. ———

Preço de cada volume: 4$000 réis; pelo correio, 4$500

PEDIDOS Á REVISTA DO BRASIL

Rua da Bôa Vista, 52 — S. PAULO

FIGURA 2

ECONOMISE SEU DINHEIRO

Ha um ponto em que a superioridade da Argentina sobre o Brasil é indiscutivel: nas suas revistas. Tem-nas optimas, prosperas e em melhoria crescente. Porque não havemos nós de conseguir o mesmo? Já possuimos uma por todas as razões em caminho e digna de ser a grande revista nacional. Pela sua tiragem, pela sua collaboração, pela sua independencia, a "Revista do Brasil" está destinada a occupar esse logar. Indica-o a entrada crescente de assignantes novos, cerca de 200 por mez, de Julho para cá. E' muito, dado o marasmo em que sempre viveram entre nós as revistas sérias; mas é pouco diante do objectivo que temos em mira: dotar o paiz de uma revista que marque épocha.
to, propagal-a com maior efficacia. Foi tendo em vista esta circumstancia que nos lembramos de pedir aos nossos assignantes, em circular, o inestimavel auxilio duma sympathia activa, e que hoje voltamos ao assumpto.

Para conseguil-o nenhum auxilio mais precioso do que o prestado pelos seus proprios assignantes. São elles os que melhor a conhecem, os que lhe tem amizade, os que podem, portan-

--- ATTENÇÃO ---

Cada assignante que nos angariar QUATRO assignantes novos terá a sua assignatura gratuita. Se nos angariar apenas uma terá 3$000 levados a credito; angariando duas terá 6$000; tres, 9$000, e assim por diante. Estas verbas, creditadas em livro especial, serão applicadas na reforma das suas assignaturas ou na acquisição das obras editadas pela revista

--- BOLETIM A ENCHER ---

Illmo. Sr. Gerente da "REVISTA DO BRASIL

Junto seguem ....$...... . importancia das assignaturas abaixo, angariadas por mim:

(Nome)	(Nome) ....
(Residencia)	(Residencia) ....
(Nome)	(Nome) ....
(Residencia)	(Residencia) ....

Peço-lhe, pois, que me credite a importancia de ....$.... ......

.... de .... de 19......

....

Assignaturas annuaes: edição de luxo, 22$; simples, 15$000.

FIGURA 3

Para o Natal

não ha melhor presente ás creanças que os livros que *Monteiro Lobato & Cia.* acabam de editar:

"NARIZINHO ARREBITADO", 2.ª edição do album illustrado a cores . . . . 3$500
"NARIZINHO ARREBITADO", edição escolar . . 2$500
"O MARQUEZ DE RABICÓ", album agora lançado, com desenhos coloridos de Voltolino . . . 2$000
"O SACY", album que foi o successo do ultimo Natal . . . . 2$500
"FABULAS DE NARIZINHO", album com desenhos em sombra . . . . 3$000
"FABULAS", edição escolar, muito augmentada, com desenhos em sombra . . . . . . 2$500

Pedidos a MONTEIRO LOBATO & C.IA
Rua dos Gusmões, 70 — S. PAULO

ACCEITAM-SE

desde já pedidos dos seguintes livros, que *Monteiro Lobato & Cia.* têm no prelo:

Cartilha de Alphabetização, Ensino de Francez pelo methodo analytico e *Livro de Problemas para o ensino Primario e Medio*, pelo prof. Benedicto TOLOSA; obras ha tanto esperadas do conhecido technico que o governo de S. Paulo commissionou para a diffusão em suas escolas dos modernos methodos de ensino;

Saudade, pelo prof. *Thales de Andrade*, livro adoptado officialmente nas escolas de S. Paulo, Paraná e Ceará e que, alem de receber as mais encomiasticas referencias de quantos se interessam no Brasil pelas coisas do ensino, mereceu, em 1919, um premio do governo paulista.

Dirijam-se a MONTEIRO LOBATO & C.IA
Rua dos Gusmões, 70 – S. PAULO

FIGURA 4

Livros a Prestações

Procurando facilitar a todo o mundo a acquisição de uma bôa bibliotheca,

Monteiro Lobato & Comp.

acabam de abrir, com o maior successo, uma secção de vendas a prestações. Desejando V. S. effectuar tão vantajoso contracto, peça informações, dirigindo sua correspondencia para

CAIXA POSTAL, 2-B - S. PAULO

FIGURA 5

2 HISTORIA E GEOGRAFIA: REVALORIZAÇÃO DA NAÇÃO

Desde a primeira expedição colonizadora, parece que recebera aquele solo [de São Paulo] com tanto carinho o espírito da raça que nunca mais deixou de estar ali, palpitante e forte, o coração da nacionalidade. Essa impressão sente-se muito viva, e em crescendo até nossos dias, ao estudarem-se os anais que ali se escreveram e que são, por assim dizer, o centro de toda a nossa história. POMBO, R. A terra paulista e suas grandes legendas. {*RBR,* v.2, n.7, p.272, jul. 1916)

Abandonemos as fantasias que acalentamos desde que Pero Vaz de Caminha, com a satisfação dos que dão boas notícias, dizia na sua primeira crônica, louvando a nossa terra, que "em tal maneira é graciosa que querendo aproveitar dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem"; precisamos estudar, analisando os fatos, as possibilidades de cada um dos tratos do nosso imenso território ... Pelo estudo da história econômica universal, pelo estudo da geologia do Brasil, pelo estudo da metalurgia, tudo com vistas na exploração dos métodos universais de trabalho mecânico, chegaríamos a nos libertar desse otimismo leviano ao considerarmos o valor da nossa terra e desse pessimismo injusto ao apreciarmos o valor do homem brasileiro. (RIO, J. P. do. O combustível na economia universal. *RBR,* v.2, n.7, p.284, jul. 1916)

Por mais divergentes que fossem as análises a respeito da *realidade nacional,* pelo menos em um ponto todos pareciam concordar: o Brasil, com suas fronteiras quase continentais, ostentava um patrimônio geográfico invejável, que o distinguia dos demais países. Não é de surpreender que nos discursos sobre a nação brasileira o espaço tenha ocupado posição destacada. A vastidão do território, um épico sempre em cartaz, alicerçou o ufanismo em seus diferentes matizes, num amplo espectro que vai da aparente singeleza descompromissada de um Afonso Celso à doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra. No início do século XX, período em que a voracidade das potências imperialistas parecia não ter limites, as dimensões do país insuflavam o orgulho nacional.

A visão grandiosa fornecida pela geografia contrapunha-se uma história sem cor ou brilho, circunstância que causava uma sensação de profundo desconforto, tornada ainda mais incômoda na medida em que a essas disciplinas atribuía-se a nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo. Na *Revista do Brasil* a temática foi discutida com freqüência tanto nos artigos escritos especialmente para o periódico, quanto nas seções - normalmente compostas pela redação com material proveniente de outros órgãos da imprensa.

Analisando a documentação, percebe-se que o deslumbramento ante as potencialidades da terra, apesar de não estar totalmente ausente das páginas do periódico, foi cedendo lugar a uma discussão a respeito da necessidade dos brasileiros apossarem-se efetivamente desse bem. Especialmente a partir de 1914, o contexto da guerra parecia demandar uma ação decidida para concretizar as nossas sempre decantadas, porém nunca materializadas, riquezas. A geografia, que já não aceitava mais ser reduzida à condição de simples nominata, ansiava por figurar ao lado dos saberes positivos e ofertava à nação projetos para o presente e o futuro.

Da história, por sua vez, esperava-se um conjunto coerente de tradições a serem partilhadas por todos. Acreditando-se conduzidos pela mão firme da metodologia científica, os historiadores debruçaram-se sobre o passado, privilegiando certos indivíduos e

episódios em um trabalho de consagração que respondia às necessidades do momento. Emergiu então a figura do bandeirante, dilatador incansável das fronteiras. A narração da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopéia nacional, redimindo não apenas o nosso passado mas também as regiões tropicais que - afinal - davam sinais de poder conviver com a civilização. Essa construção excludente, que transpunha a recente supremacia desfrutada por São Paulo para o tempo mítico das origens, mal conseguia disfarçar suas implicações políticas.

JUVENTUDE DO BRASIL

Para alguns dos intelectuais presentes nas páginas da *Revista do Brasil* não parecia suficiente exaltar as dimensões do país, eles achavam necessário torná-lo o maior do mundo. Na conferência *Brasil, Potência Mundial*, proferida em abril de 1922 na Universidade de Yale, o diplomata e escritor Hélio Lobo assim apresentou o país:

> Primeiro o aspecto geográfico ... Ele mostra o Brasil como possuindo aproximadamente a metade da área territorial da América do Sul, de cuja população tem mais ou menos 50% ... Ele é igual em território aos vossos 46 Estados mais a Grã-Bretanha e Irlanda, a Holanda, a Suíça, a Bélgica, o Portugal, a Dinamarca e a Grécia antes do tratado de Sevres. Em área somos o quinto país do mundo, sendo os quatro primeiros o Império Britânico, a Rússia, a China e os Estados Unidos; mas se refletirdes que a China e a Rússia estão se desmembrando, nosso lugar passa a ser o segundo, e, ainda mais, se tomardes em linha de conta que o Império Britânico é disseminado e que os Estados Unidos estão separados do Alasca e outras possessões por muitas milhas marítimas, vereis que o Brasil constitui, de fato, o primeiro país do mundo, com mais de três milhões de milhas quadradas de superfície e uma costa banhada a leste e nordeste pelo Oceano Atlântico numa extensão maior que a que separa Nova York de Liverpool, estende-se dos 5,10 graus de latitude Norte aos 33,46 de latitude Sul, limitando-se ao Noroeste, Oeste, Sul e Sudoeste com todas as repúblicas da América do Sul, exceto o Chile e o Equador.[1]

1 LOBO, H. Brasil, potência mundial. *RBR*, v.20, n.78, p.99-100, jun. 1922.

Esta não era uma descrição para simples consumo externo, ela estava estampada nos jornais e revistas, nos livros didáticos de Moral, Civismo, História e Geografia, nos ensaios sobre o país e era repetida por letrados e políticos. Com freqüência crescente argumentava-se que "um *país* só pode ser considerado como tal quando é constituído por uma só *nação,* por uma só nacionalidade, com as mesmas aspirações nacionais. Para esse efeito, povos subjugados, vassalos ou tributários, não fazem parte do mesmo país ... O maior país do mundo dentro dessa definição é o Brasil. O segundo os Estados Unidos".[2]

A posse de uma tal extensão de terras foi tomada por alguns como uma dádiva dos céus,[3] um privilégio ainda mais honroso quando se levava em conta não apenas a quantidade mas, como postulava Sampaio Dória no seu livro *Educação Cívica:*

> a situação privilegiada em que esta imensidade territorial se acha no planeta. O solo nacional vai desde as regiões equatoriais até as frias campinas do Sul, admirável não só na variedade, mas na amenidade de seus climas. A natureza ostenta, aqui, as mais variadas fertilidades. Aí estão as nossas luxuriantes matas virgens, os campos de vastidão oceânica, os mais caudalosos rios do mundo, as cachoeiras mais portentosas, as regiões mais saudáveis, como os Campos de Jordão e as praias mais veraneáveis, como a encantadora Praia Grande em São Vicente. Nas suas imensas costas se encurvam numerosos portos seguros para o comércio e a navegação, como o de Santos, e a incomparável Guanabara do Rio de Janeiro. Que outro país há com tantas riquezas acumuladas, à espera do homem que as explore? E tanta magnificência da natureza no céu e na terra? A situação geográfica do Brasil é das melhores e das mais belas do mundo. A natureza se esmerou em dotá-lo de todas as opulências e fascinações dos seus inexauríveis tesouros.[4]

2 VIANNA, V. Brasil, maior país da terra. *RBR,* v.19, n.76, p.358, abr. 1922.

3 "O nosso território, extensíssimo, de climas e aspectos variadíssimos — hábitat predestinado à humanidade vindoura, no dizer insuspeito de Réclus e Humbold — se de um lado não nos estimula os sentimentos guerreiros de conquista, de outro não restringe os nossos horizontes ao âmbito acanhado as pequeninas pátrias. *Deu-nos o destino esse presente do céu,* rasgando à nossa perspectiva as mais largas avenidas: todas as possibilidades de futuro! CAMARGO, A. A missão da nacionalidade. *RBR,* v.4, n.13, p.99, jan. 1917, grifo meu.

4 DÓRIA, S. Pátria. *RBR,* v.7, n.27, p.237-8, mar. 1918. Note-se que, à exceção da Guanabara, todos os exemplos citados são de São Paulo.

Outros, sem dispensar completamente a graça divina, enfatizavam a ação humana na conquista e manutenção do espaço nacional, caracterizando-o como o nosso maior feito.

De fato, a integridade do território ensejava uma possibilidade de recuperação positiva do passado. Esse, afinal, estava longe de fornecer uma visão reconfortante pois, além de não poder evocar um tempo imemorial, povoado de heróis e glórias, era responsabilizado pelas chagas do presente, tomadas como sua ingrata herança. Mesmo os defensores da história nacional acabavam por admitir suas limitações. Amoroso Lima afirmava em 1916 que "nada pode justificar o descaso pelo nosso passado. *Se não lhe pesam os anos, nem a excepcional magnificência do edifício,* avulta o seu valor moral, a sua significância histórica", enquanto João Ribeiro lamentava o fato de não sermos "um país de saturação histórica, onde o torvelinho das paixões já desapareceu por uma longa tradição da ordem".[5]

Um profundo abismo separava a Geografia da História, saberes considerados estratégicos para a formação de uma consciência nacional e que deveriam ocupar papel central tanto nos cursos destinados à formação de professores quanto no ensino primário:[6]

> Para amar a pátria é preciso, antes de tudo, que a conheçamos. É pela sua Geografia e sua História, é pelo cultivo cuidadoso da língua que chegaremos a esse fim ... Sem a História que nos inculta a magnificência do nosso passado e a Geografia que nos mostre os fulgores do nosso país, a grandeza do nosso território ... o nosso civismo terá a consistência das declarações retumbantes e vazias.[7]

5 LIMA, A. A. Pelo passado nacional. *RBR,* v.3, n.9, p.14, set. 1916, grifo meu; e RIBEIRO, J. Afrânio Peixoto. RBR, v.3, n.16, p.56, set. 1916.

6 SILVEIRA, C. Pedagogia. RBR, v.4, n.15, p.323, mar. 1917 e Ensino e nacionalismo. *RBR,* v.7, n.25, p.91, jan. 1918.

7 LEÃO, A. C. Educação cívica. RBR, v.3, n.16, p.2, set. 1916. E ainda: "Somos um povo em infância, somos nós os fazedores do nosso passado, não há dúvida, mas não poderemos levar adiante a nossa missão se desprezarmos o que nos constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação, é pela memória que deve começar a obra de construção nacional". LIMA, A. A. Pelo passado nacional. *RBR,* v.3, n.9, p.14, set. 1916.

Se a linguagem da geografia era grandiosa e compatível com o papel que se lhe atribuía, a da história era reticente e insistia nas mazelas e desacertos, deixando poucas possibilidades para uma celebração do passado capaz de despertar a comunhão imediata com as *nossas tradições.* Abriu-se então um debate apaixonado, cujos termos Alceu Amoroso Lima incorporou ao questionar: "Deve um povo em plena mocidade prezar suas tradições? Ou, pelo contrário, esquecer o passado para melhor encarar o futuro?".[8]

A idéia do Brasil como país novo, em construção, sempre foi cara às nossas elites. Afinal, a juventude da nação indicava que ainda havia um longo caminho a percorrer até que todas as nossas potencialidades e possibilidades desabrochassem, revelando enfim a *real* face do país. Especialmente no momento em que o evolucionismo havia adquirido o *status* de verdade científica, era tentador atribuir as dificuldades enfrentadas ao nosso estágio de desenvolvimento na escala universal. A crença na imaturidade dava margem a um julgamento condescendente do presente e postergava, com tranqüila confiança, a solução de todos os males para um futuro, naturalmente não datado. Discursando em 1916 para estudantes paranaenses Bilac, como um visionário, profetizava:

> Quando me vejo entre os moços de minha terra, sinto-me precipitado, como por milagre, fora de mim mesmo e do tempo em que vivo, deslocado de minha idade, arrojado para uma época vindoura; já não me vejo no Brasil de hoje, ainda em formação confusa, mas no futuro em que ele viverá completo e glorioso.[9]

Não era difícil, nesse contexto, postular o esquecimento do passado em prol das tarefas impostas pelo futuro. Alguns sugeriram que simplesmente se desconsiderasse o 1500 e se tomasse a Independência como marco inaugural da nossa história, negando, dessa forma, qualquer sentido ou pertinência ao período colonial:

8 LIMA, A. A. Os remédio inestéticos. *RBR*, v.14, n.56, p.360, ago. 1920.

9 BILAC, O. Discurso na Universidade de Curitiba. *RBR*, v.3, n.11, p.304-5, nov. 1916.

> Para se compreender a nossa evolução há de atender-se às circunstâncias em derredor das quais ela produziu-se. Não a remontemos à colônia, ou não lhe deferiremos as origens a esse período, onde as manifestações que por vezes lhe irromperam foram, no nascedouro, sufocadas. Na colônia nossas passadas tinham a interrupção de séculos. Faltava-lhes continuidade. Era uma marcha funambulesca, imagem inambulatória de caranguejo e cágado que se tivessem associado num só organismo para desfastio da humanidade. É da independência que vem todo o nosso esforço, o nosso desenvolvimento. Porque só então manifestamos no complexo das nossas atividade, coordenação e continuidade. Como resultado de trabalhos realizados em menos de cem anos ... desperta uma exclamação como de espanto.[10]

O mesmo Amoroso Lima, que em 1916 pregava o culto à tradição, alguns anos mais tarde passou para o campo oposto, sentenciando que "temos muito que nos esquecer antes de começarmos a lembrar".[11] Tal afirmação remete de imediato para Bergson e, apesar de Alceu não o citar nesse texto, o seu raciocínio ganha outra dimensão quando confrontado com o filósofo francês, cujos cursos Alceu seguiu em Paris entre 1913 e 1914 (Teles, 1980).

De acordo com Bergson, possuímos dois tipos de memória: a memória-hábito, que nos instrumentaliza para as necessidades da vida quotidiana e contém os esquemas e mecanismos motores que mobilizamos a todo momento para a execução de tarefas rotineiras; e a memória-lembrança, que conserva o passado tal como ele ocorreu, em toda sua riqueza de detalhes.

A primeira teria uma finalidade utilitária e reinaria soberana durante a vida ativa, período no qual todas as energias e atenções estariam concentradas na satisfação das necessidades impostas pelo presente. A imagem-lembrança, tida pelo filósofo como a memória verdadeira, permaneceria submissa à ação, só aflorando durante o sono, quando o cérebro - órgão responsável pelo esquecimento de tudo que não fosse essencial ao aqui e agora - relaxaria sua vigilância; ou quando o indivíduo estivesse liberto da luta

10 LEMOS, C. de. A nossa evolução. *RBR*, v.16, n.64, p.38, abr. 1921
11 LIMA, A. A. Os remédios inestéticos. *RBR*, v.14, n.56, p.360-1, ago. 1920.

pela sobrevivência, o que normalmente ocorre na velhice. Os idosos poderiam então entregar-se às lembranças, evocar e reviver, no sentido pleno do termo, o tempo que passou e, a exemplo de Proust, quando mergulhou *madeleines* no chá, sair *em busca do tempo perdido* (Bergson, 1979; Bosi, 1979, p.5-15; Bradbury, 1989, p.119-37).

O Brasil, país novo e em plena vida ativa, não poderia voltar-se para traz e evocar lembranças, antes deveria assegurar sua sobrevivência no concerto das nações. O apego ao passado, típico dos povos arqueados pelos anos, seria, para nós, antinatural:

> o espírito de tradição, entre nós, apenas pode existir por um esforço de pensamento. As crianças quebram geralmente os brinquedos da véspera ... É, portanto, perfeitamente inútil dizer que só a volta à tradição nos poderia salvar, que os povos que desprezam o próprio passado estão naturalmente condenados à ruína ... Não há pregação possível contra a fatalidade de um estágio provisório de civilização ... Um povo que cresce deve, mas não pode, amar suas tradições. Longo tempo haveremos de viver com os olhos pregados no amanhã.[12]

Tal leitura, eivada de um evolucionismo estranho ao pensamento de Bergson, realizava uma sutil apologia da juventude. Nas entrelinhas continha a idéia de que somente os povos jovens estariam aptos a inovar e transformar o mundo, restando aos velhos apenas remoer suas antigas glórias. Observa-se, assim, uma tentativa de transpor a teoria bergsoniana da memória do seu âmbito original - os indivíduos - para todo um povo. Essa utilização absolutamente inovadora evidencia, mais uma vez, que nossos intelectuais estavam longe de ser meros importadores das últimas novidades estrangeiras. É inegável que se apoderavam de instrumentos analíticos alheios, porém não os tratavam como tesouros intocáveis, antes chegavam a transfigurar por completo as premissas iniciais, realizando um admirável trabalho criador.

No discurso da época a contraposição entre progresso e tradição, ora revestida de argumentação filosófica, ora tomada como

12 Ibidem, p.361.

óbvia, tornou-se uma imagem freqüente, mobilizada com o intuito de exaltar a agilidade do novo ante a lentidão do velho:

> ingenuamente julgamos que é ... [na Europa] que sistematicamente se aplicam, na prática, todas as teorias novas, que é aqui que todas as descobertas se executam, que todos os princípios primeiros se ensaiam. Ilusão! Para que tal sucedesse seria preciso que estas velhas nações européias se libertassem repentina e milagrosamente da influência extrema das tradições. Seria preciso que a névoa da poeira do passado deixasse de obscurecer-lhes a visão exata do presente. Ora, isto é impossível. A verdade é que foram essas nações européias as que de fato criaram a nossa civilização moderna; criaram-na dolorosamente através de mil sacrifícios e lutas mil... A nós, a civilização pouco custou; nos limitamos a adotar obra alheia, já feita. Assim, tudo o que é novo nos agrada e seduz. Às nações da Europa o que é novo espanta, repele. Para adotar uma novidade elas têm de abandonar uma velharia que entretanto lhes custou grande esforço, trabalho, sofrimento para criar, para produzir ... Daí a natural resistência às novidades, daí a rotina, o conservadorismo.13

Entretanto, a questão formulada por Amoroso Lima também foi respondida na direção oposta por aqueles que - possivelmente espelhando-se em exemplos da Europa Ocidental, onde a História adquiriu, em vários países, papel destacado como elemento de coesão da nacionalidade - não se sentiam à vontade para descartar tão facilmente o passado. Estes denunciavam a "criminosa indiferença que mostramos pelas nossas tradições, pelo nosso passado, pelas nossas glórias, trabalhos e misérias de outrora, em cuja contemplação poderíamos achar o pensamento comum, a aspiração coletiva, capaz de dar-nos a feição de um verdadeiro povo dentro de uma verdadeira pátria".[14]

Proclamações enfáticas não bastavam; era preciso apresentar um conjunto coerente e verossímil de feitos históricos capaz de levar o indivíduo comum a ufanar-se de ser seu herdeiro e guardião; tínhamos que inventar - no sentido empregado por Hobs-

13 ALMEIDA, A. L. Impressões de Paris. *RBR*, v.12, n.45, p.88, set. 1919.

14 PRADO, A. Francisco Adolpho Varnhagen. RBR, v.l, n.2, p.150, fev. 1916. Ver, no mesmo sentido: PINTO, A. A. O culto do passado e o Centenário da Independência. RBR, v.6, n.23, p.432, nov. 1917.

bawm (1984) - as nossas tradições. Esse trabalho de criação se fez acompanhar de um renovado interesse pela história, seus métodos, o conteúdo e o modo de ensinar a disciplina. Como não era possível supor que a matéria-prima não estivesse à altura da obra, a falha só poderia residir na maneira como se reconstituía o passado:

> A História do Brasil foi sempre feita por método pouco patriótico. É mais pessimista do que otimista. Conta os feitos da nossa gente - portuguesa e brasileira - mais como atos feios do que como lindos gestos. Isso é, naturalmente, um mal. A consciência dos povos firma-se através do estudo da História. É pela ação da evolução integral de seu povo que se educam os verdadeiros patriotas. Com uma História pessimista geram-se cépticos. É preciso que o estudo da História desperte o orgulho de ser brasileiro.[15]

A publicação, em 1916, de *Minha terra e minha gente* de Afrânio Peixoto, livro destinado ao ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas primárias, estendeu a polêmica até as salas de aula. João Kopke, conceituado educador da época, criticou duramente o trabalho de Peixoto - que então ocupava o cargo de Diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro, além de ser médico de renome e escritor consagrado, membro da Academia Brasileira de Letras -, taxando-o de complexo, recheado de um vocabulário abstrato e de noções incompreensíveis para os destinatários. Além dos reparos de caráter propriamente pedagógico, Kropke questionava o estilo da obra, caracterizado como frio, seco, concentrado, fleumático e despido "...do calor narrativo, capaz de emocionar, e, através da emoção despertada, afetar o leitor juvenil, produzindo-lhe no coração e na mente impressões, que assegurassem o êxito do fim proposto ao livro, isto é, inspirar o zelo pela pátria como terra e nação".[16] Parecia-lhe especialmente condenável a maneira pessimista, pouco patriótica e desentusiasmada de apre-

15 VIANNA, V. A lenda do "acaso" no descobrimento do Brasil. *RBR,* v.9, n.35, p.372, nov. 1918.

16 KOPKE, J. Educação Moral e Cívica — A propósito de um livro didático. *RBR,* v.2, n.6, p.146-65, jun. 1916 e v.2, n.7, p.223-43, jul. 1916. A citação do texto encontra-se na p.152.

sentar ao público infantil a história do país, o que em nada contribuía para a formação do caráter cívico dos alunos. Kopke ponderava que

> a descoberta, a campanha holandesa, o sacrifício de Tiradentes, a Proclamação da Independência, o advento da República, os grandes episódios da epopéia nacional, em vez de se aureolarem no fulgor da narrativa, que os devia cantar ao ouvido, desenrolam-se insulsos em rápida menção cronológica, como insulsos deslizam ante os olhos os clichês, em que traço e cor enchem a página, mas não descem a acordar no coração o sentimento, que pretendem educar.[17]

A reabilitação do passado não se efetivou sem antes lançar os historiadores, contemporâneos e antigos, no banco dos réus. A análise dos procedimentos seguidos na construção do conhecimento histórico extrapolou o círculo restrito de especialistas e educadores para adquirir o *status* de questão crucial para quem quer que se importasse com os destinos da nação. Proliferaram críticas às interpretações correntes e receitas para colocá-las na direção correta. Ricardo Severo, por exemplo, na tentativa de resgatar das trevas o período colonial ponderava:

> A crítica histórica não deve considerar os fatos pelo que deveriam ser mas pelo que foram e são; o homem nunca foi o modelo imaginado pela razão humanista, mas uma realidade no seu meio físico e social de gestação e de vida ... O quadro do Brasil colônia transforma-se, pois, sob este ponto de vista, e o antepassado colono, injustamente caluniado *in memoriam,* é com plena justiça reintegrado no quadro verdadeiro do seu meio natural de existência, no ciclo histórico e político do seu meio social; de tirano passa a vítima, de mártir a herói nacional.[18]

Ao discutir a produção historiográfica, esse tipo de crítica mesclava dois parâmetros: a metodologia utilizada e o grau de patriotismo dos resultados obtidos. Não se detectava nenhuma incongruência entre um método de trabalho escorado no empi-

17 Ibidem, p. 156.
18 SEVERO, R. A arte tradicional no Brasil *RBR*, v.4, n.16, p.397 e 399, abr. 1917.

rismo e uma posição ontológica, credora do evolucionismo naturalista, que vasculhava o passado com um olhar teleológico, encarando-o enquanto prenúncio necessário do presente. Pelo contrário, reclamava-se a adoção de novas orientações nos estudos históricos a fim de adequá-los aos seus elevados fins. Ao resenhar, às vésperas do Centenário da Independência um livro de Assis Cintra pouco simpático a Tiradentes, Brenno Ferraz afirmava:

> O historiador deixou de historiar na certeza de que a História está feita nos arquivos. Ora o testemunho dos arquivos para o historiador vale tanto como o dos fenômenos astronômicos para o astrônomo. A vida sideral está aí no espaço como a crônica dos povos está nos cartórios. É preciso observá-la, descobri-la, estudá-la, deduzir-lhe as linhas gerais e apurar-lhe a essência ... Ciência apenas conjectural, a História não pode restringir-se ao documento frio, seco, estéril ... E os nossos historiadores a afirmar, de pés juntos, com as "provas" na mão as mais destemperadas "verdades" como essa da "covardia" de Tiradentes. Decididamente, o trabalho do historiador não é o do escriba. É função do pensamento e do engenho. Supõe assimilação e criação. É obra de arte e ciência.[19]

Arte e Ciência que deveriam ser colocadas a serviço da nação. Os conselhos de Von Martius - "uma obra histórica sobre o Brasil **deve** ... ter igualmente a tendência de despertar e reanimar, em seus leitores brasileiros, amor à pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas ... Deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência ... deve parecer-se com um Epos!" (1844, p.402-3) - tornaram-se mais pertinentes do que nunca e acabaram por fornecer munição para os críticos de Varnhagen, que acusavam o então considerado fundador da nossa historiografia, de não ter conseguido infundir um caráter heróico a sua *História Geral do Brasil.*

Até Pedro Lessa, um dos mais aguerridos defensores do Visconde de Porto Seguro, apesar de não concordar com aqueles que

19 AMARAL, B. F. do. Resenha de *Tiradentes perante a história* de Assis Cintra. *RBR*, v.20, n.78, p.160, jun. 1922.

afirmavam que "tivemos um historiador de maior envergadura e que superior teria sido a História do Brasil se, em vez de Varnhagen, a tivesse escrito João Francisco Lisboa"; via-se na contingência de apontar o "desgosto que causa a leitura de tantos períodos descurados, frouxos, pesados e monótonos, sem nervos e sem lustre".[20] Sempre era possível tentar atenuar essa falta de estilo e verve insistindo no pioneirismo e no gigantismo da obra:

> Ao meter mãos à sua empresa não tinha Varnhagen no Brasil nenhum modelo, nenhum antecessor, nenhum guia. Nenhum brasileiro ou português escrevera antes um só livro a que quadrasse o título de História do Brasil. A única história do Brasil que havia, antes de Varnhagen escrever a sua, fora composta por um estrangeiro: era a História de Robert Southey.[21]

Contudo, consternava a muitos que a história do país já se tivesse iniciado pelo viés da negatividade.

Coube à geografia propiciar a reconciliação entre a nação e sua história. O discurso sobre o território forneceu a moldura capaz de reenquadrar o passado, extirpando-lhe tensões e ambigüidades que obstacularizavam a sua utilização na construção da identidade. Num caminho até certo ponto peculiar, a produção do espaço nacional ocupou o centro da cena, subordinando a história, que passou a ser encarada como narrativa dos grandes feitos que asseguraram, apesar de todas as adversidades, a posse da terra. Diante da crescente importância assumida pela configuração do território, não surpreende que o trabalho mais festejado no Primeiro Congresso de História Nacional realizado no Rio de Janeiro em 1914, tenha sido a *Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII,* do historiador Basílio de Magalhães, obra laureada em 1917 com a Medalha de Ouro Dom Pedro II do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

20 LESSA, P. Visconde de Porto Seguro. *RBR,* v.l, n.3, p.343, mar. 1916. Críticas severas ao seu estilo também foram feitas por PRADO, A. Francisco Adolpho Varnhagen. *RBR,* v.l, n.2, p.150-1, fev.1916.

21 LESSA, P. Visconde de Porto Seguro. *RBR,* v.l, n.3, p.339, mar. 1916.

Certos episódios da história do país, assim como seus protagonistas, ganharam especial relevo. Observa-se um esforço de reordenação que visava propiciar uma leitura do passado que infundisse confiança nos destinos da nação e colaborasse para afirmar a excelência de um povo aguerrido que soube defender o seu patrimônio natural. Nessa perspectiva merecia destaque a expulsão holandesa, "epopéia pernambucana... aventura louca de cinco lustros de combate ... heróica resistência que teria de firmar a nossa integridade nacional";[22] a derrota de todos os movimentos separatistas, "abafados pela indignação unânime do povo";[23] a Guerra do Paraguai, na qual "durante cinco anos, ininterruptamente, se sucederam no Brasil o sacrifício de homens e de riquezas sem um só instante de desfalecimento, falta de fé, de fraqueza física ou moral, de solução de continuidade no poder do sofrimento e de sujeição a provações";[24] e, acima de tudo, as bandeiras, consideradas o maior feito do período colonial, cujo estudo "é destes que nos fazem mais brasileiros, destes que ascendem na alma culto mais vivo e mais acendrado apego ao torrão pátrio".[21]

BANDEIRANTES DO FUTURO

A definição territorial do Brasil, que assegurou ao país dimensões continentais, era apresentada como resultado da ação dos bandeirantes:

> Quem ignora que foram os bandeirantes que deslocaram o eixo da primitiva população colonial até então adscritícia ao litoral, determinando a sua expansão por todo o interior? Que a vida da nossa nacionalidade se expandira por intermédio da Bahia e seu recôncavo, através e pelo vale do Rio São Francisco, é coisa que se deve ter em conta de novela mal contada ... As bandeiras quando

22 PIRES, Padre H. Dom Luís de Brito. *RBR*, v.4, n.15, p.297, mar. 1917.

23 VIANNA, V. A geografia no Brasil. *RBR*, v.8, n.29, p.87, maio 1918.

24 LESSA, P. Discurso proferido no Campo de São Cristóvão (RJ) por ocasião da cerimônia do Voluntariado de Manobras. *RBR*, v.3, n.10, p.201, out. 1916.

25 PIRES, Padre H. Domingos Jorge Velho. *RBR*, v.ll, n.43, p.242, jul. 1919.

> avançavam iam deixando atrás de si suas roças, suas plantações. Não tem outra origem as mais antigas e ainda hoje mais importantes fazendas de criação e lavoura por todo esse interior do Brasil. Os primeiros bovinos introduzidos em Goiás procediam de São Paulo; tiveram a mesma procedência os que povoaram os campos de Mato Grosso; os que primeiramente habitaram as campanhas sul-rio-grandenses até a Colônia do Sacramento foram também levados pelos vicentinos ... Todos os Estados do Sul, assim como os do Norte nas suas zonas superiores, chamadas do agreste, foram povoados de rezes descendentes das que fizera passar de Portugal pela Capitania de Martim Afonso, a sua consorte Anna Pimentel ... Foi ela quem, ali bem perto do monumento do Ipiranga, comemorativo da nossa independência política, abriu as portas do Brasil ao maior fator de sua independência econômica. Historicamente São Paulo foi o berço e o primeiro pastor de rebanhos do Brasil.[26]

Entretanto, o imenso serviço prestado à nação não se coadunava com o sistemático ostracismo histórico a que teriam sido relegados esses grandes vultos que

> penetraram, picando, devastando, desbravando o coração do alto Brasil... É preciso ... restaurar o culto a um gênero de heróis que floresceu nos primeiros dias de expansão da nacionalidade brasileira, dando-nos o espetáculo dessa epopéia que nos enche de assombro: a descoberta dos sertões do interior - Goiás e Mato Grosso ... Estas primeiras jornadas para o nosso *far-west* devemo-las, e a ninguém é lícito ignorar, aos heróicos filhos dos Campos de Piratininga - os pró-homens do sertão.[27]

A queixa era, até certo ponto, procedente. Se o século XVIII testemunhou a fundação, nas obras de Pedro Taques e de Frei

26 SILVA, H. O gado vacum no Brasil. *RBR*, v.2, n.8, p.393-4, ago. 1916. E, no mesmo sentido: "Assim pois surgiu São Paulo, pelo século XVII a dentro, murado de toscas e rudes taipas como se uma praça de guerra, medieval, fora. É que realmente constituía um posto avançado da civilização e da conquista do Brasil, primeiro marco fixo e inabalável da entrada para o oeste infindo que à nossa pátria dilataria pelas terras imensas do continente, umas legitimamente lusas, outras não, à fé das bulas e tratados". TAUNAY, A d' E. São Paulo no século XVI. *RBR*, v.6, n.21, p.118, set. 1917. Desse último autor ver: O meridiano e os paulistas. *RBR*, v.19, n.73. p 87-9, jan. 1922, artigo no qual credita à São Paulo a posse da região Sul do Brasil.

27 SILVA, H. A informação goiana. *RBR, 5*, v.20, p.529-30, ago. 1917

Gaspar Madre de Deus, de uma versão épica das bandeiras, cujos feitos foram associados aos paulistas, no século seguinte a produção historiográfica perdeu-se no emaranhado dos itinerários, nos detalhes dos nomes, na exploração de determinadas minas, ofuscando a figura do bandeirante, que só seria retomada como símbolo a partir de 1890, época em que São Paulo afirmava-se como Estado rico e aspirante à hegemonia política (Abud, 1985).

As páginas da *Revista do Brasil* atestam a existência de um renovado interesse pelo bandeirismo, que antecedeu o início da publicação das obras de Alfredo Ellis, Taunay e a de Alcântara Machado, consideradas marco historiográfico sobre a questão.[28] A publicação de fontes primárias, encetadas por Washington Luis,[29] e a multiplicação das pesquisas, dos estudos, sempre pautadas pela busca da *verdade* histórica, ou seja, apresentar o passado *como ele foi,* caminhou *pari passo* com a difusão de uma imagem mitificada dos bandeirantes. Os estudos históricos do período norteavam-se pela busca de cientificidade, que se reputava garantida pela documentação. Fontes fidedignas, cuidadosamente reunidas e imparcialmente transcritas, *naturalmente* possibilitariam o acesso à *verdade.* Nesse universo, carecia de sentido inquirir sobre o relativismo dos testemunhos históricos ou a respeito dos conceitos e modelos teóricos que guiavam o olhar do pesquisador. Exemplo lapidar é o artigo no qual Basílio de Magalhães transcreveu, "tal qual o colhera" o "valiosíssimo documento" que teve "a felicidade de encontrar" no Arquivo Nacional, e que "convertiam em fatos indiscutíveis, em realidades

28 Os primeiros trabalhos de Ellis e Taunay datam de 1922, enquanto *Vida e Morte do Bandeirante,* de Alcântara Machado, é de 1929. Entretanto, já em 1923 Machado publicava na *Revista do Brasil* dois artigos a respeito do tema: Testamento do bandeirante. *RBR,* v.22, n.87, p.217-29, mar. 1923 e As devoções do bandeirante. *RBR,* v.25, n.95, p.207-19, nov. 1923.

29 Basílio de Magalhães foi contratado pelo governo de São Paulo para colher, no Arquivo e na Biblioteca Nacionais, documentos referentes à história paulista. Os oito volumes compreendidos entre os números 47 e 54 dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* enfeixam os resultados do seu trabalho e foram denominados de Coleção Basílio de Magalhães. A iniciativa de Washington Luís, que fez da capital paulista "exemplo único no Brasil", foi elogiada por TAUNAY, A. d'E. São Paulo no século XVI. RBR, v.6, n.21, p.116, set. 1917.

incontroversas" as suposições a respeito da presença paulista no combate aos índios bravios dos sertões do Piauí; ou ainda aquele em que Taunay apresenta os resultados de cuidadosa pesquisa que objetivava salvar "à voragem do esquecimento" os nomes dos bandeirantes que lutaram para expulsar os castelhanos do Paraná.[30] Certamente tal atitude ante o passado não se constituía um antídoto eficaz contra a subjetividade, mas contribuiu poderosamente para tornar verossímil uma determinada imagem do bandeirismo.

Em 1919, o Padre Heliodoro Pires assim descreveu as impressões que lhe causaram a visão de Domingos Jorge Velho, quadro pintado por Benedito Calixto:

> Há nessa figura algo de patriarca bíblico e de campeador medieval; aliaram-se naquela compleição de atleta a imponência dominativa de Abraão e a bravura romanesca de um cavaleiro de Carlos Magno ... Sente-se vivamente que a natureza forjou e temperou aquelas fibras para o embate rude e as fadigas devorantes na conquista da terra virgem. A fisionomia é iluminada ... os olhos são pequenos e penetrantes, denunciando a resistência indômita e o peito em chamas daquele *condottieri* afeito ao comando ... Dão-lhe aquelas barbas, aquelas sobrancelhas e aqueles traços do nariz uma expressão de severidade rígida e autoridade soberana. Bastos bigodes negros cobrem-lhe a boca, mas advinha-se que, entre fuzilações de relâmpago, aquela voz trovejou um dia, em sílabas ríspidas e golpeantes ... Devia sair possante, como a de uma garganta de bronze, a voz de Domingos Jorge Velho ... Mil vezes, daqueles lábios, explodiu a cólera, tempestuosamente ... O peito vencedor de Palmares parece dilatar-se num gesto desafiador ... Descansa a mão esquerda naquele trabuco que tantas vezes fez estremecer os sertões dalém São Francisco; dir-se-ia que o bandeirante esboça involuntariamente uma atitude imperativa de força orgulhosa e desdém dominador ... Trai-se no conjunto daquelas linhas a energia formidável daquele organismo em que se conjugam, de maneira insólita, as ambições de um senhor feudal e as arrancadas de um beduíno ... Como é interessante a figura deste legionário de Homero que veio surgir na história brasileira sob o "travesti" do campeador colonial![31]

30 MAGALHÃES. B. de. Domingos Jorge Velho. *RBR*, v.4, n.15, p.260-4, mar. 1917 e TAUNAY, A. d'E. Rol de bandeirantes. *RBR*, v.16, n.23, p.267, mar. 1921.

31 PIRES, Padre H. Domingos Jorge Velho. *RBR*, v.ll, n.43, p.258-9, jul. 1919, grifo no original.

O deslocamento em direção à mitificação fica patente no quadro e na leitura que ele inspira: no bandeirante, modelo exemplar que enfeixava as virtudes de diferentes heróis - bíblicos, homéricos, medievais -, repousaria a *origem* da nação. Estamos, portanto, diante de um acontecimento fundador a partir do qual se inicia a narração de como a nação foi produzida e começou a existir. O discurso extravasava os limites da territorialidade para fixar-se nos componentes espirituais da nação, patentes nas considerações do historiador Rocha Pombo, que elegeu São Paulo como o lugar em que foi "criada a nova alma da terra, consubstanciando o vigor das duas raças aliadas, e fazendo-se assim capaz de assumir a direção da corrente que se instalaria nesse lado do Atlântico. Estúrdia e agitada, a nova alma toma decididamente o seu papel, e escreve na história do Novo Mundo a página mais brilhante, ampliando a conquista até os Andes".[32]

Por essa via de abordagem, era possível restituir ao período colonial uma positividade que muitos lhe vinham sistematicamente negando:

> Os nossos bandeirantes, os nossos pioneiros, não trataram de acampar, de tirar proveitos imediatos; eram, sem o saber, geógrafos, geógrafos que punham a Geografia a serviço de um ideal nacional e por isso caminhavam para a frente, deixaram desertos entre o litoral e as fronteiras, mas avançaram pelos rios para aumentar o patrimônio da raça. Que grande injustiça a frase histórica de que andávamos pelas costas feito caranguejos! Em poucos séculos dominávamos a maior região que uma raça jamais ocupou ... Enquanto outros colonos se instalavam e se enriqueciam, nós nos espalhávamos do litoral do Atlântico aos confins de Minas Gerais e do Amazonas, do Amapá ao Prata! ... Temos hoje o patrimônio incomparável que é o Brasil, graças ao esforço heróico dos nossos maiores.[33]

Note-se como bandeirante, ou seja, desbravador, destemido, altivo, determinado, independente, leal, líder inato, vai se tor-

32 POMBO, R. A terra paulista e suas grandes legendas. *RBR*, v.2, n.7, p.275, jul. 1916.

33 VIANNA, V. A geografia no Brasil. *RBR*, v.8, n.29, p.87, maio 1918.

nando sinônimo de paulista: "foi pois, movidos por essas várias razões de ordem topográfica, econômica e atávica, que os paulistas se tornaram, quase unanimemente bandeirantes ... Essa primeira fase, a da caça ao índio, é por certo a mais conhecida, e a que toca mais aos corações dos que se ufanam, com razão, de ter nascido na terra dos bandeirantes e muitos de lhes correrem nas veias o mesmo sangue".[34] Esta identificação transferia toda a carga simbólica do termo aos filhos de São Paulo, que nele se reconheciam como herdeiros, guardiões e lídimos continuadores dos feitos gloriosos de seus antepassados:

> Da bandeira saiu o Brasil territorial de hoje ... As bandeiras abalavam numa ânsia louca, durante meses e anos, caudal irresistível a que nada se opunha, abrindo caminhos através da floresta, lutando, depredando, violando a robustez da terra virgem ... Aleixo Garcia, com um grupo intrépido, transpõe o Paraná e chega até as fronteiras da Bolívia ... Alvaor Nunes Cabeça de Vaca desembarca em Santa Catarina e vara pelo interior até Assunção. Antonio Raposo ... atravessa o continente de flanco a flanco ... Ao sul, a oeste, os paulistas expulsam os espanhóis, desalojam suas reduções no Alto Paraguai, no Paraná, no Uruguai, enquanto missões jesuíticas, aterradas, despacham emissários para Madri e Roma reclamando medidas urgentes *para contener los portugueses del rio San Pablo.* Soa por toda a parte o tropel das cavalhadas, dispersando da noite para o dia os aldeamentos no grito tradicional e temido do *Abi Vienen.Uma* bula papai ensaia proteger os índios, São Paulo responde expulsando os padres. E o alarma vai ao Peru, cujo vice-rei, impotente para conter os paulistas indomáveis, sacode o Conselho das índias com esta ameaça apavorante: *puede suceder que ellos se apoderen de las cordilleras del Itatin y sean senores de todo el corazon del Peru!*,[35]

O adjetivo tinha ainda a vantagem de ser maleável o suficiente para permitir manipulações segundo os interesses do momento: tanto poderia significar todos os nascidos em São Paulo, desempe-

34 LOBO FILHO. R. J. H. A conquista do sertão. *RBR,* v.25, n.100, p.297, abr. 1924. É preciso notar, porém, que o adjetivo bandeirante significando o natural de São Paulo, o paulista, não se difundiu antes do início do presente século. A respeito ver, além do já citado trabalho de Abud, 1985, Queiroz, 1992.

35 LOBO, H. A defesa da nacionalidade na história colonial brasileira. RBR, v.7, **n.28, p.407-8, abr. 1918.**

nhando assim uma função aglutinadora, quanto poderia combinar-se com a exigência de uma descendência ilustre, uma genealogia mitologizada de caráter restritivo e excludente.

O movimento que revalorizava o passado colonial também assegurava para São Paulo um destaque histórico até então inusitado. O Estado, berço dos bandeirantes, passou a ser considerado "a terra onde se passaram os grandes sucessos mais característicos da nossa vida de povo. Dir-se-ia que o destino teve com a terra paulista o capricho de reservar-lhe essa fortuna de ser na América portuguesa o teatro em que se haviam de representar as cenas mais significativas do nosso drama nacional".[36] A construção da nacionalidade é encarada, desde os seus primórdios, como obra paulista. Num trecho longo, porém muito expressivo, Adolpho Pinto, discursando por delegação da Liga Nacionalista, sintetizou o papel preponderante de São Paulo nos destinos da nação:

> Não há contestar que possuímos uma história esmaltada de lances de Verdadeira grandeza épica, a começar pela sua primeira página, a fundação de São Paulo, uma das mais fulgurantes do poema missionário que o cristianismo vem escrevendo através dos séculos ... Voltada a primeira página, a seguinte não é menos brilhante. É que nos fastos do Brasil Colonial nenhum capítulo fulgura mais interessante do que a epopéia das intrépidas bandeiras que daqui partiram rumo ao mistério, ao intérmino sertão ignoto, a descobrir, conquistar e colonizar a mais vasta e formosa gleba do continente ocidental... Depois, quando o povo brasileiro, sacudindo o julgo da metrópole, conquistou o lugar que ocupa na comunidade internacional, ainda foi à cidade de São Paulo que coube a excelsa distinção de ser o cenário do acontecimento máximo de nossa história - a proclamação da Independência - e paulista foi o seu grande patriarca. Construída a pátria brasileira sabe-se que nenhum depar-

36 POMBO, R. A terra paulista e suas grandes legendas. *RBR*, v.2, n.7, p.272, jul. 1916. O interesse crescente pela história de São Paulo fica patente nas páginas da *Revista do Brasil*, periódico que abriu espaço tanto para numerosos artigos de historiadores contemporâneos, quanto para trabalhos clássicos, como a primeira tradução da parte histórica e descritiva da obra de Saint Hilaire, *Voyage dans les provinces de Saint Paul et Saint Catherine.*

tamento do país tem tido a fortuna de contribuir para a grandeza do Brasil como a abençoada terra de São Paulo.'[7]

Estabelecia-se assim uma linha de continuidade que afirmava a supremacia paulista desde os tempos coloniais até os anos 20. O papel político e econômico secundário ocupado pela região em séculos anteriores pode então ser apresentado como conseqüência do espírito de sacrifício dos paulistas, que primeiro criaram a nação, comprometendo nessa empreitada a sua própria existência, para depois se ocuparem de interesses próprios, em uma atitude magnânima, digna dos verdadeiros heróis épicos:

Tal como a configuração geográfica hoje o determina, o Brasil é a obra brasileira dos filhos de São Paulo ... Minas, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande aí estão para atestar com a sua existência e a sua nacionalidade a grandeza de um sacrifício que, se chegou a extremos de despovoamento e miséria em São Paulo, floresceu por toda parte em rebentos do generoso tronco comum. A obra do bandeirante, que se estendeu do sertão central da Bahia, Pernambuco, Paraíba e longínquo Piauí, custou à capitania de São Vicente longos anos, um século mesmo, de arrostada penúria de população c de meios. E o paulista não se queixou. Ele que nunca viu diante de si fronteiras senão para afastá-las mais e mais, deu de si o melhor com as suas mãos largas e pródigas de quem semeia e caminha e se adianta à aventura ... Exauriu-se um dia. Desapareceu quase da História. Ao seu torrão que se desdobrava na imensidão do país, retraíram-se-lhes as raias. Piratininga, que fora quase uma nação, se viu então pequena e pobre dentro da grande nação que criara. Ela, que abrira um eldorado ao mundo, que criara uma Califórnia ou um Potosi para o país, ela própria se viu depois, também, Potosi e Califórnia, criados pela mesma iniciativa, tenacidade e tempera dos seus, que hoje, como ontem, diante de si não vêem fronteiras senão para afastá-las com a fecundação de um território que de outra forma continuaria patrimônio das selvas e da barbárie ... São Paulo, sem dúvida, faz o Brasil do futuro como já fez o Brasil histórico."[1]

37 PINTO, A. A. O culto do passado e o Centenário da Independência. *RBR*, v.6, n.23, p.431-2, nov. 1917.

38 FERRAZ, B. São Paulo e o despovoamento de Minas. *RBR*, v.26, n.107, p.262-3, nov. 1924.

Estava finalmente legitimada a posse do território, que deixava de ser encarada como dádiva para assumir o caráter de um esforço conscientemente encetado pelos nossos antepassados. A percepção positiva, antes exclusividade do futuro, foi estendida, graças à via geográfica, ao passado, cristalizando uma tendência, esboçada desde a Independência, de identificar espaço e nação. Tal construção histórica, longe de ser neutra ou descompromissada, contribuía não só para explicar e justificar a riqueza e a supremacia econômica então desfrutada por São Paulo, como também para legitimar as pretensões da elite local de conduzir politicamente o país. Comentando a conquista territorial dos bandeirantes Júlio de Mesquita Filho afirmou:

> A tenacidade e a persistência demonstradas nessa ação de posse continuada levam-nos a admitir e a reconhecer, mesmo, um propósito deliberado desses gigantes da história. Não pretendemos que *a priori* se tivessem eles proposto a realização de um vasto e pré-concebido plano. Mas da mesma maneira que os anglo-saxãos, arrastados por seguro e singular instinto, chegaram a se apossar de tudo quanto na superfície da terra há de melhor e mais aproveitável ... o paulista assinalou, com a marca indelével de sua passagem, os contornos, também definitivos, dentro dos quais a nacionalidade completaria a sua evolução. Esse instinto inteligente permanece ainda hoje sob a forma dessa força propulsora, que já se vai tornando, agora que vamos atingindo à maturidade, em diretiva disciplinada e quase consciente. Os pródomos dessa gigantesca tentativa, que poderíamos chamar de ratificação histórica da ação do bandeirante, já são perfeitamente discerníveis no conjunto de aspirações com que se preocupa atualmente São Paulo ... Somos fortes, somos ainda dignos do passado das bandeiras, justamente porque às enganosas vitórias da política militante, sabemos ainda preferir as rudes vitórias que pontilham a história da nossa evolução. As sadias emoções da vida livre da lavoura, das tentativas audaciosas de que todos os dias temos notícias, empolgam a visão segura e afoita do paulista, desviando-o da estagnação acabrunhadoramente niveladora dos nossos partidos políticos.[39]

39 MESQUITA FILHO, J. de. A comunhão paulista. *RBR*, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922. O trabalho de Mesquita mereceu elogios de OLIVEIRA VIANNA, F. J. *A comunhão paulista.* Resenha. *RBR*, v.24, n.92, p.326-8, ago. 1923.

Como proclamava retoricamente Corrêa Júnior em 1923, "seria injustiça gritante, despeito inominável e evidentemente inútil a negação da primazia de São Paulo na construção da nacionalidade contemporânea".[40] Note-se que o referido orgulho foi admiravelmente expresso na divisa *NON DVCOR DVCO* do brasão de armas da cidade, escolhido durante a administração do prefeito Washington Luís por meio de um concurso público.

Ao noticiar a contenda, o articulista da *Revista do Brasil* aproveitou para reafirmar a importância de São Paulo: "que cidade do Brasil, entretanto, pode disputar a São Paulo mais honrosa história e mais notável papel na formação da Pátria Brasileira? Não é preciso que repitamos, com o Visconde de São Leopoldo, que a história de São Paulo é a história do Brasil".[41] Já a comissão julgadora, composta por Carlos de Campos, Benedito de Souza, Eduardo de Aguiar de Andrada, Benedito Calixto e Nestor Rangel Pestana, assim justificou sua decisão em favor do projeto de Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues:

> Na impossibilidade material de representar dentro dos limites restritos de um brasão toda a história da cidade, o autor teve a feliz inspiração de adotar o único emblema capaz de resumir toda a história de seu povo - o símbolo do Bandeirante, título de glória dos filhos desta terra! - De um jacto esse símbolo não só evoca as primeiras e árduas lutas dos tempos remotos das conquistas, quando diante da bandeira intrépida e altiva se dilatavam os limites do Brasil primitivo, como representa, ainda, com o seu braço armado e o seu guante de aço, a ação sempre pujante do paulista em todas as fases do Brasil histórico ... Quanto à alma da divisa ... [ela] completa o escudo e traduz de maneira vibrante a índole do povo paulista.[42]

A superioridade paulista não mais desembocava em propostas separatistas, como as formuladas por Alberto Sales no final do século XIX; agora o que se pretendia era elevar o Brasil à condição de São Paulo, tarefa que os dirigentes paulistas consideravam exeqüível apenas por eles próprios:

40 CORRÊA JÚNIOR. A Colméia. *RBR*, v.24, n.96, p.373, dez. 1923.

41 J (não identificado). As Armas de São Paulo. *RBR*, v.2, n.8, p.386, ago. 1916. Ver também PINTO, A. O centenário da independência. *RBR*, v.l, n.l, p.15, jan.1916.

42 As Armas de São Paulo. *RBR*, v.4, n.16, p.506-7, abr. 1917.

> Já Amadeu Amaral, no seu discurso de recepção na Academia de Letras, falou no imperialismo benéfico de São Paulo. Estamos com ele, imperialismo em contraposição à inércia. Ou caminhamos, como até aqui vamos caminhando, por alargar cada vez mais o círculo da nossa ação, arrastados pelo impulso inicial, ou paramos, e, então, já não seriamos aquele povo caracteristicamente "particularista", a que o Brasil deve a sua grandeza. Nesse imperialismo de que primeiro ousou falar Amadeu Amaral e que nos legaram nossos maiores, reside todo um ideal, que por muitas gerações ainda deverá ser o único a manter o estímulo de uma comunhão a cujo destino está entregue o destino do Brasil. Eis, aí, em esboço rápido e ligeiro, a *política de São Paulo.* Diante dela e dos seus altos desígnios, como querer que o paulista se interesse e se ocupe com a política militante em São Paulo? Desviá-lo de suas esplêndidas realizações seria, além de criminoso, um contra-senso, a que o seguro critério e a sua inteligência (no que este termo tem de mais elevado) se oporiam irresistivelmente. A realização desse legado do passado há de, por força, mobilizar-lhe todas as energias.[43]

Entretanto, se as fronteiras nacionais podiam ser apresentadas como obra de São Paulo, tanto graças à energia, coragem e determinação dos bandeirantes, quanto à inteligência do paulista Bartolomeu de Gusmão, "avô dos diplomatas brasileiros e cuja obra, no Tratado de 1750, domina todo o desenvolvimento da diplomacia americana",[44] essa trégua com o passado não era suficiente para eliminar as inquietações do presente. De fato, se o Estado de São Paulo podia ser apresentado como "uma das mais eminentes civilizações da América, aproximada dos Estados Unidos e equivalente à Argentina",[45] tal julgamento não era extensivo ao país como um todo. Pelo contrário, uma incômoda questão insistia em rondar a façanha da expansão territorial: mereceriam os brasileiros a terra que possuíam? A resposta pesava como uma espada sobre as consciências da época:

43 MESQUITA FILHO, J. de. A comunhão paulista. *RBR*, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922, grifo no original.

44 LOBO, H. A defesa da nacionalidade na história colonial brasileira. *RBR*, v.7, n.28, p.408, abr. 1918.

45 TAVARES, R. Resenha da obra *São Paulo na Federação* de Souza Lobo. *RBR*, v.25, n.102, p.167-9, jun. 1924.

La première pensée qui se présente à l'esprit de ceux qui sont, comme nous le sommes tous aujourd'hui plus ou moins, possédés par la passion d'exploiter les ressources de la nature, c'est en sentiment de regrei; le regret qu'une race de l'Oest européen puissante par le nombre et l'habileté, comme les Américains du Nord, les Allemands ou les Anglais, n'ait pas, pour user d'une locution familière, "pris la chose en mains". La population blanche du Brésil, car c'est la seule qu'il y ait lieu de considérer semble être trop peu nombreuse pour s'acquitter comme il conviendrait des multiples tâches qu'impose la possession d'un tel pays. "Ah! de quel traina les hommes du Mississipi feraient aller les choses le long de l'Amazone et du Paraná!", s'ecrie le voyageur venu des Etats-Unis. (Bryce, 1917, v.2, p.l 19).

É certo que as opiniões de Bryce não tinham o sabor das novidades, entretanto eram perturbadoras na medida em que enfeixavam em um todo coerente uma série de estereótipos sobre o país; revelavam uma cobiça pouco dissimulada diante das potencialidades da terra e; para completar, desfechavam um duro golpe no orgulho nacional. Com o início da Primeira Guerra, os lamentos do embaixador inglês passaram a soar como um alerta, uma evidência dos perigos que nos espreitavam. Alastrou-se o temor de que as potências imperialistas tomariam de assalto não apenas os nossos decantados recursos, mas também a nossa soberania:

O que está impulsionando o mundo é o amor de conquista de terras e mares, o amor da expansão do comércio, o amor do interesse utilitário. E podemos acreditar que o Brasil, este imenso país de solo fértil e de ricas entranhas, fique para sempre, graças ao acaso ou ao benefício da Providência Divina, imune de qualquer investida da ambição ou de necessidade comercial? Tal é o perigo externo, próximo ou remoto, mas sempre possível.[46]

46 BILAC, O. Conferência sobre a Liga de Defesa Nacional. RBR, 5, v.15, p.328, mar. 1917. Declarações nesse sentido tornaram-se comuns na revista. Ver os artigos de: COUTO, M. Discurso proferido aos doutorandos de medicina — RJ. *RBR*, v.4, n.13, p.94, jan. 1917; AZEVEDO, C. M. de. A nossa situação internacional. *RBR*, v.l, n.l, p.71, jan. 1916 e BITTENCOURT, R. A confederação luso-brasileira. *RBR*, v.5, n.20, p.538-40, ago. 1917, que defende a necessidade de união dos países de fala portuguesa como remédio para enfrentar o imperialismo colonial, geográfico e étnico praticado por grandes agrupamentos de povos, unidos sob a mesma bandeira.

O contexto da guerra acabou atuando como catalisador de um renovado nacionalismo, manifesto na disposição de encarar decididamente os problemas do país e propor soluções compatíveis com as nossas especificidades. Ganhou força o coro dos que propunham o abandono de ideais postiços, ou de empréstimo, sem raízes na intimidade da nação, em prol de um trabalho de auto-conhecimento, capaz de revelar o Brasil aos brasileiros. Porém, esse desejo de deslindamento, que estava em sintonia com a construção de uma determinada leitura do passado capaz de torná-lo digno de ser lembrado, trazia no seu bojo a crítica ao ufanismo, que se dava por satisfeito com a exaltação das qualidades da terra e do povo:

> De todos os tempos, e de todos os povos, é pois, um velho e vulgar prejuízo; é um fenômeno de etnografia, que revela fraqueza psicológica, a ausência de senso crítico ... Previnamo-nos, pois, contra essas afirmações vaidosas do patriotismo insensato: o Brasil é o paraíso terreal, o mais rico, o mais lindo, o mais próspero país do mundo. O brasileiro é o mais forte, o mais inteligente, o mais invejado povo do mundo.[47]

Entraram na ordem do dia as denúncias a respeito da falta de organização, disciplina e tenacidade de um país imenso, com enormes áreas desertas, habitado por uma população escassa, na sua esmagadora maioria analfabeta e desprovida de civismo:

> A extensão do território, a pobreza das comunicações, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida, a míngua da ventura em muitos sertões desamparados, a inópia da instrução popular sustentam e agravam esta desorganização. A descrença e o desânimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento.[48]

47 PEIXOTO, A. A educação e a defesa nacional. *RBR*, v.7, n.26, p.184, fev. 1918.

48 B1LAC, O. Liga de Defesa Nacional. *RBR*, v.3, n.9, p.101, set. 1916.

Em uma época impregnada pelo espírito bélico, o serviço militar obrigatório, defendido com ardor por Bilac, passou a ser apontado como uma solução eficiente não apenas para afastar qualquer ameaça à nossa soberania mas, sobretudo, como fator de efetiva unificação nacional e fonte de regeneração física, moral e cívica da população. Ao exército atribuía-se a capacidade de solucionar todos os problemas da nação:

> O serviço militar, pondo em contato uns com os outros, os filhos das diferentes zonas do país, apressará a fusão definitiva da raça, dissipando aos olhos de todos essa névoa de preconceitos e desconfianças que afasta o nortista do sulista e que, não raro, se condensa num granizo de ciumezinhos irritantes e picuinhas atoleimadas. O que a falta de meios de comunicação tem retardado, o serviço militar vai realizar: a revelação do Brasil aos brasileiros e dos brasileiros a seus próprios irmãos. Pela primeira vez, depois de tantos anos de adoração beatífica ao estrangeiro, o brasileiro vai ser obrigado a olhar para si, para a sua terra e para os seus patrícios.[49]

É certo que os discursos inflamados, que asseguravam a capacidade miraculosa da caserna, não ultrapassavam as declarações de efeitos, sempre se abstendo de cogitar a respeito de questões de ordem prática.[50] A *Revista do Brasil* abriu amplo espaço para Bilac, a Liga de Defesa Nacional e sua congênere paulista, a Liga Nacionalista, noticiando as atividades desenvolvidas pelas entidades e publicando as conferências de seus delegados.

Mesmo os que não simpatizavam com o ardor marcial dos membros das Ligas, ou duvidavam dos efeitos benéficos do serviço militar,[51] concordavam que o país precisava, urgentemente,

49 Civismo e pessimismo. *RBR,* v.7, n.27, p.290, mar. 1918.

50 Ver as ponderações de CLEMENTINO, M. A instrução militar obrigatória. *RBR,* v.2, n.8, p.391-3, ago. 1916.

51 A crítica mais contundente à Liga foi feita por ALENCAR, M. de. Carta aberta ao Senhor Presidente da República. *RBR,* v.4, n.13, p.89-94, jan. 1917, texto que mereceu resposta de LORENA, J. de. Defesa nacional. *RBR,* v.6, n.21, p.3-23, set. 1917. Críticas à Liga também estão presentes em: M. P. (não identificado) A preparação científica. *RBR,* v.5, n.20, p.525-27, ago. 1917; LOBATO, J. B. M. A nossa doença. *RBR,* v.7, n.25, p.6, jan. 1918, entre outros.

assenhorar-se efetivamente do seu território e explorar as riquezas que ele guardava. Assim, em 1922 estimava-se que da linha de contorno do Brasil, cerca de 11.000 km, 45% estavam demarcadas, 40% apenas fixadas e 15% ainda dependentes de determinações, o que nos tornava um país de "confins mal conhecidos, com as suas terras de fronteira longe dos centros de população, e, algumas vezes, em regiões agrestes e inóspitas, de que temos notícia por exploração de há séculos e mais".[52] Tal desconhecimento por certo contribuía para tornar verossímil a possibilidade da perda de um patrimônio cujo valor sequer sabíamos estimar.

A partir da independência, alguns esforços foram despendidos com o intuito de configurar o espaço nacional: Conrado Jacob Niemeyer produziu a *Carta Corográfica do Império do Brasil* (1846), primeiro trabalho a ser distinguido com o prêmio geográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a esta seguiu-se a *Carta do Império do Brasil,* elaborada com o objetivo de figurar na Exposição Universal de Viena (1873); em 1895 surgiu a *Carta da República do Brasil* e em 1922, para comemorar o Centenário da Independência, o Clube de Engenharia preparou a *Carta Geral do Brasil,* que por mais de uma década seria o único documento oficial sobre o assunto.

Contudo, foi somente a partir da Revolução de 1930 que o esforço para dotar o país de serviços geográficos, estatísticos e cartográficos adensaram-se. Os ideólogos do regime, preocupados em estabelecer um sistema "racionalizado e sob perfeita sistematização ... [que pudesse] proporcionar ao governo elementos imprescindíveis ao controle eficiente do seu plano de ação político-administrativa", orgulhosamente contrastavam suas realizações com o período anterior no qual "a falta de coordenação dos elementos de que dispúnhamos tornava-se tão evidente que até mesmo os documentos oficiais apresentavam, quando de procedências diversas, a mais clamorosa disparidade na simples enunciação das cifras referentes à área territorial do país" (Schwartzman, 1983).

52 VASCONCELOS, M. de. O contorno terrestre do Brasil. *RBR,* v.20, n.79, p.196, jul. 1922.

A inexistência de uma representação cartográfica, além de suas óbvias implicações políticas e administrativas, tornava mais difícil a tarefa, normalmente desempenhada pela geografia ministrada no ensino básico, de difundir e consagrar as *nossas fronteiras* como algo natural, dado, um dia descoberto e ocupado. Não surpreende que o orgulho nacional pela posse de um território continental, assegurado por fatos históricos marcantes, fosse acompanhado, sobretudo num contexto de guerra mundial, por cantilenas patrióticas que glorificavam o exército e o saber geográfico.

Entretanto, é interessante assinalar a sobrevivência na *Revista do Brasil* de uma geografia maravilhosa, embalada pela existência de vastas áreas ainda intocadas pelo homem branco no Norte e no Centro-Oeste do país, o que excitava a imaginação das elites, que depositavam nelas seus sonhos de riqueza, abundância e exotismo, como bem atesta o exemplo da Amazônia.[53]

Desde o período colonial, esta região vinha sendo objeto de inúmeras descrições. Para desespero dos estudiosos, ela continuava, nas décadas iniciais do século XX, envolta por uma aura de mistérios imperscrutáveis:

> Nenhuma região do planeta possui a literatura científica da Amazônia, Eldorado dos aventureiros e foco de atração dos sábios. O desavisado que mergulhar porém nessa literatura, farta e maravilhosa, ao cabo de breve tempo fica estarrecido ante as contradições que registra. Humbold afirma, Wallace nega. O Padre Fritz garante, Condreau contesta. La Condamine assevera, Maury discute. É um verdadeiro labirinto de opiniões, nas quais somente se penetra seguro, guiado pelo fio de Ariadne do conhecimento direto, observado *in loco*, de forma a distinguir quando o geógrafo erra e o botânico acerta.[54]

53 A respeito das riquezas incontáveis a serem descobertas nos confins do país ver as avaliações de CAMPOS, H. de. O Rio Branco. *RBR*, v.10, n.39, p.368, mar. 1919; E. S. [não identificado]. O eucalipto e as árvores florestais indígenas. *RBR*, v.18, n.70, p.172, out. 1921; METELLO. A. O sul do Mato Grosso. *RBR*, v.20, n.77, p.53, maio 1922; MIRANDEIRA, A. D. A Amazônia. *RBR*, v.24, n.93, p.52 e 58, set. 1923 e a Resenha da obra *Selva selvagem* de Pinto Pessoa. *RBR*, v.24, n.96, p.355, dez. 1923.

54 MORAES, R. Aspectos amazônicos. A incorporação da Ilha de Marajó ao continente. *RBR*, v.17, n.67, p.341, jul. 1921.

Era como se a linguagem da ciência perdesse sua eficácia diante de uma natureza grandiosa que teimava em permanecer indômita e despojar o homem de sua dignidade. O exemplo do famoso geólogo Frederico Hartt, relatado por Euclides da Cunha, pode ser considerado paradigmático:

> A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisionomia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso. Há uma frase do Professor Frederico Hartt que delata bem o delíquio dos mais robustos espíritos diante daquela enormidade. Ele estudava a geologia do Amazonas, quando em dado momento se encontrou tão desesperado das concisas fórmulas científicas e tão alcandorado no sonho, que teve de colher, de súbito, todas as velas à fantasia: "não sou poeta. Falo a prosa da minha ciência. *Revenons!"* Escreveu; e escarrilhou-se nas deduções rigorosas. Mas decorridas duas páginas ... reincidiu no enlevo. É que o grande rio, malgrado a sua monotonia soberana, evoca em tanta maneira o maravilhoso, que empolga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido ... Há uma hipertrofiada imaginação no ajustar-se ao desconforme da terra, desequilibrando a mais sólida mentalidade. (Cunha, 1946, p.8-9)[55]

Não apenas a Geologia e o regime das águas desafiavam explicações racionais, a flora e a fauna também davam margem à especulações de toda ordem. Em 1921, a *Revista do Brasil* transcreveu artigo no qual um especialista da Universidade de Roma relatava o seu encontro com um terrível monstro marinho nos arredores de Belém.[56] Na mesma época, um professor da Escola de Farmácia de Nova York, Dr. H. H. Rusby, estava organizando uma expedição à Amazônia com o objetivo de encontrar exemplares de plantas raras; estudar os insetos transmissores de certas epi-

55 Na mesma direção caminha o artigo de MORAES, R. Aspectos amazônicos. O nível da terra é o nível das águas. *RBR*, v.18, n.69, p.29-33, set. 1921 que utiliza os termos anormal, anomalia, controvérsia, desconexo, falível, indefinido, irregular, indeciso e obscuro ao referir-se aos fenômenos hidrográficos da região.

56 **DALGE. Um** monstro marinho. *RBR*, **v.17, n.67, p.375-6,** jul. 1921.

demias, bem como soros para combater enfermidades; descobrir sobreviventes pré-históricos, não só mamíferos, peixes, aves e répteis, como ainda humanos. Dentre os seres com os quais a expedição pretendia se defrontar figuravam o merosauro, réptil gigantesco, com mais de sete metros de altura e cuja mordedura seria venenosa; a rã gigante, que segregava através da pele um veneno que mataria a quem a atacasse; uma tribo de índios anatomicamente diferente dos mortais de agora e dos quais, desde a descoberta da América não se chegou a ver senão dois esqueletos; a ave caçadora de serpentes que, como um cão, as pilha e traz ao amo; a colossal ave denominada *foncehare*, com um volume superior ao de cinqüenta avestruzes reunidos; os sobreviventes das serpentes de mais de vinte metros; grandes povos antropófagos; um exemplar, vivo ou morto, dos homens daquela região dos Parintintins, que se utilizam de arcos de três metros, com os quais desfeririam flechas de 1,80 m.[57]

Mesmo a era dos computadores e satélites não extinguiu de todo as esperanças de encontrar na Amazônia seres exóticos. Outro americano, David Oren, doutor em Zoologia por Harvard, embrenhou-se nas florestas do Acre em busca de um animal similar ao Abominável Homem das Neves. A partir de relatos dos habitantes locais, Oren convenceu-se da existência do mapinguari, animal de 1,80 m de altura, 250 kg, criatura terrível e perigosa, de aspecto semelhante ao do homem, porém com os pés voltados para trás, dotado de defesa química capaz de paralisar os oponentes, de garras poderosas e de um urro vigoroso. O especialista concluiu tratar-se de uma preguiça gigante, semelhante àquelas que perambulavam pelo planeta a 8,5 mil anos. Apesar de admitir que teve "muito trabalho para convencer outros cientistas de que o animal pode não passar de um mito", obteve financiamento e partiu para a sua caçada em março de 1994 *(OESP*, 9.2.1994, p.A-13).

Se a busca de elos perdidos agitava o espírito de alguns aventureiros, não era esse o tipo de conhecimento preconizado por

57 Uma curiosa expedição aos sertões do Brasil. *RBR*, v. 17, n.67, p.370-1, jul. 1921.

aqueles que se diziam preocupados com o futuro do país. Nesse sentido, o que se apregoava era a necessidade de um saber apto a instrumentalizar a ação, ou seja, conhecer o espaço nacional, mapear suas riquezas, tendo em vista sua exploração e utilização de acordo com os interesses da nação. Já em 1912, Roquette Pinto, alicerçado nas formulações de Ratzel, condenava tantos os pessimistas incondicionais quanto os otimistas ingênuos advertindo-os que

> o Brasil é um assunto virgem. Para servi-lo, antes de mais nada, é preciso conhecê-lo ... O que venho pregando é a individualização das pesquisas, a objetivação brasileira das observações. É preciso estudar o Brasil, com seus encantos e suas tristezas, para o amar conscientemente: estudar a terra, as plantas, os animais, a gente do Brasil. Terra de forte ascendente sobre os homens, deve ter influído de um modo próprio sobre o povo que o habita: qual foi essa influência? Esse povo ... deve ter transformado esse torrão americano, qual foi essa transformação? Eis o que a Antropogeografia, aplicada ao Brasil, procura deslindar.[58]

A crítica tinha endereço certo: denunciar a inocuidade da atitude contemplativa que se comprazia diante das virtualidades da terra descurando, porém, do essencial: encontrar meios eficientes para concretizá-las. E aqui, ainda uma vez, o discurso geográfico adquiria fôlego. Porém, geografia, nesse contexto, era mais do que a simples enumeração e descrição da superfície terrestre e de seus habitantes, ela era tomada na nova acepção que, no decorrer do século XIX, Ritter, Humboldt e Ratzel lhe deram: um saber unitário e sistematizado que problematizava a interação homem-natureza (Prado Júnior, 1975, p.164-5; Costa, 1992; Moraes, 1989 e 1993). Tal saber sempre interessou particularmente ao Estado pois, a um só tempo, ele oferece um guia eficiente e seguro para nortear as políticas públicas e, graças à sua aura de cientificidade,

58 ROQUETTE PINTO, E. O Brasil e a Antropogeografia. *RBR*, v.4, n.12, p.323, dez. 1916. As opiniões de Ratzel estavam bastante difundidas na intelectualidade brasileira. Ver também: OLIVEIRA VIANNA, F. J. Oscilação da taxa de fecundidade durante o ciclo bandeirante. *RBR*, v.28, n.111, p.198, mar. 1925.

os argumentos necessários para a legitimação destas (Lacoste, 1988, p.23 e 51). Em sintonia com as novas concepções, Victor Vianna alertava:

> O brasileiro precisa saber Geografia para poder agir. Somos um povo novo, com grandes zonas ainda não povoadas, com imensas regiões inaproveitadas ... [precisamos] desenvolver, completar, criar, por assim dizer, a Geografia. Só os inquéritos diretos de diversas regiões do país fornecerão os elementos para a coordenação necessária: inquéritos sobre a parte física e sobre a parte dinâmica; inquéritos com alto critério técnico e com preocupações sociológicas ... [A Geografia] é, dessa forma, um instrumento de ação e de riqueza, não é mera nominata.[59]

Coerentemente, o autor também preconizava uma transformação no ensino da disciplina, a fim de que ela fosse tanto um elemento de aproximação intelectual, quanto um veículo de vocações, assinalando que "o rapaz que souber geografia, geografia à moderna e não nominata de rios e cidades, ficará aparelhado para melhor escolher a atividade a desenvolver no campo agrícola e industrial ... O ensino da geografia, desde a escola primária, é hoje o preparo elementar para as altas posições do comércio, da lavoura e da política". Vianna não se constituía numa voz isolada. Roquette Pinto, admirador de Ratzel, lamentava que seus ensinamentos não tivessem chegado aos professores que seguiam ensinando Geografia como se "o fator humano fosse o menor dos acidentes de uma região".[60]

A geografia estava longe de se constituir em um caso isolado. Nas páginas da *Revista do Brasil* figuraram críticas acerbas à educação humanista, tida como incapaz de desenvolver as aptidões exigidas pelo mundo moderno. Cincinato Braga lamentava:

> O Brasil está trabalhando às cegas. No mundo moderno, os olhos de um povo são a Química e a Mecânica. No Brasil a maior

59 VIANNA, V. A geografia no Brasil. *RBR*, v.8, n.29, p.82, maio 1918.
60 ROQUETTE PINTO, E. O Brasil e a Antropogeografia. *RBR*, v.4, n. 12, p.324,dez. 1916.

> parte da *elite* da nossa população ainda pensa que faz a felicidade de um filho dotando-o com uma carta de bacharel em Direito ... Que engano! ... A época do bacharel em Direito já passou, como antes dela já havia passado a do padre ... Hoje o progresso e a riqueza de um povo ... exprimem-se antes pelo critério profundo das ciências positivas, revelado no número dos seus cavalos a vapor em função útil, de suas máquinas industriais ou agrícolas, de suas usinas, de seus aparelhos de defesa da saúde pública e privada, de seus transportes rápidos e confortáveis.[61]

A frase atribuída à Darwin - "ninguém pode desprezar mais sinceramente do que eu a velha educação clássica, estereotipada e tola"[62] - expressava, sem rodeios, uma opinião cada vez mais aceita.

Recorria-se ao exemplo da Alemanha para evidenciar quanto uma instrução científica poderia fazer em prol da prosperidade nacional:

> A Alemanha c no mundo o país em que a cultura científica está mais difundida e desenvolvida. O povo alemão tem preparo científico superior a qualquer outro do mundo ... Graças ao seu preparo científico venceu todos os povos na luta econômica e não venceu a guerra européia porque contra ela se coligaram todas as grandes potências do mundo ... Por que isto? Pela mais positivas das razões. Durante um século inteiro um sistema completo, integral e perfeito de educação, o mais admirável do mundo, superior ao de qualquer outro país, aplicado à massa toda da população alemã, plasmou a inteligência desse povo inigualável, tornando-a o mais perfeito instrumento científico.[63]

61 BRAGA, C. Pela produção nacional. *RBR*, v.7, n.25, p.64, jan. 1918, grifo no original. Em relação ao atraso brasileiro no setor químico ver as ponderações de: SOUSA, G. de P. O ensino da química. *RBR*, v.16, n.63, p.226-7, mar. 1921.

62 Apud: CALLAMAND, E. A questão do Latim. *RBR*, v.4, n.14, p.223, fev. 1917.

63 SERVA, M. P. A ciência alemã. *RBR*, v.14, n.55, p.267, jun. 1920. Ver também o artigo de M. P. (não identificado). A preparação científica. *RBR*, v.5, n.29, p.525-7, ago. 1917, artigo que vinculava os sucessos militares e econômicos da Alemanha à preparação científica.

A redação da *Revista do Brasil* demostrava sua simpatia aos apelos por mudanças nos rumos da educação, reproduzindo artigos, ensaios e notícias provenientes de países nos quais a questão do ensino técnico estivesse sendo debatida.[64]

Todas as promessas entrevistas adquiriram súbita materialidade com Rondon - militar, bacharel em Ciências Físicas, Naturais e Matemáticas, geógrafo, sertanista, explorador, descobridor, conquistador, pacificador - um homem que congregava múltiplas qualidades e cuja obra desde cedo ganhou fama excepcional, como transparece no seu *curriculum vitae,* organizado por Darcy Ribeiro, que listou todos os prêmios e homenagens recebidas pelo Marechal. É impressionante a quantidade de distinções, títulos honoríficos, medalhas com que ele foi agraciado por universidades, sociedades geográficas, antropológicas, etnológicas, indigenistas e governos das mais variadas partes do mundo (Ribeiro, 1958, p.52-65).

O projeto governamental de interligar ao Rio de Janeiro, via telégrafo, Goiás, Mato Grosso e a região Amazônica, encontrou nele um executor admirável que, entre 1890 e 1915, participou ativamente da construção de linhas telegráficas, estações e estradas. Somente a Comissão Rondon, organizada em 1907 com o objetivo de unir Cuiabá ao Acre, estendera, ao findar os seus trabalhos, 2.270 km de linhas telegráficas, a maioria delas cortando regiões nunca antes palmilhadas por civilizados e através das quais

64 Para uma comparação entre a França e a Alemanha ver as ponderações do senador ASTIER, P. O ensino técnico. *RBR,* v.2, n.8, p.396-7, ago. 1916. Alguns meses antes a redação da revista informava que o mesmo político havia apresentado um projeto de lei visando a organização sistemática do ensino técnico e fornecia detalhes sobre ele. O ensino técnico em França. *RBR,* v.2, n.5, p.88-9, maio 1916. Nesse mesmo número a questão era abordada para Portugal no artigo de BENSAÚDE, A. A instrução técnica em Portugal, p.540-1. Na Argentina o assunto era candente, como transparece nos seguintes artigos: ALFARO, G. Orientação social dos estudos universitários, e OLIVA, J. O Direito e a Psicologia. *RBR,* v.1, n.2, p.219-20 e 220-21, fev. 1916, respectivamente, ou ainda em VILLARROEL, R. A educação moderna. *RBR,* v.3, n.10, p.213, out. 1916 e, COLMO, A. Ensino universitário. *RBR,* v.3, n.11, p.306-7, nov. 1916.

instalara 28 estações que seriam, no futuro, outros tantos povoados. Procedera ao levantamento geográfico de 50.000 km lineares de terras e águas; determinara mais de duzentas coordenadas geográficas; inscrevera no mapa do Brasil cerca de doze rios até então desconhecidos e corrigira erros grosseiros sobre o curso de outros tantos (Ribeiro, 1976, p.135-6), contribuindo decisivamente para aperfeiçoar os conhecimentos cartográficos da região.

Cercando-se de especialistas das mais diversas áreas, Rondon procurou impor um caráter científico às suas expedições, que também se ocupavam da flora, fauna, geologia, mineralogia, hidrologia e dos aspectos etnográficos e antropológicos das regiões percorridas. Delas resultaram uma enorme quantidade de estudos e publicações (Magalhães, 1942, p.366-426), filmes e valiosas coleções de artefatos indígenas, plantas, animais, minerais, colocadas sob a guarda do Museu Nacional do Rio de Janeiro, à época dirigido por Roquette Pinto, um dos integrantes da Comissão Rondon.

Além de enfrentarem a floresta tropical, "poderosa e indomada, com as cataratas de seus rios, o poder de sua vegetação emaranhada, a profusão de animais nocivos (répteis e sobretudo insetos)... as feras, sob esse clima quente e úmido nas vizinhanças de intermináveis brejais de florestas que exalam penetrante cheiro de mofo",[65] Rondon e seus homens tinham a lhes espreitar tribos indígenas até então totalmente isoladas e que não se mostravam indiferentes à invasão de seus territórios. A superação de toda ordem de obstáculos naturais e o contato, seguido do estabelecimento de relações amistosas com os índios, fizeram das expedições de Rondon um exemplo vivo do que homens práticos - militares, técnicos, engenheiros, geógrafos, cientistas - poderiam fazer pelo país. Nas palavras de Roquette Pinto, um dos que acompanharam Rondon:

> Há por toda essa fita de terra, hoje, postos telegráficos, invernadas; mais além disso existem por ali afora numerosos núcleos de

65 GAMELIM, G. Um explorador brasileiro. *RBR*, v.17, n.66, p.270, jun. 1921. Essa descrição bem sintetiza a maneira como as florestas tropicais eram vistas pelo olhar estrangeiro.

> população sertaneja, oriundos da Comissão Rondon, vivendo em paz com os índios, trabalhando em calma ... São vilas e cidades em processo de incubação. Todas à beira de magníficas estradas de rodagem que acompanha a linha telegráfica, ao longo de milheiros de quilômetros; por elas hão de passar as boiadas que os campos de Goiás e Minas Gerais mandarão aos seringais da Amazônia. Que pouco vale a linha telegráfica perto dessa Estrada Rondon! E quanto valerá o laço imenso que a tenacidade desse homem e seu patriotismo, apoiados na coragem e no espírito de sacrifício dos sertanejos resistentes, conseguiram estender sob o Cruzeiro, para revigorar o Brasil.[66]

O enviado do exército brasileiro, leia-se do Estado e da Nação, não se embrenhou na mata em busca do maravilhoso ou do exótico, mas portando o telégrafo, poderoso ícone da modernidade, capaz de prolongar o braço do poder até o distante norte. Apossava-se de terras longínquas, revelava seus segredos mais íntimos, precisava o seu contorno, varria dos mapas o adjetivo desconhecido, colocava-as em condições de "fácil valorização ... [e abria] à indústria todas as riquezas de florestas seculares" (Roquette Pinto, 1950, p.19). Por fim, mas não menos importante, incorporava pacificamente à população brasileira seus filhos arredios: nambiquara, pareci, bororo..., revelando grande sensibilidade no trato da cultura indígena, como fica patente no artigo O *casamento entre os carajás,* publicado na *Revista do Brasil.*[67] Rondon materializava os sonhos dos defensores da Liga de Defesa Nacional, atestando com o seu exemplo os inestimáveis serviços que o exército poderia prestar à nação.

Todos esses feitos valeram ao seu principal artífice a comparação com os bandeirantes, o que equivale a dizer, com os paulis-

66 ROQUETTE PINTO, E. Rondônia. RBR, v.2, n.6, p.171-2, jun. 1916, grifo no original. Não confundir o presente artigo com o livro homônimo publicado pelo autor no ano seguinte no qual apresenta um amplo estudo das populações Parecis e Nambiquaras, com que travou contato em 1912 enquanto membro da Comissão Rondon. A obra mereceu resenha elogiosa na *RBR*, v.5, n.19, p.383-4, jul. 1917. Em 1915, numa série de conferência proferidas no Museu Nacional, Roquette Pinto sugeriu que se desse o nome de Rondônia à região percorrida por Rondon, o que ocorreu em 1955.

67 *RBR*, v.14, n.54, p.185-6, jun. 1920.

tas, uma vez que aqui interessava tomar esses adjetivos como sinônimos: "personalidade enérgica, fisionomia aberta e simpática, ele alia a uma inteligência sagaz, e tão comum nos homens da sua raça, uma vontade tenaz e rude. Nele se percebe a herança atávica daqueles célebres bandeirantes do século XVIII que, partindo de São Paulo e de Minas, em busca do ouro, foram os primeiros conquistadores do hiterland brasileiro".[68] Esta outorga ocorria apesar do fato de Rondon não ser natural de São Paulo, não descender de famílias tradicionais da terra e nem tampouco tê-la adotado como lugar de moradia. Contudo, o Marechal fizera-se merecedor da distinção na medida em que sua determinação, coragem e arrojo permitiam equipará-lo aos rebentos mais nobres de Piratininga. A apologia desse bandeirante do século XX, cujas expedições eram consideradas o coroamento do ciclo de conquistas aberto no período colonial, tornava-se mais um ingrediente da delicada química da paulistaneidade:

> De vez em quando, do fundo dos sertões brasileiros tão misteriosos ainda, apesar da obra maravilhosa de audácia e tenacidade das bandeiras antigas ... surge no litoral Candido Rondon. É sempre um acontecimento. Desinteressadamente todos o festejam. Onde reside o segredo do seu triunfo? Na sua força moral. Por instinto parece que todos sentem a fórmula consciente e admirável de W. Gill: "melhor, mais útil, mais difícil do que morrer pela Pátria é viver para ela". E é pela sua grande pátria que o general Rondon tem sempre vivido, a vida mais cheia, mais forte que nestes últimos vinte anos se tem vivido debaixo do Cruzeiro do Sul. É o bandeira por excelência, mas suavizado pelas idéias modernas, e por um grande espírito de humanidade ... Esse bandeirante não é impelido como os antigos pela ânsia de riqueza, de conquista e domínio. Não destrói, constrói; não afugenta, atrai, é um imã moral.[69]

Ao mesmo tempo, Rondon consubstanciava de maneira exemplar o discurso que insistia em identificar espaço e nação, isso no momento em que a posse do território tanto fornecia uma possibilidade de apreensão positiva do passado, quanto atuava como elemento legitimador da proeminência de São Paulo na

68 GAMELIM, G. Um explorador brasileiro. *RBR*, v.17, n.66, p.266, jun. 1921.
69 ALBUQUERQUE, A. de. Rondon. *RBR*, v.11, n.44, p.368-9, ago. 1919.

configuração do país. Enquadrar Rondon no arquétipo do paulista e fundir suas realizações com a dos bandeirantes não era uma questão retórica. Paulo Duarte, insatisfeito com as aproximações no campo simbólico, esforçou-se por estabelecer uma genealogia capaz de transformar o descendente de índios terenos em um legítimo filho de São Paulo:

> Já a ascendência de Rondon é uma predestinação. O seu bisavô era português, a sua avó era filha de espanhol e guainá ... Essa genealogia começou em Cotia, ao lado de São Paulo de Piratininga, terra paulista, de onde saíram os grandes dilatadores das fronteiras nacionais. Durante o domínio espanhol já houve um general Rondon, morto depois da Restauração, que se notabilizou pela sua amizade aos índios. Era este paulista, pois os Rondon estavam já estabelecidos em São Paulo. Um deles foi para Mato Grosso, dando origem aos avitos diretos de Candido Mariano da Silva Rondon. A sua ascendência materna era inteiramente indígena, índios terenos e bororos. O seu avô, um bandeirante de São Paulo, chamava-se José Lucas Evangelista. Não podia haver mais legítima certidão brasiliense do que a do grande pacificador. (Duarte, 1975, p.l).

O trabalho de Rondon acabou sendo engolfado pelo apetite voraz de São Paulo, que o incorporou à extensa folha de serviços que o Estado orgulhava-se de haver prestado à nação. A vocação do paulista para guiar e conduzir, historicamente atestada, reforçava o ímpeto missionário da elite local, que narcisicamente pretendia que o país tivesse sua própria imagem.

Parece claro que, no início do século XX, o discurso geográfico, cuja matriz inicial assentou-se na extensão territorial, adquiriu densidade e importância. Se, por um lado, as dimensões continentais de um país malconhecido, pouco explorado e que guardava nas suas entranhas todas as riquezas que a imaginação desejasse, forneciam elementos para uma descrição ufanista e cheia de confiança no futuro; por outro, era preciso caracterizar essa posse como fruto de um esforço coletivo e não simples acaso ou fatalidade. A história foi então chamada a testemunhar a favor da nação. Consagrou-se uma leitura do passado feita segundo as coordenadas traçadas pela geografia que, assim, ultrapassava a contemplação e impunha seu viés à memória. Mais ainda, graças à nova roupagem que lhe deram Ritter, Humboldt e Ratzel, ela

também pôde apresentar um conjunto de princípios e propostas para a ação; um instrumental aceito como eficaz para concretizar as potencialidades da terra.

O papel desempenhado pelo fator espacial nas representações da nação sempre foi marcante. Ele deu origem a um sentimento de agregação e pertencimento, permeado por uma ponta de orgulho, aos filhos de uma terra grandiosa e farta. Da identidade via espaço pode-se extrair conseqüências políticas de longo alcance e que certamente estão longe de ser inocentes. Como bem frisou Moraes (1991, p.168), ela fornece, a um só tempo,

> um projeto para as elites, um horizonte referencial de todo o *povo* e também uma justificativa da unidade nacional (tornada projeto), que em si mesma legitima o Estado. E, ainda, coloca o "povo" no seu devido lugar, qual seja, de subalterno: tudo isso envolto numa linguagem altamente cientificista, que apenas *constata* pela *observação empírica* os *fatos* presentes na superfície da terra.

A concepção restrita do nacional, entendido como posse de terras, sempre justificou a repressão a qualquer ação que pudesse colocar em risco a unidade do país, além de ter mantido convenientemente afastada da questão nacional a problemática da obtenção dos direitos de cidadania.

Mas se, por um lado, a Geografia tentava fornecer uma visão unitária e homogênea do nacional, colaborando poderosamente para precisar o *nosso* e o *deles;* por outro, ela também poderia ensejar uma apreensão do espaço como diferença, contradição, isso quando o ângulo de visada passava a ser a região. Surgiam então vários brasis: o do norte e o do sul, o do litoral e o do sertão, que traziam à tona ambigüidades subestimadas ou ignoradas no âmbito do projeto unificador. Esse viés, ainda que não de todo ausente das páginas da *Revista do Brasil*[70] não encontrou aí ambiente dos

70 A respeito ver: SERVA, M. P. Um fator de desintegração nacional. *RBR*, v.3, n.10, p.115-8, out. 1916, ALENCAR, M. de. Carta aberta ao Senhor Presidente da República. *RBR*, v.4, n.13, p.90-1, fev. 1917; IGLESIAS, F. Cinco anos no norte do Brasil. *RBR*, v.11, n.42, p.169-76, jun. 1919, e COARACY, V. Os dois Brasis. *RBR*, v.19, n.76, p.307-13, abr. 1922, sendo esse o artigo mais interessante denso e rico.

mais acolhedores, fato compreensível em um periódico que atuava como caixa de ressonância dos interesses paulistas. Naturalmente, pretende-se não negar a existência de outras identidades articuladas a partir da região, mas simplesmente atestar a dominância de uma trilha analítica pouco permeável à noção de fragmentação.

Deve-se ter presente que no período abarcado pela publicação o grupo do nordeste, que se aglutinaria em torno de Gilberto Freyre e elaboraria um modelo de brasilidade centrado nos valores daquela região, ainda não havia adquirido consistência. As contribuições para a revista do Gilberto estudante, *descoberto* por Lobato,[71] eram indícios, ainda tênues, de preocupações que ganhariam corpo com o *Manifesto Regionalista* de 1926, texto somente publicado em 1952 e que sintetizou as propostas do seu regionalismo tradicionalista e modernista (D'Andréa, 1992, parte 3). Quanto à Alceu Amoroso Lima, autor bastante presente na *Revista do Brasil,* merece nota o fato de nenhum dos artigos que publicou nesse periódico ter se pautado pela defesa de uma proposta para o país centrada nos valores da mineiridade, aspecto dominante na obra A *voz de Minas,* datava de 1945. O modelo bandeirante, tão presente na *Revista do Brasil,* continuou à disposição, tendo sido retomado com ardor nos anos 30 por Cassiano Ricardo (Oliveira, 1990, p.195-7).

71 FREYRE, G. 1981, p.159 relata como se tornou colaborador da revista: "Na Universidade de Columbia, onde seguiria cursos de pós-graduação ... Oliveira Lima informou-me que a *Revista do Brasil,* dirigida em São Paulo pelo autor de *Urupês,* estava transcrevendo artigos meus, dos da minha colaboração de ainda estudante para o *Diário de Pernambuco* ... Monteiro Lobato me descobrira no provinciano *Diário de Pernambuco* e me considerava merecedor de ser irradiado pela então triunfal *Revista do Brasil".* O seu primeiro arrigo escrito especialmente para a revista foi uma resenha da obra de Oliveira Lima, *História da Civilização,* publicada na *RBR,* v.20, n.80, p.363-71, ago. 1922. Freyre afirma que a remessa do seu texto foi feita por intermédio do próprio Oliveira Lima. Ao receber o texto Monteiro Lobato teria escrito à Oliveira Lima "carta entusiástica sobre o autor [Freyre], perguntando-lhe quem era, afinal, esse desconhecido cujos artigos no *Diário de Pernambuco* ele vinha seguindo e fazendo transcrever na revista que dirigia. E de quem Oliveira Lima conseguira que se tornasse colaborador da *Revista do Brasil".*

Das páginas da *Revista do Brasil* sobressai um discurso, alicerçado na história e na geografia, que atribuía a São Paulo o mérito da conquista e manutenção do território. As explicações e justificativas então produzidas constituíam-se em ingredientes privilegiados para a análise das estratégias de dominação e consagração arquitetadas pelas camadas dominantes locais, que terminaram por ofuscar os demais componentes da federação. Essa postura, chave explanatória do período, instaurou uma forte identificação entre a história de São Paulo e a história nacional, sobreposição que continua vigente na prática historiográfica hodierna (Janotti, 1990, p.95). Porta-voz da paulistanidade, a *Revista do Brasil* constitui-se fonte privilegiada para acompanhar os passos dessa construção, que também permeava as discussões a respeito da qualidade étnica dos habitantes.

GRUPO II: Figuras 6 a 9

Com a Primeira Guerra Mundial, o temor em relação à política imperialista ganhou novos contornos, enquanto o descaso pela *realidade nacional* passou a ser duramente criticado. *(RBR,* n.18, 24 19)

CHRISTO — TIO SAM

— Venham a mim as creancinhas!

***(D. Quixote* — Rio de Janeiro)**

FIGURA 6

HORAS DE ARREPENDIMENTO

O sonho doirado do Kaiser: uma casinha á beira de um **lago** em--. Santa Catharina.

***Voltolino* — "Cigarra", S. Paulo)**

FIGURA 7

A minha missão é pedir **a D**eus que o Brasil seja, um **dia, a Terra** de Santa Cruz... de Ferro !

***(Julião Machado* - "D. Quixote", Rio**

FIGURA 8

CARIDADE PARA USO EXTERNO

ELLA — Já sei que vai acceitar uma flôr em beneficio das crianças belgas...

(Calíxto — "D. Quixote" — Rio de Janeiro)

FIGURA 9

3 ETNIA: UM DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Essas variações regionais da nossa mentalidade coletiva são resultantes das diversidades mezológicas, dentro das quais se opera o trabalho rural em nosso povo. No Centro-Sul e na faixa costeira, onde domina a lavoura dos canaviais, o trabalho agrícola sempre se revestiu de um caráter servil: sobre o índio primeiro e depois sobre o negros recaíram, desde os primeiros dias da colonização as durezas do labor agrícola. Este sempre foi incumbência das raças inferiores e servis, porque, pela sua rusticidade, é incompatível com o relativamente pequeno vigor físico das classes superiores, mais delicadas, mais finas, mais cerebrais, mais intelectualizadas, cuja energia biológica se despende principalmente nas atividades superiores da vida afetiva e individual. (OLIVEIRA VIANNA, J. F. Origens pastoris da democracia riograndense. *RBR*, v.19, n.75, p.259, mar. 1922)

De légua em légua, uma pequena choupana, de sapé ou de palha de coqueiro no Norte, de pinho no extremo Sul, a abrigar, numa confusão animal, numerosa família de negros boçais ou de mulatos e caboclos indolentes, que vivem do que a natureza oferece sem esforço, do peixe e do caranguejo nas praias, da carnaúba e do pinheiro nos sertões. (BELLO, J. M. O sertão. *RBR*, v.9, n.33, p.125, set. 1918)

Durante a primeira fase da *Revista do Brasil* (1916-1925), pensar a nação ainda significava, antes de tudo, enfrentar a tortuosa questão do estatuto étnico dos habitantes, assunto que figurava na agenda da nossa intelectualidade pelo menos desde a Independência (Guimarães, 1988). Entretanto, foi justamente a partir de meados dos anos 10 que o paradigma racial começou a sofrer, no que respeita à apreensão e ao conteúdo, deslocamentos importantes que podem ser analisados pelas páginas da revista.

Nas décadas iniciais do século XX, não eram poucos os que continuavam a encarar a composição étnica da população como fator decisivo, que subordinava todos os demais aspectos da vida nacional e do qual dependia, inclusive, as chances futuras de qualquer país vir a integrar o concerto das nações:

> O problema antropológico abrange quase todos os problemas coletivos. Não se pode conciliar e consolidar a capacidade econômica, moral, política e social sem transformar profundamente a base que sustenta aquelas condições, que é o homem. Nas Nações da América, sobretudo, o progresso e a estabilidade política não são em definitivo senão uma questão étnica.[1]

Abordagens dessa natureza, que circulavam com desenvoltura entre pensadores e especialistas dos mais variados ramos do saber, arrastavam consigo os fios de uma densa e heterogênea tradição a respeito da diversidade humana.

A intelectualidade presente na *Revista do Brasil* movimentou-se no interior dessa tradição, tendo estabelecido, conforme teremos oportunidade de constatar, um complexo relacionamento com as máximas racistas. O esforço que empreenderam a fim de encontrar saídas positivas para o país muitas vezes aparece, ao observador contemporâneo, como uma luta destituída de sentido (Ortiz, 1986, p.13). Perdemos de vista o quanto a atmosfera da

1 AYARRAGARAY, L. A mestiçagem das raças na América. *RBR*, v. 1, n.3, p.349, mar. 1916. A respeito de suas propostas de europeização da Argentina como forma de assegurar ao país um lugar de destaque entre as nações do futuro ver: HELG, A. 1994, p.39 e 62.

época estava impregnada pelas noções de superioridade e inferioridade biológica, secularmente reafirmadas por filósofos, cientistas e políticos.

Nesse sentido, é fundamental recolocar os termos em que o debate era então travado. Antes de proceder à análise do material presente na revista, apresenta-se, sem qualquer pretensão de originalidade, um quadro histórico a respeito de como foi sendo construída, desde o início dos tempos modernos, uma apreensão do gênero humano que encarava a diversidade em termos hierárquicos.

O extenso preâmbulo não deve ser encarado como uma digressão dispensável. No período estudado, as doutrinas raciais ainda eram um ponto de partida válida para a descrição e a compreensão das sociedades. Acompanhar sua trajetória justifica-se na medida em que ela fornece elementos para aquilatar o peso da ingrata herança que envolvia a questão étnica, com a qual os homens do tempo tinham, de algum modo, de ajustar contas. A raça, mais do que pano de fundo, era parte integrante do imaginário.

ARQUEOLOGIA DO PRECONCEITO

Na Europa dos tempos modernos, o debate sobre a diversidade humana pode ser remontado aos 44 volumes da *Histoire Naturelle* de Buffon, obra que não só sistematizou os conhecimentos até então acumulados a respeito do assunto, como também contribuiu para configurar um novo campo de visibilidade para a natureza, apegado à nomeação do observável (Foucault, 1981, p.139-78).

Nas muitas considerações que teceu a respeito do homem, o autor, sem abrir mão do postulado monogenista, empenhou-se em explicar, a partir do clima, da alimentação e dos hábitos ou maneiras de viver, as variedades discerníveis na espécie. Do ponto de vista físico tal diversidade foi relacionada à cor da pele, à forma dos olhos, à textura do cabelo, às dimensões e à proporcionalidade do corpo. Especialmente no volume *De l'Homme* Buffon,

valendo-se de uma enorme variedade de relatos de expedições e viagens, ordenou, com base nos parâmetros citados, a massa de informações disponíveis em um todo estruturado e coerente, o que lhe valeu posição de destaque na constituição da disciplina que viria a ser chamada de antropologia (Gusdorf, 1972). Nessa empreitada, a defesa de uma humanidade una, por ele abraçada de saída, acabou sendo tensionada pela introdução de uma profunda hierarquia que associava, de maneira determinista, aspectos fenotípicos com comportamentos culturais e morais (Todorov, 1993, v.l, p.l12-21).

Na escala do naturalista, cujas idéias gozaram durante longo tempo de grande reputação junto ao público culto, o ápice ficava reservado para os brancos, mais especificamente para os europeus setentrionais uma vez que *"pour peu qu'on descende au-dessous du cercle polaire en Europe, on trouve la plus belle race de 1'humanité. Les Danois, les Norwégiens, les Suédois, les Finlandois, les Russes, quoiqu'un peu différents entre eux, se ressemblent assez pour ne pas faire avec les Polonois, les Allemands, et même tous les autres peuples de 1'Europe, qu'une seule et même espèce d'hommes, diversifiée à 1'infini par le mélange des différentes nations"* (Buffon, 1971, p.340).

As considerações de Buffon sobre os habitantes das áreas situadas além dessa faixa de latitude norte, estabelecida por ele como reduto dos povos dotados de perfeição, beleza e civilização, estiveram longe de ser amáveis. Assim os lapões, *"ces bommes qui paroissent avoir dégénéré de 1'espèce humaine"* foram descritos como *"une race d'hommes de petite stature, d'une figure bizarre; dont la physionomie est aussi sauvage que les moeurs"* (p.223); os chineses, com seus *"nez écaché et ces petits yeux de cochon"*, seriam *"peuples mous, pacifiques, indolents, supertitieux, soumis, dépendants jusqu'à 1'esclavage, cérémonieux, complimenteurs jusqu'à la fadeur et à l'excès"* (p.232 e 262). Já os negros, possuindo *"les cheveux crépes, le visage maigre et fort désagréable"*, não passariam de povos *"sauvages et brutaux"* (p.246), enquanto os índios da Austrália foram tomados como *"les gens du monde les plus misérables, et ceux de tous les humains qui approchent le plus des brutes"* (p.247).

Aos habitantes da América não foi reservada melhor sorte. De fato, todo o continente parecia exibir formas de vida pouco desenvolvidas. Assim, ao comparar a fauna européia com a americana Buffon não titubeou em concluir pela inferioridade da última, que considerava desprovida de grandes animais. Quanto às espécimes domésticas que para cá foram transplantadas, o sábio francês acreditava que, sob a influência nefasta da umidade americana, elas teriam se distanciado dos seus protótipos ideais, tornando-se menores e mais fracas do que as congêneres européias. Esse julgamento negativo a respeito da América, considerada pelo autor um continente imaturo e, portanto, incapaz de gestar seres de porte avantajado, zoologicamente *superiores* aos répteis e insetos que pululavam por aqui, também foi estendida para os habitantes (Gerbi, 1960, p.3-31).

O dogma católico que postulava a unidade da espécie, e que impediu Buffon de levar suas idéias às últimas conseqüências, começou a ser contestado já no século XV1I1 por aqueles que, não acreditando ser possível explicar as diferenças entre os homens como resultado de processos históricos e ou condições ambientais, defendiam o poligenismo, ou seja, a existência de múltiplos centros de criação. Tal doutrina, que pode ser referida à Hipócrates (Schwarcz, 1993, p.49), desfrutou no século seguinte de grande prestígio, tendo sido retomada num clima de contestação às verdades sustentadas pela igreja. De acordo com Arendt (1976, v.l, p.84), as novas concepções significaram a "destruição da idéia de lei natural como elo de ligação entre todos os homens e todos os povos", agora separados por "um profundo abismo gerado pela impossibilidade física da compreensão e comunicação humanas".

Assim, não era apenas a noção de uma origem comum a partir de Adão que estava sendo demolida, mas também um certo ideal de universalidade que entrelaçava todos os homens. Porém, graças sobretudo a Rousseau, o século XVIII não pode ser lembrado unicamente como aquele em que se caminhou firmemente para subordinar a nossa espécie aos desígnios da natureza. Sua defesa intransigente da liberdade, considerada um bem inalienável, e da *perfectibilidade,* entendida como capacidade inerente a todos os seres humanos de superar obstáculos, levaram-no a fundamentar

a desigualdade no desenvolvimento das faculdades humanas, a partir de um olhar que privilegiava a História. Noutras palavras, a possibilidade de não se sujeitar aos ditames naturais, atributo exclusivo do homem, permitiu aos seres humanos estabelecer, por meio de um ato de vontade, um contrato que assinalou a passagem do estado de natureza, no qual os indivíduos viviam isolados e tinham que subsistir com suas próprias forças, para a vida coletiva. Na medida em que tal instauração não derivou de diferenças inatas, do direito do mais forte, da autoridade paterna ou da guerra, o filósofo podia postular a conservação integral no novo *status* da liberdade desfrutada anteriormente (Rousseau, 1978, p.32).

Nas suas análises a respeito do caminho percorrido entre o estado de natureza e a civilização, Rousseau criticava duramente o rumo tomado pela vida coletiva, identificando no direito à propriedade o primeiro grande progresso da desigualdade, a partir do qual se instituíram outros. A civilização teria acabado por afastar o homem das suas necessidades e deveres inatos, que foram conspurcados por paixões, desejos e regras antinaturais, responsáveis pelo seu estado atual de decadência e corrupção. Ao comparar o selvagem e o civilizado, Rousseau exalta o primeiro, atitude desafiadora para uma Europa às portas da Revolução Industrial e acostumada a conceber-se como o epicentro da civilização.

Porém, vale assinalar que sua defesa do selvagem deve ser inserida num rol de argumentos que, a partir de uma visão da natureza como obra que não comportava movimento, porque pronta e acabada, concebia o distanciamento do padrão originário enquanto degeneração. As considerações pessimistas de Buffon a respeito dos animais domésticos trazidos para a América - assim como a defesa que Montaigne (1980, p.101-2) esboçou dos canibais e dos frutos selvagens - serviram de caução para Rousseau, que tirou conclusões originais a partir de concepções cristãs fortemente enraizadas na idéia de uma Idade de Ouro perdida.

Contudo, é importante ter presente que as discussões travadas durante o século XVIII a respeito da diversidade humana apoiavam-se em opiniões e hipóteses de segunda mão - Buffon, por exemplo, jamais viu um chinês e no seu tempo ninguém ainda havia empreendido uma comparação detalhada entre os esqueletos de

brancos e negros -, situação que se alteraria rápida e radicalmente na passagem para o século XIX. (Stocking Júnior, 1982, p.29).

Do ponto de vista epistemológico, essa transformação foi tributária, em larga medida, dos trabalhos de Cuvier, que com seus estudos de anatomia comparada lançou as bases de um novo sistema de classificação dos animais, encarados como um todo estruturado, no qual as partes possuíam atribuições específicas intimamente relacionadas. Esse procedimento, chamado de princípio de correlação das partes, revelou-se particularmente eficiente no campo da Paleontologia, tendo sido assim descrito por Cuvier:

> hoje, qualquer um que vê apenas a pista de um caso bifurcado pode daí concluir que o animal que deixou essa marca ruminava, e tal conclusão é tão correta quanto qualquer outra em física e moral. Esta única pista dá pois a quem a observa a forma dos dentes, a forma dos maxilares, a forma das vértebras, a forma de todos os ossos das pernas, das coxas, dos ombros e da bacia do animal que acaba de passar, (apud Ginzburg, 1989, p.271)

Dessa forma, o naturalista francês pôde estabelecer uma outra ordem de identidades e semelhanças, que se apoiava na vinculação imperceptível entre diferentes órgãos e sua função básica - pulmão e bronquios, por exemplo, apesar de guadarem diferenças aparentes e significativas, cumprem função semelhante. A nova postura foi caracterizada por Foucault (1981, p.280) como ruptura com o pensamento clássico, no interior do qual a linguagem e o olhar bastavam para dar conta da natureza, encarada como um contínuo. Em relação ao gênero humano, tais considerações terminaram por fundamentar em *bases científicas* a noção de raça, entendida como um conjunto de diferenças hereditárias, o que equivale dizer permanentes, que separariam as várias espécies de homens. Apesar de Cuvier ter se mantido fiel ao monogenismo, seus trabalhos forneceram o arsenal analítico que seria manejado pelos poligenistas.

Assim em sua *Nota instrutiva sobre as pesquisas a serem desenvolvidas a respeito das diferenças anatômicas entre diversas raças de homens,* redigida em 1800 para orientar os membros de uma expedição à Austrália, patrocinada pela primeira entidade

francesa dedicada aos estudos antropológicos, a Sociedade dos Observadores do Homem (1799-1805), Cuvier sugeria uma série de procedimentos e técnicas para a coleta sistemática de crânios e esqueletos completos de povos selvagens, material ainda raro na Europa e então considerado essencial para que a antropologia, tomada na acepção unidimensional de estudo do homem sob o ponto de vista zoológico, pudesse avançar.[2]

Dois outros médicos, contemporâneos de Cuvier, contribuíram decisivamente para fundamentar, sob novas bases metodológicas, a história natural do homem: Blumenbach e Camper. O primeiro, considerado patrono da moderna antropologia, desenvolveu múltiplos trabalhos em anatomia e fisiologia, tendo lançado as bases da craniologia. A ele deve-se a famosa divisão da humanidade em cinco raças: mongol, etíope, americana, maláia e caucasiana, esta última assim denominada pelo fato de habitar a região próxima ao Monte Cáucaso, considerado por Blumenbach o berço da humanidade e o hábitat da raça dotada da mais bela conformação de faces e crânios. Já Camper, que dissecou vários orangotangos a fim de estabelecer suas diferenças com a nossa espécie, foi um dos primeiros a introduzir na anatomia comparada classificações baseadas em medidas. Esse médico holandês *observou* que o valor do ângulo facial variava numa escala que ia de um mínimo nos símios, passando por negros e chineses até atingir um máximo nos brancos.[3] Nascia, já marcada por juízos e inferências de valor, a antropometria, que se afirmaria no decorrer do século XIX como uma importante especialidade do saber médico.

2 Outro membro dessa Sociedade, Marie-Joseph Degérando escreveu, também para orientar a citada expedição à Austrália, as suas *Considerações sobre o método a seguir na observação dos povos selvagens.* A análise comparativa das *Notas* e das *Considerações* dá bem a dimensão de quanto as propostas de Cuvier contribuíram para reorientar os estudos antropológicos. Ver: STOCKING JUNIOR, G. W. 1982, p. 15-41.

3 A respeito dos trabalhos do alemão Johann-Friedrich Blumenbach e do holandês Petrus Camper, ver: TOPINARD, P., 1885, p.57-74, que analisa, com riqueza de detalhes, a produção desses dois médicos. O texto contém ilustrações que elucidam a respeito dos procedimentos utilizados por Camper para medir o ângulo facial.

De fato, esse século assistiu à rápida multiplicação dos esforços para avaliar as diferenças entre os seres humanos a partir de uma perspectiva biológica. Nos Estados Unidos, Josiah C. Nott, George R. Gliddon e Samuel Morton, nomes ilustres da antropologia americana e cujos trabalhos acabaram por fornecer argumentos para justificar racionalmente a escravidão negra, coletaram séries de crânios humanos, contemporâneos e antigos, com intuito de estudá-los comparativamente. O conjunto reunido por Norton, um dos mais importantes do mundo, permitiu-lhe publicar *Cranea Americana* (1839) e *Cranea Aegyptiaca* (1844), obras que não só apresentavam evidências à favor da origem múltipla da humanidade, e que muito influenciaram o naturalista Louis Agassiz, como também afirmavam a íntima solidariedade entre estrutura física e capacidade intelectual, caráter, valores e formas de comportamento. De acordo com esse especialista, que trabalhava a partir da divisão da humanidade proposta por Blumenbach

> *[La raza caucasiana] se distingue por la facilidad con que logra el más alto desarrollo intelectual... En sus características intelectuales, los mongoles son ingeniosos, imitativos y altamente susceptibles de cultura ... El malayo es activa e ingenioso y posee todos los hábitos de un pueblo migratorio, rapaz y marítimo ... Mentalmente los americanos se caracterizan por ser contrarios a la cultura, lentos, crueles, turbulentos, vengativos y afectos a la guerra y enteramente desprovistos de gusto por las aventuras marítimas ... El negro es de natural alegre, flexible e indolente y los numerosos grupos que constituyen esta raza poseen una singular diversidad de caráter del que su último extremo es el eslabón más bajo del linaje humano,* (apud Boas, 1964, p.37).

Não tardou para que as técnicas de mensuração ganhassem em sofisticação e precisão. O famoso antropólogo francês Pierre-Paul Broca, cujos métodos de pesquisa foram imitados em todo o mundo, criou um conjunto de instrumentos - craniográfo, craniometro, estereógrafo, cefalógrafo - que compunham o arsenal dos gabinetes antropométricos, manejados por especialistas devidamente treinados (Topinard, 1879). Esse suporte laboratorial colaborava poderosamente para dotar os resultados obtidos de uma reconfortante aura de objetividade. Medidas precisas, tomadas por

indivíduos comprometidos apenas com o avanço do conhecimento, confirmavam amplamente a fisiologia superior do europeu.

A diversidade, que na perspectiva humanista de um Rousseau não se constituía num impedimento para transpor distâncias, passou a ser cada vez mais concebida em termos estritamente raciais. Nesse sentido é interessante acompanhar a argumentação de Louis Agassiz, suíço radicado nos Estados Unidos, professor de Zoologia em Harvard, que dirigiu várias missões científicas, uma delas ao Brasil (1865-1866). Antidarwinista, postulava a fixidez das espécies, e poligenista, acreditava que as raças humanas haviam surgido de maneira independente em oito pontos do globo, suas observações da população brasileira permitiram-lhe afirmar categoricamente que:

> Para o fim que tenho em vista, é indiferente que haja três, quatro, cinco ou vinte delas [raças humanas] e que derivem ou não uma das outras. O fato de diferirem por traços constantes e permanentes já basta, por si só, para justificar uma comparação entre as raças humanas e as espécies animais. Sabemos que, entre os animais, quando dois indivíduos de sexo diferente e de espécie distinta concorrem na produção de um novo ente, esse híbrido não apresenta uma semelhança exclusiva nem com o pai nem com a mãe e participa do caráter geral de ambos. Não me parece menos significativo que tal seja igualmente verdadeiro para com o produto de dois indivíduos de sexo diferente, pertencendo a raças humanas distintas. O filho nascido de uma preta e um branco não é nem preto nem branco, é um mulato; o filho de uma índia e de um branco não é nem um índio nem um branco, é um mameluco; o filho de uma negra e de um índio não é nem um negro nem um índio, é um cafuzo. Cafuzo, mameluco e mulato participam dos caracteres de seus autores tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta. Logo, no que respeita ao produto, as raças humanas se acham, umas em relação às outras, na mesma relação que as espécies animais entre si ... Por mim julgo demonstrado que, a não ser que se prove que as diferenças existentes entre as raças índia, negra e branca são instáveis e passageiras, não se pode, sem se estar em desacordo com os fatos, afirmar a comunidade de origem para todas as variedades da família humana. (Agassiz, 1938, p.370-1)

Valores e comportamentos foram associados a oscilações no índice cefálico, forma da cabeça, peso da matéria cinzenta, tama-

nho e contorno do crânio, dados técnicos que apontavam para diferenças anatômicas inatas e invalidadoras da idéia de uma natureza humana única.

Tradicionalmente, as características raciais eram determinadas a partir da cor da pele e dos olhos, do aspecto do cabelo, da forma do nariz, dos lábios e da cabeça, critérios que permitiam obter de três a mais de trinta raças. Em meados do século XX, graças aos trabalhos do suíço Andrés Ratzius, as descrições baseadas em aspectos aparentes foram substituídas por um valor numérico, conhecido como índice cefálico, e que expressava a relação existente entre a largura e o comprimento de um crânio. Tal índice, que podia ser calculado com grande precisão tanto em indivíduos vivos quanto em material ósseo, permitiu que se dividisse os seres humanos em dolicocéfalos, que apresentavam os menores índices; mesatocéfalos, com valores médios e braquicéfalos, possuidores das taxas mais altas. Ganhava força a tendência, já expressa nos trabalhos de Camper, de substituir as classificações que flutuavam ao sabor do observador por outras consideradas *mais rigorosas*, porque elaboradas a partir de refinadas análises fisiológicas. Ao longo do século XIX, período áureo da antropologia física, assistiu-se à multiplicação de aparelhos, métodos de medição e índices, muitos deles incompatíveis entre si. Daí a tentativa, levada a efeito em 1906 no XIII Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia, de padronizar os pontos de referência para a tomada das medidas antropométricas e osteométricas.

Entretanto, não se pode negligenciar o fato de que foi justamente no século XIX, sob o influxo das necessidades e possibilidades abertas pela Revolução Industrial, que o contato dos europeus com habitantes de áreas geograficamente remotas amiudou-se, possibilitando à faculdades, museus e sociedades científicas abastecerem-se de farto material fóssil e antropológico. O interior da África, praticamente desconhecido, foi rasgado por viajantes-exploradores: Livingston, Speke, Burton, Brazza, Stanley, para ficar apenas nos mais famosos. Essa experiência direta do outro, tornada cotidiana em uma economia atravessada por "uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações

e movimentos de bens, dinheiro e pessoas" (Hobsbawm, 1988, p.85), só parecia confirmar a auto-imagem que o Ocidente de há muito vinha pacientemente elaborando.

Num contexto em que a civilização deixava de ser encarada como atributo de todo e qualquer homem para se transformar em apanágio exclusivo de uma pequena parte da humanidade, não surpreende que o poligenismo encontrasse um número crescente de adeptos, organizados em sociedades científicas. Paul Broca fundou a Sociedade de Antropologia, símbolo da nova orientação que, ao privilegiar os caracteres físicos, tendia a adotar procedimentos zoológicos e anatômicos, postura que denunciava a enorme restrição de sentido a que fora submetida a recém-criada disciplina. Institucionalizava-se, dessa maneira, a ruptura, já existente no nível teórico, com a Sociedade de Etnografia (1839) cujos membros, mais preocupados com o estudo da língua, usos e costumes dos vários grupos humanos do que com aspectos fisiológicos, permaneciam atados à uma herança monogenista e fiéis à noção de *perfectibilidade.*

Ao postular que desde o seu surgimento no planeta os seres humanos jamais formaram um único grupo, mas sim várias espécies cada uma com características próprias, os poligenistas viram-se obrigados a lidar com a incômoda questão da hibridação, o que deu ensejo ao desenvolvimento de uma variada gama de teorias a respeito dos efeitos dos cruzamentos inter-raciais. Vários poligenistas, entre eles Broca, advogavam a esterilidade, em algum grau, dos mestiços, bem como sua fraqueza moral, física e mental (Topinard, 1885, p.92-7), enquanto outros, apoiados na idéia de que as espécies inferiores produzem um maior número de descendentes do que as superiores - Buffon contrapunha a extrema fertilidade dos insetos da América ao escasso número de descendentes dos animais superiores -, caminhavam na direção oposta e alertavam para a extrema fertilidade desses seres inferiores. Porém, poucos discordovam quando se tratava de assinalar o caráter ameaçador da miscigenação, capaz de colocar em risco o futuro da humanidade. Nas palavras de Nott e Gliddon: *"it is evident...that the superior races ought to be kept free from all adulterations, otherwise the world will retrograde, instead of advancing, in civi-*

lization" (apud Stocking Junior, p.48). Aversão semelhante pelos cruzamentos foi expressa pelo casal Agassiz (1938, p.366):

> Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados por uma falsa filantropia a romper todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu. Numa época em que o novo estatuto social do negro é, para os nossos homens de Estado, uma questão vital, seria bom aproveitar a experiência de um país onde a escravidão existe, é verdade, mas onde há mais liberalismo para com o negro do que nunca houve nos Estados Unidos. Que essa dupla lição não fique perdida! Concedamos ao negro todas as vantagens da educação; demos-lhe todas as possibilidades de sucesso que a cultuta intelectual e moral dá ao homem que dela sabe aproveitar; mas respeitemos as leis da natureza e, em nossas relações com os negros, mantenhamos, no seu máximo rigor, a integridade do tipo original e a pureza do nosso. (Agassiz, 1938, p.366)

Na mesma época em que os antropólogos americanos faziam essa advertência, o Conde de Gobineau publicava o seu *Essai sur 1'inégalité des races humaines,* no qual proclamava a inconteste superioridade dos arianos, a quem ele tributava praticamente todos os avanços materiais e morais da civilização. Retomando a argumentação em prol da aristocracia francesa, desenvolvida por Boulainviliers como arma contra o poder crescente da realeza, o diplomata sublinhava a origem galo-romana do povo comum em oposição à descendência franca - e, portanto, intelectualmente superior - da nobreza. Assim, da pena de escritores franceses nascia, como estratégia para a defesa de privilégios nobiliárquicos, o postulado da excelência étnica dos vizinhos germânicos.[4]

4 Na correspondência com D. Pedro II, o escritor francês assim relatou seus planos: "Estou trabalhando nas minhas *Nouvelles Feódales* e creio que começarei aqui [Castelo de Chanéade] uma história completa dos merovíngios na qual *mostrarei no meio de que gente eles tiveram a infelicidade de viver, isto é, os galo-romanos".* Carta datada de 10.7.1882. In: RAEDERS, G. 1938, p.364, grifo meu.

O conde, que orgulhosamente se autodefinia como um homem da Idade Média, elaborou uma genealogia familiar na qual enfatizava o seu parentesco com o deus Odin. Não é de surpreender que ele identificasse a perda dos privilégios e do controle político, por parte da classe a que pertencia, com o período final da decadência da humanidade. Os vários volumes do *Essai* podem ser considerados um longo e doloroso réquiem para um inundo que se esvaía. Na sua tentativa de fazer a história entrar na família das ciências naturais, esse inimigo ferrenho da igualdade política saiu à procura de uma lei capaz de explicar logicamente os acontecimentos históricos e julgou tê-la encontrado na vinculação determinista entre indivíduo e raça. Comportamentos, valores, hábitos, qualidades e defeitos não seriam mais do que manifestações de traços inatos, não suscetíveis de alteração por nenhum processo de educação ou esforço governamental e que inexoravelmente acabavam por se manifestar.

Numa época marcada pelo otimismo e pelo ideal de progresso, o esquema fatalista de Gobineau não vislumbrava qualquer futuro para a espécie humana. Paradoxalmente, a decadência dos arianos aí figurava como conseqüência ingrata de sua superioridade: à medida que a única raça criadora expandiu-se, portando consigo a tocha da civilização, travou contato, por meio de sucessivos cruzamentos, com elementos impuros e inferiores que lhe conspurcaram o sangue de forma lenta, porém continuada. Na perspectiva apocalíptica do conde, a hibridação estaria exaurindo a vitalidade da herança germânica num processo que, segundo seus cálculos, chegaria a termo dentro de três ou quatro milênios, quando se efetivaria o desaparecimento final do homem. O avanço do regime democrático, que usurpou direitos antes legitimamente exercidos apenas pelos elementos etnicamente superiores, já seria uma manifestação do amanhã sombrio que nos espreitava.

Para alguém que se imaginava membro da diminuta elite de seres superiores, a missão de representar o governo francês no Brasil afigurava-se como particularmente degradante e ele não deixou de sublinhar, em várias oportunidades, quanto o desgos-

tava esse exílio nos trópicos. A sua estadia nessa porção da América entre abril de 1869 e maio de 1870 pelo menos parece ter lhe fornecido a chance de confirmar *in loco* suas teses a respeito dos efeitos deletérios da mestiçagem. As apreciações do diplomata a respeito do país e de seus habitantes sempre foram extremamente rudes, revelando uma indisfarçável má vontade. Nesse sentido, deve-se assinalar o tom absolutamente distinto do trabalho de Agassiz que, apesar de não ser menos crítico, vem acompanhado de um esforço de compreensão.

Em sua correspondência particular Gobineau afirmava: "Belo e singular este país; mas que fala somente aos olhos, e muito pouco ao coração. Uma natureza imensamente imbecil". Somente o soberano parecia digno de sua admiração: "salvo o Imperador não há ninguém neste deserto povoado de malandros", e com "uma população toda de mulatos, viciada no sangue, viciada no espírito e feia de meter medo" (Raeders, 1976, p.49 e 79). Nos documentos de natureza oficial o tom não era diferente, como se observa no seguinte trecho do seu Comunicado n° 5, datado de setembro de 1869:

> É necessário confessar que a maior parte do que se costuma chamar de *brasileiros* compõe-se de mestiços, mulatos, quartões de caboclos de diferentes graus. Encontra-se disso em todas as situações sociais ... em suma, quem diz brasileiro, diz, com raras exceções, homens de cor. Sem entrar na apreciação das qualidades físicas ou morais destas variedades, é impossível deixar de constatar que não são nem laboriosas, nem ativas, nem fecundas. As famílias mestiças destroem-se tão rapidamente que certas categorias de misturas existentes há não mais de vinte anos não se encontram mais, como se dá, por exemplo, com os mamelucos e, por outro lado, a grande maioria dos fazendeiros ... vive num estado muito próximo da barbárie, no meio de seus escravos, e não se distinguem deles, nem por gostos mais apurados, nem por tendências morais mais elevadas. (Ibidem, p.113)

Durante sua estada na Suécia, o Conde fez, em carta datada de 13 de fevereiro de 1874, a seguinte oferta para D. Pedro II: "se

V. M. deseja ter operários ou emigrantes suecos e noruegueses de diferentes categorias, é possível arranjar-se ... Parece-me que seria interessante procurar atrair para o Brasil uma emigração que se compõe, em geral, de gente forte, laboriosa e que em absoluto não tem idéias revolucionárias" (Raeders, 1938, p.157). Analogamente, a derrota da França para a Prússia ajustava-se perfeitamente à sua proposição de que as nações latinas são nações mais ou menos gastas, porém ele não ousou publicar o artigo que escreveu a respeito do *lógico desfecho* do conflito.

Diante do pequeno apreço devotado à França, não admira que seus compatriotas emitissem opiniões pouco entusiásticas a respeito da obra e de seu autor. Para desgosto de Gobineau, após vários anos de estudos a fim de por o trabalho ao corrente de tudo o que se soube ou se propôs desde sua primeira publicação, nenhum editor se dispôs a bancar a segunda edição do *Essai,* que só viria à público após a sua morte. As críticas mais lúcidas lhe foram dirigidas por Tocqueville (1959), a quem ele devia o emprego no Ministério das Relações Exteriores. Todavia, nada disso nos autoriza a minimizar a grande influência exercida pelas opiniões de Gobineau,[5] que encontraram terreno especialmente fértil do outro lado do Reno.

Porém se o seu germanismo prestava-se, não sem importantes adaptações, para embalar certos sonhos de superioridade, outros aspectos de sua doutrina, como a defesa intransigente dos valores aristocráticos e o seu extremo pessimismo, estavam em evidente descompasso com o perfil de uma era liberal, marcada por realizações técnicas.

Na época em que Gobineau escreveu seu *Essai,* as questões cruciais da Antropologia - origem una ou múltipla da humani-

5 Na avaliação de BOAS, F., 1964, p.35, *"sobre la base de la identificación de los datos históricos y raciales, Gobineau desarolla su idea de la excelencia superior del europeu noroccidental. Su obra puede ser considerada como el primer desarrollo sistemático de este pensamiento. Ha ejercido una influencia extraordinariamente poderosa".* Entre a intelectualidade francesa, deixaram-se seduzir pelo gobinismo nomes como Lapouge, Le Bon e Taine.

dade; determinação do grau e da natureza do que então se qualificava como diferenças físicas, mentais e morais entre os seres humanos; identificação e ordernação hierárquica das várias sociedades que compartilhavam o planeta - eram debatidas no interior de um paradigma que aceitava como pressuposto as concepções fixistas a respeito das espécies e que tinha na anatomia comparada seu método por excelência.

A publicação da obra de Charles Darwin, *Sobre a origem das espécies graças à seleção natural, ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida* (1859), ao apresentar uma *lei natural* que cartesianamente governava todos os seres, exigiu um reordenamento profundo da história natural e dos seus domínios conexos. A força da nova síntese derivava tanto da sua capacidade de estruturar grande quantidade de fenômenos aparentemente sem relação, quanto das inúmeras evidências que oferecia como caução e que contribuíam para ancorá-la em bases sólidas. Poucos não foram seduzidos por Darwin, que passou a ser festejado como aquele que realizou pela Biologia o mesmo que Newton fizera pela Física.

Nitidamente influenciado pelas idéias de Malthus a respeito do crescimento populacional, Darwin divisava a existência de uma incessante luta pela vida, que recompensaria apenas os mais aptos. A imagem de uma natureza estática, o naturalista britânico contrapunha a seleção natural, princípio segundo o qual apenas sobreviveriam os indivíduos mais fortes ou que contassem com alguma vantagem, por menor que fosse, em relação aos seus concorrentes. Ao longo do tempo, o acúmulo de variações favoráveis terminaria por dar ensejo a novas espécies, num movimento contínuo que ele denominou evolução. Esta, longe de ser concebida como uma estrada de sentido único, era comparada aos ramos de uma árvore que majestosamente se espraiava em todas as direções.

O trabalho de Darwin era perfeitamente compreensível para o público culto, que não ficou alheio ao vigoroso debate que se travou em torno de proposições que desafiavam abertamente o *establishment* científico e os dogmas religiosos. Sem dúvida, para

isso muito contribuiu a notável semelhança entre o mundo natural, tal como Darwin o concebia, e a sociedade européia do século XIX: seleção dos mais fortes, luta pela vida, sobrevivência dos mais aptos parecia equivaler a livre concorrência, premiação dos mais competentes, eliminação dos fracos e incapazes.

O conteúdo moral e político dessa representação foi imediatamente apropriado para legitimar tanto uma política externa que se distinguia pela atroz dominação exercida sobre africanos e asiáticos, quanto para, no âmbito doméstico, condenar a filantropia e ou a adoção de medidas previdenciárias, sob pretexto de que estas apenas retardariam os efeitos de forças naturais, e para defender, num momento em que as reivindicações em prol da extensão dos direitos de cidadania ganhavam virulência, a manutenção de princípios excludentes que se pretendia legitimar a partir de uma perspectiva biológica.

O darwinismo social, elaborado por Spencer, Haeckel, Gumplowicz, Lapouge, entre outros, foi capaz de, na feliz expressão de Hobsbawn (1977, p.278) "mobilizar o universo para confirmar seus próprios preconceitos". Se não se pode atribuir a Darwin tal transposição, parece correto supor que ele provavelmente teria concordado com o estabelecimento de uma hierarquia entre as raças, tendo por base a seleção natural. Seu amigo Alfred Russel Wallace relatou que, em conversa ocorrida pouco antes de sua morte, Darwin teria expresso sua pequena confiança no futuro da humanidade nos seguintes termos:

> na civilização moderna, a seleção natural não tem nenhum papel e não são os mais aptos que deixam mais descendentes. Os que vencem a corrida pela riqueza não são de modo algum os melhores ou mais inteligentes e é evidente que nossa população se renova a cada geração, muito mais efetivamente nas classes inferiores que nas superiores. (apud Blanc, 1994, p. 185-6)

Seria de esperar que a vitória da idéia de evolução pusesse um ponto final na discussão entre mono e poligenistas. Entretanto, isso não ocorreu na medida em que os últimos, apesar de terem que admitir a existência de um ancestral comum, reestruturaram seus argumentos no interior do novo paradigma e, ancorados no

princípio da seleção natural, divisaram a possibilidade de diferenciações profundas a ponto de originar várias espécies de homens. Especialmente na Europa, os gabinetes antropométricos continuaram a recolher dados sistemáticos com o objetivo de determinar tipos raciais e de tentar reconstruir, para além da heterogeneidade resultante de séculos de cruzamentos, espécimes representativos das raças originais puras. Já a suposição de que haveria uma rígida hierarquia entre os diversos grupos humanos foi reforçada, ainda que com novos sentidos, pelo evolucionismo de matriz spenceriana, que pretendia aplicar à recém-criada sociologia preceitos e métodos similares aos da biologia a fim de desvendar as leis universais subjacentes ao progresso humano.

Em síntese, o novo quadro referencial estabelecido a partir de Darwin contribuiu para fortalecer a vinculação entre dados anatômicos e comportamentos morais e culturais. O seguinte trecho de Topinard, um dos nomes mais importantes da antropologia física da segunda metade do século XIX, elucida a respeito do tipo de uso a que se prestava a teoria da evolução:

> *Le moment est facile à prévoir où les races qui aujourd'hui diminuent l'intervalle entre l'homme blanc et 1'anthropoide auront entièrement disparu. Il n'y a rien de mystérieux dans cette extinction, le mècanisme en est tout naturel. Le résultat, en somme, c'est la survivance des plus aptes au profit des races supérieures. Mais jadis, en Australie, en Malaisie, en Amérique, en Europe, les termes n'étaient plus les mêmes. Ces mêmes races qui aujourd'hui succombent, étaint supérieures relativement à d'autres, qui ne sont plus. Les Australiens d'à présent, que nous regardons avec nous yeux comme si sauvages, ont une civilization appropriée à leur milieu, une certaine organisation sociale par rapport aux restes des Négritos de l'intérieur des Philippines, par exemple. Nous croyons avoir prouvé que jadis ils ont exproprié une race nègre inférieure à eux, comme aujourd'hui nous les exproprions...* (Topinard, 1879, p.542-3)

A tendência de tratar de forma análoga fenômenos naturais e sociais acabou por consagrar concepções que, ao atar as sociedades humanas a leis ou princípios supostamente capazes de operar com absoluta independência em relação à vontade individual ou coletiva, opunham-se às noções de iguladade e liberdade tão caras

aos humanistas. Nenhum campo do saber permaneceu imune a esse determinismo que adquiriu, à medida que se caminha pelo século XIX, colorações cada vez mais variadas e complexas.

Nas mãos do médico e antropólogo Cesare Lombroso, o Direito Penal foi abalado pelo estabelecimento de vinculações entre comportamento criminoso e herança biológica. Lombroso, que durante anos empreendeu cuidadosas pesquisas antropométricas, anatômicas e psicológicas na população carcerária italiana, defendia a existência do que denominou de criminoso nato, passível de ser reconhecido por suas peculiaridades físicas - pequena capacidade craniana, desenvolvimento acentuado da mandíbula, presença de órbitas de grandes dimensões, sobrecílios salientes, inserção das orelhas em forma de asa, ausência de barba, resistência à dor - e mentais - gosto pelo jogo, bebida e por tatuagens; ausência de remorso; excessiva vaidade, astúcia, impulsividade e crueldade; aversão à educação e aos hábitos familiares -, perfil este revelado desde a mais tenra idade.

A razão última da deliqüência residiria em anomalias bem conhecidas, de caráter anatômico e ou psíquico, suscetíveis de correção e que se manifestariam por força do atavismo. Noutros termos, a criminalidade deveria ser encarada como uma reversão a estágios primitivos do ser humano, o que levou Lombroso a afirmar em L'*homme criminei* (1887, p.651 e *666)* que *"dans le criminei 1'homme sauvage et en même temps l'homme malade ... Quiconque que a parcouru ce livre aura pu se convaincre que le plus grand nombre des caracteres de l'homme sauvage se retrouvent chez le malfeiteur".*

A idéia de que crime e a insanidade eram frutos indesejáveis que provinham da mescla de um conjunto de estigmas transmitidos de pais para filhos, podia ser apresentada como verossímel numa época em que os mecanismos da hereditariedade permaneciam desconhecidos. Supunha-se, então, que o cruzamento de seres dotados de características diferentes originava descendentes intermediários, portadores de um amálgama das contribuições dos genitores. Freqüentemente, evocava-se a imagem da mistura de substâncias líquidas para exemplificar o processo. De outra parte, continuavam firmemente estabelecidas tanto as noções que

postulavam a influência do uso e desuso no desenvolvimento dos orgãos, quanto aquelas que afirmavam a transmissibilidade à prole dos caracteres adquiridos.

Entretanto, se a herança biológica processava-se por meio de sucessivas misturas, gerando sempre um resultado médio, como explicar a persistência da variabilidade, condição primeira da seleção natural? Para tentar responder a essa séria objeção Darwin desenvolveu na obra *The Variation of Animais and Plants under Domestication* (1868) sua hipótese provisória da pangênese, segundo a qual cada tipo de célula do corpo produziria partículas, que ele denominou gêmulas, passíveis de serem transformadas a partir de influências ambientais. Na época da reprodução elas migrariam para as células reprodutoras assegurando, desse modo, às gerações subseqüentes a transmissão não só de toda a herança ancestral, o que incluía características que poderiam não ter se manifestado no indivíduo, mas também das transformações que ele foi acumulando ao longo de sua existência. Durante anos Darwin tentou comprovar experimentalmente sua hipótese pangenética, tendo contado, nessa empreitada fadada ao fracasso, com a ajuda de seu primo Francis Galton, que também vinha se dedicando à análise da hereditariedade.

Os estudos de Galton conduziram-no, porém, a outras direções. Ele estava particularmente interessado em estabelecer de que forma hereditariedade e ambiente influíam na determinação de nossas aptidões. Para isso recorreu a métodos variados, sempre com o intuito de mensurar as características humanas. Estudou a genealogia de centenas de famílias aristocráticas, sublinhando a recorrência de membros dotados de particular inteligência e, por meio da sobreposição de retratos de descendentes da mesma linhagem, procurou obter a fisionomia que representasse o paradigma familiar. Foi pioneiro na avaliação comparativa de gêmeos univitelinos e dirigiu em South Kensington um laboratório antropométrico que diariamente coletava medidas e aplicava testes de discriminação sensorial e motora em cerca de noventa londrinos.

Submeteu seus dados a refinadas análises estatísticas e desenvolveu os conceitos de regressão e correlação, que lhe permitiram distribuir a população segundo determinados atributos e estabele-

cer diferenças entre indivíduos e grupos, inaugurando a biometria. Galton, contrariamente a Darwin, acabou por subestimar o papel dos fatores ambientais na produção de alterações no patrimônio transmitido aos descendentes, postura que deu origem à polêmica conhecida como *nature-nurture* (natureza-criação). Com base em suas conclusões, propôs um programa de melhoramento da espécie humana, que denominou de eugenia (Galton, 1988).

Diferentemente da higiene, cujos esforços se concentravam na melhoria das condições de vida e trabalho dos indivíduos, a eugenia tinha como meta organizar, facilitar e acelerar os efeitos da seleção natural no âmbito da espécie humana. Assim como os criadores obtinham resultados altamente positivos a partir do cruzamento de exemplares particularmente dotados, Galton esperava, por processo análogo, aperfeiçoar física e moralmente o homem por meio da formação de uma aristocracia de eugênicos. A chave do progresso humano residiria na paternidade selecionada, ou seja, no incentivo à reprodução dos melhores dotados e na proibição, seja por confinamento, esterilização compulsória ou eutanásia, dos portadores de doenças venéreas, mentais ou de deficiências físicas; dos criminosos, alcoólatras, prostitutas, vagabundos, enfim de qualquer um que fosse considerado *socialmente inadaptado.*

Esperava-se, assim, libertar as gerações vindouras dos vários níveis de retardamentos, das taras, da fraqueza física e moral, dos comportamentos anti-sociais, assegurando à humanidade, por meio desse processo regenerativo, um futuro resplandecente. Nesse contexto, ganhava força uma interpretação da hereditariedade que não deixava espaço nem para ponderações a respeito de condicionamentos de caráter sociocultural, nem para um projeto educacional, uma vez que tinha-se como certo que a bagagem degenerada, tanto quanto a inteligência, o talento e a vocação, passavam, por meios estritamente biológicos, de pais para filhos. Lapouge, um admirador de Gobineau, foi mais longe e propôs em sua obra *Sélections Sociales* (1888), que se selecionasse um pequeno número de reprodutores arianos que doariam seu esperma a fim de ser implantado artificialmente em fêmeas supe-

riores dignas de tal honra. Segundo os cálculos do professor de Montpellier, cada doador poderia dar origem a 200 mil descendentes, o que permitiria a um país reformar toda sua população ao cabo de algumas décadas (apud Finot, 1905, p.39-40).[6]

Já Galton e seus seguidores exortavam o Estado a assumir, por meio de políticas públicas e de uma legislação que regulasse o assunto, a responsabilidade pelo controle da reprodução humana. É curioso observar que o ideal eugênico ganhou força no início do século XX, com a fundação de sociedades - Alemanha (1905), Inglaterra (1907), Estados Unidos (1910), França (1912) - que tinham em vista o desenvolvimento de pesquisas nesse campo e ou a discussão e a implementação de práticas eugênicas. De fato, a esterilização compulsória vigorou, por décadas a fio, em mais de um país. Na Europa, as primeiras leis nesse sentido surgiram na Suíça (1928) e na Dinamarca (1929), países nos quais foram esterilizadas cerca de 8.500 pessoas entre 1930 e 1939. Nos EUA, nação que esteve na vanguarda eugênica até os anos 30, o montante chegou à casa dos 70 mil entre 1907, ano da adoção da primeira lei de caráter eugênico, e o final da Segunda Guerra Mundial. Certamente nenhum Estado foi tão longe quanto o nazista, cujo tribunal especial de saúde genética supervisionou a esterilização compulsória de cerca de 1% de toda a população do país (Stepan, 1991, p.30-2).

O fortalecimento do movimento eugênico coincidiu com os trabalhos de Weismann a respeito da independência das células germinativas e com a redescoberta das Leis de Mendel, marcos fundadores da genética moderna que, ao negarem a possibilidade de transmissão dos caracteres adquiridos, inviabilizavam definiti-

6 A proposta de Lapouge não caiu no esquecimento. Graças sobretudo aos esforços de Henry J. Muller, autor do famoso *Manifesto dos geneticistas* (1939), que defendia propostas de caráter eugênico, foi fundado em 1971 o banco de espermas que leva o seu nome. É interessante assinalar que Muller era um cientista de esquerda, que entre 1933 e 1936 mudou-se para a URSS com o intuito de ajudar na edificação do socialismo. Em 1946, ele foi laureado com o Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia. A respeito do enorme potencial discriminador da genética hodierna, ver: BEIGUELMAN, B., 1990, p.61-9; BLANC, M., 1994, especialmente capítulos VI e IX; BIZZO, N. M. V., 1994-1995, p.28-37.

vamente a pangênese de Darwin.[7] Essas novas concepções, pelo menos potencialmente, também solapavam as bases da eugenia tal como ela vinha sendo formulada pelo método estritamente matemático dos biometristas. Porém, o que predominou durante os anos 20 e mesmo nos 30 foi uma leitura que tendia a encarar as novidades no campo experimental e teórico como confirmação da teoria galtoniana a respeito da inoperância do ambiente, fato que alerta para as múltiplas possibilidades de apreensão social das construções científicas.

Ainda que o conteúdo biológico tenha desempenhado papel primordial na construção do determinismo, não se pode subestimar suas outras vertentes. Para o escritor inglês Buckle o rumo seguido pelas sociedades humanas deveria ser compreendido a partir da análise de fatores naturais, especialmente o clima, alçados à condição de chaves explicativas da história. Ele elaborou uma teoria climática segundo a qual a civilização seria apanágio das áreas frias. Dedicou algumas páginas ao Brasil, país que não conhecia, nas quais não poupou adjetivos à natureza brasileira, cujo esplendor considerava fruto da combinação de calor e umidade propiciada pelos ventos alísios. Contudo, a contrapartida de tal exuberância seria a pequenez do homem (Buckle,1865, t.1, p.123).

Na produção de pensadores como Renan, Taine e Le Bon, que no Brasil foram lidos com avidez por várias gerações de intelectuais (Costa, 1956, p.352-4; Skidmore, 1976, p.65-70), o conteúdo semântico do termo raça, até então muito preso à idéia de herança sanguínea, passou a comportar um significado cultural. A questão antropológica, que no século de Buffon tinha como horizonte o gênero humano, foi sendo redefinida a ponto de tornar-se, no final do século XIX, algo cada vez mais circunscrito às fronteiras nacionais. Assim, Renan, ao substituir a fisiologia pela filologia comparada, detectou a existência de raças lingüísticas, como a semita e a indo-européia, que não encontravam correspondên-

7 As relações entre darwinismo e mendelismo estiveram longe de ser pacíficas. Somente em 1935 Dobzhansky realizou a síntese dessas teorias. Para uma abordagem histórica dessas questões ver: FREIRE-MAIA, N., 1986, p.l108-19.

cia nas classificações elaboradas pela antropologia física; enquanto Taine e Le Bon, escorados na história e na psicologia, referiam-se à alma ou ao espírito comum, forjados ao longo de séculos de convivência mútua e compartilhados pelos habitantes de uma mesma região.[8]

Tal deslocamento em direção às tradições herdadas, que supostamente deitariam raízes no solo do passado imemorial que testemunhara o nascimento da nação, continuou se fazendo acompanhar por uma inflexível cadeia de causas e conseqüências necessárias. Le Bon, cujas obras alcançaram voga surpreendente, não poderia ser mais explícito:

> *les peuples sont surtout guidés par les caractères de leur race, c'est-à-dire par l'agrégat héréditaire de sentiments, besoins, costumes, traditions, aspirations que représentent les fondements essentiels de l'âme des nations. Cette âme nationale donne aux peuples une stabilité durable à travers les perpétuelles fluctuations des contingences. Et ici nous touchons au substratum invisible de l'histoire, aux forces secrètes orientant son cours. C'est la race en effet qui détermine la façon dont les peuples réagissent sous l'influence des événements et des changements de milieu. Dominant les institutions et les codes aussi bien que les volontés des despotes, 1'âme des races régit leurs destinées. Sa connaissance permet de déchiffrer les hiéroglyphes de l'histoire ... La race est la pierre angulaire sur laquelle repose l'équilibre des nations.* (Le Bon, 1919, p.2-3)

A semelhança de Gobineau, Le Bon combatia a igualdade, tida como uma noção quimérica que subverteu o mundo. Argumentava que *"une science plus avancée a prouvé la vanité des théories égalitaires"* e classificava como *"une des plus funestes illusions enfatées par les théoriciens de la raison pure"* a suposição de que a educação pudesse vencer o abismo mental que separava os povos inferiores dos superiores. Em postura oposta à de Toqueville, defendia que *"les institutions ont sur l'évolution des civilisations une importance três faible"*, constituindo-se *"plus souvent des effets et bien rarement des causes"* (ibidem, p.16, 46, 19 e 8).

8 É preciso ter presente que esses autores guardavam entre si distâncias consideráveis, que não cabe aqui analisar. A respeito ver: TODOROV, T., 1993, p.153-81.

A condenação da mestiçagem, por sua vez, foi repostulada a partir de um novo rol de argumentos, segundo os quais a mistura de povos portadores de heranças culturais distintas colocava em risco o caráter nacional, tornado estável graças à ação depuradora do tempo. Dessa hibridação, que desrespeitava a afinidade étnica peculiar a cada agrupamento humano, resultaria a anarquia política:

> *Les peuples de métis, tel que ceux du Mexique et des républiques espagnoles de l'Amérique, restent ingouvernables par cette seule raison qu'ils sont des métis. L'experiénce a prouvé qu'aucune institution, aucune éducation ne pouvait les sortir de l'anarchie.* (ibidem, p.8)

As opiniões de Le Bon, epígono menor hoje quase esquecido, podem ser encaradas como o canto de cisne de uma tradição antropológica que começava a ser posta em dúvida tanto pela genética mendeliana, quanto pela afirmação da abordagem culturalista.

Os anos abarcados pela *Revista do Brasil* foram, no contexto brasileiro, de importância estratégica. A intelectualidade presente no periódico foi gerada e nutrida em teorias deterministas, fossem elas de cunho racial, climático ou cultural, que invariavelmente terminavam por reafirmar a impermeabilidade de uma nação tropical e mestiça à civilização. Os nossos intelectuais do início do século XX estavam envoltos numa densa e complexa atmosfera de negatividade e foi a partir desse universo, cujas linhas mestras procuramos indicar, que eles pensaram e agiram.

A *Revista do Brasil* permite não só avaliar o tipo de relacionamento que a intelectualidade local manteve com o *background* determinista, ainda dominante na época, e a maneira como foram enfrentados os dilemas que ele lhe impunha, como também vislumbrar as trilhas que seriam percorridas na luta em prol de sua relativização.

ESTIGMA DA MESTIÇAGEM

No início do século XX a prática de cindir a humanidade em grupos, aos quais eram atribuídos valores biológicos, psicológicos,

morais e/ou culturais intrinsecamente diferentes continuava desfrutando do *status* de verdade científica que poucos ousavam contestar. A questão da mestiçagem, corolário dessa premissa, também permanecia submersa em um clima de ceticismo. No Brasil, país de população multicolorida, fruto das mesclas mais variadas, a problemática da hibridação não era simples especulação teórica, mas experiência vivida quotidianamente.

Basta folhear a produção do período para perceber que autores como Gobineau, Renan, Taine, Lapouge, Le Bon eram fontes de referência e inspiração, merecendo, freqüentemente, qualificativos muito elogiosos. Le Bon foi um autor particularmente saudado pela *Revista do Brasil.* A seção *Bibliografia* sempre resenhou de maneira elogiosa e respeitosa as suas obras e na *Resenha do Mês* foram transcritos artigos publicados em periódicos franceses.[9]

Este tipo de constatação está longe, porém, de encerrar a questão. Pelo contrário, a forte presença de expoentes do pensamento racista traz à tona a problemática do tipo de relacionamento que se estabeleceu entre a intelectualidade local e as teorias cunhadas na Europa.

Em vez de absorção passiva ou mera repetição, o que implicaria negar ao Brasil chances de futuro, ocorreu um esforço de apropriação, um trabalho de interpretação, reelaboração e mesmo luta com princípios que nos eram francamente desfavoráveis. Esse embate, cujo início antecedeu em muito o período abarcado pela primeira fase da *Revista do Brasil* (1916-1925) - basta lembrar nomes como Nabuco, Romero, Nina Rodrigues, Araripe Júnior, José Veríssimo, Euclides da Cunha ou Manoel Bonfim - nele sofreu alterações importantes que abriram caminho para uma abordagem que, ao privilegiar o aspecto sanitário, contribuiu para atenuar a força do paradigma racial.

9 Foram resenhadas: *Filosofia Política. RBR,* v. 19, n.78, p.164, jun. 1922; *A Revolução Francesa e a psicologia das revoluções. RBR,* v.21, n.84, p.366-7, dez. 1922 e *As opiniões e as crianças. RBR,* v.22, n.88, p.337, abr. 1923. Foram transcritos os seguintes artigos: LE BON, G. As novas diretrizes dos povos e seus conflitos. *RBR,* v.18, n.74, p.185-7, fev. 1922; Fragmentos de Filosofia Política. *RBR,* v.18, n.76, p.368, abr. 1922 e *RBR,* v.18, n.77, p.87, maio 1922; Psicologia e fiscalização. *RBR,* v.22, n.86, p. 157-9, fev. 1923 e As ilusões democráticas. *RBR,* v.22, n.88, p.370-1, abr. 1923.

A tarefa de ocupar e explorar um território imenso, ainda mal conhecido e que deveria abrigar riquezas de toda ordem, parecia demandar um contingente populacional muito maior do que aquele que possuíamos. Se do ponto de vista da quantidade o quadro já não era favorável, ele tornava-se ainda mais sombrio quando entrava em cena a qualidade.

De saída estabelecia-se uma diferenciação básica entre a Europa e a América: enquanto este último continente só fora ocupado recentemente por meio da imigração de elementos das mais variadas procedências, o primeiro teria passado por um longo processo de seleção, possibilitando o surgimento de um contingente populacional dotado de características físicas e culturais estáveis. De acordo com o modelo, que se valia da linguagem geológica, na Europa os povos teriam se formado por sedimentação vagarosa enquanto na América teria prevalecido a fusão violenta de diferentes materiais étnicos:

> Os povos do velho mundo se formaram por uma longa evolução secular, verdadeiro processo de sedimentação em que camadas sobre outras sobrepostas foram assentando, precipitando-se ao fundo da água-mãe, constituída pelas condições mesológicas do hábitat, cementando-se às inferiores e destas aspirando, por uma espécie de capilaridade social, os elementos menos densos que pelos interstícios e porosidade da nova massa se infiltraram, persuadindo-a. Assim se formaram esses aglomerados de aparência homogênea que constituem as nacionalidades européias. São do tipo concreto hidráulico, ou, para usar um símile geológico, têm os característicos das formações netunicas. Com os povos americanos já o mesmo não sucedeu ... Cada um dos povos americanos é, no momento atual, um legítimo cadinho de fusão em que se estão caldeando os mais heterogêneos materiais étnicos para a formação de uma raça. Da diversidade dos elementos resultam naturalmente os riscos próprios a rodas as fusões desta espécie: a assimilação incompleta, os enquistamentos, as estratificações, falhas e *bolsas*, trazendo como conseqüência final a imperfeita homogeneidade da liga resultante e as suas deficiências quanto à uniformidade e generalização das qualidades. Si se quiser prosseguir com o símile geológico de ainda há pouco, dir-se-à que se trata aqui duma formação plutônica, com a sua violência característica e as originalidades imprevistas das suas erosões dendrimórficas ... [Enquanto os Estados Unidos] já estão constituídos com características próprias, formando nacionalidades definidas, outros [países] estão em verdadeiro período de elaboração, são

> substância social em ebulição, ainda sem ter assentado o tipo étnico final, a última expressão da raça.[10]

Nessa comparação a nossa especificidade residia, mais uma vez, na juventude. Afinal, ainda estávamos em formação, amargando suas conseqüências nefastas mas também desfrutando da possibilidade de intervir no processo, moldando-o. As esperanças tinham que ser depositadas no futuro, entendido aqui como o momento em que o país finalmente ultrapassaria o tempo da incompletude. O presente, por sua vez, era encarado como uma fase transitória na qual os componentes da nacionalidade ainda não haviam atingido sua forma definitiva. Para dar conta do processo Carlos de Lemos evocava, numa curiosa mistura, Mendel e Spencer:

> Quer física, quer social ou politicamente, somos um imenso laboratório antropológico, uma imensa retorta onde ultimamos a nossa formação brasileira, adquirindo, pela via mendeliana, os atributos de uma estabilidade que agora ainda nos falta. Estamos a sair da homogeneidade confusa para a heterogeneidade coordenada. Estamos a entrar pelo terreno da organização, deixando o individualismo."

Esse tipo de abordagem, então moeda corrente, privilegiava uma descrição lacunar do país, o que de saída pressupunha a adoção de um padrão ideal a respeito do que deveria ser uma *verdadeira nação.* Em 1916, Amaral assim caracterizou o Brasil: "[país] onde 80% da população não sabe ler, onde não há senão uma literatura incipiente e uma arte andrajosa, onde a caça ao dinheiro predomina desenfreadamente a todas as outras manifestações da vida moral, onde não há opinião, não há tradições, não há cultura, não há ideais nacionais, não há correntes nem embates fundamentais de crenças e de ilusões coletivas".[12] Num período em que as realizações econômicas, políticas e culturais de um país eram consideradas proporcionais ao estágio de civilização dos seus habitantes, parecia óbvio vincular a pequena representatividade do Brasil

10 COARACY, V. Os dois Brasis. *RBR,* v.19, n.76, p.307-9, abr. 1922.
1 1 LEMOS, C. de. A nossa evolução. *RBR,* v.16, n.64, p.39, abr. 192J.
12 AMARAL, A. Brasil, terra de poetas. *RBR,* v.l, n.2, p.117, fev. 1916.

em termos mundiais à ausência de uma base étnica estável, condição primeira para o progresso e a modernização.

A grande maioria da nossa intelectualidade não apenas acreditou, durante longo tempo, na pertinência dessa falta, como também transformou-a no nosso maior problema, perseguindo seus efeitos em todos os aspectos da vida nacional. Manifestou, desta forma, sua fé nas teorias que postulavam a divisão hierárquica do gênero humano e que nos reservavam os primeiros degraus de uma longa escala. Condição juvenil - no discurso da época sinônimo de imaturidade, despreparo, incapacidade e, por vezes, impermeabilidade à evolução - tornou-se uma categoria explanatória, que significava muito mais do que um passado que contava apenas quatro séculos.

Se, por um lado, o caráter inconcluso da nacionalidade dava margem a uma atitude complacente, que desculpava e perdoava desacertos considerados típicos de um certo estágio de desenvolvimento, por outro, trazia à tona questões perturbadoras. Assim, a idéia da formação invariavelmente vinha acompanhada dos termos caldeamento e fusão, sugerindo um processo violento no qual as altas temperaturas deveriam atuar como forças disciplinadoras, capazes de amalgamar elementos distintos e nem sempre compatíveis.

Esperava-se obter como resultado uma liga homogênea que deveria dar origem a um tipo nacional característico, dotado de perfil moral, psicológico e cultural próprio, expressão da alma nacional:

> E a terra que vai nos fornecer o elemento físico da raça futura, a refluir poderosamente sobre o elemento moral. Só a vida rude do escampado permitiu as virtudes dos nossos vários tipos nacionais; a cidade apura a inteligência mas o campo enrija o corpo. E só uma raça sadia pode ser uma raça superior. Formando, portanto, com elementos brasis a base física da liga, fazendo da sensibilidade luso-africana o seu perfume moral, e caldeando o todo com a inteligência e a tenacidade arianas, teremos forjado o nosso sinete nacional. Só então nos será dado começar a contar na história.[13]

13 LIMA, A. A. O êxodo. *RBR*, v.6, n.21, p.38, set. 1917.

As dificuldades, assim como as divergências, afloravam no momento em que se tentava explicitar de que maneira essa solução, considerada atípica em relação ao padrão europeu, se efetivaria na prática.

No entanto, a noção de que existiam fatores maiores e anteriores ao indivíduo, cuja vontade nada ou muito pouco poderia fazer ante forças de ordem física e ou psicológica, era apresentada como resultado de avanços *científicos* incontestes. Hábitos, gostos e comportamentos migravam do âmbito privado para o coletivo, sendo apreendidos como manifestação de impulsos que permitiam um grau de mobilidade muito estreita para a ação individual:

> ao lado da psicologia individual, de si mesma tão obscura e difícil, nasceu e formou-se a psicologia étnica, que estuda resíduos comuns do pensamento em qualquer raça. Essa mais vasta concepção da psicologia explica muitos fenômenos individuais que não passam dos impulsos da espécie, da alma do povo, anteriores e sobranceiros às idéias de qualquer indivíduo. A raça não possui apenas formas e tipos exteriores, possui igualmente uma alma comum formada de lentas aquisições, alma da espécie e da família que antecede todos os momentos da personalidade. É essa alma antiga a responsável pelos mitos, pela religião, pela linguagem, pelo direito e enfim por todas as criações primitivas e elementares.[14]

14 RIBEIRO, J. A primeira religião dos Brasis. *RBR*, v.22, n.86, p.180, fev. 1923. Ver também o artigo no qual se tenta explicar as diferenças entre alemães e ingleses por meio do currículo escolar de cada um dos países. De acordo com o autor, "a educação alemã é científica, filosófica e coletivista, ao passo que a inglesa é humanista, religiosa e individualista. O inglês passa a infância a aprender latim e a mocidade a aprender grego. Os estudos religiosos fazem parte integrante da educação... [e] os jogos... dão ao inglês, a par do espírito de corpo, a iniciativa individual. Na Alemanha os jogos são substimídos pela ginástica científica, que se desenvolve igualmente os músculos, não desenvolve igualmente a moral. De tudo isso resulta que a Alemanha produz sábios, engenheiros, químicos industriais e vigorosos trabalhadores, enquanto a Inglaterra produz homens. O melhor tipo alemão, sadio e forte, tem a rigidez dos autômatos, e falta-lhe a graça que tem o inglês nos seus movimentos livres". SANTO TIRSO, V. de. Educação alemã e educação inglesa. *RBR, v.6,* n.22, p.261, out. 1917.

Nesse sentido vale assinalar que em 1924 Gilberto Amado, seduzido pela leitura de Dickens, de cujos livros ele se aproximou timidamente por supor que fossem por demais ingleses para a sua curiosidade e sensibilidade tropicais, achou necessário afirmar que "nada influi menos na seleção das nossas leituras e nas inclinações do nosso coração e do nosso espírito do que essa questão de origem e raça. É sempre um preconceito sem base nenhuma na realidade pensar que haveremos sempre de apreciar mais um escritor porque escreve em língua parecida com a nossa e é de raça semelhante à nossa".[15] O tom de denúncia indica que esse tipo de avaliação deveria ser bastante freqüente.

De fato, na mesma época Oliveira Vianna incorporava, sem respeitar qualquer relação com o seu âmbito e sentidos originais, terminologia e conceitos provenientes da recém-fundada genética com o intuito de dotar de renovado frescor as máximas deterministas:

> os grupos sociais são como os indivíduos, não porque sejam unidades superorgânicas, à maneira da velha concepção spenceriana; mas, porque, como os indivíduos, eles se desenvolvem segundo certas linhas invariáveis, que constituem o que poderíamos chamar - pedindo à tecnologia weismanniana uma expressão - os "determinantes" da sua personalidade coletiva. Como as formas, que constituem o tipo de uma árvore estão contidas na virtualidade do seu gérmen, os elementos estruturais de um povo, as condições íntimas do seu viver, as particularidades fundamentais da sua mentalidade, da sua sensibilidade, da sua reatividade específica ao meio ambiente mostra um *quid immutabile*, qualquer coisa de estável e permanente, em todas as fases da sua evolução - desde o obscuro momento das atividades do seu plasma germinativo até o grande momento do seu clímax da maturidade e expansão. Estes "determinantes" de cada povo são invioláveis e irredutíveis ... Entre os fatores que determinam a marcha das sociedades, o papel reservado à ação da vontade consciente é modestíssimo, é insignificante mesmo. Para além desse raio limitadíssimo dos nossos esforços, subsiste e palpita todo

15 AMADO, G. História das minhas leituras. *RBR*, v.26, n.107, p.193 e 195, nov. 1924.

> um vasto mundo de formas organizadas, de tendências, de instintos, de impulsões misteriosas que formam o sistema de correntes subterrâneas que circulam no subconsciente das nacionalidades.[16]

Na resenha, extremamente elogiosa, de *Populações Meridionais do Brasil,* obra de Oliveira Vianna publicada em 1920 pela Editora da Revista do Brasil, Brenno Ferraz, então o responsável pela seção *Bibliografia,* demonstrava estar afinado com as opiniões de Vianna ao afirmar:

> as verdadeiras alterações históricas não são as que nos enchem de espanto pela grandeza e violência; as únicas mudanças importantes, das quais provém o renovamento das civilizações, operam-se nas idéias, concepções e crenças. É a lição de Le Bon, apreendida do renovamento da ciência sob o critério naturalista. Assim como a história das espécies, não a explicam os cataclismos de Cuvier, também a história dos homens não se aclara nas revoluções e nos heróis, expoentes apenas de forças mais complexas ... O indivíduo é contingente. A verificação das possibilidades psicológicas - clara durante as convulsões sociais - decreta-lhes a falência. Que resta então? Resta a raça, restam os antepassados que em número e força ascendem em proporção geométrica, a idéia e o subconsciente, o meio e as circunstâncias, para que a História se construa.[17]

Nada poderia ser mais pertinente do que tentar discernir quais as contribuições, assim como as perturbações, específicas aportadas pelos elementos primordiais que participavam do processo de delineamento do caráter nacional. Medeiros e Albuquerque, tentando retraçar as linhas básicas da nossa psicologia coletiva, ressaltava o peso da influência lusitana. Afinal, para a colônia dirigiram-se "os mais audazes, os mais aventureiros, os mais imprevidentes e fantasistas", dispostos a tudo para rapidamente amealhar fortuna na nova terra. Enquanto, segundo sua

16 OLIVEIRA VIANNA, F. J. O valor pragmático do estudo do passado. *RBR,* v.27, n.108, p.302-3, dez. 1924, grifo no original.

17 FERRAZ, B. Resenha de *Populações meridionais do Brasil. RBR,* v.16, n.61, p.68-9, jan. 1921.

avaliação, na Europa triunfavam os tímidos, econômicos e previdentes, aqui arriscavam-se os "farejadores de aventuras". Esse impulso continuaria presente no "corpo, sangue e alma do bom brasileiro, que por um palpite arrisca tudo o que tem no jogo sob suas variadas formas".[18]

Outros creditavam à herança portuguesa a necessidade atávica de movimento, manifesta pelos brasileiros, especialmente os interioranos:

> Há tipos no sertão que passam a maior parte da vida a cavalo, palmilhando as estradas poeirentas e tortuosas, sem outro fito senão o de devassar horizontes novos para, depois de velhos, nas serenas noites de luar, a beira do fogo, nos ranchos do caminho, contar aos parceiros mais novos e menos experimentados, histórias de viagens, encontros imprevistos com o Saci-Pererê ou com a Iara.[19]

Graça Aranha, por sua vez, louvava o idealismo, característica que considerava dominante na nacionalidade e que teria se espraiado sob a forma de energia criadora por todos os recantos de uma terra surgida "do inconsciente imemorial, revelada por homens possessos da loucura dos descobrimentos. Nascido de um sonho de navegantes, o Brasil ficou para sempre enfeitiçado pela miragem".[20]

Havia também os que lamentavam a nossa tendência de "só herdar os vícios e defeitos dos nossos ancestrais", manifesta no fato de termos retido dos ibéricos "não o amor às tradições, mas ... o conservantismo ferrenho, o chamado 'pé-de-boi', que nos tem entorpecido, e o sentimentalismo mórbido".[21] Ainda mais incômoda era a questão dos efeitos da presença de índios e negros

18 MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. da C. Terra de Santa Cruz. RBR, v.8, n.30, p.129, jun. 1918.

19 MELLO FRANCO, V. de. Almas itinerantes. RBR, v.8, n.31, p.302., jul. 1918.

20 ARANHA, Graça. Raízes do idealismo. *RBR*, v.22, n.85, p.83, jan. 1923.

21 BRITO, L. A. C. de. Tradição e progresso. *RBR*, v.14, n.54, p.142-3, jun. 1920.

no cadinho em que a nação estava sendo forjada. Que a população brasileira carregava consigo marcas ancestrais, vestígios da presença de elementos espúrios, era uma máxima repetida de múltiplas formas:

> nunca olvidemos que nós, brasileiros, somos fracos, afeados, doentios e tristonhos e que as gerações futuras têm de herdar as taras dos antepassados quase sempre as agravando. Lembrem-se todos de que a robustez física é condição indispensável para a excelência das funções mentais, e delas, por sua vez, depende a fortaleza do caráter.[22]

Na década de 1920, o pessimismo de Agassiz, Gobineau ou Couty - que considerava o Brasil "um país não povoado" pelo fato de não possuir "colonos livres da Europa, os únicos que seriam capazes de formar um povo e, como povo, uma riqueza duradoura e produtiva" (Couty, 1988, p.102 e 60) - encontrava subscritores que insistiam em vincular o avanço do país ao branqueamento de sua população, maneira eufemística não apenas de reafirmar a inferioridade de índios e africanos, mas também de expressar dúvidas quanto às chances efetivas dessas etnias abandonarem um estágio mental inferior e assim participar do esforço de construção nacional. A viabilidade da nação parecia depender da natureza da interpretação dada ao secular problema da mestiçagem.

Para assinalar o seu caráter pernicioso sempre era possível invocar, entre vários outros, o testemunho de Buffon, Broca, Gobineau, Morton, Agassiz. Por sua vez, os *avanços* no campo da psicologia comparada, da medicina legal e do direito alertavam para a força do atavismo, capaz de trazer à tona estágios anteriores que se imaginava superados pela purificadora mistura com raças cultas.

A aplicação desse tipo de análise estava longe de se limitar à questão da miscigenação. Em 1921, a *Revista do Brasil* publicava

22 SILVEIRA, C. da. Questões de ensino público. *RBR*, v.5, n.20, p.522-3, ago. 1917.

artigo no qual se discutia *cientificamente* que tipo de mulher - morena ou loira - convinha mais ao homem. A primeira era descrita como alguém que "ama com mais sentimento que a loira, é ainda muito mais fiel no amor", enquanto a segunda "mais prática, sabe ajudar melhor o marido na luta pela vida, em que há completa falta de sentimentalismo". Esse comportamento era justificado, do ponto de vista fisiológico, pela variação no tamanho das glândulas pineais, fato descoberto por médicos franceses. Assim "nas mulheres loiras a glândula pineal é menor, a sua secreção paupérrima e a sua estrutura mais compacta", o que explicaria a "diferença sentimental entre a mulher loira e a morena". Razões de ordem psicológica foram apontadas por um especialista americano segundo o qual a loira "descende de antepassados que lutaram muito pela sobrevivência, viveram em climas frígidos cuja alimentação era escassa", derivando daí sua necessidade de serem agressivos, lutadores, diligentes e astutos a fim de obterem a caça, circunstâncias que teria levado ao "aperfeiçoamento natural" do seu espírito prático. Já as morenas procederiam "de raças que viveram em climas temperados, em que a vida era fácil. Acercadas de abundância, não era preciso lutar com denodo para viver, o temperamento da mulher morena, que hoje encarna aquele tipo originário, se desenvolveu em consecutivas indolências ... A morena ao coberto da preocupação do alimento e do abrigo, decerto teve longas contemplações da natureza rude e selvagem, durante as quais brotaram as suas emoções". O comportamento atual nada mais seria do que manifestação de heranças que remontariam aos albores da humanidade: "a mulher loira procura dominar o coração e a vontade do homem que ama, com a mesma astúcia, diligência e espírito agressivo do caçador que persegue a caça para abatê-la. A mulher morena só tem um desejo, como reminiscência do tipo anterior de que deriva, amar o homem que a escolheu entre outros homens".[23]

23 Qual a mulher que sabe amar mais o homem? *RBR*, v.17, n.68, p.461-2, ago. 1921.

À eficácia de uma alquimia redentora contrapunham-se tanto motivos fisiológicos, quanto estruturas psíquicas e comportamentais, o que lançava densas sombras sobre aqueles que encaravam a miscigenação como remédio rápido, porque capaz de queimar etapas evolutivas, para a inferioridade de negros e índios. De acordo com essa interpretação negativa, a população brasileira, irremediavelmente condenada, figurava como aberração. De um lado o branco, dilapidado por seguidos cruzamentos, privado do melhor de suas energias, definhava; e de outro, o mestiço, tipo dominante, incivilizável e degenerado, exibia seus múltiplos estigmas.

Essa leitura mais ortodoxa, presente em diferentes graus num Silvio Romero,[24] Euclides da Cunha[25] ou Nina Rodrigues, praticamente não figurou nas páginas da *Revista do Brasil.* A exclusão, longe de ser fruto da ação deliberada dos responsáveis pelo periódico, aponta para deslocamentos importantes sofridos pelo paradigma racial nas décadas de 1910 e 1920. Esses anos assistiram tanto a difusão e consagração de uma leitura positiva da mestiçagem, quanto a emergência de uma interpretação apoiada em princípios higiênicos e eugênicos. Se é certo que nem sempre tais mudanças implicaram o rompimento das fronteiras ou a negação

24 Romero que até 1900 declarou-se favorável ao cruzamento de negros e índios com brancos, por considerá-lo a maneira mais eficaz de extinguir esses grupos, a partir daquela data mostrou-se cético quantos aos efeitos de tal mistura. Para uma análise das oscilações de Romero em relação ao tema ver: VENTURA, R., 1991, p.62-4.

25 "A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado." CUNHA, E. da, 1982, p.89. Apesar dessa condenação, as suas análises a respeito do sertanejo abriam caminho para uma apreensão positiva do processo de mestiçagem em curso no interior do país, como teremos oportunidade de sublinhar.

completa das teorias raciais, pelo menos acabaram por relativizar o seu significado.[26]

Na revista, a interpretação mais restritiva se fez representar por trechos da obra inacabada de Nina, *A raça negra na América portuguesa* (1906),[27] na qual o médico maranhense estuda costumes, cantos, danças e contos populares com o objetivo de esclarecer sob que formas as crenças totêmicas dos índios e sobretudo dos negros manifestavam-se no presente. Uma vez que "os negros importados para o Brasil pertenciam todos a povos totêmicos", o autor não considerava "crível que a simples introdução neste país, que lhes não modificou essencialmente a crença, deixando-lhes intactas todas as suas tendências sociais, houvesse suprimido neles a disposição mental ao totemismo".[28]

Noutros termos, essa persistência apontaria para tendências instintivas e inatas da raça que se conservariam apesar dos cruzamentos e de uma aparente adesão a outros costumes ou religiões:

> É verdade biológica bem conhecida que nos cruzamentos de espécies diferentes o êxito é tanto menos favorável quanto mais afastadas na hierarquia zoológica estão entre si as espécies que se cruzam. Nestes casos o cruzamento acaba sempre por dar nascimento a produtos evidentemente anormais, impróprios para a reprodução e representando na esterilidade de que são feridos, estreitas analogias com a esterilidade terminal da degeneração física. Tem se afirmado, é exato, que o cruzamento das raças ou espécies humanas não dá

26 Caberia perguntar se as transformações, detectadas exclusivamente a partir do material publicado na *Revista do Brasil*, poderiam ser generalizadas ou se refletiriam apenas o pensamento de setores ligados ao periódico. Nesse sentido é interessante assinalar que, valendo-se de outras fontes, SKIDMORE, T., (1976) também elegeu a segunda metade da década de 1910 como um marco no processo de contestação ao paradigma racial.

27 Nina Rodrigues faleceu antes de concluir o trabalho. Coube a Oscar Freire, seu sucessor na Faculdade de Medicina da Bahia, organizar os originais, tarefa que não terminou em razão de morte prematura. Somente em 1933, graças aos esforços de Homero Pires, o livro veio finalmente a público com o título *Os africanos no Brasil.* Em nota que precedia o material publicado, a direção da *Revista do Brasil* agradecia a Oscar Freire o enviado dos inéditos de Nina. Ver: RODRIGUES, R. N. A raça negra na América Portuguesa. *RBR*, v.20, n.79, p.201-20, jul. 1922 e v.20, n.80, p.344-58, ago. 1922.

28 Ibidem, RBR, v.20, n.79, p.203, jul. 1922.

> híbridos. Mas os fatos demonstram que se ainda não está provada a hibridez física, certos cruzamentos dão origem em todo caso a produtos morais e sociais evidentemente inviáveis e certamente híbridos ... Discutamos como a incapacidade das raças inferiores influi no caráter da população mestiça, transformando ou combinando em sínteses variáveis os predicados transmitidos pela herança. A escala aqui vai do produto inaproveitável e degenerado ao produto válido e capaz de superior manifestação de atividade mental. (Rodrigues, 1938, p.l71-2 e 182)

Não se tratava apenas de um irresistível chamado ancestral, mas de uma dada conformação mental, adequada ao estágio evolutivo dos seus portadores. Em 1894, Nina anunciava a viabilidade de uma pesquisa que confirmasse na prática esses princípios teóricos, declarando que na ação de negros e índios "hão de influir poderosamente as reminiscências, conscientes ou inconscientes, da vida selvagem de ontem, muito mal contrabalançadas ainda pelas novas aquisições emocionais da civilização que lhes foi imposta. A demonstração, melhor a exemplificação, não seria tarefa árdua e muito menos impossível". (Ibidem, p.168)

Seus últimos escritos, dos quais foi retirado o material presente na *Revista do Brasil,* indicam o quanto ele enveredara por esse atalho, estrategicamente eficaz, com o intuito de atestar a infantilidade dos povos inferiores. Estabelecer, para além de qualquer dúvida, tal condição constituía-se para Nina num pré-requisito essencial, capaz de justificar sua proposta de adoção de uma legislação penal que, levando em conta o limitado discernimento dos não brancos, lhes impusesse uma responsabilidade atenuada:

> Entendo que se podem distribuir os mestiços por três grupos distintos. Primeiro, o dos mestiços superiores, que pela dominância da raça civilizada na sua organização hereditária, ou por uma combinação mental feliz, de acordo com a escola clássica, devem ser julgados perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis. Segundo, os mestiços evidentemente degenerados ... tristes representantes de variedades doentias da espécie ... Dentre eles, uns devem ser total, outros parcialmente irresponsáveis. Terceiro, finalmente os mestiços comuns, produtos socialmente aproveitáveis, superiores às raças selvagens de que provieram, mas que, já pelas qualidades herdadas dessas raças, já pelo desequilíbrio mental que

> neles operou o cruzamento, não são equiparáveis à raças superiores e acham-se em iminência constante de cometer ações anti-sociais de que não podem ser plenamente responsáveis. São todos casos de responsabilidade atenuada. (Ibidem, p.216-7).

Na revista, essa visão negativa, que não se cansava de alardear os efeitos deletérios dos cruzamentos, foi cedendo lugar a uma interpretação que elegia a mistura como via privilegiada em direção ao progresso. A mesma lógica de inspiração darwinista, que lançava anátemas sobre a mestiçagem, poderia ser mobilizada na direção oposta para afirmar a predominância dos caracteres oriundos de tipos superiores. Se, inicialmente, o cruzamento entre brancos e índios ou brancos e negros gerava uma prole que não atingia o nível do progenitor mais evoluído, bastariam mais alguns acasalamentos na direção correta para que se chegasse ao grau de excelência desejado: "o mestiço que resulta do cruzamento do branco com o negro tem tendência a afastar-se do tipo africano. É neste cruzamento que se revelam os tipos de maior beleza, com formas graciosas e bem proporcionadas".[29] O Brasil despontava como testemunha candente do potencial de aperfeiçoamento do mulato, como fez questão de frisar o nosso representante no Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizados em Londres em 1911:

> Ao Brasil os mestiços forneceram, até hoje, poetas de grandes inspiração, pintores, escultores, músicos distintos, magistrados, jurisconsultos, oradores eloqüentes, notáveis literatos, médicos e engenheiros que se destacaram graças às suas aptidões técnicas e à sua capacidade profissional ... A colaboração dos mestiços no progresso e no desenvolvimento do Brasil é notória, e de grande valor.[30]

Mesmo admitindo a compatibilidade entre o híbrido e a civilização, os analistas compraziam-se em assinalar que, graças à pre-

29 CARVALHO, D. de. *Geografia do Brasil,* 1913, p.217. Apud: MORAES, E. de. A ascensão dos mulatos. *RBR*, v.25, n.94, p.197, out. 1923.

30 LACERDA, J. B. de. *Sur les Métis au Brésil,* 1911, p.13 e 17. Apud: MORAES, E. de. A ascensão dos mulatos. RBR, v.25, n.94, p.197, out. 1923. Ver também BILAC, O. A defesa nacional. RBR, v.4, n.15, p.328, mar. 1917.

dominância *natural* do branco, os brasileiros tendiam a se tornar cada vez mais alvos. De forma muito otimista previa-se que em apenas cinqüenta anos, "à parte uma pequena fração retroatávica de tipos negróides", a nossa população seria "mais branca que a da Península Ibérica". O norte do país precisaria de mais algum tempo para livrar-se da "coloração indecisa dos mestiços de hoje" e caminhar em direção a uma "coloração progressiva de ariano de boas origens".[31] O branqueamento surgia como uma espécie de solução mágica para as contradições de uma sociedade multirracial, heterogênea e atravessada por uma rígida hierarquia.

É certo que observadores exigentes introduziam distinções sofisticadas, mas nem por isso desprovidas de positividade. Nesse sentido, vale a pena acompanhar a argumentação de Oliveira Vianna:

> Na formação do mulato há um denominador comum - o branco; mas o outro fator é muito variável, quer no ponto de vista somático, quer no ponto de vista psíquico. Entre as tribos negras, que aqui se localizaram, havia diversidade de tipos e de mentalidades ... Negros havia absolutamente indomesticáveis e incivilizáveis, de mentalidade rudimentar, instintos selvagens e inferiores, incapazes de qualquer melhoria ou ascensão; outros, porém, revelavam inteligência superior, capacidades progressivas, talentos artísticos e temperamento generoso, dócil, obediente e delicado ... Esta diversidade ... deveria produzir necessariamente uma variedade correspondente no seu cruzamento com o luso. De maneira que é tão absurdo procurar-se a *unidade psicológica* do mulato, como é absurdo pretender fixar a sua unidade antropológica ... Em regra, o que chamamos *mulato é o* mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da nossa sociedade ... Há porém mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos capazes de arianização, ascendendo às altas camadas da nacionalidade e colaborando com os brancos na obra de organização e civilização do país.[32]

31 RIBEIRO, J. Brancos de toda cor. *RBR*, v.24, n.96, p.378, dez. 1923. Normalmente admitia-se um tempo muito maior para o desaparecimento final do negro. Romero acreditava que o processo somente se completaria dentro de três ou quatro séculos, Afrânio Peixoto em dois ou três enquanto Lacerda pedia pelo menos cem anos. Ver: SKIDMORE, T., 1976 p.81-94.

32 OLIVEIRA VIANNA, F. J. As pequenas comunidades mineiras. *RBR*, v.8, n.31, p.224-5, jul. 1918, grifos no original.

Desnecessário dizer que o autor se auto-incluía nesse último grupo...

Apesar de trabalhar com uma classificação praticamente idêntica a de Nina Rodrigues, Vianna enfatiza, em outra passagem desse mesmo texto, a possibilidade de arianização, ausente no Professor da Faculdade de Medicina da Bahia:

> "noto que entre os *cabras,* os *fulos,* os *pardos,* os mulatos típicos são pouco numerosos. Domina a cor morena. Não são raros, porém, os tipos loiros. Cabelos, em geral, lisos. Inegavelmente, sente-se aqui a ação possante das seleções étnicas, em trabalho de purificação da raça, tendendo para a eliminação progressiva dos sangues inferiores. Em Barbacena, na cidade, entre as mulheres das classes média e alta, predomina na coloração da pele matizes claros; os morenos concentrados e a coloração trigueira, denunciando que fortes dosagens de sangues servis são pouco abundantes; apesar da preponderância de cabelos castanhos e negros, é considerável o número de cabeleiras loiras. Tudo, enfim, revela que, no seio da massa mestiça, as seleções étnicas seguem, aqui em Minas, uma tendência arianizante.[33]

O afã de banir o negro do cenário nacional era por demais evidente. Esperava-se não só que ele desaparecesse do palco, a exemplo de um ator que finda o seu papel, como também que não deixasse qualquer rastro de sua passagem. Esse desejo de invisibilidade não era apenas físico, mas também psicológico. Assim Medeiros e Albuquerque, ao referir-se à sensualidade do brasileiro, afirmou:

> Há a este respeito uma afirmação muito corrente: é a de que a preocupação amorosa de nosso povo vem do sangue preto que nele foi infundido. Nada menos exato. Entre o português, o índio e o negro, o negro é o mais casto ... Os nossos selvagens sempre foram infinitamente mais sensuais que os negros. Se, portanto, o nosso povo ficou sendo o que ele é, não o deve ao sangue preto; deve-o ao índio e ao português.[34]

33 Ibidem, p.222.

34 MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. da C. Terra de Santa Cruz. *RBR*, v.8, n.30, p.128, jun. 1918.

Pode-se avaliar o quanto essa postura estava arraigada no ambiente intelectual da época lembrando que Roquette Pinto, para quem a verdadeira questão nacional não era transformar os mestiços do Brasil em gente branca mas a educação dos que aí se acham, assegurava, a partir de suas observações em famílias populares, que mesmo sem intervenção de outro elemento branco, o cruzamento de mestiços fornece prole branca, que a antropologia é incapaz de separar de tipos europeus. Esse fato era por ele considerado resultado da herança mendeliana, o que evidencia, mais uma vez, a prática de se acomodar as novas teorias, não raro incompatíveis com os velhos pressupostos, a esquemas interpretativos consagrados. O autor, ainda que reconhecendo a impossibilidade de verificar na espécie humana as previsões de Mendel, uma vez que "a prole é muito reduzida, há muitos caracteres individuais que mascaram os específicos, a gestação é muito longa e a moral, em tais assuntos, não permite experiências", julgava poder afirmar o caráter mendeliano de suas conclusões pelo fato de espontaneamente o Brasil revelar-se "um imenso laboratório de antropologia".[35]

Já o índio, terceiro componente da infusão nacional, absorveu muito menos a atenção dos articulistas da *Revista do Brasil*, possivelmente pelo fato não só dele representar uma porcentagem relativamente pouco significativa da população, como também de estar confinado ao interior longínquo e de difícil acesso. Por vezes, elogiava-se sua adaptabilidade ao meio, manifesta na permanência, mesmo nos cruzamentos com brancos, de seus caracteres.

Entretanto, pelo menos em uma oportunidade, os nativos americanos chegaram a desempenhar o papel de destaque na gestação da raça perfeita. Em texto datado de 1924, Villar Belmonte recorria à embriogenia, à ortogênese e à craniologia para demonstrar a existência de dois tipos humanos fundamentais: o amarelo-negro e o alvi-vermelho. Belmonte insistia no caráter superior dos cruzamentos realizados no interior de cada um dos grupos, cujo

35 ROQUETTE PINTO, E. O Brasil e a Antropogeografia. *RBR*, v.4, n.12, p.328, dez. 1916.

produto reputava de integralmente evoluído porque belo, forte e talentoso, alertando porém para os perigos de qualquer mistura que desrespeitasse esse limite:

> Os indivíduos do primeiro tipo humano quando acasalados aos do segundo e vice-versa têm filhos menos prolíficos, menos longevos, e de mentalidade menos equilibrada: - ou demasiada força em detrimento da beleza e do talento, ou predomínio de uma dessas qualidades orgânicas, com ausência de uma ou das duas restantes. Cada tipo representa um acervo secular de assimilações e afinidades; e quando se baralha com outro tipo as características variam, mal se fixam as qualidades hereditárias ou influências ancestrais e muito dificilmente o casal conseguirá reunir em sua prole as virtudes do ripo ascendente, que lhe seja imediatamente superior. Só muito rara e excepcionalmente poderá reunir no cérebro nascente, em proporções equivalentes, o caráter, a inteligência e a beleza - formando a linha geral do critério humano. Ao contrário, quando as uniões se dão entre amarelos-negros ou entre alvi-vermelhos, selecionam-se e elevam-se os produtos, sob qualquer ponto de vista, tornando-se, por isto, mais assimilativos aos progressos da civilização. E notável a improdutividade dos mestiços, tanto no gênero humano, nas espécies vegetais, como no mundo zoológico.[36]

Entretanto, circunstâncias variadas acabaram por distanciar africanos e asiáticos, fato que estaria na raiz do atrofiamento evolutivo dessas raças. A América e à Europa, em estreito contato desde os descobrimentos, caberia fornecer os componentes da "raça síntese", que se caracterizaria por tipos "altos como o norte-americano, alvos como o argentino e de cabelos fartos e negros como o do brasileiro". Esse povo vencedor resultaria da mescla, no solo fértil do novo mundo, entre o habitante nativo "vigoroso e insubmisso ... com sangue rubro e nervos de aço" e os espécimes europeus de melhor qualidade que, em grandes levas, abandonavam um continente cansado e decadente, obedecendo assim a marcha da civilização, que "ruma do Oriente para o Ocidente".[37]

36 BELMONTE, V. O futuro dos povos. *RBR*, v.25, n.98, p.155-6, fev. 1924. A conclusão do artigo foi publicada no número seguinte da revista, p.227-34.

37 Ibidem, p.233, 154 e 232, respectivamente.

Por mais originais que fossem suas conclusões, Belmonte chegou à elas movimentando-se no interior do paradigma racial e sem jamais colocar em questão seus pressupostos. A partir de um hábil trabalho de reordenamento, ele conseguiu imprimir ao conjunto uma outra orientação, de maneira a inverter a visão que insistia em tornar a América como um continente imaturo e seus habitantes como seres inferiores. A sua solução, muito distante de uma simples importação, também evidencia até que ponto as teorias que aqui aportavam eram manipuladas e aclimatadas às necessidades locais.

Em síntese, pode-se afirmar que na *Revista do Brasil* as análises que tentavam avaliar os componentes que integravam o estoque étnico da nação normalmente continham uma boa dose de confiança, caucionada menos nos méritos ou atributos individuais de cada um dos elementos do que na certeza de que a superioridade inata do branco acabaria, mais cedo ou mais tarde, por também triunfar nos trópicos. Essa leitura bastante particular do paradigma racial deixa patente o trabalho criador que os pensadores brasileiros realizaram.

Ainda que essa intelectualidade fosse, em maior ou menor grau, tributária de teorias construídas a partir das categorias de raça e meio, tal filiação esteve longe de resultar em uma representação única a respeito das formas de superar ou enfrentar os entraves que impediam a afirmação definitiva da nação. O material presente na *Revista do Brasil* adverte contra as tentativas simplificadoras que insistem ora num pessimismo absoluto, ora numa confiança exagerada quanto ao futuro. De fato a elite intelectual oscilava entre esses dois pólos, como bem atesta as opiniões contrastantes expressas por João Ribeiro.

Na mesma época em que postulava o branqueamento eminente do país esse autor, ao ensaiar uma interpretação dos movimentos sociais do seu tempo, recorria a parâmetros ortodoxos, sugerindo que o processo de modernização, desafio maior da nação, teria que avançar de forma muito lenta e conflituosa, enfrentando violentos choques ao longo do seu percurso:

> Sob o céu do novo mundo, com a diferença das raças e o antagonismo dos colonizadores vindos de todos os pontos cardeais, surgiram novas seitas, crenças extravagantes e singulares, como bem pode avaliar quem examina essa babel confusa e instável das civilizações americanas ... Dessas explosões místicas, eivadas de idéias políticas em diabólico consórcio, temos o exemplo recente e a dolorosa memória da matança de Canudos, do José Maria do Contestado, com o sacrifício de vidas preciosas. Se cursarmos a pospelo a nossa história, encontraremos a mesma cegueira dos quebra-quilos infensos ao sistema métrico, às mortandades do falso sebastianismo da Pedra Bonita ... Toda vez que a vaga civilizadora se desdobra sobre o sertão inculto lá encontra o paredão selvagem que resiste e provoca a espumarada ... Não é menos certo que se trava uma luta entre as idéias do sertanejo, cuja psicologia étnica representa uma fase diferente, retrógrada e às vezes incompatível com a dos conquistadores ... Em regra geral, nessas formações de seitas místicas há o que se chama um sincretismo religioso, amálgama de princípios raciais diferentes e contraditórios ... É uma *congérie* de superstições que reagem entre si e acaba achando qualquer equilíbrio ... Todas as sociedades em formação, enquanto não alcançarem equilíbrio e homogeneidade, contêm em si perigos explosivos. O grande cuidado, o máximo cuidado dos civilizadores deve ser o de apagar essas diferenciações mortais entre homens que respiram sob o mesmo céu.[38]

João Ribeiro não era uma exceção. O otimismo tendia a ceder lugar a um quadro de tonalidades sombrias toda vez que o âmbito genérico era abandonado em prol da contabilidade rigorosa, capaz de precisar o quanto já havíamos caminhado em direção à consolidação de um tipo antropológico próprio.

A observação cuidadosa dos atributos coletivos que se iam revelando peculiares ao povo brasileiro, era considerada um guia seguro para antever os traços que, uma vez completada a transmutação de etnias distintas em um conjunto coeso e homogêneo, finalmente nos individualizariam física e psiquicamente. Nesta tarefa, escola era apontada como importante aliado:

> Para a determinação das características físicas do tipo brasileiro normal, para se organizarem quadros pelos quais seja possível

3S RIBEIRO, J. A primeira religião dos Brasis. *RBR*, v.22, n.86, p.181-2, fev. 1923.

> conhecer claramente a evolução somática do nacional, desde as mais tenras idades, a fim de se tornarem conhecidas e vulgarizadas as mais freqüentes anomalias na primeira e na segunda, nas três fases da adolescência e na juventude, bem como, se possível for, as causas eficientes de tais anomalias, um auxiliar magnífico da escola e da medicina pedagógica poder ser encontrado nos gabinetes de antropometria escolar. Entendo por gabinetes as repartições anexas às escolas e encarregadas de uma investigação minuciosa e profunda da parte física da nossa gente, para fins que a ciência tem em vista: fins antropológicos, psicológicos, pedagógicos, sociais e político administrativos.[19]

A comemoração do primeiro Centenário da Independência, acontecimento carregado de simbolismo, estimulava reflexões e balanços dessa natureza, que ocuparam espaço considerável nas páginas da *Revista do Brasil.*

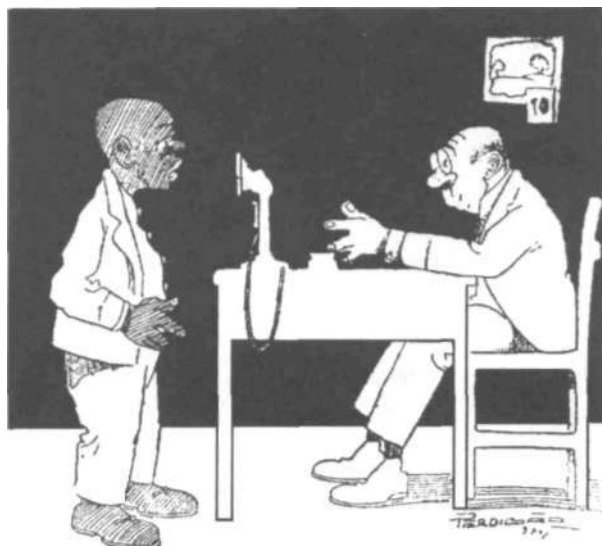
39 SILVEIRA, C. da. Questões de ensino público. *RBR*, v.5, n.20, p.523, ago. 1917.

GRUPO III: Figuras 10 a 15

País de índios, negros e jecas, o Brasil era freqüentemente considerado pouco permeável ao progresso e à civilização. *(RBR,* n.82, 57, 41, 51, 57 e 106)

OS DONOS DA TERRA

Então, como é isto, seu Protocollo, nós, os verdadeiros filhos da terra, não entramos na festa? — De accordo com a d. Pragmatica, vocês serio expostos como typos . . . exoticos. RAUL — *(D. Quixote)*

FIGURA 10

O telephone tocou na minha ausencia?
Tocou, sim, sinhô.
E tú attendeste?
Não, sinhô!
Porque, seu idiota?
Uê! Eu lá sabia se era p'ra mim?

PERDIGÃO ***(D. Quixote*** Rio).

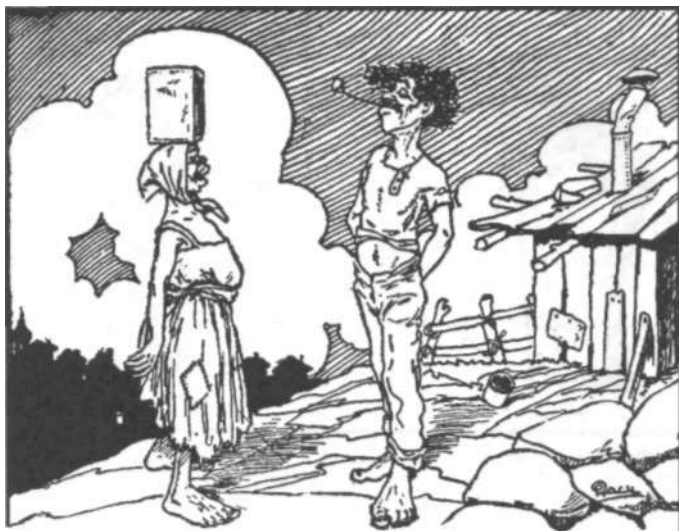
FIGURA 11

O homem do momento

— Então, Jéca Tatú, já sei que me déste o teu votosinho hein?

— Quá, não sinhô. Tive maginando que não valia a pena **votá** em vossa senhoria. O governo é que ganha semore, conceièro... - *{Seth — D. Quixote* - Rio).

FIGURA 12

GENTE FELIZ

— Então? Que ha de novo lá por baixo?
— Tudo velho e sem importancia; só se fala na crise de casas e no augmento dos alugueis...

Raul (O *Jornal* — Rio)

FIGURA 13

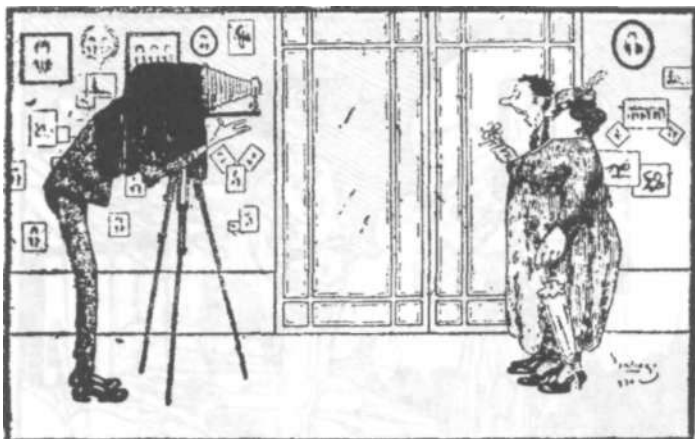
NO PHOTOGRAPHO

O photographo: — Eu estou vendo os senhores de cabeça por baixo.
Jeca : — Uê! Não tira o retrato, não, Mariquinhas!

FIGURA 14

POLYGLOTISMO

— O' moço, no preço caro dos bilhetes não estão incluídos os diccionarios ?

("Jornal do Brasil". Rio)

FIGURA 15

4 CIÊNCIA: SOLUÇÃO DO PROBLEMA NACIONAL?

Se quiserdes ver a imagem do que somos, considere um tocador de violão. Toma o instrumento com volúpia, achega-o ao peito numa carícia, afina-o com presteza admirável e começa a correr as cordas em ponteados sem fim. São acordes que não se realizam, escalas que se evolam incompletas, sons que se sucedem numa doçura sem nexo. Apenas, de vez em quando, lhe escapa uma pequena composição, um samba ou uma canção, toda repenicada de floreios, como que apressada em permitir a volta à volúpia do ponteado. Eis a imagem do nosso caráter: amamos de longe a ação, pensamo-la como fantasia radiante, queremos tudo, mas tudo se perde em minúcias extasiamonos ante os nossos próprios atos e a energia se nos escoa em ponteados de imaginação. No Brasil, somos todos um pouco Ricardo Coração dos Outros!... (LIMA, A. A. O êxodo. *RBR*, v.6, n.21, p.37-8, set. 1917)

Os caracteres mentais dos campônios europeus são essencialmente semelhante aos dos povos primitivos do mundo inteiro. Desde que se modifiquem as condições do meio em que vivem tais primitivos, nada impedirá seu aperfeiçoamento progressivo. (ROQUETTE PINTO, E. A questão das raças em Versalhes. *RBR*, v.10, n.39, p.375, mar. 1919)

No período abarcado pela *Revista do Brasil* ainda fazia parte da agenda da intelectualidade a definição dos predicados que singularizariam o tipo antropológico nacional, etapa reputada essencial para a superação definitiva dos embaraços que acompanhavam a mestiçagem. Os mesmos pensadores que produziam saídas teóricas honrosas para um país etnicamente mestiço, revelavam um desalento profundo quando se tratava de discernir as linhas mestras do caráter nacional.

A entrada no país de imigrantes europeus brancos, se por um lado era encarada como uma necessidade para a purificação racial, por outro não deixava de encerrar seus perigos. O enquistamento de grupos em áreas desertas figurava no rol das ameaças à soberania nacional. Mais alarmante era a possibilidade, eminente a partir do final da Primeira Guerra, do país receber levas crescentes de asiáticos, o que dava margem a prognósticos lúgubres sobre os efeitos da presença de raças inassimiláveis no processo de caldeamento.

Na luta por imprimir um viés positivo à questão étnica, os paulistas novamente seriam chamados a ocupar lugar de destaque. Os bandeirantes e seus herdeiros, a quem o Brasil já devia o território, os feitos gloriosos de sua história e o vigor econômico presente, eram alçados à condição de grupo étnico particular, formado por elementos dotados de qualidades superiores.

Porém, ao lado das contínuas reelaborações do paradigma racial clássico, a *Revista do Brasil* também permite divisar o surgimento de uma outra maneira de conceber os problemas étnicos, ancorada nas recentes descobertas provenientes da bacteriologia. Tornava-se possível relativizar, e às vezes até contestar frontalmente, as proposições que insistiam na força atávica da herança sanguínea.

Refletindo essa complexidade, a revista acolheu em suas páginas lamentos a respeito de uma inferioridade inerente; discursos esperançosos quanto às possibilidades de um breve branqueamento; sonhos embalados pelo ideal de revalorização higiênico-sanitário do homem brasileiro e sombrias propostas eugênicas. A enumeração sugere uma distinção que de fato não existia; essas apreensões mesclavam-se ao sabor de circunstâncias, não raro no mesmo autor, gerando um entrelaçamento nem sempre fácil de ser aprendido.

ÍNDOLE DOS BRASILEIROS

Os articulistas da *Revista do Brasil* freqüentemente descreviam o brasileiro como um indivíduo desprovido de orientação, firmeza, continuidade e perseverança, que se satisfazia em tomar nobres resoluções e arquitetar belos planos não cuidando, porém, de tirá-los do papel.[1] A incapacidade de realizar algo de prático encontrava razão de ser no espírito contemplativo da raça, no seu ceticismo sonhador, na sua indolência, defeitos singulares que eram associados a uma peculiar sensibilidade: "à pecha de excessivos, há tanto associada aos brasileiros, tenho que antes nos cabe o labéu de hesitantes. A massa de nossa gente é tímida, e como tal, incapaz de insurgir-se ou gabar-se. Nós somos, na acepção comum da palavra, um povo de românticos, prontos a sacrificar a ação à contemplação. Somos fatalistas. Estamos sempre perante a adversidade em posição defensiva".[2] Tais características nos predisporiam a concluir com segurança de premissas erradas, vício que "vindo no sangue que nos legou o Mediterrâneo, agravou-se pelas mesclas sucessivas de raças imaginosas e sentimentais".[3]

A tendência dispersiva da índole nacional impediria o brasileiro de encetar os esforços requeridos pela observação detida ou pelo uso prolongado do raciocínio, o que por natureza nos indisporia com a Filosofia:

> Povo imaginativo, impressionista e vibrátil, falta-nos as aptidões naturais para a especulação filosófica. Nem sequer gostamos de pensar. As reflexões longas apavoram-nos. Somos um povo de impulsivos. A nossa cultura, mais extensa do que intensa, mais variada

1 As Revistas no Brasil. *RBR,* v.l, n.l, p.70, jan. 1916 e os dois artigos de SCHIMIDT, F. G. Nossos defeitos. *RBR,* v.5, n.17, p.108, maio. 1917 e Nacionalismo. *RBR,* v.4, n.13, p.65-9, jan. **1917.**

2 **LIMA, A.** A. À margem de **um livro.** *RBR,* v.10, n.37, p.83, jan. 1919. Ver também SERVA, M. P. Um fator de desintegração nacional. *RBR,* v.3, n.10, p.l18, out. 1916 e BELLO, J. M. A missão das nossas elites. *RBR,* v.10, n.37, p. l12-3, jan. 1919.

3 LIMA, A. A. A questão social. *RBR,* v.13, n.50, p.177-8, fev. 1920.

que profunda, retrata bem essa incapacidade nativa para as cogitações demoradas.[4]

Já a complacência, atribuída à bondade de alma que tudo perdoa e desculpa, de fato não passaria de "relaxamento, insensibilidade moral, inércia e comodismo"[5] de um povo desprovido de estabilidade de sentimentos e opiniões, sem tenacidade, que fugia às lutas longas e incertas, incapaz de esforços solidários e no qual sobravam afetividade, sentimento e brandura:

> O que convencionamos chamar de "bom caráter" no Brasil é o homem anódino, quase sempre sem gosto literário ou artístico, que não briga, não tem opiniões próprias, não toma responsabilidades, sorri gravemente, cumprimenta com austeridade, procura ganhar a vida sem aborrecer os outros, logrando na sombra de uma aparente doçura irritar o menos possível, não suscitar reação, seguindo caminho aberto pelos outros, ou ficando no seu canto, com boa cara e postura sossegada. Lutou, perdeu o caráter. Sujeito que fale, discuta, arremeta contra a injustiça e o que lhe pareça errado, seja humano, capaz de paixões humanas, esse, já se sabe, não será nunca, salvo exceções que circunstâncias especiais explicam, catalogado entre os homens verdadeiramente sérios que a nossa gente sinceramente acata e respeita. Enfim, o homem de caráter, segundo o conceito popular no Brasil, é de uma maneira geral o homem meio termo, da medida curta, da proporção razoável, do equilíbrio perfeito, homem com que Molière convive e Ibsen pintou na figura daquele bailio que fez opção a Brand.[6]

Ou ainda, na bela formulação dos editores da revista, "somos uma nação posta em música por um Debussy neurastênico: sobressaltos melódicos inconseqüentes sobre uma floresta soturna

4 Resenha de *Farias Brito*, de Nestor Vítor. *RBR*, v.6, n.24, p.539, dez. 1917. João Ribeiro considerava que "não está no temperamento nem nas virtudes da nossa raça o culto da filosofia. Entre nós o filósofo seria coisa anômala, sem antecedências normais, a classificar entre os produtos teratológicos da espécie ... Não há raça mais refratária à metafísica que a nossa". RIBEIRO, J. A filosofia no Brasil. *RBR*, v.6, n.22, p.255, out. 1917.

5 CAMARGO, A. A missão da mocidade. *RBR*, v.4, n.13, p.100, jan. 1917.

6 AMADO, G. Psicologia brasileira do caráter. *RBR*, v.ll, n.42, p.182-3, jun. 1919. Para uma caracterização bastante semelhante ver: AMARAL, A. As promessas do escotismo. *RBR*, v.l, n.4, p.445, abr. 1916.

de sons agitados. De nossa psicologia só nos é dado conhecer as paixões, as tendências ficam cada vez mais ocultas".[7]

O contraste entre americanos e brasileiros parecia suficiente para explicar as razões do sucesso dos primeiros. De acordo com o nosso embaixador nos Estados Unidos, "temos em excesso de timidez e pessimismo o que a esta gente sobra e sobrou sempre em ousadia e otimismo. Isso faz com que se nos julgue ainda muito abaixo do que realmente somos e valemos".[8] Não raro o esforço de caracterização desembocava em visões caricaturais, como a de Renato de Almeida:

> Nós brasileiros somos um povo triste; rimos pouco, evitamos a expansão e, por desconfiança ou timidez, não comentamos a vida com a gargalhada franca e jovial, mas com um sorriso escondido e ligeiro, que tanto se resolve na alegria como na tristeza. Quando nos divertimos é sempre com seriedade ... Já têm os psicólogos procurado, e não sem razão, explicar o fenômeno pelo sangue das três raças que corre em nossas veias: o português, o índio e o negro, gente pouco alegre e muito melancólica. Vivemos, assim tarados, sem o riso franco do saxônico, nem o espírito ligeiro do francês, mas como que amuados, curtindo tristezas ancestrais, de uma saudade, de uma perseguição, de uma tortura. Não rimos quase, ensinamos a não rir ... Povo moço, preferimos ter nos lábios a amargura que a existência deixa nos velhos e experientes ... Dir-se-ia que cantamos pouco e pensamos muito, o que é a mais pura verdade, se atentamos que os nossos artistas procuram mais o desencanto do que o esplendor ... Por isso, somos tímidos, preferimos imaginar a agir, sonhar a realizar.[9]

De súbito os poderes do escudo da juvenilidade esvaiam-se, transformando o tempo, antigo companheiro cuja falta era invocada para confortar e infundir confiança no amanhã, em mais um inimigo. A consolidação de uma raça brasileira, ponto final da transição étnica e condição primeira para uma existência plena,

7 Monólogos. *RBR,* v.l, n.4, p.442-3, abr. 1916.

8 BRASIL, A. A nossa política internacional. *RBR,* v.6, n.22, p.237, out. 1917. Trata-se de uma nota diplomática enviada ao governo brasileiro em 1900 pelo autor, embaixador em Washington.

9 ALMEIDA, R. Afrânio Peixoto Romancista. *RBR,* v.l6, n.62, p.108-9, fev. 1921.

não só não dava qualquer sinal de estar próxima, como também parecia distanciar-se cada vez mais de um desfecho satisfatório. A nação descobria-se velha em plena mocidade, situação que, para alguns, beirava o irremediável:

> Dá o Brasil, por vezes, a impressão de uma dessas obras feita às pressas, errada desde os alicerces até a última descrição interna; em corrigindo aqui, em retocando além, terminamos por nos convencer de que o remédio decisivo estaria na sua destruição total, para a recomeçar, cuidadosa e pacientemente, sob outras bases. E como não é possível destruir uma nação, como se destrói uma casa, temos que limitar a nossa atividade a esta obra de reformas e de retoques diários, a esta espécie de equilíbrio instável, que tão bem caracteriza a nossa vida pública ... Realizamos o estranho paradoxo dum país novo e semideserto eivado de taras especiais das civilizações esgotadas, uma Grécia ou Espanha em decadência e em ruína.[10]

Perpassando todas essas avaliações, havia uma profunda sensação de desperdício, de falta de continuidade, de potencialidades irrealizadas, de esforços mal empregados, enfim de uma prostração generalizada, pouco receptiva à marcha do progresso:

> Dir-se-ia que a lei da inércia domina a coletividade brasileira. Um enorme torpor nos pesa nas pálpebras, nos paralisa o cérebro, nos imobiliza os membros, nos detém todos os passos. E por isso o Brasil está condenado a andar na rabeira dos outros povos. Fomos o último país ocidental a abrir os portos ao comércio estrangeiro. Fomos o último povo da América a declarar a sua independência. Fomos o último a abolir o tráfico dos escravos, coagidos pela Inglaterra. Fomos o último também a decretar a abolição da escravidão. Fomos o último a proclamar a República, não o fazendo, aliás, senão no papel... A grande lei da inércia domina o organismo nacional, boçalisa a nossa mente, degrada o nosso caráter. Deixamos sempre para amanhã a realização de todos os atos de que depende o nosso progresso ou o nosso aperfeiçoamento.[11]

10 BELLO, J. M. O sertão. *RBR*, v.9, n.33, p.124-5, set. 1918.

11 SERVA, M. P. Na retaguarda da civilização. *RBR*, v.14, n.55, p.208, jul. 1920. Ou ainda: "o Brasil oferece ao mundo o aspecto impressionante de um país que se move e não sai do lugar, e por via dessa *tabes locomotora* na fieira das nações modernas ocupa o lugar menos honroso", LOBATO, J. B. M. A nossa doença. *RBR*, v.7, n.25, p.6, jan. 1918.

Para provar a correção da análise bastava lembrar a ausência de contribuições significativas do país à história da civilização:

> Onde, de fato, entra o nosso grande nome para o patrimônio das ciências? Onde o nosso pintor, o nosso escultor, o nosso arquiteto, o nosso músico que tenham deixado de si traços definitivos de personalidades superiores, capazes de resistir à corrosão do tempo, tão pouco "galante uomo" no julgamento destes trabalhos da inteligência e da imaginação?... Não nos iludamos, pois, adormecendo os nossos cuidados na fé da nossa inteligência. Esta se supre pelo trabalho, pela cultura, pela auto-educação. *Vindos de cruzamentos de raças e povos intelectualmente inferiores, nada nos prepara para a alta vida do espírito.* Sem tradições, sem ambiente, sem estímulos exteriores, os nossos esforços terão que ser realmente heróicos para integrar-nos no movimento de idéias e elevar assim o nosso continente para a grande obra da civilização.[12]

Submersos na agitação e desequilíbrio da formação, destituídos de um gosto próprio - "o que é o gosto senão o sentimento estético do equilíbrio, o senso das proporções, o instinto do ritmo? E como poderemos realizar a enritmia das nossas sensações de beleza se vivemos em desequilíbrio congênito? O gosto, sendo a mais sutil, é a mais perfeita manifestação do sentimento artístico. E, assim sendo, pode considerar-se o apanágio dos povos em fastígio, estranho portanto às nacionalidades incipientes" -,[13] parecíamos fadados a não produzir nada de duradouro e estável a menos que de imediato fosse empreendido um esforço sério com intuito de imprimir novos rumos ao país. Essa tarefa esbarrava, porém, em outro dos nossos decantados defeitos: o hábito de valorizar e imitar cegamente tudo o que fosse estrangeiro.

A admiração ingênua pelas realizações alheias era apontada como responsável pela adoção de leis, costumes, idéias e hábitos de outros povos na confiança de que tal medida, por si só, seria suficiente para nos colocar no mesmo patamar de sociedades tidas como mais adiantadas:

12 BELLO, J. M. Inteligência e cultura. *RBR*, v.19, n.74, p.180-1, fev. 1922, grifo meu.

13 LIMA, A. A. Os remédios inestéticos. *RBR*, v.14, n.56, p.362, ago. 1920.

> Esta tendência para querer começar por onde acabam sempre as nações velhas, cansadas e gastas é que nos fez merecer de um escritor pátrio a observação de que o Brasil se assemelha a um indivíduo que começa a envelhecer sem nunca ter sido moço. Se a tendência para imitar o que é mal é sinal de decadência, a febre de imitar, mesmo o que é bom, é sintoma de fraqueza e incapacidade criadora.'[14]

Esse tipo de procedimento, que de acordo com a abalizada opinião de Le Bon era peculiar aos latinos,[15] estaria na raiz da absoluta inadequação entre o arcabouço institucional do país e a índole dos seus habitantes.

O mesmo rol de argumentos mobilizados para condenar a mestiçagem era transferido para a esfera da cultura. Sérgio Buarque lamentava a atração exercida pelos Estados Unidos sobre os brasileiros, assinalando o quanto o utilitarismo do norte era impróprio ao "nosso temperamento":

> Do conúbio entre indivíduos pertencentes a raças opostas, sai, na melhor das hipóteses, o albino. Imagine-se o pandemônio que nasceria do entrelaçamento de duas civilizações completamente diferentes. Tanto a reunião entre indivíduos de raças diversas como entre civilizações opostas é sempre monstruosa, os seus produtos não o podem ser menos. Só o desenvolvimento das qualidades naturais de um povo pode torná-lo próspero e feliz ... Caso a civilização yankee fosse aplicável a nosso país, o seu *substractum*, o que a torna grandiosa em sua terra nunca aportaria nas plagas brasileiras, porquanto a índole de um povo não se modifica tão facilmente à simples ação de agentes externos.[16]

Entre os males causados pela imitação dos vizinhos do norte o autor arrolava a importação da República.

Se as caracterizações que tentavam abarcar o país como um todo eram eivadas de negatividade, o mesmo não ocorria quando o foco era dirigido para São Paulo. Os paulistas, a quem a nação

14 BRITO, L. A. C. de. Tradição e progresso. *RBR*, v.14, n.54, p.142 e 144, jun. 1920.
15 SILVEIRA, C. da. Ensino e nacionalismo. *RBR*, v.7, n.25, p.90, jan. 1918.
16 HOLANDA, S. B. de. Ariel. *RBR*, v.14, n.53, p.86, maio 1920.

já tanto devia, estavam agora, graças à introdução de grandes levas de imigrantes, acelerando a ação silenciosa da natureza, cujas leis supostamente trabalhavam em favor do nosso engrandecimento étnico. A engenhosa solução arquitetada por São Paulo, que mais uma vez tomava a dianteira no enfrentamento das grandes questões nacionais, maravilhou Nina Rodrigues que, ao visitar o Estado em 1903, teria concluído residir o futuro da civilização brasileira nessa região (Corrêa, 1983, p.44).

A presença de correntes européias redentoras do sangue corrompido, segundo as palavras de Carlos Lemos,[17] era saudada como poderoso fator de progresso. Acreditava-se que deveríamos "abraçar francamente o programa de Alberdi, programa transfigurador que em breve espaço de tempo levou a Argentina da barbárie ao imperialismo: - governar é povoar. Nessas palavras está sem dúvida alguma a redenção econômica e mesmo étnica do nosso país. Porque ... só teríamos a ganhar com uma larga *transfusão de sangue rico e puro"*.[18] Quando Antonio Prado subordinou o desenvolvimento da lavoura cafeeira e a riqueza pública e privadas do Estado ao braço estrangeiro, estava repisando uma verdade que a todos parecia evidente.[19] De fato, era difícil não estabelecer uma relação de causa e efeito entre presença de população branca e desenvolvimento econômico: "o Brasil precisa ser purificado, e a razão do progresso vir do sul para o norte é que, naquela parte do país, o sangue negro vai desaparecendo das veias brasileiras e uma raça, que não guarda reminiscência da escravidão e de suas torturas, desponta cheia de fé e ingenuidade, para a vida que adora".[20]

17 LEMOS, C. A nossa evolução. *RBR*, v.16, n.64, p.34, abr. 1921.

18 NOGUEIRA, J. A. Nota política. *RBR*, v.13, n.52, p.364, abr. 1920, grifo meu.

19 PRADO, A. Notas sobre a colonização em São Paulo. *RBR*, v.25, n.99, p.195-9, mar. 1924.

20 ALMEIDA, R. de. Afrânio Peixoto romancista. *RBR*, v.16, n.62, p.119, fev. 1921. Dois anos antes o editorialista da *Revista*, ao analisar as diferenças entre as várias regiões do país, lamentava "a nossa fraqueza como país, país imenso que não produz e não enriquece. Descontadas as áreas felizes do sul, onde um conjunto de circunstâncias favoráveis atraiu a imigração estrangeira e criou um relativo progresso, o resto do Brasil é uma pura calamidade". O momento. *RBR*, v.12, n.45, p.l, set. 1919.

Se o Estado de São Paulo, com sua capital freqüentemente equiparada às metrópoles americanas,[21] parecia tomado por uma febre de crescimento - "braços, capitais, iniciativas, tudo São Paulo absorve e devora, nada o sacia"[22] - o nordeste despontava como o seu antípoda, estagnado "na fatalidade climatérica, na indolência primitiva".[23] Os termos em que a questão era colocada não deixava margem à dúvidas:

> confrontando-se o Sul e o Norte do país, não se pode deixar de chegar à conclusão de que do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, está o Brasil do progresso e daí para diante o Brasil histórico ... A zona meridional do Brasil foi muito favorecida pelo trabalho inteligente de uma imigração mais ou menos adiantada, que para ali se encaminhou sequiosa de fortuna ... No Norte uma atmosfera pesada, de estacionamento e dureza, envolve e entenebrece as suas capitais.[24]

Tais contrastes eram apreendidos em termos étnicos, o que estimulava a elaboração de mapas a respeito da distribuição dos vários blocos de população, assim como esforços com o intuito de precisar suas características somáticas, psíquicas e culturais.

Em seu instigante artigo, Vivaldo Coaracy divisava a existência de dois Brasis: o do sul, área receptora de europeus e no qual se processavam intensos cruzamentos; e o do norte, isolado, em eterna luta contra uma natureza ingrata, dispondo apenas de seus próprios recursos. Esses processos etnogênicos divergentes - lenta sedimentação no norte e rápida europeização no sul - desembocariam em tipos raciais diversos não só do ponto de vista físico, mas também em suas tendências mentais e espirituais. Não tardaria o país para se defrontar com "duas caracterizações diferentes

21 O momento. *RBR*, v.19, n.73, p.3, jan. 1922; As construções em São Paulo. *RBR*, v.25, n.99, p.277, mar. 1924 e SOARES, J. C. de M. Atividade paulista. *RBR*, v.27, n.100, p.80-1, jan. 1925.

22 FREIRE, H. A formação das cidades. *RBR*, v.25, n.95, p.224, nov. 1923.

23 TAVARES, R. Resenha da obra *São Paulo na Federação* de Souza Lobo. *RBR*, v.25, n.102, p.168, jun. 1924.

24 MIRA, C. Aspectos do norte. *RBR*, v.l, n.3, p.347, mar. 1916.

de nacionalidade sob a unidade politica",[25] correndo assim o risco de se dilacerar em partes completamente estranhas entre si.

Coaracy limitava-se a constatar que íamos a caminho da desintegração, sem emitir juízos de valor a respeito do processo em curso. Entretanto, esse distanciamento apolíneo não era a regra. No seio da intelectualidade circulavam diferentes versões acerca do receptáculo em que repousava a verdadeira alma brasileira. Analiticamente é possível distinguir, por um lado, aqueles que não escondiam sua admiração pelas áreas fortemente credoras da civilização européia e, por outro, os que estavam absorvidos pela perspectiva da criação de uma identidade e de uma etnicidade originais, que distinguisse o país do restante da humanidade. Os primeiros não hesitavam em descrever o sertanejo como um ser que possuiria

> todos os vícios; quase um degenerado: embriaga-se nas feiras, joga as cartas, cultiva como uma flor preciosa a velhacaria dos intrujões na *berganha* dos animais. É mau, violento, pérfido, fácil de levar-se até a desonestidade e o crime; os seus instintos sexuais, apurados na indolência e na promiscuidade doméstica, não respeitam, muitas vezes, os próprios laços de sangue e de filiação.[26]

No pólo oposto, estavam os que buscavam inspiração em Euclides da Cunha, que diferenciava o mestiço do litoral, definido como degenerado; daquele do sertão, considerado retrógrado. Tal separação favorecia o habitante do interior, permitindo tomá-lo com ponto de partida para a tão esperada raça brasileira. A tendência aqui era valorizar o sertanejo, sua adaptação ao meio e criatividade no aproveitamento dos recursos naturais.[27] Porém, tais fronteiras estavam longe de ser rígidas uma vez que os espaços de interseção variavam com as circunstâncias, sendo mais apropriado recorrer à imagem do movimento pendular, com as suas infindáveis oscilações.

25 COARACY, V. Os dois Brasis *RBR*, v.19, n.76, p.310, abr. 1922.
26 BELLO, J. M. O sertão. *RBR*, v.9, n.33, p.125, set. 1918.
27 Para uma descrição das soluções originais forjadas pelo caboclo ver: ROQUETTE PINTO, E. O Brasil e a Antropogeografia. *RBR*, v.4, n.12, p.330-1, dez. 1916.

Ainda que não houvesse unanimidade quando se tratava de estabelecer quantos eram os tipos nacionais,[28] parecia claro, pelo menos para alguns, que as nossas possibilidades étnicas mais fortemente se afirmariam nos rincões distantes, nos quais pulsava o Brasil real, indiferente ao frenesi das cidades. A raça que aí habitava, rebento ainda frágil, mal-saído do processo de decantação, deveria ser protegida para ter chances de sobrevivência.

Nessa perspectiva, a imigração não se constituía em um processo isento de riscos. Se, de um lado, a presença no cadinho nacional "do nobre sangue europeu" era valorizada na medida em que "agia sobre a nossa evolução quer como elemento de recomposição étnica, quer como fator econômico de prosperidade do país",[29] de outro, parecia urgente evitar a completa submissão do brasileiro a "povos mais fortes, mais enérgicos, mais afiados para a luta, cheios de justas ambições de bem-estar e de justificáveis idéias que lhes são próprias".[30]

Assim, esperava-se que as contribuições provenientes das *civilizações superiores* se fundissem à brasilidade, num delicado processo de incorporação que deveria nobilitar a identidade local sem extirpar-lhe as idiossincrasias. Esse equilíbrio, por si só tão

28 Ibidem, p.325 e 330, defende a idéia de que o Brasil possuía três zonas populacionais: a de influência européia, a de influência africana e a zona do caboclo, "onde se gerou o tipo étnico mais representativo do Brasil, onde se esboçou uma raça". Já SERVA, M. P. A política e o sentimento da humanidade. *RBR*, v.4, n.13, p.9-10, jan. 1917 afirmava: "O seringueiro do extremo Norte, o sertanejo do *hinterland* central, o caboclo do sul: são esses três tipos, frutos de caldeamentos multisseculares, amálgamas confusos de brancos, pretos e amarelos, são eles porventura a grande massa da população brasileira, constituem o fundo da estrutura nacional, os três expoentes máximos da raça brasileira". Enquanto GONZAGA, J. Estilo de arquitetura nacional. *RBR*, v.18, n.69, p.95, set. 1921 lembrava que "Minas é ... um dos maiores blocos de população consangüínea do mundo, e é sabido que esse tipo de mineiro se tem alastrado para o Rio de Janeiro, Capital Federal, Espírito Santo, Sudeste da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Norte de São Paulo. Diferenciados desse tipo predominante, só há o nortista, que campeia da Bahia ao Acre, o gaúcho fronteiriço e quiçá o tipo do canoeiro dos grandes rios, por força da adaptação ao meio. Temos, pois, quatro tipos, predominando o mineiro; é este o nosso tipo de raça".

29 SOUZA, B. M. de. Imigração e indesejáveis. *RBR*, v.9, n.34, p.134, out. 1918.

30 AMARAL, A. Cuidar da infância. *RBR*, v.16, n.62, p.144, fev. 1921.

frágil, parecia ainda mais ameaçado em razão da política imigrantista que, ao concentrar grandes levas de população estrangeira em áreas isoladas, acabava por favorecer os enquistamentos:

> É desnecessário demonstrar a imprevidência notória da nossa ação administrativa no que se refere à conservação do caráter nacional e a defesa do nosso meio ambiente contra todos os processos lavrados de desnaturalização que, aos poucos, se vão infiltrando no organismo social brasileiro. Entre tantos documentos do nosso descaso pelo fortalecimento do nacionalismo, basta recordar o que nos fornece a história da imigração no Brasil, com o encaminhamento de grandes correntes de uma só nacionalidade para zonas relativamente despovoadas do elemento nacional.[31]

Noutras palavras, o tão desejado desenvolvimento, indissoluvelmente associado à figura do imigrante, de pouco valeria se a contrapartida exigida fosse a própria nacionalidade. Daí a insistência na difusão da escola elementar pública, considerada um instrumento eficaz na propagação da língua, da cultura e das tradições nacionais.[32]

Apesar de São Paulo ter recebido os maiores contingentes de estrangeiros, os prognósticos alarmistas concentravam-se na região sul do país, uma vez que o modelo paulista, ao aliar a dispersão dos trabalhadores pelas fazendas a uma política educacional tida como exemplar, aparentemente tornava o Estado imune aos enquistamentos. Tanto é que, quando Santa Catarina - região tida como o "baluarte do germanismo ... onde a preponderância do elemento estrangeiro é tanta que ali, mais do que em nenhuma outra circunscrição do território pátrio, torna-se difícil resolver o árduo problema da assimilação do elemento imigratório" - resolveu empreender uma ofensiva na área educacional, socorreu-se de uma equipe paulista chefiada por Orestes Guimarães, nomeado pelo governo catarinense Inspetor Geral de Ensino, e que deveria

31 FRANCO, A. de M. Pelo nacionalismo. *RBR,* v.7, n.27, p.305, mar. 1918. Para uma crítica da livre atuação no país de profissionais liberais e padres estrangeiros ver: MONTEIRO, T. Vigários estrangeiros *RBR,* v.5, n.17, p.114, maio 1917.

32 Ver SCHMIDT, F. A. Nacionalismo. *RBR,* v.4, n.13, p.65-9, jan. 1917.

"aplicar a sua inteligência e longa prática no desenvolver as escolas primárias brasileira e, o que é melhor, em criar o sentimento nacional".[33]

A maneira como São Paulo ia conciliando a presença do elemento estrangeiro, o progresso econômico, o branqueamento e a brasilidade era apresentada como mais uma manifestação do caráter peculiar da elite paulista, que desde os seus primórdios teria sido composta por um extrato étnico diferenciado do resto do país: "desde os tempos coloniais somos raça, sub-raça, família ou o quer que seja, positivamente definida entre as gentes brasileiras... Em nós, de feito, predomina esse gênio da ação que ora se apregoa como novo".[34] Desse modo, os seus feitos históricos e hodiernos encontravam razão de ser na qualidade dos ancestrais, fator que estaria na raiz do sempre destacado papel da região nos destinos da nação: "São Paulo ... sempre foi na história do Brasil, e tomara Deus jamais o deixe de ser, o índice fiel, honesto e honroso da capacidade realizadora da nossa raça".[35]

Pouco antes de publicar seu texto a respeito da excelência da raça americana, Villar Belmonte exaltava o cruzamento ocorrido no planalto de Piratininga entre tupis e colonizadores, do qual teria se originado "o tipo selecionado do autóctone brasileiro". Graças a esse encontro feliz "as energias da raça, em torrentes civilizadoras, se concentraram nesta parte do Brasil". Em pouco mais de meia página, o autor recorria a uma série impressionante de imagens e metáforas com o objetivo de saudar a grandeza paulista: São Paulo era chamado de Estado modelo, tórax do Brasil, pulmões de aço da indústria brasileira, coração do comércio nacional, ponto culminante da nossa civilização, célula da raça e do progresso, órgão vivo das aspirações liberais e humanas, Estado-

33 SILVEIRA, C. da. Missões de professores paulistas. *RBR*, v.5, n.18, p.240, jun. 1917. Também receberam missões paulistas os seguintes Estados: AL, ES, MG, RJ e SE.

34 AMARAL, B. F. A reação da cultura. *RBR*, v.9, n.36, p.492, dez. 1918. Ver do mesmo autor Paulistas e saxônios. *RBR*, v.21, n.84, p.378, dez. 1922, artigo no qual compara esses dois *tipos sociais*.

35 Discurso de Godofredo Maciel na Câmara Federal. Apud FREIRE, H. A formação das cidades. *RBR*, v.25, n.95, p.221, nov. 1923.

Escola da República, a parte viva do Brasil, os dois terços da produção nacional, força completa das unidades federativas, fiel vivo do nosso crédito no exterior, gesto de comando para todo o resto do Brasil.[36] Os malabarismos antropológicos de Belmonte destinavam-se a nobilitar os paulistas, exemplares da raça destinada a dominar o planeta.

Oliveira Vianna, que também não disfarçava sua simpatia pelos filhos de Piratininga, viu na publicação da *Coleção de Inventários e Testamentos* uma boa oportunidade para buscar evidências que atestassem objetivamente a superioridade étnica que ele vinha atribuindo à aristocracia e às classes abastadas de São Paulo. No discurso que proferiu quando de sua admissão no Instituto Histórico e Geográfico Vianna afirmou:

> Certo, a hereditariedade étnica não basta, por si só, como pensam Lapouche e os da sua escola, para explicar esse fenômeno altamente complexo que é a evolução de uma sociedade, mas, é também fora de dúvida que é impossível compreender e explicar cientificamente a história de qualquer povo sem levar em conta essa poderosa determinante da conduta humana. Pelo menos, não sei como será possível explicar certas particularidades da nossa histórica colonial, especialmente o movimento bandeirante e o seu alto idealismo sem fazer intervir o fator etnológico, sem recorrer aos subsídios da análise étnica.[37]

Ele tentou determinar a fecundidade dessas camadas no período compreendido entre 1578 e 1738, deparando-se com uma taxa média de 4,2%, valor que considerou surpreendentemente modesto, especialmente porque a pesquisa abrangia os séculos em que "podemos surpreender a capacidade guerreira e colonizadora dos paulistas no máximo de sua força e esplendor. Durante esse largo período, os principais focos demogênicos de São Paulo lançam por todos os quadrantes do país os seus enxames fecundos - enxames de guerreiros; enxames de preadores, enxames de rastrea-

36 BELMONTE, V. O direito de voto. *RBR*, v.25, n.93, p.42-3, set. 1923.
37 OLIVEIRA VIANNA, F. J. O valor pragmático do estudo do passado. *RBR*, v.27, n.108, p.295, dez. 1924.

dores de ouro, enxames de colonos, de rustícolas, de latifundiários".[38]

Entretanto, Vianna não se deu por vencido e contrapôs a baixa fecundidade encontrada à excelência eugenística dessa aristocracia, que ele julgava composta por "um tipo robustamente provido não só de intrepidez e atividade, como de poderosa ambição", tomado por um "incoercível desejo de enriquecer-se, de classificar-se, de dominar". Nesse meio habitado por fortes, "os tímidos, os pusilânimes, os inertes, os indolentes como que são tipos ausentes no seio daquela raça de preadores infatigáveis, de alma adunca e avidez insaciável".[39]

Sua admiração por São Paulo não se restringia ao passado. Comentando a situação do Estado nos anos 20, referia-se ao "grande milagre paulista dos nossos dias: a conquista do sertão, a fundação da riqueza agrícola sobre bases modernas, a germinação e a consolidação dos núcleos urbanos no interior, a repetição, enfim, em escala mais limitada, mas muito mais sugestiva, das façanhas do grande ciclo do ouro".[40] Contudo, era necessário conciliar esse novo surto de atividade com as características do nosso temperamento, que ele reputava fundamentalmente rural.[41]

Vianna identificava em São Paulo um esforço deliberado para multiplicar os centros urbanos pelo interior do Estado, o que estaria gerando um regime de pequeno urbanismo que *miraculosamente* ia conseguindo libertar os paulistas dos males da grande urbanização, da cidade tentacular, que ele julgava pouco indicada para povos como o nosso. Esse processo apresentava ainda a vantagem de fixar os elementos aristocráticos e eugênicos no campo. Em contraposição, seu Estado, o Rio de Janeiro, estaria sucum-

38 OLIVEIRA VIANNA, F. J. Oscilação da taxa de fecundidade durante o ciclo bandeirante. *RBR*, v.28, n.111, p.194, mar. 1925.

39 Ibidem, p.200-1,

40 OLIVEIRA VIANNA, F. J. Carta a Hilário Freire. *RBR*, v.25, n.95, p.226, nov. 1923.

41 OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Populações Meridionais do Brasil. RBR*, 5, n.18, p. 145, jun. 1917.

bindo ao grande urbanismo, apontado como a principal causa da sua decadência.[42]

Não era possível apreender o progresso paulista como uma criação postiça, sem raízes na terra, arremedo servil de outras civilizações, argumentos normalmente arrolados pelos que criticavam a admiração basbaque a tudo o que fosse estrangeiro. Ao contrário, justamente por resultar do desdobramento natural das potencialidades étnicas dos habitantes, atestadas desde o tempo mítico das origens, ele possuía autenticidade e feições próprias, o que inibia qualquer referência à imitação ou cópia do estrangeiro.

Noutros termos, já não se tratava mais de opor o Norte ao Sul, o Litoral ao Sertão para, de forma maniqueísta, tentar distinguir o genuinamente nacional e a mera importação. O alentador exemplo de São Paulo apontava para a possibilidade de síntese, ou seja, tornar-se moderno, incorporando realizações e populações provenientes de áreas "mais evoluídas", sem ter necessariamente que abdicar de um projeto de brasilidade. Todo o modelo, de caráter obviamente excludente, partia de um suposto núcleo étnico paulista, dotado de qualidades primordiais. Nessa perspectiva, o progresso do país como um todo dependia de São Paulo, do seu *benéfico imperialismo.*

O repertório de análises que vinculava os destinos da nação ao estatuto étnico dos seus habitantes já tinha, no período aqui analisado, uma longa tradição. O material presente na *Revista do Brasil* permite discernir deslocamentos e rearranjos que este tipo de abordagem foi sofrendo com o correr do tempo, assim como as tentativas, levadas a cabo pelos intelectuais que circulavam no interior do paradigma racial, de encontrar uma saída honrosa para um país multirracial, sem contudo abalar os alicerces das teorias que professavam.

Sobressai aqui a figura de Oliveira Vianna, autor que ocupou espaço considerável na revista, antes mesmo de adquirir visibili-

42 OLIVEIRA VIANNA, F. J. Carta a Hilário Freire. *RBR,* v.25, n.95, p.225-6, nov. 1923.

dade no meio intelectual - basta lembrar que boa parte de *Populações Meridionais* foi publicada em primeira mão nas páginas do periódico. Lobato editou várias obras de Vianna, além de anunciá-las com destaque nas propagandas da editora, resenhá-las na seção *Bibliografia* e transcrever os comentários que elas suscitavam na imprensa brasileira.

Note-se, porém, que a revista também abrigou um outro discurso, articulado a partir de meados dos anos 10, e que teve em Lobato e na revista um lugar privilegiado de construção e difusão: a abordagem sanitária, que trouxe abalos significativos para a apreensão da questão étnica. A análise da relação entre Monteiro Lobato e o Jeca Tatu, uma das suas criações mais significativas, constitui-se em rica oportunidade para percorrer as novas trilhas mentais.

HIGIENE E EUGENIA

O Jeca do conto *Urupês,* publicado pela primeira vez no jornal O *Estado de S. Paulo* em 23.12.1914, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, arredio à civilização, vegetando no seu isolamento e ignorância, indisciplinado e refratário ao trabalho árduo e contínuo de que tanto necessitava o país, reafirmava, agora pela via literária, o rol de estigmas que pesava sobre a maioria da população brasileira, corroída por uma inferioridade primordial. Na figura caricata do caboclo de cócoras, Lobato enfeixou de forma altamente expressiva as avaliações pouco lisonjeiras que ele vinha tecendo sobre o Brasil e os brasileiros desde os tempos da Faculdade de Direito.[43] Nessas assertivas pode-se rastear a influência de Le Bon, autor que ele próprio identificou como central na sua formação intelectual.[44]

43 Na produção lobatiana encontram-se referências pouco elogiosas ao caboclo muito antes da publicação de *Urupês.* Ver: LOBATO, J. B. M., 1959a, v.I, p.326-7 e 1959d, p.110.

44 Sobre a influência de Le Bom, ver: LOBATO, J. B. M., 1959a, v.1, p.59 e 185 e 1959c, p.221-5.

A rudeza com que Lobato descreveu seu personagem, se, por um lado, parecia confirmar as avaliações feitas pelos que proclamavam a inferioridade racial da grande maioria do povo brasileiro, por outro, abalou uma determinada visão idílica do campo, cultivada por certos setores da literatura, assim como incomodou os que tinham o sertão como berço da raça brasileira em elaboração. Esse contexto certamente colaborou para criar uma polêmica em relação ao grau de verossimilhança entre ficção e realidade, que se tornou ainda mais acesa quando, em 1919, Rui Barbosa citou o personagem no seu famoso discurso sobre a questão social.

O enorme poder evocativo do Jeca permitiu que ele fosse mobilizado com propósitos muitas vezes contrastantes. Assim, para alguns ele era o retrato fiel do homem sertanejo do norte e do sul do país, estagnado na escala evolutiva, uma quantidade negativa, nas palavras do seu criador, inapto para enfrentar os desafios da modernização. Vozes possantes, como a de Câmara Cascudo, saíram em defesa do escritor:

> Jeca na porta do casebre, sentado no calcanhar, sugando a terra, ociosa e triste, é peculiar a todo o norte do Brasil... Não quer dizer que o sertanejo ... seja literalmente um Jeca Tatu. Porém, quem viaja e quem vê pelo sertão o fatalismo sertanejo, a limitação da sua agricultura, a instintiva desconfiança pela civilização, a sua habitual indolência que o faz esquecer a rude lição das secas e nada encelerar nos anos de inverno, a sua palestra, a sua ignorância política, enfim, os remédios populares, a ingênua crendice dos curandeiros e das *meizinhas* verá a imensa verdade das páginas vivas do *Urupês*.[45]

A sua decantada incapacidade de compreender as noções elementares da política, era invariavelmente citada pelos críticos do projeto liberal, que colocavam em dúvida a viabilidade do jogo democrático em um país habitado por Jecas.

De outra parte, o abandono em que vegetava a população do interior também permitia apresentar o personagem como uma

45 CÂMARA CASCUDO, L. da. A humanidade de Jeca Tatu. *RBR*, v.15, n.57, p.84, set. 1920. Ver, também, BELLO, J. M. O sertão. *RBR*, v.9, n.33, p.12-5, set. 1918 e VIANNA, U. Zepha. *RBR*, v.53, n.88, maio 1920.

pobre vítima da irresponsabilidade social de governos que só se preocupavam em cobrar impostos.[46] Também não faltaram interpretações que apresentavam o Jeca como produto do meio. Assim, sob a influência benéfica das terras férteis do oeste paulista: "o Jeca, até agora miserável no paupérrimo e ainda atrasado Norte paulista, se transfigurou com a terra do Oeste e, com ele, sua prole ... Os filhos do sertão fizeram-se homens nessa escola de trabalho remunerador e organizado, ganharam ambições, demonstraram iniciativas, conquistaram posição de alto prestígio".[47] Entretanto, ninguém mais do que o próprio Lobato contribuiu para dar ao Jeca outras dimensões.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial subverteu o mercado de trabalho internacional, privando o Brasil da mão-de-obra farta e barata até então fornecida pela Europa. Essa nova conjuntura coincidiu com o predomínio, nessa altura inconteste, do paradigma microbiano e bacteriológico que, graças aos trabalhos de Pasteur e Koch, propiciaram uma outra compreensão da causa das doenças, suas formas de transmissão e cura. A identificação dos agentes etiológicos das doenças infecciosas propiciou o desenvolvimento de vários métodos de imunização e combate aos vetores e seus reservatórios naturais. Surgiram métodos específicos de profilaxia, normalmente bastante eficazes, que levaram alguns a acalentar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber:

> A velha medicina - ainda aí presente, recalcitrante, impenitente e por força de rotina sobrevivente durante muitas décadas ainda - é a medicina curativa, remedieira, terapêutica. A nova medicina - já instalada e propagada, de mais em mais, embora a crendice, a ignorância, o misoneismo -, é a medicina preventiva, a higiene, a profilaxia ... A nova medicina funda-se, pois, no conhecimento da causa ou etiologia das doenças, de onde a oposição que a corrige ou suprime, a prevenção que a evita e faz desaparecer. É a ela que per-

46 Ver: Resenha de *Poemas Bravios,* Camilo da Paixão Cearense. *RBR,* v.19, n.75, p.255, mar. 1922 e Resenha de *Brutos e Titãs* de Altamirando Requião. *RBR,* v.25, n.95, p.277-8, nov. 1923.

47 STEVENSON, C. Na terra roxa. *RBR,* v.15, n.59, p.226, nov. 1920.

> tence toda essa maravilhosa eclosão de ciências da família da Higiene - a Microbiologia, a Parasitologia, a Imunoquímica, a Quimioterapia, a Dietética, a Fisioterapia, a Eugênica que representam as forças novas de ação contra a doença, inventadas pelo gênio humano ... Se eliminarmos as doenças parasitárias, infectuosas e tóxicas, teremos eliminado logo imediatamente quota imensa daquelas que lhe são consectárias. Para não perder tempo no debate basta indagar: quantas doenças orgânicas, constitucionais, hereditárias, cardiopatias, cirroses, nefrites, epilepsias, degenerações não se suprimirão, acabando com o alcoolismo? Só a sífilis é metade da patologia: noventa e cinco por cento dos aneurismas dos grandes vasos são dessa causa específica ... A Higiene é uma nova medicina, de menos de um século ... Mas a Higiene apareceu, tornou-se moda, impôs-se como hábito e se vai impondo como necessidade. A vacina salva milhões de vidas ... O advento da Microbiologia, procurando o conhecimento da causa das doenças, altera a face do mundo, dando a esperança e já a certeza da vitória sobre a doença. A difteria, a raiva, a peste, a febre tífica, o tétano, o carbúnculo são prevenidos; elas mesmas e outras tantas são curadas; todas são agredidas pela notificação compulsória, o isolamento, a desinfeção ... Como da Astrologia saiu a Astronomia, da Alquimia saiu a Química, sai da Medicina a Higiene. Não é má sorte das larvas produzirem borboletas.[48]

O combate às epidemias que assolavam São Paulo e o Rio de Janeiro, dificultando o pleno funcionamento da economia agroexportadora e afastando de seus portos os trabalhadores estrangeiros, levou os poderes constituídos a criarem, na virada do século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários, assim como um conjunto de instituições - os Institutos Manguinhos (RJ), Butantã, Vacinogênico e Bacteriológico (SP). Esses centros passaram a ditar os rumos da saúde pública e seus mais ilustres membros, Oswaldo Cruz, Vital Brasil, Emílio Ribas, Carlos Chagas, Belisário Penna, Artur Neiva, entre outros, exerceram posições de comando na área (Mascarenhas, 1949 e 1973; Merly, 1987; Costa, 1985).

48 PEIXOTO, A. A antiga e a nova medicina: a higiene. *RBR*, v.8, n.32, p.354-61, ago. 1918.

As vitórias de Oswaldo Cruz sobre a malária, a febre amarela, a varíola e a peste bubônica acabaram por dobrar as resistências impostas pelos detratores das novas práticas. (Carvalho, 1987, Stepan, 1976; Brito, 1995). A Higiene, ungida pelo prestígio que somente a ciência era capaz de conferir, adentrava o cotidiano dos indivíduos, inspecionando, vigiando e controlando por meio de um conjunto de normas, cuidados, prescrições e recomendações.

As péssimas condições sanitárias da população rural brasileira, que motivaram a famosa máxima de Miguel Pereira proferida em 1916 - o Brasil é um vasto hospital - não se constituía propriamente em uma novidade. Entretanto, sua afirmação encontrou terreno extremamente propício para frutificar. Na mesma época, outros higienistas como Belisário Penna, Artur Neiva e Afrânio Peixoto também começaram a denunciar sistematicamente o quadro desolador do interior do país. Penna, com a autoridade de quem, juntamente com Neiva, percorreu durante vários meses sertões distantes,[49] avaliava que mais de dois terços dos habitantes

> se definham, se abatem, se degradam e se arruinam, chupados e empreguiçados pelos vermes intestinais; picados, sugados e intoxicados por mosquitos, percevejos e barbeiros; a bater queixos, a carregar baços colossais; ou aleijados, paralíticos, cretinos, papudos e cardíacos, com o sangue e tecidos repletos de protozoários patogênicos; roídos e apodrecidos em vida pela lepra e pelas úlceras; cegos pelo tracoma, pela varíola, pela sífilis e pelas gonococcias; aviltados pela cachaça; entocados em pocilgas de taipa e palha; e atolados na mais espessa ignorância de rudimentares preceitos de higiene, suficientes para livrar a coletividade de doenças transmissíveis, para apurar e melhorar a raça, e arrancar-lhe o infamante labéu, infelizmente até certo ponto verdadeiro, de preguiçosa e incapaz, devido às doenças, cujos focos se multiplicam incalculavelmente em milhões de indivíduos incurados, abandonados, portadores de ver-

49 Penna e Neiva, vinculados ao Instituto Oswaldo Cruz, realizaram em 1912 uma expedição médico-científica ao interior. O relatório, no qual apresentavam um diagnóstico do estado de saúde da população sertaneja, foi originalmente publicado na série *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1916 e pode ser considerado, pela enorme repercussão que alcançou, o texto fundador do sanitarismo.

> mes e de germens, para serem inoculados nos incautos, pela terra, pela água, pelos alimentos, pelas moscas e pelos mosquitos barbeiros; foi preciso que a tremenda conflagração européia nos impossibilitasse a importação de mais lenha humana de boa qualidade para queimar criminosamente nessa fogueira de endemias evitáveis, ou deixar até esfarelar-se; foi preciso que a nação fosse arrastada até o descrédito, e levada às portas da falência moral e material, por uma série de aventuras, de erros e de crimes, praticados à luz do dia; foi preciso tudo isso, para começarmos a enxergar as misérias da nossa gente, e o criminoso abandono em que a havíamos deixado, taxada de incapaz, e marcada inconscientemente com o ignominioso ferrete de raça vil e desprezível, indigna de ocupar um lugar na face da terra.[50]

Descrições do gênero, eivadas de dramaticidade, tornaram-se lugar comum. Recorria-se a cifras e porcentagens, inventariavam-se doenças, como que para dar um sentido literal à frase de Miguel Pereira. Exemplar, nesse sentido, era o relatório de Oswaldo Cruz a respeito das condições sanitárias da área em que estava sendo construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Afirmava o sanitarista que "a região está de tal modo infectada que a sua população *não tem noção do que seja o estado hígido* e para ela a condição de ser enfermo constitui a normalidade".[51]

Também os artigos publicados no *Estado* no decorrer de 1918 por Monteiro Lobato, que se engajou apaixonadamente na campanha em prol do saneamento, ilustram a mesma tendência, bem expressa nos títulos: *Dezessete milhões de opilados; Três milhões de idiotas; Dez milhões de impaludados.* Este material foi posteriormente enfeixado no livro *Problema Vital,* editado pela *Revista do Brasil* sob o patrocínio da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Paulista de Eugenia, com prefácio de Renato Kehl.

O surgimento no horizonte do concebível da possibilidade de apreender a questão étnica a partir de uma lógica higienista apre-

50 PENNA, B. Pequenos cuidados higiênicos. *RBR,* v.9, n.33, p.4, set. 1918.

51 Apud PEIXOTO, A. O problema sanitário da Amazônia. *RBR, v.7,* n.28, p.411, abr. 1918, grifo no original. O problema atingia também as populações urbanas, como ressaltou AMARAL, A. O saneamento do interior do país. *RBR,* v.6, n.22, p.251, out. 1917.

sentou-se para os homens da época como uma verdadeira revelação. Para expressar sua surpresa diante de uma verdade agora tornada óbvia, mas antes jamais suspeitada, eles recorriam à metáfora da cortina que se abre, rompendo o véu de naturalidade e forçando a *ver* o que antes estava oculto:

> Depois dos estudos de Carlos Chagas, de Artur Neiva, e mais intemeratos discípulos de Oswaldo Cruz, e depois das veementíssimas palavras de Belisário Penna, governo nenhum, nenhuma associação, nenhuma liga pode alegar ignorância. O *véu foi arrancado.* O *microscópio falou.* A fauna mentirosa dos apologistas que vêem ouro no que é amarelo e luz na simples fosforescência pútrida, recolhe os safados adjetivões que vendaram durante tanto tempo os olhos da nação.[52]

De fato, tratava-se de uma outra ordem de argumentos que convidava a relativizar o determinismo estrito então dominante.

Ainda que grande parte da intelectualidade se mostrasse seduzida pelo discurso higienizador, é preciso assinalar que nem todos estavam afinados no mesmo tom. Comentando o famoso relatório Penna-Neiva, João Ribeiro qualificava de exagerada a opinião dos autores, que atribuíam a falta de esforço dos sertanejos à ação deprimente das doenças. Depois de ressaltar quão recentes eram as vitórias da medicina contra a malária, a anquilostomíase, a doença de Chagas etc, afirmava que a população era inutilizada e destruída não por infecções mas pelo "visco da baba política. É ela quem estorva, despovoa, depaupera, empobrece, escraviza e confisca". Exemplificando com uma pequena cidade do Piauí, cuja população era apontada como irremediavelmente doente, Ribeiro lembrava que o governo "a troco de um juiz de direito e quatro soldados de polícia, lhes arrecada para mais de cem contos de réis anuais ... Bem se vê que o hospital dá alguma

52 LOBATO, J. B. M. O saneamento do Brasil. *RBR,* v.7, n.28, p.305, mar. 1918, grifo meu. Ver, também, PENNA, B. Pequenos cuidados higiênicos. *RBR,* v.9, n.33, p.4-5, set. 1918; SOUZA, B. M. de. Imigração e indesejáveis. *RBR,* v.9, n.34, p.134, out. 1918 e a Resenha da segunda edição de *Saneamento do Brasil,* de Belisário Penna. *RBR,* v.25, n.93, p.75, set. 1923.

coisa". Atenuava a força da explicação sanitária contrapondo os sertões às cidades:

> Os sertões do Norte, como os do centro do Brasil, são salubérrimos; a temperatura é, ali, agradável e amena; há grandes zonas de verdura e de águas perenes; as doenças características da região nada oferecem de gravidade e o tratamento ou a profilaxia são coisas positivas, fáceis. Muito maior é nas cidades o perigo de outras epidemias, da sífilis, da varíola, da tuberculose, até hoje, invencíveis. As próprias nevroses do sertão como o chamado vexame e outras que tais são quase toleimas e cismas sem vulto.[53]

Sem dúvida, no interior do novo saber o clima beneficiou-se na medida em que as regiões tropicais deixaram de ser condenadas enquanto hábitat pouco propício aos seres humanos. A idéia de que as zonas quentes possuíam seus próprios males, ou seja, uma patologia peculiar, exótica em relação à européia, passou a ser duramente contestada:

> A nossa nosologia se compunha, assim, de doenças que eram próprias ao nosso clima, denominadas tropicais, e de outras que, sobre serem comuns a ambos os continentes (Europa e América), se revestiam, aqui, mercê de fatores mesológicos, de fisionomia diferente, que as tornavam, por vezes, irreconhecíveis ao estalão clássico. Nós tínhamos desse modo a nossa patologia própria, especial ... Ora, em tudo isso que aí está há um grande erro de observação, a par do esquecimento de que as doenças, quaisquer que elas sejam, e onde quer que apareçam, apresentam certas tonalidades ou matizes, acentuações ou esmaecimentos das suas cores sintomáticas ... Em qualquer clima ou latitude, uma determinada doença está sujeita às mesmas contingências que não há de fugir.[54]

Foi introduzida uma distinção essencial entre situação climática, encarada como um dado natural, e o grau de salubridade, esse último passível de ser manipulado pela ação humana: "não é o clima a maldição irremovível que pesa sobre aquelas regiões [amazônica]: é a insalubridade, essa removível, saneável, que se

53 RIBEIRO, J. O Brasil esquecido. *RBR*, v.6, n.24, p.557-9, dez. 1917.
54 CAMPOS, O. P. de. Verdades clínicas. *RBR*, v.26, n.105; p.67-8, set. 1924.

deve tentar e realizar sistematicamente, não num trecho, mas em todo o território, e por todos os meios idôneos em higiene para lhe conseguir com o saneamento a redenção".[55] Está patente aqui a confiança no saber técnico, que graças ao seu poder de intervenção, submete, transforma e molda o ambiente, numa atitude que guarda similaridade com o trabalho das divindades.

Monteiro Lobato chegou mesmo a desenvolver uma curiosa teoria para explicar a aparente incongruência entre o esplendor da flora e da fauna nas regiões quentes e o "tremendo parênteses de exceção aberto pelo homem. Onde tudo alcança o apogeu, só ele o rei, decai".[56] Apoiando-se na relação de causa e efeito entre calor e vida, Lobato postulava a exuberância biológica das áreas quentes, a qual era estendida ao mundo microbiológico, infestado com uma eclosão sem similar de organismos nocivos.

A vida civilizada teria minado as resistências naturais do homem, tornando-o capaz de viver com relativa saúde apenas nos climas temperados ou gélidos, nos quais a vida tinha seu esplendor refreado pelo frio. Organicamente despreparado para enfrentar as agressões provenientes da abundante vida tropical, nessas plagas os seres humanos pareciam fadados a degenerar. Porém, graças aos avanços da higiene, o mal poderia agora ser remediado, permitindo

> erguerem-se grandes empórios nas zonas até aqui condenadas. Ela, só ela, permitirá criar na terra brasileira uma civilização digna desse nome. O nosso estado profundo de degenerescência física e decadência moral, provém, exclusivamente disso: desaparelhamento da defesa higiênica. O nosso povo, transplante europeu feito em época de magros conhecimentos científicos, foi invadido pela microvida tropical, e verminado intensamente, sem que nunca percebesse a extensão da mazela. Só agora se faz o diagnóstico seguro da doença, e surge uma orientação científica para a solução do problema da nossa nacionalidade, ameaçada de desbarato pelo acumulo excessivo de males curáveis, evitáveis e jamais curados ou evitados - porque sempre ignorados, quando não criminosamente negados.

55 PEIXOTO, A. O problema sanitário da Amazônia. *RBR, v.7,* n.28, p.411, abr. 1918.

56 LOBATO, J. B. M. As novas possibilidades das zonas cálidas. *RBR,* v.8, n.29, p.3, maio 1918.

> Desfeitos todos os véus de ufania ... o caminho está desempeçado para a cruzada salvadora.[57]

Um aspecto importante e que merece ser destacado é a confiança, tão bem expressa por Lobato, nas possibilidades abertas pelo controle das endemias e doenças infecto-contagiosas, como se a eficiência da higiene independesse do lugar, condições ou circunstâncias. Se o diagnóstico dos males que afligiam a população era carregado com cores fortes, a solução parecia depender apenas da boa vontade das autoridades constituídas, que precisavam tomar consciência da gravidade do problema. Aliás, com esse objetivo, em 1918, foi criada por Penna, Carlos Chagas, Neiva, Miguel Pereira, Vital Brasil, Monteiro Lobato, Renato Kehl, Afrânio Peixoto, entre vários outros, a Liga Pró-Saneamento do Brasil. As propostas da Liga em favor da centralização administrativa dos serviços de saúde, expansão de suas áreas de atuação, remodelação das instituições existentes, implementação de projetos, nem sempre pautados pelos mesmos ideais, estão expressos na revista *Saúde,* por ela editada (Hochman, 1993).

A *Revista do Brasil* publicou abundante material sobre a questão sanitária. Ela passou às mãos de Lobato em meados de 1918, exatamente no momento em que os debates em torno do tema atingiam seu ponto de maior efervescência. Uma de suas primeiras atitudes à frente do periódico foi providenciar a organização de uma edição especial dedicada ao problema, que acabou não se concretizando pelo fato de os artigos não terem chegado em tempo hábil. A revista acabou por publicá-los separadamente ao longo de vários números.

Porém, mesmo antes de Lobato assumir a direção, o mensário já abria espaço significativo para esse tipo de discussão, publicando ensaios inéditos ou transcrevendo grande quantidade de artigos de médicos, higienistas e intelectuais; noticiando descobertas e avanços na área; abrigando polêmicas quanto aos proces-

57 Ibidem, p.7-8. Essa não era a primeira vez que Lobato ensaiava largas interpretações. No início de 1918, pouco antes de se engajar na campanha em prol do saneamento, publicou artigo subordinando todos os nossos males à falta de azoto, tese defendida por J. Teixeira de Freitas e que Lobato logo encampou. LOBATO, J. B. M. A nossa doença. *RBR*, v.7, n.25, p.3-12, jan. 1918.

sos de transmissão e cura das doenças; práticas que se intensificaram ainda mais com o novo proprietário. Desse amplo material, sobressai uma intenção didática: informar o leitor a respeito de cada uma das principais doenças, seu histórico, formas de contágio, estratégias de combate e prevenção.[58]

Esse saber acumulado pela ciência, disponível para ser utilizado, era considerado de fácil aplicação. É sintomático que Belisário Penna intitulasse "Pequenos cuidados higiênicos" o artigo que escreveu especialmente para a *Revista do Brasil.* O sanitarista acreditava que os males que afligiam os brasileiros poderiam ser suprimidos com pouco esforço. É interessante observar a persistência com que se pretendia subordinar as dificuldades do país a um único fator, passível de ser contornado ou resolvido com medidas relativamente simples. Para Bilac e a Liga Nacionalista tratava-se de implantar o serviço militar obrigatório; Lobato apontava a falta de azoto como raiz de todos os nossos males; os higienistas pediam a erradicação das pestilências; os liberais clamavam por reformas constitucionais, enfim as soluções pareciam depender apenas de alguma dose de boa vontade. Amadeu Amaral afirmava que:

> O problema brasileiro, que apresenta tantos aspectos, é primordialmente uma questão que incide na esfera do médico ... Todas as moléstias que assolam o interior do Brasil, desde o impaludismo até a terrível tripanosomíase brasileira, constituem espécies mórbidas rigorosamente estudadas, cuja etiologia e profilaxia além de conhecidas são de fácil execução.[59]

Não se conclua que esta era a opinião de um leigo. Penna lembrava que o impaludismo poderia ser resolvido com a quinina,

58 Ver: FERRAZ, J. As estiagens e a febre tifóide em São Paulo. RBR, v.2, n.5, p.72-6, maio 1916; ROQUETTE PINTO, E. Beribéri. RBR, v.7, n.28, p.381-2, abr. 1918; BARBOSA, P. País leproso. *RBR,* v.7, n.29, p.98-9, maio 1918; CHAGAS, C. Trypanosomiase Americana. *RBR,* v.8, n.32, p.362-8, ago. 1918; PEIXOTO, A. Outros males. RBR, v.9, n.35, p.249-71, nov. 1918; SARDINHA, J. J. da S. As epidemias de cólera morbos no Brasil. *RBR,* v.10, n.37, p. 114-6, jan. 1916; THEOPHILO, R. O contágio da varíola. *RBR,* v.28, n.71,p.230-6, nov. 1921.

59 AMARAL, A. O saneamento do interior do país. *RBR,* v.6, n.22, p.252, out. 1917.

que o Estado deveria fazer chegar a todos os recantos do país por preço simbólico; a anquilostomíase, que ele julgava contaminar 70% da população, seria erradicada por meio da obrigatoriedade de se construírem fossas e instalações sanitárias "simples, rudimentares que fossem", do uso do calçado e da distribuição, gratuita ou por valor ínfimo, de medicamentos curativos da doença; enquanto para eliminar a varíola bastaria decretar a vacinação obrigatória, "embaraçada até agora pelo receio da turba ignorante, e da propaganda insensata de meia dúzia de sectários ortodoxos".[60]

Propostas semelhantes foram feitas para o tracoma, a lepra, a ferida brava, o ofidismo... A aparente simplicidade com que se poderia resolver todos os problemas tornava ainda mais acerbas as críticas ao governo que, por ignorância, insensibilidade e interesses políticos menores, parecia pouco seduzido pelas conclusões lógicas e naturais da ciência. Penna lamentava o descaso com que as autoridades encaravam as questões de saúde pública e a "fobia que sempre revelaram pela higiene e pelos higienistas, desprezando os seus conselhos, negando-lhes recursos para cabal desempenho dos seus encargos, criando-lhes toda sorte de embaraços, e considerando de nenhuma importância as suas funções".[61] Esse tratamento tão pouco respeitoso parecia ainda mais absurdo na medida em que os trabalhos dos sanitaristas brasileiros vinham obtendo reconhecimento e respeito no cenário científico internacional.[62]

Se até há pouco a inexpressividade desse país imenso era encarada como atestado da incapacidade de um povo mestiço, que portava nas veias um sangue corrompido, agora, graças às perspectivas abertas pela higiene, tornava-se possível introduzir uma revigorada sensação de confiança no futuro. Os propugnado-

60 PENNA, B. Alcoolismo, opilação e impaludismo. *RBR,* v.6, n.23, p.443-4, nov. 1917. Opinião idêntica foi expressa por BRANT, M. A valorização do brasileiro. *RBR,* v.7, n.28, p.302, abr. 1918. Os efeitos terapêuticos da quina e a necessidade do governo assumir a responsabilidade pela aquisição e distribuição do produto, cujo preço havia aumentado muito em virtude da guerra européia foram discutidos por: O. F. (não identificado) A quina. *RBR,* v.13, n.49, p.85-91, jan. 1920 e PEIXOTO, A. O problema sanitário da Amazônia. *RBR,* v.7, n.28, p.412 e 415, abr. 1918. Quantos aos sectários e ortodoxos referidos na citação de Penna, ver: SODRÉ, A. A higiene no Rio Grande do Sul. *RBR,* v.14, n.54, p.152-6, jun. 1920.

61 PENNA, B. Pequenos cuidados higiênicos. *RBR,* v.9, n.33, p.3, set. 1918.

62 NEIVA, A. Oswaldo Cruz. *RBR,* v.4 , n.15, p.335, mar. 1917.

res da campanha em prol do saneamento desde logo estabeleceram conexões entre o estado mórbido dos habitantes e os interesses econômicos e sociais da nação. Comentando o exemplo de monges franceses que fundaram a Trapa Maristela à beira do Paraíba, no Tremembé, Lobato louvava a preocupação revelada pelos religiosos de primeiro alimentar os habitantes do lugar, curar suas doenças, instalá-los em casas higiênicas, donde resultou:

> uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídas de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente classificados pela opinião geral como equivalentes a zero. O exemplo é frisante. Mostra o caminho a seguir, e mostra o erro dos nossos governos em nunca levarem em conta, para solucionar o problema do trabalho agrícola, a parte da higiene ... E mister, curando-o, valorizar o homem da terra, largado até aqui no mais criminoso abandono. Curá-lo é criar riqueza. É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e financeira. (Lobato, 1956b, p.284)

Nada mais urgente, portanto, do que redimir a massa de impaludados e opilados, salvá-los das garras da fauna microbiana que lhes debilitava o vigor e o viço. A imigração, antes defendida como solução econômica e etnicamente desejável, começava a ser questionada:

> O dinheiro gasto nessas liberalidades [importar, hospedar, instalar imigrantes, dar-lhes lotes de terra e casas, instrumentos agrícolas, sementes, assistência médica...] seria, dos pontos de vista moral, político e econômico, muito mais bem aplicado em socorrer, curar, reerguer da invalidez e da inutilidade um número muitas vezes maior de brasileiros ... Desde que se restaure a saúde do sertanejo, e que se torne cada adulto nacional capaz de produzir a mesma quantidade de trabalho que o imigrante, o problema do braço para a lavoura está resolvido.[63]

De uma interpretação racial dos problemas sociais migrava-se para uma interpretação sanitária. O habitante do sertão, antes tido como espécime inferior e inapta para a civilização, passava agora à condição de vítima, injustamente caluniado e criminosamente abandonado à própria sorte, sem saúde, justiça ou educação. Em texto de 1923 Oswald de Andrade referia-se à vingança

63 BRANT, M. A valorização do brasileiro. *RBR*, v.7, n.28, p.302, abr. 1918.

do Jeca que, se originalmente vinha marcado pela negatividade, acabou revertendo a situação em seu favor:

> A obra de ficção desejada por Machado de Assis, realizou-se com a criação do tipo de Jeca Tatu. Era o inseto inútil da terra magnífica que, para gozar um espetáculo e ter uma ocupação, queimava as matas ... O símbolo vingou-se. A imaginação popular viu nele o Brasil tenaz, cheio de resistências físicas e morais, fatalizado mas não fatalista, tendo adotado, pelas circunstâncias das suas origens e do seu exílio, esta espécie de vocação para a infelicidade, observada inconscientemente pelos etnólogos e romancistas. Lobato conveio que Jeca Tatu queimava as matas para deixar ao imigrante novo a possibilidade de estender a "onda verde" dos cafezais. Ele era o precursor da riqueza americana, aberta a todas as tentativas das raças viris.[64]

Nos artigos que publicou na imprensa ao longo de 1918, Lobato engrossou o coro dos higienistas que inocentavam o nosso clima e a nossa raça, numa autocrítica que redimia o Jeca:

> A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância c falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo c atrofiam o espírito. O caipira não *é* assim. *Está* assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico. (Lobato, 1956b, p.285)

Ele reconhecia que a raça do Jeca era a mesma dos bandeirantes, apenas enfraquecida por um rol de pestilência que se vinham perpetuando de pai para filho. Essa fé pueril, que o escritor compartilhava com boa parte dos sanitaristas, levou-o a confessar que "respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta da biologia" (Lobato, 1956b, p.298).

64 ANDRADE, O. O esforço intelectual do Brasil contemporâneo. *RBR*, v.24, n.96, p.386-7, dez. 1923.

A erradicação das doenças infecto-contagiosas e das endemias assumia feições de uma cruzada, que tinha por meta possibilitar a implantação de um sistema de trabalho eficiente, produtivo, dentro dos parâmetros exigidos pela economia de mercado. Reabilitar e valorizar o brasileiro, ou melhor, discipliná-lo, adestrá-lo, moralizá-lo para transformá-lo em um agente capaz de concretizar as inumeráveis potencialidades da terra, esse o ideal apregoado pelos apóstolos do discurso higienizador.

Para atingi-lo, preconizava-se a imediata adoção de um amplo conjunto de medidas, planejadas, controladas e executadas pelos homens de ciência, detentores de um saber técnico e especializado, e que deveriam ser investidos pelos poderes públicos de uma ampla autonomia. Esses cruzados modernos, manipuladores competentes das verdades científicas, propunham-se a atuar como um exército, hierárquica e racionalmente organizado, no qual cada um tinha atribuições precisas, para livrar a nação dos males que a corroíam.

Evocava-se o exemplo da guerra européia com o intuito de demonstrar a imensa capacidade de mobilização do Estado, que dispunha de instrumentos aptos a fazer cada um dos habitantes sentir o peso de sua ação. Tal poder deveria selar aliança com

> Uma organização como a de que Oswaldo Cruz tinha o dom ... baseada nas regras deduzidas do sistema de Taylor, e associada a métodos de propaganda simplíssimos e eficacíssimos ... poderia levar dentro de pouco tempo assistência médica a todas as choças de uma vasta região flagelada e a todos os seus habitantes, um por um. Dentro do mesmo curto prazo todos eles, das crianças aos velhos, poderiam estar dotados das seguintes noções: a) a causa das maleitas, da opilação, do bócio; b) o meio de evitar essas três doenças; c) como se curam as duas primeiras.[65]

Concomitantemente às medias de cunho coercitivo - vacinação obrigatória, combate aos vetores, desinfecção das habitações, notificação compulsória das doenças contagiosas, isolamento dos

65 BRANT, M. A valorização do brasileiro. *RBR, v.7,* n.28, p.302, abr. 1918. O caráter militar que permeava as propostas higienizadoras foi colocado em evidência por HARDMAN, F. F., 1988, p.150-2.

doentes -, Belisário Penna advogava a realização de intensa campanha de esclarecimento que deveria penetrar nos lares, fábricas, escolas e fazendas por meio de propaganda vasta, tenaz, insistente, pela palavra, pelo folheto, pelo cinema, pelo gramofone, pelo cartaz a fim de que "esses ensinamentos higiênicos se infiltrem no cérebro do nosso povo". O autor insistia ainda que a linguagem deveria ser simples e valer-se das expressões empregadas pelo povo, de comparações, imagens, gravuras e fotografias impressionantes, "sem fugir à realidade dos fatos, que ele conhece, mas não sabe observar; as ligações entre o seu modo de vida, o sistema de alimentação, os defeitos da habitação, e as doenças, que o atacam, acarretando-lhe sérias perturbações, e a miséria, afinal, devem ser descritas com simplicidade, clareza e verdade".[66] Penna tentou colocar suas idéias em prática, tendo feito inúmeras conferências e publicados vários folhetos explicativos, entre os quais *Opilação ou Amarelão.*[67]

Consoante com essa postura, avolumaram-se as publicações a respeito da questão sanitária. A *Revista do Brasil*, sempre preocupada em destacar a atuação de São Paulo, reservou amplo espaço para as medidas tomadas por Artur Neiva, que em fins de 1916 assumiu a direção do Serviço Sanitário paulista. Lobato, amigo pessoal de Neiva, chegou a acompanhá-lo em algumas de suas viagens de inspeção pelo interior (Nunes, 1981).

As monografias que, "sob a sábia orientação do seu espírito rigorosamente científico", a repartição passou a produzir, foram noticiadas com destaque,[68] o mesmo acontecendo com o Código

66 PENNA, B. Pequenos cuidados higiênicos. *RBR*, v.9, n.33, p.13, set. 1918.

67 Os folhetos foram resenhados na *RBR*, v.10, n.38, p.245-6, fev. 1919. A utilização de fotos da forma sugerida por Penna pode ser encontrada nos artigos de CHAGAS, C. Trypanosomiase Americana. *RBR*, v.8, n.32, p.362-86, ago. 1918 e PEIXOTO, A. O problema sanitário da Amazônia. *RBR*, v.7, n.28, p.411-5, abr. 1918.

68 Resenha de *Contribuição ao estudo do mal de engasgo*, de Enjolras Vampré. *RBR*, v.11, n.44, p.358-9, ago. 1919, que dava conta das várias monografias produzidas. Quando Neiva foi ao Japão, comissionado pelo governo paulista para estudar a organização sanitária daquele país, a revista publicou suas impressões de viagem. O Japão visto pelo Dr. Artur Neiva. *RBR*, v.16, n.62, p.174-5, fev. 1921.

Sanitário de 1917, o programa contra o tracoma, a erradicação do impaludismo em Cosmópolis[69] e a campanha contra a praga que ameaçava os cafezais paulistas em meados dos anos 20, na qual o sanitarista mobilizou, como sugerira seu colega Belisário Penna, todos os meios de comunicação disponíveis para tentar conter o mal:

> A propaganda que o Serviço de Defesa do Café vem empreendendo é o que há de mais bem feito. Pode rivalizar com o trabalho yankee ... A ilustre comissão, a que pertencem, ao lado de Artur Neiva, cientistas de valor como Navarro de Andrade e Queiroz Teles, não esconde a gravidade do problema, o que aberra dos moldes por que se tem pautado a luta molenga contra outros flagelos do país ... Esmerou-se a ilustre comissão no apresentar ao interessado a informação exata do mal. E para isso não olhou despesas. Fez imprimir belíssimo cartaz a cores, em que, mesmo os ignaros dos segredos do alfabeto, podem ler toda a extensão do mal. Mostram nitidamente a evolução do caruncho em todas as suas fases, o estado lastimável a que reduzem as bagas de café que afuroou. Impressiona. Não há quem, vendo-o, não se deixe tomar de verdadeiro pavor pela sorte da lavoura cafeeira ... Acompanham ao cartaz dois folhetos, admiráveis de clareza, nos quais os ilustres técnicos se empenham em por ao alcance de todos os estudos empreendidos sobre o terrível inseto e as instruções para o seu combate.

No mesmo artigo, a revista reproduzia a entrevista concedida por Neiva a um jornal, na qual este afirmava temer a invasão do inseto em outros Estados cafeeiros nos quais

> o espírito de realização e de determinação são bem diferentes daquele do povo paulista ... Tenho esperança de que em São Paulo a praga seja contida, embora não erradicada, e se isto acontecer, como é minha convicção, será este mais um atestado da capacidade paulista para dominar o inimigo, que até hoje ainda não foi abatido onde quer que se tenha tentado.[70]

69 Elogios ao Código de 1917, que substituiu o de 1894, podem ser encontrados em SOUZA, B. M. de. Imigração e indesejáveis. *RBR,* v.9, n.34, p. 147-8, out. 1918. A atuação de Neiva foi exaltada em Resenha *de Epidemia de impaludismo na Usina Ester e Cosmópolis,* de Octávio M. Machado. *RBR,* v. 12, n.47, p.274, nov. 1919.

70 Resenha de *Serviço de defesa do café* de Artur Neiva, Costa Lima, Navarro de Andrade e Queiroz Teles. *RBR,* v.26, n.106, p.159-60, out. 1924. Segundo NUNES, C, 1981, Neiva valeu-se também do cinema para combater a praga.

Porém, o texto que alcançou maior notoriedade e difusão não foi produzido por nenhum médico higienista, mas sim por Monteiro Lobato. O seu Jeca-Tatuzinho, estória destinada ao público infantil, foi saudada pela *Revista do Brasil* como um

> poderoso fator no combate à ancilostomíase ... Não é a lição encomendada, que caceteia. É uma história de trama simples e que, contada por quem tem o dom da narrativa fluente e pitoresca, assume inusitado interesse ... Criança que o leia, ri e aprende uma série de noções úteis, que hão de servir muito para sua defesa individual contra as lavras que infestam o solo. Lido e relido por todas as crianças do país e aprendendo cada qual evitar o terrível flagelo, que bela ressurreição se operaria em nosso país! Quanto ao trabalho gráfico, nada se pode argüir. Há a acrescentar, porém, que a história é ilustrada por uma série de quadros muito expressivos, nas quais se exceleu a arte de Kurt Wiese, perito em bonecos para crianças.[71]

Graças à associação entre Lobato e Fontoura, este um pioneiro da indústria farmacêutica nacional, o Jeca-Tatuzinho adquiriu características de ícone publicitário e atingiu os recantos mais distantes do país nas páginas do *Almanaque Fontoura*, que divulgava o Biotônico e demais produtos do laboratório contra verminoses.[72]

Empunhando a bandeira da defesa de uma vida sã, produtiva e útil à nação, as prescrições higiênico-sanitárias iam se infiltrando no cotidiano, normatizando-o sob a batuta da ciência. Seus pro-

71 Resenha de *Jeca-Tatuzinho* de Monteiro Lobato. *RBR*, v.27, n.109, p.68-9, jan. **1925.**

72 A versão difundida por Lobato a respeito de sua união com Fontoura é a seguinte: ambos colaboravam no jornal O *Estado de S. Paulo*. Sentindo-se mal, o escritor experimentou o Biotônico, deu-se bem e, como forma de retribuição, escreveu e ofertou à Fontoura, abrindo mão de qualquer direito autoral, a estória do Jeca-Tatuzinho que, na década de 1950, já atingira a casa dos 22 milhões de exemplares (CAVALHEIRO, E., 1956, v.I, p.303). Contudo, Lobato colaborou regularmente com Fontoura durante anos a fio, desenhando rótulos para os seus produtos, anúncios, e produzindo textos e capas para seus almanaques. O *Conto Industrial* de Lobato narra a saga de Fontoura, farmacêutico interiorano que venceu na capital graças à descoberta de um novo produto — o Biotônico. Quando ocupou o cargo de adido comercial nos Estados Unidos, Fontoura convidou para assessorá-lo Monteiro Lobato, que na época encontrava-se em sério apuro financeiro.

motores, numa postura tipicamente iluminista, declaravam-se em luta contra a ignorância, os preconceitos, a incompreensão. Para concretizar seus nobres fins a higiene expandia-se, penetrando em áreas antes intocadas:

> A Higiene tinha até há pouco tempo se colocado numa posição quase que só defensiva: ela tratava sobretudo de acautelar o indivíduo contra os agentes nocivos, vivos ou não. As suas aspirações agora são mais altas. Ela considera que o vigor físico dito normal pode ser estimulado a um grau mais elevado.[71]

O conceito de saúde estava sendo ampliado para muito além da desinfeção, como bem expressa o código de 22 itens elaborado pelo cirurgião Chapot-Prévost, que alcançou celebridade mundial por ter realizado com sucesso em 1907 a separação de duas irmãs siamesas.[74] A escola era, sem dúvida, um espaço privilegiado para difundir o novo credo e o governo do Estado, mostrando não ser insensível à questão, distribuiu gratuitamente para alunos das instituições públicas a *Cartilha de Higiene*, obra editada por Monteiro Lobato.[75]

Em sintonia com esse alargamento do campo de ação do sanitarismo, a seção *Bibliografia* da *Revista do Brasil* registrava a publicação de vários manuais de puericultura. Ainda que se louvasse a "abnegação ... e o admirável instinto de que são dotadas as mães brasileiras", tais qualidades não pareciam suficientes para evitar as altas taxas de mortalidade infantil que, de acordo com os especialistas, só poderiam ser explicadas pela "falta de cuidados médicos higiênicos por parte das mães de família". Era mister instruí-las, revelar-lhes os segredos da alimentação sadia, dos sintomas das doenças e de sua terapêutica, tarefa que cabia ao

73 LESSA, G. Aspectos modernos da alimentação. *RBR*, v.24, n.92, p.345, ago. 1923.

74 Os preceitos estão em Resenha de *Código da saúde*, de Chapot-Prévost. *RBR*, v.26, n.106, p.166, out. 1924.

75 Resenha de *Cartilha de higiene* de A. Almeida Júnior. *RBR*, v.25, n.102, p.155, jun. 1924. Em mais de uma oportunidade Washington Luís, ao ocupar o cargo de Presidente do Estado, adquiriu grande volume de livros editados por Lobato para serem distribuídos gratuitamente nas escolas públicas.

pediatra.[76] Mesmo que os conselhos higiênicos fossem seguidos "com o meio descaso inerente ao nosso povo", acreditava-se que o decréscimo na mortalidade "seria incalculável".[77]

Sob a influência dos avanços da bioquímica, que propiciaram uma melhor compreensão do funcionamento do organismo e a identificação de novas substâncias, como as vitaminas, a preocupação com a alimentação ganhou grande impulso.[78] A culinária estava deixando de ser um assunto próprio à esfera feminina para transformar-se na ciência da digestão e da nutrição, "um dos ramos mais cultivados da fisiologia. Estudam-se em laboratórios todas as questões suscitadas por esse problema".[79] O que comer, quanto comer, quando comer se tornou objeto de investigação. De repente, descobria-se a inadequação da alimentação nacional, pobre em leite, laticínios, ovos, verduras e frutas.

O modo de preparar e apresentar um prato corretamente demandaria adiantados conhecimentos de físico-química e química biológica, sendo o insucesso de certas receitas resultado da incompreensão dos fenômenos que ocorrem nas operações fundamentais da cozinha, tais como "os mecanismos da formação e estabilização das emulsões, o ponto de fusão das gorduras, as trocas osmóticas" subjacentes ao "modo de preparar um molho, de se frigir um alimento ou de fazer um caldo". Daí a crítica às feministas que aspiravam se afastar dos fogões sem suspeitar que "a arte culinária se torna cada vez mais complicada e mais interessante (e que) em futuro próximo, essa arte talvez venha a se colocar ao lado da arte do médico". Ancorado em obra de um

76 Resenha de *Moléstias dos lactentes e seu tratamento* do Dr. Leoncio de Queiroz. RBR, v.25, n.104, p.339, ago. 1924. Ver também: Resenha de *Considerações sobre perturbações mórbidas do lactente,* do mesmo autor. RBR, v.21, n.83, p.260, nov. 1922.

77 Resenha de *Higiene para Todos* de Barbosa Vianna. *RBR,* v.17, n.67, p.352-3, jul. 1921.

78 O impacto da descoberta das vitaminas foi analisado por CIÂNICO, N. O beribéri. RBR, v.26, n.107, p.278-80, nov. 1914 e nos dois artigos de LESSA, G. Aspectos modernos da alimentação. *RBR,* v.24, n.92, p.340-6, ago. 1923 e As vitaminas e o cálcio. RBR, v.25, n.97, p.86-7, jan. 1924.

79 ALMEIDA, M. O. de. A ciência e a arte culinária. RBR, v.23, n.90, p.183, jun. 1923.

especialista francês, esse articulista fornecia uma explicação completa do mecanismo científico de preparação das batatas *soufflées.*[80]

Na mesma linha argumentava Luís Pereira Barreto. Depois de discorrer longamente sobre as virtudes do arsênico, seu papel essencial para o bom desempenho do organismo, sua capacidade de retardar a velhice; alertava para os perigos do uso exclusivo do sal refinado que, contrariamente ao grosso, não conteria esse elemento. Estaria pois "nas mãos das nossas cozinheiras, que podem a capricho dar-nos vida longa ou curta, conforme lhes aprouver empregar em seus temperos o sal refinado ou o sal grosso".[81]

Em nome dos preceitos higienistas, tarefas tradicionalmente femininas estavam sendo apropriadas por um discurso que, se, por um lado, reconhecia a importância e o significado do cuidado com os filhos e do trabalho nas cozinhas, por outro, desqualificava suas executoras, tomadas como inconscientes e despreparadas, porque guiadas apenas pelo instinto e tradição. Não se tratava de questionar nem o papel e as necessidades *naturais* das mulheres, nem o espaço que tradicionalmente lhes coube ocupar, mas de lhes impor novas recomendações, calcadas na racionalidade cientificista. Várias outras áreas foram afetadas pela higiene. A título de exemplo, pode-se citar a qualidade da impressão dos livros escolares, que começou a ser questionada na medida em que se *descobriu* que esta não obedecia às regras ditadas pela higiene a fim de "torná-los inofensivos à visão dos alunos". Acreditava-se que tal situação seria a responsável "pela miopia que é uma afeção que pode dar início a graves perturbações oculares, podendo ir até a cegueira".[82]

Às recomendações higiênico-sanitárias, que sob pretexto de livrar o indivíduo e o ambiente de qualquer elemento capaz de perturbar o estado hígido revelavam uma voracidade crescente

80 Ibidem, p.184-5.
81 BARRETO, L. P. O arsênico e a higiene da mesa. *RBR*, v.9, n.36, p.496, dez. 1918.
82 VIANNA, B. O livro. *RBR*, v.13, n.49, p.91-2, jan. 1920.

de normatização, mesclavam-se propostas, não menos intervencionistas, provenientes da eugenia.

No período abarcado pela *Revista do Brasil* higiene e eugenia freqüentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação das pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie.

Os simpatizantes da eugenia não se cansavam de exaltar os excelentes resultados dos cruzamentos selecionados de plantas e animais, lamentando que até agora nada tivesse sido feito em relação aos homens:

> Eugenia é a ciência recentíssima, de origem inglesa, que tem por objetivo o aperfeiçoamento físico e moral da espécie humana. Foi Galton o seu fundador em 1865. Herbert Spencer, comentando e apoiando essa fundação, assinala o estranho fato do pouco caso que se liga a esse aperfeiçoamento mesmo nos países mais civilizados, quando por toda a parte a mais entusiástica importância é dada à seleção para o melhoramento das raças animais. Parece estranho, diz ele, que enquanto a criação de novilhos puros é uma ocupação em que homens ilustres facilmente empregam muito tempo e muitas idéias, a criação de belos seres humanos seja uma ocupação que tacitamente se considera indigna de sua atenção ... Muito temos feito em São Paulo no sentido da criação de belas galinhas, de homéricos porcos, de arqui-rápidos cavalos de corrida; estamos de posse de uma arte primorosa na obtenção de novilhos de uma suprema beleza; já é uma plena realidade a existência ativa da sociedade Herd-book Caracu; está feita a nossa eugenia bovina ... É mais que tempo de cogitarmos do embelezamento da parte que nos toca da raça latina.[83]

83 BARRETO, L. P. Eugenia. *RBR*, v.7, n.28, p.415, abr. 1918. Note-se que para esse autor a eugenia está fortemente associada à idéia de um projeto estético. Opinião semelhante expressou COELHO NETO, H. M. Aviso. *RBR*, v.12, n.48, p.375, dez. 1919.

De acordo com o médico paulista Renato Kehl, considerado o introdutor da ciência de Galton no Brasil e que dedicou toda a sua vida à difundi-la, a posse da baqueta mágica da seleção permitiria à humanidade "expurgar os doentes, incapazes, criminosos e amorais" e substituí-los por indivíduos eugenizados, bem gerados, segundo um "padrão com índice ótimo de robustez". Adotando, nesse momento, uma concepção bastante ampla de eugenia, Kehl declarava que "instruir é eugenizar, sanear é eugenizar", estabelecendo uma linha de continuidade entre as medidas que visavam melhorar a saúde pública e seus efeitos no nível da hereditariedade.[84] No controle rigoroso dos progenitores residiria o segredo da moral, da beleza, da saúde, do vigor e - como rapidamente costumavam concluir os eugenistas - da felicidade do gênero humano.

Em nota escrita para a *Revista do Brasil*, Kehl resumia o conteúdo do seu novo livro, *A cura da fealdade*, que seria em breve publicado pela editora de Monteiro Lobato. Nele o autor esclarecia ser seu objetivo encarar a fealdade "sob o ponto de vista galtoniano e, como tal, emprestei-lhe o sentido claro de disgenesia ou se quiserem, de cacogenia. Em outros termos, ela equivale à anormalidade, à morbidez, assim como a beleza equivale à normalidade, à saúde integral. Procurarei demonstrar que a fealdade é um mal muito generalizado; que ela tanto pode ser física, moral, como psíquica ou intelectual; finalmente, que a fealdade não é um fruto espontâneo da natureza e, nestas condições, apresenta causas determinantes que são, não só combatíveis, como evitáveis". A certeza dessa evitabilidade residia na convicção de que os fatores degenerativos poderiam ser eliminados por meio de medidas pro-

84 KEHL, R. F. O que é eugenia. *RBR*, v.9, n.35, p.300-1 e 304, nov. 1918. Nesse mesmo artigo Kehl, contrariamente a Pereira Barreto, assinalava que "eugenia é a ciência da boa geração. Ela não visa, como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de *gentes feias*. Seus objetivos não se restringem à calipedia, isto é, ter filhos bonitos. A beleza é um ideal eugênico. Mas a ciência de Galton não tem horizontes limitados; ao contrário, seus intuitos além de complexos são de uma maior elevação ... Ela tem a visão do exterior, porém a sua mira de atilada agudeza deseja a representação completa da perfeição estereotipada na beleza moral e somática", p.301-2, grifo no original.

filáticas, indicadas pelo autor. Kehl dedicou quinze capítulos do livro para descrever o que seria o homem normal.[85]

Essa proximidade, uma característica do final dos anos 10, pode ser atestada pelo fato de que muitos daqueles que aderiram à Sociedade Eugênica de São Paulo, que chegou a contar com 140 sócios, também eram membros da Liga Pró-Saneamento (Marques, 1994). Belisário Penna, um dos mais ativos sanitaristas, foi convidado para ser um dos vice-presidentes honorários da Sociedade de Eugenia e o próprio Kehl exerceu, Concomitantemente, as funções de secretário da Delegação Paulista da Liga e da Sociedade. Nesta condição, coube-lhe prefaciar *Problema vital* de Lobato, editado por iniciativas de ambas entidades.[86]

Eugenistas e higienistas uniam-se quando se tratava de alertar para os efeitos maléficos dos chamados venenos raciais e sociais: nicotina, morfina, cocaína, bebidas alcoólicas, doenças venéreas e infecciosas, que estariam estiolando a população brasileira:

> É do conhecimento de todos que a nossa mocidade de hoje, cinqüenta por cento, no mínimo, está em franca decadência física e moral, em conseqüência das moléstias sexuais adquiridas no decurso da vida. Todo ano, o veneno venéreo dá um contingente, cada vez mais assustador, de doentes na flor da idade, aos hospitais e manicômios. Esses, porém, são os mais inofensivos à coletividade, porquanto se uns, os deficientes metais, ficam afastados do convívio social, os outros, quando não falecem, procuram, pelo tratamento, ocasionar-lhe o menor dano possível. Piores, muito piores são os que, indiferentes ao mal, desprezando em absoluto a sua cura, andam por aí a disseminar suas infeções na embriaguez da sua corrida para o prazer, contribuindo com os alcoólatras a aumentar as fileiras daquelas falanges de degenerados, maníacos, deficientes, nevropatas, epilépticos e delinqüentes, de que está infestada a sociedade atual.[87]

85 KEHL, R. F. A cura da fealdade. *RBR*, v.20, n.78, p.179, jun. 1922. A revista publicou resenha elogiosa da obra, na qual foram reproduzidas opiniões de Belisário Penna favoráveis à ela: Resenha de *A cura da fealdade* de R. F. Kehl. *RBR*, v.24, n.96, p.356, dez. 1923.

86 Muitos anos mais tarde LOBATO, J. B. M., 1956a, p.75-82, retribuiria a gentileza prefaciando a obra *Bio-Perspectivas* de Renato Kehl.

87 MAURANO, H. Consentimento ao matrimônio. RBR. v.23, n.89, p.15, maio 1923. Para uma descrição semelhante ver: COELHO NETO, H. M. Aviso. *RBR*, v.12, n.48, p.376, dez. 1919.

Eles insistiam nos graves danos sociais acarretados por hábitos e doenças que comprometiam não apenas a existência dos indivíduos, tornando-os muitas vezes inaptos para o trabalho e um perigo para a coletividade, mas também sua descendência. O futuro da nação novamente parecia ameaçado na medida em que parcela significativa de seus habitantes, em vez de se tornarem cidadãos produtivos, acabariam seus dias, por força de taras herdadas, em hospícios, prisões ou hospitais.

Criminalidade, delinqüência, prostituição, doenças mentais, vícios, pobreza iam sendo associados ao patrimônio genético, numa identificação que mal disfarçava a visão extremamente preconceituosa desta intelectualidade. Amadeu Amaral, ao chamar atenção para a necessidade de cuidar da infância, afirmava:

> Vem uma dessas criaturinhas ao mundo já com todo um inferno potencializado dentro do seu corpinho minúsculo e tenro. Bole ali dentro, ansiando por brotar, toda uma sementeira de atrocidade: cegueira, surdez, chagas, ataques, paralisia, alucinações, angustias, vícios, maldades, todos os legados orgânicos do pai avariado ou alcoólatra, da mãe nevropata ou tuberculosa. E o desgraçadinho vive, muitas vezes, como se fosse perfeito: nenhuma prevenção, nenhum cuidado, nenhum zelo especial, nenhum corretivo oportuno. E cresce, e arrasta a sua tragédia lancinante, e deixa descendentes que continuem a desenrolar a cadeia infindável dos condenados sem culpa! E continuam a altear-se de mais a mais os muros das prisões, assumem vulto de cidades os manicômios, mais se reproduzem as enfermarias, mais longas e barulhentas se tornam as alfurjas do vício em pleno coração das cidades, e essas geenas refervem de angústias, de desesperos, de lentas agonias.[88]

O autor distinguia as crianças que já nasciam taradas e imperfeitas daquelas que, apesar de sadias, acabavam comprometidas pela falta de alimentação e ou cuidados higiênicos adequados, deixando entrever qual dessas criaturas deveria receber maior atenção da sociedade:

88 AMARAL, A. Cuidar da infância! *RBR,* v.16, n.62, p.140-1, fev. 1921.

> O caso das crianças taradas não se pode, ou, melhor, não se "deve" considerar insolúvel, mas é de uma complexidade temerosa: depende tanto dos esforços conjugados do biologista, do higienista e do clínico, quanto dos do legislador, do governante e dos condutores espirituais da massa, e quer para uns, que para os outros, se apresenta inçado de dificuldades teóricas, sitiado de dificuldades práticas. O caso das criaturas sadias é muito outro. A perda desses elementos inapreciáveis de ordem, de produção, de bem-estar e de adiantamento social só pode ser levada à conta de criminosa indiferença, de indesculpável, de selvagem, de indigno relaxamento.[89]

A vinculação entre degenerescência da prole e os hábitos adquiridos pelos progenitores figurava no rol das verdades elementares, comprovadas pela experiência diária dos médicos nos seus consultórios. Referindo-se ao álcool, um dos venenos condenados pela higiene e pela eugenia, Afrânio Peixoto alertava para seus efeitos nocivos sobre o feto e o embrião lembrando que "os filhos que vingam aos bêbados são sujeitos à convulsões, meningite, epilepsia e, como idiotas, imbecis, epilépticos vão, *inevitavelmente,* para o hospital ou para o hospício, não raro pelo caminho da prisão".[90] Seu colega Franco da Rocha, solidamente embasado em estatísticas, chegava às mesmas conclusões:

> De 7.500 indivíduos presos no Rio de Janeiro por delitos diversos e infrações policiais, 6.000 são alcoolistas; de 4.500 tuberculosos, 2.500 entregavam-se ao vício da bebedice; de 2.000 suicidas, 1.000 eram bebedores de álcool. Uma lei que decretasse dois anos de isolamento no hospital para o alcoolista que lá fosse recolhido pela segunda vez em conseqüência de excessos alcoólicos, daria seguramente algum resultado. Os reincidentes, depois da segunda entrada, teriam não dois, mas sim três anos de isolamento ... A ação indireta do álcool é muito mais vasta do que a ação direta. A prova é simples: um alcoolista pode produzir dois, quatro ou mais loucos. A embriaguez é uma das fontes de degeneração hereditária. Poucos médicos haverá que não tenham visto epilépticos nascidos de pais alcoolistas. O fato *é* tão comum que nos dispensa de trazer provas.[91]

89 Ibidem, p. 142.
90 PEIXOTO, A. Outros males. *RBR,* v.9, n.35, p.267, nov. 1918, grifo meu.
91 ROCHA, F. da. Alcoolismo e loucura. *RBR,* v.8, n.32, p.494-5, ago. 1918.

Também a sífilis era apresentada como causa da ruína física e moral das famílias por comprometer, em graus diversos, toda a descendência. Os filhos de sifilíticos que conseguissem ultrapassar a barreira dos dois anos de vida apresentariam, mais cedo ou mais tarde, variadas manifestações tais como "cegueira, surdez, acessos epilépticos, tabes juvenis, alterações cérebro-espinhais, idiotia, infantilismo, nanismo, crânio natiforme e raquitismo". Se muitos teriam que sobreviver à custa da família e ou das instituições de saúde, os "menos tarados" acabariam dando origem a outros portadores de disfunções genéticas permanentes.[92]

Apesar de reconhecerem que "a raça humana não pode ser dirigida com o mesmo critério com que se governa um haras", os especialistas preconizavam a aplicação de alguns princípios práticos à reprodução humana, com vistas a obter seres que "correspondessem às desejadas condições de excelência". Nesse sentido, caberia ao Estado, devidamente orientado pelos detentores desse saber, impor uma legislação tendente a proteger "a nossa raça contra a degenerescência física e mental", o que por certo não excluía uma ampla campanha de difusão da eugenia que chamasse "a atenção do público para a influência do estado físico dos pais no momento da concepção",[93] trabalho a que a Sociedade Eugênica também vinha se dedicando:

> Felizmente em São Paulo, graças à propaganda de um esteta, o Dr. Renato Kehl, fundou-se uma sociedade eugênica, da qual fazem parte as maiores sumidades médicas paulistas. Preconizando a ciência de Galton, que trata do aperfeiçoamento físico e moral do homem, a Sociedade Eugênica de São Paulo, realizando conferências, espalhando boletins, pregando, demonstrando vai conseguindo realizar, ainda que lentamente, a obra filantrópica da regeneração do homem, para cuidar, em seguida, do aperfeiçoamento da espécie.[94]

92 MAURANO, H. Consentimento ao matrimônio. *RBR*, v.23, n.89, p.16, maio 1923.

93 LUIZI, P. A raça humana. *RBR*, v.3, n.11, p.307-8, nov. 1916.

94 COELHO NETO, H. M. Aviso. *RBR*, v.12, n.48, p.376, dez. 1919.

Entretanto, a sua ação não se circunscrevia à educação. Em 1919, a entidade aprovou moção, que deveria ser enviada ao Congresso Federal, condenando a reforma do Artigo 183-IV do Código Civil que pretendia eliminar a proibição, então vigente, do casamento entre tios e sobrinhos. Renato Kehl publicou artigo na *Revista do Brasil* no qual apresentava razões de ordem *científica* contra a supressão do veto. Sua argumentação elucidava de que maneira era encarada a transmissão do patrimônio genético.[95]

Ao lado da repressão aos venenos raciais e sociais, os eugenistas pretendiam introduzir no Código Civil um dispositivo que obrigasse os nubentes a apresentarem atestado de capacidade física e mental, expedido por médicos, comprovando que estavam em condições de contrair matrimônio. Tal medida, considerada de caráter preventivo, objetivava impedir que indivíduos biologicamente imperfeitos procriassem. Dentre os motivos impeditivos figuravam: tuberculose, doenças venéreas, taras, vícios, deficiências físicas e mentais e demais males hereditários, ou seja, um conjunto por demais genérico e abrangente de situações, cabendo ao médico, alçado à posição de árbitro superior inapelável, *decidir* sobre a conveniência ou não da união. Um poder tão discricionário justificava-se na medida em que a cruzada eugenizadora exigia que o mal fosse eliminado pela raiz. Como declarava enfaticamente Kehl, a eugenia "proíbe o casamento a todo indivíduo atacado de mal hereditário. Quem não aplaude esta disposição proibitiva em defesa das nossas futuras proles?".[96]

A mudança da letra da lei forneceria aos profissionais da área médica os instrumentos indispensáveis para o início de um processo, qualificado de cívico e patriótico, de revigoramento da população brasileira. Enquanto as autoridades não tornassem indispensável o exame pré-nupcial, caberia às moças impor a medida

> por si próprias, para salvaguarda de sua saúde, para satisfação de um dever de consciência perante os filhos, os netos e toda a geração ...

95 KEHL, R. F. O casamento consangüíneo em face da Eugenia. *RBR*, v.11, n.42, p.189-90, jun. 1919.
96 KEHL, R. F. O que é a Eugenia? *RBR*, v.9, n.35, p.304, nov. 1918.

> Assim procedendo prestareis inestimável serviço à família brasileira e cumprireis o vosso dever de mulher perante a humanidade.[97]

Estranhamente os eugenistas silenciavam a respeito das uniões informais, tão comuns no país, que certamente continuariam a ocorrer, indiferentes aos artigos do Código Civil, que durante décadas a fio eles lutaram para alterar (Vilhena, 1993).

As propostas eugênicas, tal como figuraram na *Revista do Brasil*, já deixavam antever o seu enorme potencial discriminador e excludente. Apesar de aparentemente estar afinada no mesmo diapasão do sanitarismo e da higiene, de fato a eugenia reintroduzia a noção de raça e de seres biologicamente superiores e inferiores. Essas concepções facilmente poderiam migrar do âmbito individual para o coletivo, como atestam os argumentos eugênicos apresentados a favor da imposição de barreiras à entrada de imigrantes asiáticos. Alguns insistiam na inoportunidade de trazer ao país, "privado do laborioso concurso das raças arianas", trabalhadores pertencentes a "raças inassimiláveis, inferiores" e capazes de comprometer "valor somático, moral ou econômico da nossa gente".[98]

Entretanto, até meados dos anos 20, o que sobressaía era a proximidade, quando não coincidência, entre as proposições derivadas de Galton e a higiene, saberes que ainda caminhavam muito próximos e que, até certo ponto, apareciam confundidos no discurso da época. A uni-los estava a crença, de fundo neolamarquista, na transmissão dos caracteres adquiridos, que permitia encarar qualquer melhoria nas condições higiênico-sanitárias da população, nos hábitos alimentares, na prática de esportes, como um avanço em termos de aperfeiçoamento genético.

97 KEHL, R. F. Como escolher um bom marido? *RBR*, v.24, n.92, p.383, ago. 1923.

98 SOUZA, B. M. de. Imigração e indesejáveis. *RBR*, v.9, n.34, p. 133-48, out. 1918, no qual a introdução de imigrantes asiáticos foi alvo de uma crítica bastante preconceituosa, ancorada em preceitos eugênicos. Ver, no mesmo sentido, Separatismo real e imaginário. *RBR*, v.12, n.48, p.368-9, dez. 1919. Postura diametralmente oposta pode ser encontrada em CHATEAUBRIANT, A. A colonização japonesa. *RBR*, v.28, n.112, p.379-80, abr. 1925.

O esporte foi abordado em várias oportunidades na revista. Os artigos insistiam nos benefícios trazidos pela sua prática, que exigia espírito de disciplina, articulação de esforços, subordinação a uma causa geral, cooperação e coordenação, presença de espírito, longa e paciente preparação, além de desenvolverem a força, a virilidade e o sangue frio. A Educação Física era apresentada não mais como uma arte de preceitos incertos, mas como uma ciência diretamente filiada à biologia e de suma importância para a constituição de um povo forte, resistente, trabalhador e produtivo."

Os comentários a respeito da prática esportiva revelavam a profissão de fé lamarquista, como transparece nas seguintes ponderações de Artur Neiva ao referir-se aos ingleses: "Sabem onde reside grande parte do segredo britânico? No uso do esporte. Cada geração que nasce é em todos os sentidos melhor que a precedente. Homens e mulheres são mais robustos e a prole condensa os valores somáticos dos genitores. Em tais condições o aperfeiçoamento é fatal".[100] Essa mesma linha de raciocínio levava os que se preocupavam com o fortalecimento da raça a argumentar a favor de uma legislação que assegurasse ao operariado um salário mínimo, a diminuição das jornadas, a regulamentação do trabalho de menores e de mulheres.[101]

O predomínio de um mendelismo atenuado, tornado compatível com a influência ambiental, foi a marca do pensamento bio-

99 Ver: NEIVA, A. *Curiosidades.* A cultura física dos povos. *RBR,* v.22, n.88, p.268-70, abr. 1923; COELHO NETO, H. M. O esporte e a beleza. *RBR,* v.23, n.89, p.69-71, maio 1923; ARIEL, Um simples problema. *RBR,* v.12, n.48, p.374-5, dez. 1919.

100 NEIVA, A. Do esporte. *RBR,* v.21, n.82, p.156, out. 1922. Os efeitos eugênicos do esporte e o papel de relevo desempenhado por São Paulo no progresso da educação física nacional podem ser encontrados em: Resenha de O *segredo de maratona* de Fernando de Azevedo. *RBR,* v.l 1, n.44, p.357, ago. 1919; Resenha de *da educação física* e *antinüos* de Fernando de Azevedo. RBR, v.14, n.55, p.265-6, jul. 1920 e AZEVEDO, F. de. Evolução esportiva. *RBR,* v.21, n.84, p.355-60, dez. 1922. Houve até quem defendesse a capoeira como esporte legitimamente nacional, que deveria ser ensinado obrigatoriamente em todas as escolas oficiais e quartéis: COELHO NETO, H. M. O nosso jogo. *RBR,* v.24, n.96, p.390-2, dez. 1923.

101 Ver: LUIZI, P. A raça humana. RBR, v.3, n.ll, p.307-8, nov. 1916; VIANNA, B. O sono. *RBR,* v.ll, n.43, p.283-4, jul. 1919 e DÓRIA, S. O dia de trabalho e o salário. RBR, v.24, n.92, p.370-2, ago. 1923.

lógico latino-americano nas décadas iniciais desse século. Como argutamente assinalou Nancy Stepan, não se tratava de desinformação, nem de má compreensão, mas de um esforço, com nítida matriz política, de adequação. O estreito determinismo de Mendel tornava praticamente sem sentido as reformas do meio social, tão entusiasticamente propugnadas pela intelectualidade do continente (1991,p.63-101).

No Brasil, as fronteiras entre higiene e eugenia só se tornaram mais nítidas no final dos anos 20. Nesse processo a Liga de Higiene Mental, fundada no Rio de Janeiro em 1922 por Gustavo Riedel, desempenhou papel de relevo. A partir de 1926, portanto, já fora do período abarcado pela *Revista do Brasil*, a entidade reformou seus estatutos e abandonou sua postura inicial, de cunho curativo, para eleger a prevenção como principal meta, tornando-se um importante reduto dos defensores de uma eugenia negativa e de cunho racial (Costa, 1989, Cunha, 1986).

Formalmente, a divisão no seio da intelectualidade aflorou com toda força no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929. Enquanto o grupo liderado por Roquette Pinto, influenciado pelas novas abordagens antropológicas e pelo mendelismo, opunha-se à influência do ambiente sobre o patrimônio hereditário, negava procedência às teorias sobre os malefícios da mestiçagem e defendia a entrada de imigrantes asiáticos; Miguel Couto e Kehl reafirmavam essas antigas verdades, que levantavam agora um coro de vozes discordantes. A distribuição entre os participantes do trabalho de Kehl, *Lições de eugenia*, fez que vários deles tomassem a palavra para expressar opiniões opostas às do autor (Stepan, 1991, p.153-62, Marques, 1994, p.60-73).

A polêmica adentrou os anos 30, num contexto marcado pela presença de um Estado forte que não foi insensível aos eugenistas e seus sonhos regeneradores. Entretanto, sem menosprezar o papel da eugenia na definição de políticas públicas durante o período Vargas, é importante assinalar a força crescente de uma interpretação que tendia a colocar de lado os preceitos raciais em prol de uma abordagem cultural, no estilo preconizado por Franz Boas. Os sinais desse outro paradigma ainda não estavam enunciados de maneira clara na *Revista do Brasil*, contudo já se pode vislumbrar alguns de seus indícios em certos textos de Roquette Pinto, ou nas

pequenas contribuições, transcritas do *Diário de Pernambuco*, do jovem Gilberto Freyre.[102]

A análise do extenso material publicado na *Revista do Brasil* a respeito da questão étnica deixa patente, por um lado, a centralidade do tema para o período e, por outro, alerta para a complexidade de que ele estava revestido. No periódico circulavam diferentes abordagens que se sobrepunham em camadas densas formando um emaranhando que só se apreenderia depois de um lento trabalho de desconstrução.

Entretanto, é possível identificar um viés de forte ascendência racista, que admite a desigualdade e a hierarquia entre os seres humanos mas que, confiante numa determinada leitura do darwinismo, previa um amanhã branco para o país. Nesse sentido, compreende-se a insistência com que se procurava auscultar o quanto já tínhamos caminhado na tarefa de fixar em definitivo o tipo brasileiro, resultado de uma fusão que nos deveria assegurar feições próprias no concerto antropológico universal.

Essa interpretação positiva, que elegia a hibridação como fonte de regeneração, não deixava de se movimentar no interior do universo criado por Gobineau, Lapouge e Le Bon, porém com a diferença fundamental de que as previsões alarmistas desses autores, que condenavam uma sociedade mestiça como a brasileira à eterna barbárie, eram substituídas pela certeza do nosso próximo branqueamento. O compromisso agendado com doutrinas que professavam uma inferioridade inerente teria, necessariamente, que ser frágil. Assim, entende-se as oscilações de otimismo e pessimismo de uma intelectualidade que precisava acreditar no futuro, mas não tinha plena certeza de que ganharia a aposta.

Nessa perspectiva, o exemplo de São Paulo era de vital importância estratégica. Afinal, pelo menos uma parte do país, demonstrava vocação para o progresso, para a civilização, para os esforços coordenados. Os feitos paulistas eram *naturalmente* vin-

102 A abordagem de temas distantes das preocupações antropológicas clássicas desponta nos artigos de Freyre. Ver especialmente os relativos à importância dos brinquedos na formação das crianças, *RBR*, v.23, n.91, p.263-5, jul. 1923 e v.28, n.111, p.274-5, mar. 1925 e aquele em que o autor ensaia uma teoria a respeito da importância dos hábitos alimentares na constituição da identidade nacional. *RBR*, v.26, n.106, p.178-9, out. 1924.

culados à excelência racial, manifesta pelos seus habitantes desde os mais remotos tempos. A entrada, via imigração, de sangue ariano só vinha contribuir para apurar uma supremacia que deitava raízes no início da colonização. Tratava-se, então, de expandir a influência benéfica dos bandeirantes ao resto do país. Sem dúvida, o autor mais significativo aqui era Oliveira Vianna.

O surgimento da possibilidade de tomar a população não como racialmente inferior, fruto maldito de elementos heterogêneos e incompatíveis, mas como doente, abria perspectivas bastante sedutoras. Afinal a morbidez, como ensinava a microbiologia, poderia ser extirpada, transformando o homem indolente, preguiçoso e refratário ao progresso em um ser completo, útil à nação.

Coube a Monteiro Lobato, que a essa altura, com a publicação de *Urupês,* despontava como escritor de projeção nacional, um papel de proa na difusão da explicação higiênica e sanitária dos nossos problemas. O engajamento na campanha coincidiu com dois outros acontecimentos marcantes de sua carreira: a aquisição da *Revista do Brasil,* que desde logo franqueou suas páginas aos sanitaristas, e o início de suas atividades no campo editorial. A mudança de rumo que Lobato impôs ao seu Jeca Tatu foi emblemática na medida em que espelhava, para além de qualquer mudança de opinião circunscrita ao âmbito pessoal, uma nova maneira de enfocar os problemas nacionais. Ao redimir o seu personagem, apresentando-o como vítima da incúria, do desleixo, do descaso de governos insensíveis, Lobato também libertava todos os brasileiros. Com imenso prazer ele pôde contrapor o microscópio a Le Bon. A sua associação com Fontoura tornou o Jeca uma figura extremamente popular, conhecida nos recantos mais distantes do país.

É certo que dentro desse novo universo os paulistas perdiam sua superioridade racial inerente. Entretanto, São Paulo continuava a desfrutar uma posição de vanguarda, sendo apresentado como o propugnador de uma solução capaz de salvar o homem brasileiro, torná-lo produtivo e, por essa via, colocar o país em sintonia com o progresso e a modernidade. A atuação de Lobato colaborava para que a campanha sanitária fosse apreendida como mais um dos feitos paulistas. O destaque dado pela revista a Artur Neiva insere-se nesse trabalho de glorificação, que difundia uma imagem positiva do Estado, o único decididamente empenhado na implantação de um serviço competente de saúde pública.

Compartilhando com a higiene o ideal de valorização da força de trabalho, estava a eugenia. Nesse momento tais saberes ainda dividiam um espaço significativo, o que por certo pouco contribuía para facilitar a compreensão da questão étnica. No discurso da época mesclavam-se propostas relativas à saúde pública, que pretendiam promover as condições gerais do meio ambiente; à educação; à difusão de hábitos higiênicos e à prática esportiva com a defesa da reprodução selecionada da espécie. Em nome da ciência e das suas verdades clamava-se por uma intromissão, que parecia não ter limites, na vida privada dos indivíduos. Nessa medida, higienistas e eugenistas reclamavam uma ação decidida do Estado, condenando a inoperância de um poder que se lhes afigurava incapaz de tomar as medidas necessárias para retirar a nação de seu estado mórbido. Não admira que montante significativo desses profissionais fossem simpáticos às propostas autoritárias então em gestação e que muitos tenham sido incorporados à estrutura técnica e burocrática montada no pós-30.

A passagem da abordagem racial para a microbiológica esteve longe de implicar no fim das ambigüidades. Os ganhos trazidos pela profissão de fé no brasileiro, que de inferior passou a paciente, foram desde logo relativizados pelo discurso eugênico, que novamente tendia a subordinar os problemas sociais a uma solução estritamente biológica. As demarcações só se tornaram mais claras anos depois, já fora do nosso período, com a eugenia representando a sobrevivência do viés racista, agora estribado em uma interpretação bastante particular da genética. O seu canto de sereia só perdeu o poder encantatório, pelo menos da forma como vinha enunciado, após a Segunda Guerra.

É patente que o conteúdo mítico que envolvia São Paulo foi tomando dimensões e sentidos cada vez mais densos e complexos. Todos os atributos contidos na idéia de nação lhe vão sendo creditados: feitos históricos gloriosos, conquista e manutenção do território, população dotada de excelência étnica, prosperidade econômica... Resta perguntar: tinha São Paulo um projeto cultural para a nação? O começo da resposta está na análise da problemática que envolvia a língua nacional.

GRUPO IV: Figuras 16 a 18

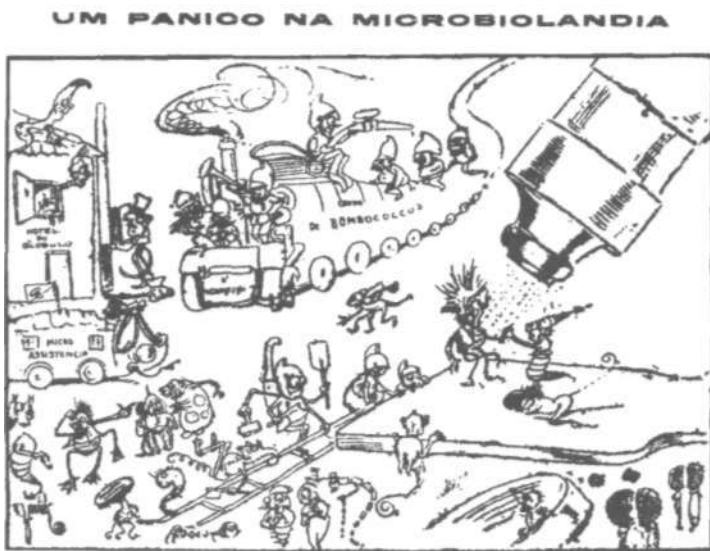
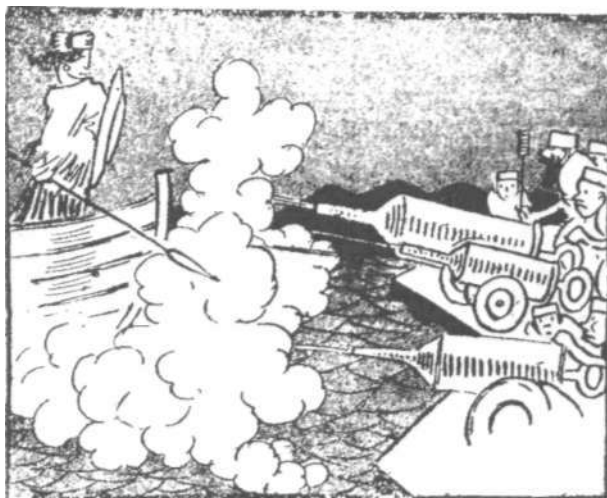
A política sanitária, que no início deste século gerava protestos e sublevações populares, nos anos 20 torna-se uma unanimidade, provocando terror apenas no mundo microbiano *(RBR*, n.39, 51, 81).

O micróbio da «hespanhola» vendo-se descoberto **pelo** microscopio dá o alarme. **(YANTOK — D, *Quixote* — Bio).**

FIGURA 16

A NOVA OFFENSIVA HESPANHOLA E A HEROICA RESISTENCIA DO SERVIÇO SANITARIO

Vae embora! Aqui não entra!

Voltolino *(Posquino)*

FIGURA 17

CASAMENTO DE MICROBIOS

O Barão Treponema casa-se com **a senhorita**
Flebotoma Papatasi, **hespanhola.**

(YANTOK — *D. Quixote*).

FIGURA 18

5 LÍNGUA: EDIFICAÇÃO DA CULTURA NACIONAL

Quatro séculos depois da conquista, ouvimos na selva brasílica a voz dos missionários que hoje ao invés de dilatar a fé e o império, nos edificam os pronomes e nos salvam a alma, sob as duas espécies de partículas santas. (RIBEIRO, J. Humor versos vernaculismo. *RBR,* v.24, n.93, p.91, set. 1923)

A língua brasileira positivamente está a sair das faixas, e coexiste no Brasil ao lado da língua portuguesa - como filha que cresce ao lado da mãe que envelhece. Tempo virá em que veremos publicar-se a *Gramática Brasileira.* (LOBATO, J. B. M. Resenha de *Gramática Portuguesa* de Firmino Costa. *RBR,* v.27, n.64, p.63, abr. 1921)

Brasil, corpo espandongado, mal costurado que não tem o direito de se apresentar como pátria porque não representando nenhuma entidade real de qualquer caráter que seja nem racial, nem nacional, nem sequer sociológica, é um aborto desumano e anti-humano. Nesse monstrengo político existe uma língua oficial emprestada e que não representa nem a psicologia, nem as tendências, nem a índole, nem as necessidades, nem os ideais do simulacro de povo que se chama o povo brasileiro. Essa língua oficial se chama língua portuguesa e vem feitinha de cinco em cinco anos dos legisladores lusitanos. (ANDRADE, M. de. *Gramatiquinha,* p.321, in: PINTO, E. P., 1976)

Ao lado da história, da geografia e da questão étnica, a língua também figurou na *Revista do Brasil* como um tópico essencial no processo de constituição da nacionalidade brasileira. Contudo, é preciso assinalar que o idioma desempenhou aqui tarefa bastante diferente daquela cumprida na Europa no decorrer do século XIX, quando este se tornou um dos critérios cruciais da nacionalidade, em nome do qual se justificava, inclusive, reivindicações de caráter territorial (Gellner, 1993).

Toda dificuldade residia no fato de vários Estados abrigarem mais de uma língua, o que de imediato criava um ou mais grupos dispostos a reclamar, caso o idioma proclamado oficial não fosse o seu. Em países como a França e a Inglaterra, nos quais o processo de sistematização das respectivas línguas nacionais teve início ainda no século XVII, a questão certamente era muito menos explosiva do que, por exemplo, no Império dos Habsburgos (Anderson, 1989), mas nem por isso esteve de todo ausente, como atesta a sobrevivência do Bretão e do Gaélico.

A imposição a todos os habitantes de uma língua oficial, artefato recentemente padronizado que se tentava envolver em um manto de ancestralidade imemorial a fim de legitimar opções que eram políticas, marcou um passo decisivo na afirmação dos Estados-Nação. O triunfo do idioma administrativo - ensinado nas escolas, utilizado nos assuntos de Estado, exigido dos funcionários do poder, grafado nos logradouros públicos, estampado nos jornais - finalmente tendia a fazer coincidir os limites políticos com os lingüísticos, o que condenava certas línguas ao âmbito meramente familiar e afetivo.

Junto com o idioma oficial difundiam-se valores, tradições, aspirações e ideais nacionais, que deveriam ser compartilhados por todos os habitantes dessa *comunidade imaginária.* A nova forma de lealdade pôde, graças ao crescimento da máquina estatal, atingir populações cujo horizonte, até então, nunca ultrapassara o estritamente local. O alerta de uma camponesa italiana ao filho - *"Scappa che arriva la patria"* (Hobsbawm, 1988, p.203) - dá bem a dimensão da novidade.

Enquanto na Europa a filologia e a lexicografia adquiriam *status* de assunto de Estado, na América não se questionou seria-

mente, durante o processo de independência, o patrimônio lingüístico recebido das ex-metrópoles; como atesta o fato do idioma não haver sido arrolado entre os temas que compunham a agenda das lutas pela libertação nacional (Anderson, 1989, p.57). Graças à esta herança, o Brasil ostentava uma unidade invejável e não maculada, segundo a opinião de muitos, pelas especificidades regionais:

> É admirável que talado o nosso solo, na época colonial, por espanhóis, francês e holandeses ... que fomentada a imigração, após o advento da Lei Áurea ... a língua tenha resistido a todas as tentativas de absorção no ambiente vastíssimo do nosso imenso território, mantendo inalterada a sua fisionomia no Acre, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, salvo diferenciações decorrentes do clima e do hábitat. Ao passo que países de território pequeno ... tiveram quebrada a integridade do idioma ... o Brasil, muito mais exposto (dada a pouca ou quase nula densidade de sua população) às tentativas de infiltração e absorção exótica, oferece o espetáculo quase virgem da integridade do idioma sobrepairando soberano e inatingível acima da babel das correntes avassaladoras alienígenas.

É interessante notar que o autor subordinava a "resistência" do português à posição superior que esse idioma desfrutava em relação à demais línguas românicas, manifesta na "pronúncia mais eustônica, na fala mais branda e suave, nas vozes mais tênues e líquidas, [sendo] aquela em que a palavra ou dicção se enuncia mais leve, mais sutil e mais alada", isso sem contar o seu admirável "sistema de conjugação verbal e a basta cópia de sufixação", atestando que nenhum aspecto da vida nacional permaneceu imune ao ufanismo.[1]

Se, por um lado, Benedict Anderson corretamente apontou a ausência da questão lingüística no momento do rompimento da dominação colonial na América, por outro, essa constatação está longe de colocar - e não apenas para o caso brasileiro - um ponto final na discussão. Em um ensaio instigante Morse analisa, a partir de uma perspectiva comparada, o significado político das transformações observadas nos idiomas transplantados para o conti-

1 GÓES, C. de. Suavidade da língua portuguesa. *RBR*, v.25, n.98, p.178-9, fev. 1924.

nente americano. Detectou, contrariamente a Anderson que se limitou a um momento determinado, o mal-estar presente nesse campo:

> No Novo Mundo, a identificação entre idioma e gênio nacional tornou-se problemática. Afinal, era incômodo para uma nação americana do século passado procurar sua alma numa língua herdada de uma potência colonial. Este problema era particularmente acentuado na América espanhola, onde quase vinte países compartilhavam o mesmo idioma. E o caso do Canadá, país bilingüe, era igualmente problemático. (1980, p.29-30)

É preciso estender o olhar para além da conquista da soberania política uma vez que a problemática da construção da nacionalidade esteve longe de se encerrar com a conquista da independência. A busca da identidade coletiva não pode ser encarada como mero episódio com um princípio e um fim, trata-se antes de um processo sempre em curso que, em determinados períodos, se adensa e adquire novos significados.

ROMPENDO OS GRILHÕES COLONIAIS

Na *Revista do Brasil* a língua foi constantemente apontada como importante fator de coesão nacional, tendo figurado como elemento significativo nas várias tentativas de caracterizar a nação brasileira. Em 1921, Amadeu Amaral, então ocupando o cargo de diretor da revista, expressava idéias de há muito correntes sobre o assunto:

> A Língua é a manifestação mais extensa e mais profunda da alma multiforme da nacionalidade, porque obra anônima, coletiva e inconsciente de inumeráveis gerações ... Esse caráter de formação coletiva, obra de todos para uso de todos, na qual todos colaboram e da qual ninguém é autor, implica necessariamente um liame em que se entrelaçam todos os indivíduos de uma nação, desde os mais altos até os mais humildes. O linguajar do analfabeto mais bronco, tão distanciado da prosa repolida e rebrilhante de um Rui Barbosa, é, essencialmente, a mesma coisa que ela. Com esse mesmo instru-

> mento, o homem douto e o ignorante podem entender-se um com o outro à vontade ... Essa constante troca é possível porque há um fundo psicológico *nacional;* mas essa própria psicologia nacional, em grande parte, é ainda um produto da língua.[2]

A partir desse horizonte, que estabelecia uma relação biunívoca entre nação o idioma, não surpreende que os debates gravitassem em torno das diferenciações entre o português do Brasil e o de Portugal.

A questão em si não era nova. Pouco depois da independência José Bonifácio, discorrendo sobre os problemas colocados pela tradução de poetas gregos e latinos, manifestava a esperança de que "no vasto e nascente Império do Brasil", o português pudesse ser enriquecido "com muitos vocábulos novos, principalmente compostos ... apesar de franzirem o beiço puristas acanhados" (apud Pinto, 1978b, v.l, p.10). Porém, foi durante o Romantismo que o problema adquiriu contornos mais definidos. Gonçalves Dias, José de Alencar, Montalverne, Junqueira Freire e historiadores do porte de Varnhagen e João Francisco Lisboa alinhavam-se entre aqueles que defendiam, com maior ou menor ênfase, a diversificação do português do Brasil. Alencar sustentou polêmicas acirradas em prol dos seus neologismos estilísticos - então tidos como incorreções - e da utilização da linguagem coloquial na obra literária. Nos debates, que envolveram Franklin Távora, Antônio Henriques Leal, Joaquim Nabuco, também estava em pauta o rompimento com o passado português, a fidelidade ao quinhentismo, o valor dos clássicos, o distanciamento entre a língua falada e a escrita, a aceitação de estrangeirismos.

Na segunda metade do século XIX já eram discerníveis as duas grandes vias de abordagem fadadas a se enfrentarem durante décadas: de um lado, os puristas ou legitimistas, defensores da aplicação estrita dos canônes gramaticais e avessos a tudo que se afastasse da linguagem culta; e de outro, aqueles que, enfatizando o distanciamento - em termos dialetais ou separatistas - do por-

2 AMARAL, A. A língua nacional. *RBR,* v.46, n.6l, p.26-7, jan. 1921, grifo no original.

tuguês da América, combatiam o apego ao formalismo e academicismo, advogando a legitimidade dos brasileirismos e das construções populares.

Note-se que esse tipo de discussão não era exclusividade nossa. Como assinalou Morse (1990, p.30), "o conflito entre puristas e nativistas, uma velha briga em todos os países americanos, reduz-se a esta questão: se os idiomas transplantados perderam sua força e precisão para exprimir mensagens novas, ou se são justamente estas mensagens que hão de revigorar a língua". O caráter bizantino da questão é apenas aparente, estava em jogo o direito à existência não só de uma prosódia brasileira mas também de um sentir próprio, em conformidade com a *nossa raça* e consubstanciado em uma produção cultural autóctone. Essa problemática encontrou em Alencar a seguinte formulação: "o povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?" (apud Preti, 1976).

Enquanto os escritores se digladiavam, os especialistas começavam a registrar variações no léxico, datando desse período o aparecimento dos primeiros dicionários que incorporavam a contribuição brasileira ao português. Em 1853, Brás da Costa Rubim publicou o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento do Dicionário da Língua Portuguesa;* em 1888 surgiu o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa,* de Antonio Joaquim de Macedo e no ano seguinte o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros,* de Henrique Pedro de Beaurepaire-Rohan. No campo filológico merece destaque o *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (1901), de José Leite de Vasconcelos, que se constituiu, por muitos anos, em obra obrigatória para os estudiosos do assunto.

Entretanto, é fundamental frisar que a disputa entre puristas e inovadores esteve longe de ter um desenvolvimento linear. A vaga romântica, seguiu-se um período marcado pelo signo da vernaculidade, associada às figuras de grande prestígio no tempo: Rui Barbosa, que sustentou acalorada polêmica em torno da redação do projeto do Código Civil, Bilac, Euclides da Cunha e Coelho Neto. Alguns, como Candido de Figueiredo, Osório Duque-Estrada e Carlos de Góes eram considerados verdadeiros inquisidores, sem-

pre prontos a denunciar o mínimo desvio nos padrões normativos da língua. Góes, num esforço para banir definitivamente os galicismos da língua pátria, publicou o seu *Dicionário de Galicismos*, obra que mereceu o seguinte comentário na *Revista do Brasil:*

> Todas essas palavras [tidas por Góes como galicismos] são de uso constante e geral, algumas tão profundamente infiltradas na língua que não há reação química, dosada sabiamente por gramáticos, capaz de eliminá-las. Para comentar somente algumas: pode-se imaginar força humana bastante para nos obrigar a dizer hostaus em vez de hotel; gonilha (!) em vez de gravata; pez negro em vez de breu; extrato em vez de geléia; impermeáveis em vez de galochas; advinha em vez de charada; fecho em vez de colchete; mistovéla - criada por Carlos Góes - em vez de omelete?[3]

A preocupação com a correção gramatical, admiravelmente satirizada por Monteiro Lobato em 1920 na figura de Aldrovando Cantagalo (Lobato, 1940), invadiu jornais e revistas, que passaram a manter seções especializadas na discussão de pontos controversos com o intuito de estabelecer como se deveria falar ou escrever.

A *Revista do Brasil* não esteve totalmente imune à gramatiquice, tendo possuído seções como *Estudinhos de Português* (6 números), *Mealhas Etimológicas* (5 números), *Língua Vernácula* (4 números) e *Enfermidades da Língua* (4 números). Suas páginas também acolheram réplicas destemperadas como a que foi dirigida à Osório Duque-Estrada por Agenor Silveira. Este valeu-se das páginas da revista para responder às observações críticas que Osório teceu a respeito do seu livro *Colocação dos pronomes* em resenha publicada na *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Merece destaque não apenas os termos da discussão - acusações recíprocas de galicismos, defesa do uso de verbos em seus sentidos arcaicos, guerra de anacolutos, caça a sujeitos reais e aparentes, tudo convenientemente estribado nos clássicos e gramáticos - mas também a rispidez e a virulência com que o contendor era (des)tratado: "apoucado é o discernimento do balofo julgador ...

3 SALLES, A. A classicomania. RBR, v.18, n.70, p. 102-3, out. 1921.

apoucada é a competência gramatical do crítico ... apoucada, verdadeiramente mesquinha, é a justiça do Sr. Osório Duque-Estrada ... E a um lobisomem destes, com fumos de super-homem, se conferem as gloriosas preeminências da imortalidade".[4]

Contudo, seria errôneo supor que o mensário tivesse se rendido às questiúnculas. Pelo contrário, o aparecimento da publicação ocorreu justamente no momento em que, sob o influxo da atmosfera nacionalista, a tendência de considerar as transformações lingüísticas produzidas no Brasil como corrupção - ou no mínimo transgressão - da norma culta tornavam-se, mais uma vez, alvo de críticas. Os apóstolos da nova cruzada emancipadora dispuseram de amplo espaço na revista que, dessa maneira, refletia opiniões dissonantes.

Os atritos não se circunscreviam ao universo sintático, antes extravasavam o círculo restrito dos gramáticos para atingir a prosódia, aspecto da língua que diz respeito a todos os seus utentes. Também nesse âmbito o distanciamento em relação ao padrão lusitano era condenado, o que levava algumas senhoras educadas a dizerem *quére*, *pregunta* e a declamarem versos no melhor estilo lisboeta: *"Man'él, tains razão. Vanho tarde. Mêx nã-fui eu quain teve culpa..."*.[5] Porém é aconselhável que não se classifique esse esforço de rejeição da ortoépia brasileira, pejorativamente denominada *português com açúcar,* como mera excentricidade. No teatro, até o final dos anos 20, ainda era regra comum a adoção da pronúncia portuguesa por parte dos atores brasileiros, prática que começava a merecer contestações cada vez mais acerbas:

> É lastimável que nós, que representamos superioridade formidável no quadro da geografia lingüística do português; nós, que somos hoje os mais numerosos depositários das tradições da língua, os seus perpetuadores, os artífices de muitas de suas belezas; nós, que tanto a enriquecemos, que a cobrimos de novas galas, que a rejuvenescemos e lhe demos frescura e suavidade, descobrindo efeitos imprevistos na sua harmonia e ritmo; é lastimável ... que estejamos

4 SILVEIRA, A. O Sr. Osório Duque-Estrada e o meu livro *Colocação de pronomes. RBR,* v.20, n.80, p.372-8, ago. 1922.

5 RIBEIRO, J. Sobre a nossa literatura. *RBR,* v.S, n.19, p.403, jul. 1917.

> condenados a essa submissão incompreensível, sem uma prosódia nacional no nosso teatro, que, convencionalmente, c a reprodução do meio social nos seus vários e variados aspectos ... Que falem à moda lusitana personagens em cenas portuguesas, está muito bem ... exigir, porém, que interpretes nacionais estropiem a prosódia portuguesa ... é ter em muita pouca estima a língua que aqui se fala e procurar submeter uma sociedade inteira a uma vassalagem que já desapareceu, para todos os efeitos, desde 1822 ... É preciso implantar de vez nos nossos palcos a nossa prosódia, banindo para sempre o arremedo simiesco do acento lusitano, que torna ridículo os nossos artistas.[6]

Esta problemática ressoava com força na escrita, área na qual a situação beirava o caos. A inexistência de normas ortográficas, fosse aqui ou em Portugal, gerava uma multiplicidade de grafias para o mesmo vocábulo, sem que se pudesse encontrar alento em um padrão seguro. Em 1907 surgiu o primeiro projeto brasileiro de simplificação ortográfica, apresentado à Academia Brasileira de Letras por Medeiros e Albuquerque. A sua discussão arrastou-se por cinco anos, marcados por emendas, pareceres e substitutivos propostos por nomes ilustres: José Veríssimo, Rui Barbosa, Sílvio Romero, João Ribeiro, Salvador de Mendonça. Finalmente, em 1912, o relator João Ribeiro conseguiu apresentar a versão definitiva, porém ela jamais foi formalmente sancionada. Enquanto isso Portugal adotava, no ano de 1911, uma reforma que acabaria sendo encampada pela Academia Brasileira de Letras em 1915, não sem gerar infindáveis polêmicas.

A atitude da Academia, abdicando das suas próprias propostas em prol daquelas firmadas pelos portugueses - consideradas, do ponto de vista lingüístico, superiores - enfureceu boa parte da nossa intelectualidade. Entrelaçavam-se aqui questões teóricas e políticas. No tocante à primeira, alguns defendiam a ortografia etimológica, discordando portanto de qualquer alteração, independentemente de quem a propusesse. Dentre os que reconheciam a necessidade de simplificar o sistema vigente, alguns

6 NOGUEIRA, J. A prosódia brasileira no teatro. *RBR*, v.10, n.38, p.238, fev. 1919.

recusavam a proposta portuguesa, não muito diferente da brasileira, pelo fato dos especialistas deste lado do Atlântico não terem sido consultados; enquanto outros defendiam uma ortografia fônica que fosse fiel unicamente à prosódia brasileira. Havia ainda aqueles que, preocupados com a afirmação da nossa autonomia, interpretavam a adoção do modelo português como verdadeira capitulação diante da antiga metrópole, amplamente inferiorizada no tocante ao número de usuários do idioma.

Tal foi a celeuma que passados apenas quatro anos a Academia, sob influência dos etmologistas, capitaneados por Osório Duque-Estrada, voltou atrás e revogou todas as reformas, o que nos colocava de novo na situação anterior, ou seja, de ausência total de normatização. Somente em 1929 a Academia decidiu retomar, com ligeiras modificações, o projeto de 1912, posição que novamente esbarraria em protestos. Em 1931, foi firmado um acordo entre a Academia Brasileira e a Academia de Ciências de Lisboa com o intuito de se estabelecer uma grafia unificada para os dois países. Essa data também inaugurou o início da ingerência do Estado Brasileiro na questão ortográfica, tendo sido expedidos pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas decretos ratificando e, posteriormente, colocando em vigor o referido acordo. Consternados, gramáticos e filólogos viram o assunto migrar do gabinete do especialista para as repartições públicas. Entretanto, não houve força de lei capaz de colocar um ponto final na questão. Desde então, Portugal e Brasil firmaram mais de um acordo, todos inoperantes.[7] O mais recente, que também incluiu as ex-colônias africanas, tem provocado debates apaixonados de todos os lados. O projeto foi aprovado pela Assembléia Portuguesa em 1991 e pelo Congresso Nacional Brasileiro em abril de 1995.

Todas essas marchas e contramarchas tornaram a ortografia, durante a maior parte do presente século, uma questão movediça. Comentando a desordem reinante Amadeu Amaral afirmava:

7 Para um histórico da questão ortográfica até a década de 1970 ver: PINTO, E. P., 1976 e 1978b, v.II, p.XV-XVIII; RAMOS, D. S., 1991, autor da última reforma ortográfica, datada de 1971. Para o período iniciai do presente século é particularmente útil o trabalho de FIGUEIREDO, C, 1921.

"continuamos a ser o único país do mundo civilizado onde cada um escreve como lhe parece, onde nem sequer nas escolas oficiais se observa um sistema ortográfico único".[8] De fato, em 1921, a *Revista do Brasil* considerou necessário adotar medidas a respeito da questão, tendo publicado o seguinte comunicado aos seus colaboradores:

> A questão ortográfica, sempre e cada vez mais embrulhada, põe a todo o mundo em dificuldades. A Academia Brasileira que deveria assumir no meio desta confusão uma atitude de autoridade, em bem da ordem, teve a lamentável fraqueza de abrir a questão, ou - o que é pior - abandoná-la. Com isso a desordem não podia se não aumentar, e é o que vem sucedendo. Na redação desta revista já não sabemos para onde nos voltar. Cada autor escreve segundo um sistema, - este escreve segundo o sistema português, aquele segundo o sistema português modificado, aquele outro segundo o sistema misto, ou usual, simplificado em certos pontos, ou mais complicado ainda que o vulgarmente. Acresce que o sistema misto já não é propriamente um sistema, mas uma transação variável segundo os autores que se possam tomar por guias ... Entretanto urge tomar uma decisão. Não podemos fazer respeitar na revista todos os modos de grafar ... Portanto, fique entendido: a *Revista do Brasil* só tem uma ortografia, essa baseada no Aulete. Os originais que nos forem remetidos serão postos de acordo com ela. Só abrimos exceção em favor dos que observarem *rigorosamente* a ortografia portuguesa, por se tratar de um sistema perfeitamente definido, codificado e oficialmente adotado num país inteiro.[9]

As disputas no campo da prosódia e da ortografia invariavelmente terminavam por conduzir à tormentosa questão do estatuto da língua falada no Brasil. Afinal, tratava-se de um novo idioma, já emancipado ou em vias de obter sua alforria; de línguas idênticas no que respeita à estrutura fundamental; ou ainda de um português modificado, com todas as gradações e os matizes que se queira atribuir ao termo?

As respostas a essas questões divergiam bastante. Para os defensores da unidade do idioma, segundo os quais as diferenças

8 AMARAL, A. A comédia ortográfica. *RBR*, v.3, n.9, p.103, set. 1916.
9 Ortografia. *RBR*, *v.16*, n.64, p.84, abr. 1921.

entre o português do Brasil e o de Portugal resumiam-se ao léxico, bastaria para acomodar a situação que

> O trabalho lexicográfico das duas academias fosse simultaneamente empreendido, estando ambas em acordo para que seja comum o dicionário da língua ... Em qualquer dicionário que se venha a elaborar é justo e é necessário que figurem os chamados brasileirismos ... O acervo comum cresce com tais contribuições, que não bastam, entretanto, para justificar a formação de novos idiomas.[10]

Na mesma linha encontrava-se Bilac. Em discurso proferido na cidade de Lisboa em 1916, por ocasião de um banquete que lhe foi oferecido pela revista *Atlântida,* o escritor autodefiniu-se como não sendo "um purista extremado, de um purismo que se abeire da caturrice", posição que lhe permitia aceitar que variasse e se aperfeiçoasse "o tesouro dos vocabulários, o movimento das locuções, o ritmo das frases", mas que o tornava intransigente quando se tratava de "alterações na sintaxe, estrutura essencial do idioma ... perpétua e imutável" (apud Pinto, 1978b, v.I, p.369-70). A primeira vista suas opiniões parecem coerentes com o poeta parnasiano, destoando porém do Bilac ardente pregador do civismo, do nacionalismo e da Liga de Defesa Nacional. Entretanto, é preciso notar que sua argumentação em prol da unidade da língua não se fundamentava em arrazoados de natureza gramatical ou filológica, mas na necessidade política de levar adiante uma cruzada patriótica com o intuito de preservar e proteger o português, ameaçado - segundo acreditava - pelas várias levas de imigrantes que afluíam ao país:

> Abrimos o Brasil a todo mundo: mas queremos que o Brasil seja Brasil! Queremos conservar a nossa raça, a nossa história e, principalmente, a nossa língua, que é toda a nossa vida, o nosso sangue, a nossa alma, a nossa religião! Em parte o vocabulário nacional é filho não do homem, mas da terra ... Se queremos defender a nacionalidade, defendamos também e antes de tudo a língua, que já se integrou no solo, e já é base da nacionalidade. (apud Pinto, 1978b, p.3790-1)

10 LIMA, O. Língua e ortografia. *RBR,* v.25, n.93, p.82, set. 1923. Na mesma direção argumentava DA1SON, A. Brasileirismos. *RBR,* v.25, n.103, p.274, jul. 1914.

Essa perspectiva abria caminho para a construção de uma noção de estrangeiro marcada pela simbologia da falta e da negatividade - "estrangeiro é aquele que não fala a nossa língua, é aquele que nos procura só para tirar algum partido; é estrangeiro o imigrado ou filho de imigrado enquanto não pensa e não sente um pouco como brasileiro".[11] Cerrar fileiras em torno do português significava combater os efeitos deletérios provocados pela presença, no corpo da nação, de elementos estranhos que perturbavam sua integridade e coesão. A existência de jornais e revistas em língua estrangeira - "lidos por pouquíssimos brasileiros, nem na repartição de polícia são lidos!"[12] -, era condenada sob alegação de que num país novo, receptor de estrangeiros, tal presença constituía-se num empecilho à assimilação. Não por acaso, o programa das Ligas Nacionalista e de Defesa Nacional insistiam na criação de escolas primárias, especialmente nos núcleos coloniais, na obrigatoriedade do ensino do português nos estabelecimentos educacionais estrangeiros e na atuação decidida do poder público a fim de evitar a formação de quistos étnicos no território nacional.[13]

Em contrapartida, havia todo um grupo que se declarava insatisfeito com o compromisso lexical - taxado de inócuo - e identificava como a verdadeira tarefa política o fim do estigma colonial que ainda pesava sobre a produção da intelectualidade brasileira. Nessa medida, a auto-afirmação da nação passava pela contestação tanto da herança recebida de Portugal, quanto de sua suposta prerrogativa de continuar a ditar regras no campo cultural. Alinhavam-se nesta trincheira os que defendiam a existência de uma língua brasileira e aqueles que, apesar de admitirem a unidade, não abriam mão do direito à diversidade:

11 A definição foi dada por O. F. Imigração alemã. *RBR,* v.13, ri.48, p.377-8, dez. 1919.

12 Ibidem.

13 Para as propostas das ligas em relação à educação ver: Liga de Defesa Nacional. *RBR,* v.3, n.9, p.100-1, set. 1916 e Liga Nacionalista. *RBR,* v.6, n.21, p.83, set. 1921. O perigo do isolamento do imigrante também foi abordado por ROQUETE PINTO, E. O Brasil e a Antropogeografia. *RBR,* v.3, n.l2,p.333,dez. 1916.

> Para Portugal ... o Brasil, pelo menos nos domínios da intelectualidade, continuava a ser a colônia submissa, para onde, quando muito, se mandavam idéias estranhas, traduzidas, às pressas, em vernáculo de fancaria ... Conquistamos a independência política, o que, como se sabe, não foi difícil; mas permanecíamos colonos intelectuais, o que, com deprimente, era ridículo. Éramos ainda, aos olhos sonhadores dos nossos irmãos de além-mar, uma simples, se bem que vasta, expressão geográfica ... Para exprimir todas as inferioridades da nossa vida incipiente inventara-se um termo extremamente pitoresco e impressivo: *macaqueação.* O que, porventura, daqui partisse com veleidades de esforço próprio, de expressão nacional, não lograria transpor as águas atlânticas sem receber, fulminantemente, o remoque indefectível. Teríamos que nos resignar à condição de admiradores passivos: recebêssemos a luz da metrópole e não tentássemos com ela ofuscar o sol generoso que nos prodigalizava ... De súbito, porém, o Brasil rompe com o seu passado, abandona a forma política e a cultura clássica transplantadas da metrópole ... [e] começa a afirmar-se com uma ânsia e um vigor tremendos.[14]

O epicentro da questão residia na análise das transformações lingüísticas aqui operadas, suas origens e conseqüências práticas. Obviamente, essa busca não estava isenta de conotações políticas. No final dos anos 10 ganhou fôlego um discurso, destinado a longa vigência, que se esmerava em atribuir ao Brasil dimensões gigantescas - a extensão do território, a população que ele poderia abrigar, as potencialidades econômicas, o peso estratégico do país na geopolítica do pós-guerra - prenunciadoras de um futuro muito mais promissor para a ex-colônia do que o reservado para a antiga metrópole.

A posse de uma língua própria, capaz de dar vazão à expressividade nativa, desempenhava aqui papel estratégico, sendo encarada como sinal de afirmação racial. Além de defender a necessidade de termos a nossa língua, Rubem do Amaral pretendia protegê-la da penetração de estrangeirismo, argumentando nos seguintes termos:

14 ALBUQUERQUE, M. A embaixada brasileira em Portugal. *RBR,* v.l, n.2, p.213-4, fev. 1916, grifos no original.

> Se a língua é o reflexo da alma de uma nacionalidade, essa falta de resistência (a termos estrangeiros) deve ser considerada como um sintoma de anemia racial. Os povos fortes, sabe-o toda a gente, impõem o seu falar aos mais fracos com que convivem, notando-se desde logo que *força* aqui não exprime somente poder militar, mas também as qualidades que dão o predomínio nas ciências, nas letras, nas artes, na vida social e no mundo econômico.[15]

Contudo, o que se presenciava era uma sistemática negação de foro de linguagem culta aos fenômenos observados no português da América. As reivindicações de vernaculidade para o uso brasileiro da língua portuguesa eram muito mais do que caturrice de sisudos gramáticos, apegados à alfarrábios empoeirados.

Tais demandas apoiavam-se em argumentos que, apesar de contrastantes, muitas vezes apareciam mesclados nos discursos da época. Recorria-se com freqüência a princípios inspirados na biologia evolucionista, com o intuito ora de justificar o processo de diferenciação em curso, ora a inevitabilidade da separação completa, como no trecho abaixo:

> Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular dessa Língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper o que os biologistas chamam evoluir ... É risível o esforço do carranca, curto de idéias e incompreensivo, que deblatera contra esse fenômeno natural, e tenta paralisar a nossa evolução lingüística em nome dum respeito supersticioso aos velhos tabus portugueses ... que corromperam o latim.[16]

15 AMARAL, R. do. Manifestações do nacionalismo. *RBR,* v.12, n.47, p.218, nov. 1919.

16 LOBATO, J. B. M. Dicionário brasileiro. *RBR,* v.14, n.56, p.378, ago. 1920. Ao resenhar o livro de Firmino Costa voltou ao assunto, ver: *Gramática Portuguesa* de Firmino Costa. *RBR,* v.16, n.64, p.63, abr. 1921. Entretanto, c preciso assinalar que as posturas de Lobato diante dos problemas lingüísticos variaram bastante ao longo do tempo, como bem evidenciou PINTO, E. P., 1978a, p.6-7. Para a crítica das tentativas de aplicar às línguas princípios derivados da biologia ver: ELIA, S., 1940, p.98-103 e MELO, G. C. de, 1975, p.19. Os parâmetros atuais da questão podem ser rasteados em ROBERTS, I. &KATO, M.A., 1993.

Outros postulavam que boa parte dos chamados brasileirismos nada mais era do que formas arcaicas conservadas na América, porém já desaparecidas na Europa. Aquilo que, quando confrontado com as normas então vigentes em Lisboa se afigurava como erro ou transgressão, encontrava abono nos escritores de séculos anteriores. O *dialeto caipira*, obra de Amadeu Amaral publicada em 1920 da qual a revista já estampara alguns capítulos quatro anos antes, comprovou de forma cabal essa sobrevivência e inaugurou uma nova etapa nos estudos lingüísticos nacionais:

> Em verdade, estes [elementos do português do século XVI] não se limitam ao léxico. Todo o dialeto está impregnado deles, desde a fonética até a sintaxe ... São em grande número, relativamente à extensão do vocábulo dialetal, as formas esquecidas ou desusadas da língua. Lendo-se certos documentos vernáculos dos fins do século XV e de princípios e meados do século XVI, fica-se impressionado pelo ar de semelhança da respectiva linguagem com a dos nossos roceiros e com a linguagem tradicional dos paulistas de "boa família", que não é senão o mesmo dialeto um pouco mais polido.[17]

Nessa perspectiva, também a ortoépia adquiria direito à soberania.

Essas posturas, ainda que estribadas em hipóteses de natureza diferente, não eram irredutíveis. Ao arguto Lobato, propugnador da separação completa entre D. Manuela e Brasilina, denominações por ele criadas para o português falado na Europa e na América, não passou desapercebido o caráter fundador do estudo de Amaral, a quem cognominou de Fernão Lopes da gramaticologia brasileira:

> E Brasilina, tomada a sério pela primeira vez, escolhida de improviso por um artista de renome que a quer retratar com fideli-

17 AMARAL, A. O dialeto caipira. *RBR*, v.3, n.10, p.119-20, out. 1916. Sobre o significado dessa obra pioneira ver: PINTO, E. P., 1976 e DUARTE, P., 1976. O trabalho de Amaral inspirou vários outros, como o de Antenor Nascentes, O *linguajar carioca* publicado, em primeira mão, na *Revista do Brasil*, entre maio de 1921 e junho de 1922, com o título *Variante carioca de um subdialeto brasileiro.*

> dade, entrepara, acanhadinha, de pé atrás e dedo na boca. E Amadeu assim a esboça dos pés à cabeça, em traços firmes, num carvão claro-escuro que *marcará entre nós o início de uma nova fase de estudos lingüísticos* - e esta fecundíssima como verão. Até aqui a nossa filologia se limitava a bizantinar sobre as verrugas da língua mãe, mexericando com clássicos, fossando, como bácora, pulverulentos alfarrábios reinóis ... O estudo único em matéria filológica que nos cumpria fazer, não o fazíamos. Era esse da língua nova, a língua que ao país inteiro interessa: o estudo, o retrato fiel da Brasilina arisca que atende às necessidades de 25 milhões de Jecas que somos. Porque, estranha contradição!, falamos à moda de Brasilina, mas escrevemos à moda de Dona Manuela, por falta de coragem ou medo ao bolo da férula portuguesa. (Lobato, 1922, p.149)

Também se apropriaram do *Dialeto* aqueles que, como Brenno Ferraz, advogavam em prol da unidade:

> Estudo experimental da linguagem paulista, é pura constatação de fatos. Não o anima aquele estranho *espírito nacionalista.* Ao contrário, a melhor, a mais bela, a mais valiosa observação do livro é exatamente aquela que, longe de insinuar a solução de continuidade histórica da língua, proclama com a maior eloqüência o fenômeno de apego atávico ao velho falar dos navegantes portugueses, que deram nascimento à nação. A linguagem caipira está cheia, não só de termos e expressões vernáculas como - o que é de extraordinária beleza - de reminiscências da epopéia descobridora. Para opor aos sonhadores do *idioma nacional* que mais convincente argumento?[18]

Utilizações tão discrepantes indicam que novos dados tendiam a ser acomodados à verdades anteriormente assumidas, o que de saída esterilizava qualquer discussão.

Se, por um lado, a obra de Amadeu Amaral suscitava conclusões tão díspares em relação ao futuro da língua, a constatação do caráter arcaico da fala do caipira contribuía com elementos novos para a construção do sentimento de paulistanidade. Afinal, à imagem de um São Paulo rico e próspero, berço do café, palco da independência, responsável pela expansão do território, habitado

18 FERRAZ, B. O dialeto caipira. *RBR*, v.16, n.62, p.165, fev. 1921, grifos no original.

por uma raça superior, somava-se agora a de guardião da língua dos descobridores, mantida intacta graças à

> uma peculiaridade paulista. A formação de São Paulo diverge, profundamente, da do resto do país ... Só, pois, a linguagem paulistana pode ter guardado tão pronunciados traços da língua dos cronistas da India ... Pretendemos, os paulistas, que somos nós os filhos mais velhos do Brasil, e para a pretensão, que tem fundamentos na História, o *Dialeto Caipira* traz preciosa contribuição glotológica.[19]

Aos habitantes planaltinos dever-se-ia, mais uma vez, creditar a redenção do Brasil. Desta feita era o tão desprezado português com açúcar que encontrava a sua nobilitação. Por vias transversas, 0 trabalho de Amaral vinha engrossar a vertente comprometida com a construção de um passado paulista povoado de heróis e glórias, único a harmonizar-se com as fulgurantes realizações do presente. É importante lembrar que datam desta época a publicação de trabalhos de Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay, Paulo Prado e, pouco depois, de Antonio Alcântara Machado, a respeito do bandeirante, caracterizado como "mameluco audaz, que expandiu as fronteiras do Brasil, descobriu o ouro, dono de uma cultura própria", imagem que atuou poderosamente na construção do "patriotismo paulista, associado a um orgulho de linhagem" (Abud, 1985, p.138).

Por outro lado, o estabelecimento de um caminho peculiar para o português do Brasil, dotado de ritmo, cadência, pronúncia e regras de sintaxe próprias, contribuiu para afirmar o direito à alteridade, inaugurando novas fronteiras lingüísticas que permitiam delimitar o território do *nosso idioma* em oposição ao português falado na Europa. Não surpreende que a discussão do estatuto da produção literária nacional tivesse entrado na ordem do dia. João Ribeiro, filólogo dos mais aclamados que transitou do purismo para a vanguarda das novas propostas sobre a língua, foi ao cerne da questão ao afirmar:

19 Ibidem.

> Livros como *Iracema* e o *Guarani* parecem frívolos e ridículos, além mar. Na generalidade as obras de ficção, verso ou prosa, quando passam o Atlântico, lá chegam como certos gêneros avariados, moles, úmidos e deliqüescentes; buscam-lhes forma, linha e correções e nada encontram senão uma volúpia líquida e informe. Nada de terso, rude ou forte; ao contrário, a molice selvagem de lambões lúbricos, melosos e ridículos. Há uma incompreensão lamentável entre os dois mundos. A distância esmorece, esfuma, apaga todas as arestas e projetam num caos de neblina todas as linhas ... Os nossos versos chegam aos ouvidos de lá como clamores mortos da inúbia selvagem, perdem nas ondas da travessia o ritmo próprio. Não podem ser lidos. A prosa dá idéia de uma tradução. Faltam-lhe todas as elipses mentais que não podem arrastar consigo. Chega sem alma.[20]

Incompreensão lamentável, idéia de tradução: esses os termos utilizados para afirmar a intransponibilidade entre dois mundos que alguns ainda queriam uno. Em jogo o direito a um sentir próprio, autóctone, que fosse expressão de brasilidade. A literatura, força criadora capaz de instituir mitos de origem, determinar relações com o passado e apresentar-se como guardiã da memória nacional, foi tomada como padrão adequado para indicar o quanto já nos havíamos distanciado de Portugal e para justificar as aspirações a uma língua nossa, entendendo-se por isso quer a separação absoluta, quer o direito a uma utilização livre de tutelas, comprometida apenas com os ditames locais.

20 RIBEIRO, J. Sobre a nossa literatura. *RBR*, v.5, n.19, p.402-3, jul. 1917. Para uma análise das posições de João Ribeiro ver: ELIA, S. 1940, p.120-30. Textos do autor espelhando a posição legitimista e, posteriormente, a reformista podem ser encontrados em: PINTO, E. P., 1978b, v.I, p.335-55 e v.2, p.33-43. Considera-se a publicação da sua obra *A Língua nacional* (1921), como o ponto de inflexão de seu pensamento. Entretanto, como se verá adiante, artigos seus na *Revista do Brasil,* datados de 1917, já expressavam idéias que seriam sistematizadas em 1921. Sua defesa do direito à diferença foi tomada por muitos como sinônimo da existência de uma língua nacional autônoma da portuguesa. Monteiro Lobato, seu editor, ao anunciar a obra, afirmou: "caminhamos para ter a nossa língua, a língua nacional, como ele (João Ribeiro) a denominou, e esse livro *(A Língua Nacional),* com O *dialeto caipira* de Amadeu Amaral, correspondem às primeiras pedras de alicerce no edifício em construção". Notícias Editoriais. *RBR,* v.17, n.68, p.455, ago. 1921.

> A língua portuguesa ainda é mais dos portugueses do que dos brasileiros. Não reflete bem os nossos sentimentos. Quando queremos ser expressivos e fiéis, ao dizer de nós mesmos e das nossas coisas, temos que romper ou amolgar os moldes tradicionais dos nossos avós, criando um idioma novo, que não seja discorde do novo mundo em que vivemos. Nem é possível que sigamos a mesma trilha se olhamos para o Futuro e eles olham para o passado. Falta-nos o verbo individual. Havemos de possuí-lo, porém, num lento trabalho coletivo que não será a morte do português, mas a sua carta de naturalização, de corpo e alma, afeiçoando-o ao hábitat do Brasil.[21]

Numa palavra, em vez de falar *como* os portugueses pretendia-se entabular um diálogo *com* eles. Aqui também não estiveram ausentes vozes intolerantes que, seguindo o exemplo dos caçadores de galicismos, pretendiam extirpar dos dicionários tudo aquilo que não fosse exclusivamente brasileiro. Ao comentar o projeto de Assis Cintra de organizar um dicionário brasileiro, projeto esse amplamente apoiado por Monteiro Lobato, um articulista da *Revista do Brasil* alertava para o perigo de se incorporarem à obra palavras e expressões que não fossem genuinamente locais, tais como *canja de galinha,* com o sentido de facilmente realizável; *arame,* significando dinheiro; *encrenca,* na acepção de problema. Alertava-se para a necessidade desses falsos brasileirismos serem excluídos da obra.[22]

Distante das questões menores, João Ribeiro, sem negar a subalternidade da literatura brasileira em escala mundial - pecha que também considerava aplicável à congênere portuguesa -, esforçava-se em delimitar para a nossa produção veredas que lhe fossem próprias, com o intuito de atestar uma individualidade crescente em relação à Portugal:

> Com a independência do Brasil, as predileções, em regra sempre as mesmas, começaram a tomar um rumo novo e de longo curso ... Podemos imitar as literaturas estrangeiras sem o intermédio por-

21 AMARAL, R. do. Manifestações do nacionalismo. *RBR,* v.12, n.47, p.219, nov. 1919.

22 DOM XIQUOTE (não identificado). Dicionário brasileiro. *RBR,* v.17, n.67, p.372-4, jul. 1921.

> tuguês. De fato, no século que acabou, antes de Portugal tivemos em primeira mão o romantismo. Magalhães precede Garrett. É já muito a precedência na imitação ou na renovação das fontes, embora essa prioridade não nos liberte do assíduo influxo dos românticos da antiga metrópole. Emancipação política e literária. Outra ascendência ainda mais característica depois do romantismo. Portugal não teve nunca parnasianos de vulto, de inspiração e de técnica, e tivemos, então os nomes consagrados de Raymundo Correia, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac ... Os portugueses desconhecem inteiramente a nossa literatura ... É impossível, pois, que reconheçam as precedências apontadas.[23]

O caminho que levava das declarações de precedência ao rompimento absoluto não era muito longo. Nesse sentido, a questão do estatuto do falar e escrever brasílicos adquire novos significados quando se toma em consideração o fortalecimento, a partir de meados da década de 1910, da corrente regionalista. Constituída por escritores que elegiam como tema principal o sertão e seus habitantes, essa vertente propugnava a incorporação de cenários, linguagem, tipos, situações e costumes locais como antídoto para o que qualificavam de tom artificial e postiço da nossa literatura:

> Quando se esgotar, esfalfada, essa literatura do urbanismo, que canta os sortilégios da civilização, literatura de *jazz-bands* e de cinemas, de alma cosmopolita e pouco brasileira, então é que, no casto esplendor da sua beleza virginal, pura como a *Yara* dos nossos rios, triunfará a literatura sertaneja, nacional nos costumes, nas descrições, no fraseado, espelhando as belezas da nossa vida rústica, da província e do sertão, onde, no dizer expressivo de Afonso Arinos, se vai tecendo a rede de solidariedade da população brasileira.[24]

A opção por rincões distantes, não conspurcados por influências externas e nos quais repousavam incólumes os valores seminais da terra, representava um brado contra o cosmopolitismo, cujo símbolo mais acabado era o Rio de Janeiro:

23 RIBEIRO, J. A nossa poesia. *RBR*, v 5, n.17, p.115-6, maio 1917.
24 MESQUITA, J. de. Mato Grosso através de sua literatura. *RBR*, v.25, n.104, p.357, ago. 1924.

> Recorrendo ao próprio país para a composição das suas obras, eles (os regionalistas) evitam a imitação perniciosa dos modelos estrangeiros. E já alguma das obras, principalmente *Urupês,* de Monteiro Lobato, alcançaram uma rápida vulgarização, para a qual em nada contribuiu a consagração "de Paris". É um bom caminho que os levará, sem dúvida, a realizar alguns bons livros profundamente brasileiros.[25]

A saída ao encalço de si mesmo, que deitava raízes no romantismo, apresentava-se como via capaz de habilitar a nação a assenhorar-se do seu futuro e apagar, definitivamente, as marcas de séculos de dominação colonial.

O MODELO NACIONAL PAULISTA

O desejo de afirmação e auto-suficiência extravasava os limites da literatura, manifestando-se também no teatro e no cinema. No que se refere à dramaturgia, a crítica registrava um interesse crescente do público pelas peças que abordassem temas nacionais, ainda que nem sempre elas ostentassem a perfeição técnica e a qualidade dramática das congêneres estrangeiras. Comentando o encerramento da temporada da Companhia Dramática de São Paulo, que tinha por objetivo levar a público peças nacionais, a redação da *Revista do Brasil* lembrava que o maior sucesso ficara por conta da peça *A caipirinha* de Cesário Mota, considerada

> um dramazinho ingênuo ... Mas é tanta a sede de nacionalismo em nosso público, é tão grande o cansaço em que o teatro estrangeiro o prostrou que essa peça com todas as suas máculas ... lhe deu uma satisfação imensa ... Os nossos empresários precisam convencer-se de que a mais singela comediazinha nacional, isto é, que desenhar os nossos costumes, a nossa gente e a nossa terra, vale mais para nós que todo o teatro francês.[26]

25 GAHISTO, M. A vida literária. As letras brasileiras. *RBR,* v.22, n.86, p.156, fev. 1923.

26 Movimento teatral. *RBR,* v.5, n.17, p.110, maio 1917.

Marco simbólico nesse processo de valorização do nacional foi a montagem em 1919 d'0 *contratador de diamantes,* de Afonso Arinos. Patrocinada e encenada pela fina flor da elite paulista, a peça causou sensação não só pela suntuosidade dos figurinos; riqueza do mobiliário, das louças e pratarias; como também pela presença no Teatro Municipal "de pretos de verdade" dançando a congada, isso sem falar no elenco - capitaneado por Elegantina Penteado da Silva Prado - que se esmerava na pronúncia genuinamente paulista, num momento em que ainda imperava a prosódia lusitana (Magaldi & Vargas, 1976). Com propriedade, Sevcenko (1992, p.247) considerou *O contratador* "como cristalização e como catalisador de uma fermentação nativista que adquiria densidade crescente em direção aos anos 20".

De fato, as elites econômica e cultural revelavam uma atitude ante o país bastante diferente do afetado distanciamento até há pouco manifesto e que foi admiravelmente expresso por Eduardo Prado, em carta enviada dos Estados Unidos a uma amiga e publicada na *Revista do Brasil:* "Não imagina como estou aborrecido nos EUA. Decididamente do mundo a Europa, da Europa a França, da França Paris, de Paris todo o perímetro do *pavé du bois!* Isto pensava eu ontem quando era horrivelmente sacudido num péssimo carro sobre a detestável calçada de São Francisco".[27]

O teatro conheceu então uma vaga de brasilidade: *Flor do sertão,* de Arlindo Leal; *Alma caipira* e *Nossa terra, Nossa gente,* de João Felizardo; *Cenas da roça,* de Euclides de Andrade e Avelar Pereira; *Nhazinha,* de Lidio de Souza; *Nhá moça,* de Abreu Dantas; a já citada A *caipirinha,* estavam entre as peças encenadas. No final de 1922 a estréia em São Paulo da Companhia Nacional de Comédia, com a peça *Manhãs de sol,* da autoria de Oduvaldo Vianna, foi precedida de um discurso de Amadeu Amaral que enfaticamente afirmava:

> Temos enfim algumas companhias *nossas,* como esta que hoje ides aplaudir; temos artistas *nossos,* como essa admirável Abigail Maia e seus dignos companheiros; temos uma dúzia de autores *nossos*, como Oduvaldo Vianna ... autores que tratam por uma maneira

27 BARRETO, P. Eduardo Prado e seus amigos. Cartas Inéditas. *RBR,* v.l, n.2, p.189, fev. 1916.

> *nossa* os temas universais do teatro colhidos em *nosso* meio ... A companhia que hoje se vos apresenta, guiada por uma energia indômita, só deseja realizar em terra brasileira, um teatro brasileiro.[28]

Lobato, por sua vez, não perdeu a oportunidade de atribuir o sucesso do espetáculo à introdução na cena da prosódia brasileira, assinalando que "havia a crença ridícula de que a nossa prosódia não prestava para o teatro. Prestava para entenderem-se 30 milhões de criaturas; para o teatro, não! ... Mas assim como na literatura a língua nacional, a língua geral deste país, a brasileira, filha da portuguesa, está batendo a progenitora, assim também no teatro o nosso linguajar, com os seus modismos, a sua prosódia, as suas inflexões próprias, baterá a língua lusa. O público já encontra dificuldade em compreender o que dizem os atores portugueses, que não transigem com a prosódia nossa", e arrematava, não sem uma dose de exagero, "vai cessar, finalmente, esse horrível estado de coisas que durou até há bem pouco tempo: um país que ia ao teatro mas não entendia patavina das peças ... a não ser que levasse consigo intérpretes juramentados.[29]

Também o cinema foi contagiado. Sobretudo a partir de 1915, amiudaram-se os filmes que buscavam na literatura e na história da terra os seus temas. *Inocência, O caçador de esmeraldas, A moreninha, O garimpeiro, Lucíola, O mulato, Escrava Isaura, Ubirajara, Iracema, A viuvinha,* O *Guarani,* que mereceu várias versões; *Tiradentes,* O *Grito do Ipiranga, Heróis brasileiros na Guerra do Paraguai,* figuravam ao lado do repertório regional - constituído por *A caipirinha,* sucesso teatral que foi vertido para a tela, *Quem conta um conto, Alma sertaneja, O curandeiro, Os faroleiros,* baseado em texto de Monteiro Lobato.[30] A guerra, por sua vez, estimulou um surto de fitas patrióticas -*Pátria e bandeira,*

28 AMARAL, A. Teatro national. *RBR,* v.21, n.83, p.269, nov. 1922, grifos no original.

29 LOBATO, J. B. M. Teatro nacional. *RBR,* v.21, n.83, p.271, nov. 1922.

30 A adaptação contou com a assessoria de Lobato. Em 1951 outro dos seus contos, O comprador de fazendas, ganhou versão cinematográfica. Entretanto, a ligação da obra lobateana com o cinema seria definitivamente selada em 1959, quando Milton Amaral, inspirado na figura do Jeca, transpôs para a tela a figura do caipira, que encontrou em Mazzaroppi seu intérprete máximo.

Pátria brasileira, na qual Bilac dirigiu algumas cenas, *Le film du diable*, entre outros. Essa produção, particularmente significativa no decênio 1915-1925, conseguiu rivalizar com os filmes policiais, até então o gênero preferido do público (Salles Gomes & Gonzaga, 1966; Galvão 1975).

A preocupação com o local certamente não foi exclusividade, nem tampouco invenção, dos anos 10: nessa época era já possível falar de uma tradição ficcional brasileira apegada à região (Lima, 1966, v.l, p.532-621) e que encontraria, sobretudo no romance social das décadas de 1930 e 1940, continuadores ilustres. É característico dessa ficção estar sempre às voltas com tensões do tipo universal-particular, nacional-regional, realidade-objetividade, podendo ainda revelar-se, em países egressos do colonialismo, especialmente alienante, no dizer de Antonio Candido (1987).

De maneira geral, o surto regionalista do início deste século tem recebido, por parte da crítica especializada, uma apreciação pouco lisonjeira. Nesse sentido, destacam-se as considerações de Lúcia Miguel Pereira (1973, p.180) e Antonio Candido (1965, p.136; 1973, p.22). Alfredo Bosi (1975, p.231-4), apesar de compartilhar de grande parte das restrições apresentadas, consegue por vezes vislumbrar motivos para colocar os regionalistas entre os pré-modernistas, no sentido forte do termo, ou seja, enquanto anunciadores da vanguarda. As diferenças entre Candido e Bosi ficam evidentes no caso de Valdomiro Silveira, como bem demonstrou Carmen Souza Dias (1984, p.5-26).

Apesar do destaque dado a um ou outro nome, predomina um anátema sobre esses autores e sua produção, do qual poucos têm conseguido escapar. Nesse sentido, o exemplo de Lígia Chiappini Leite (1978), que dedicou uma tese de doutoramento ao conto gauchesco, é sintomático. A autora conclui sua obra afirmando que trabalhou maciçamente com "o ruim e o medíocre" e apesar de reconhecer que "a Literatura é também um fato social e nem só de grandes nomes ela vive", admite ter tratado os contos regionais gaúchos com

> uma espécie de azedume ... deixando de perceber ou de enfatizar aquilo que a *má literatura é potencialmente capaz de transmitir*. Digamos que localizei e ridicularizei os temperos em que os escritores cultos afogaram a carne viva da cultura popular por eles enfo-

> cada, nos seus contos. Mas não soube reencontrar com entusiasmo equivalente o alimento genuíno de que eles se nutriam ... [Assim] me vejo obrigada a confessar que, se pudesse reescrever tudo, adotaria outro tom, substituindo o pretensioso azedume por um enquadramento mais compreensivo dos problemas estudados, (p.251-2)

As ponderações precedentes não objetivam polemizar ou colocar *sob judicie* avaliações de cunho estético, trata-se antes de analisar os sentidos, implicações, projetos e vinculações de escritores e de suas obras, independentemente do valor literário que se lhes atribua hodiernamente. Não é aceitável que a desqualificação formal obscureça ou, pior ainda, impeça que eles possam tornar-se objetos da história. Tal obscurecimento pode ser lido como construção estratégica, levada a cabo pelos novos detentores da hegemonia no campo intelectual, com o intuito de subtrair a individualidade dos antecessores, transmutados todos - parnasianos, decadentistas, simbolistas, regionalistas - naquilo que nunca foram: um conjunto amorfo. Sem qualquer intenção de reabilitar ou reavaliar, por meio da atribuição de méritos até então insuspeitos, a vertente regionalista, o que pretendemos é mapear a sua posição e o seu significado no campo cultural do final dos anos 10.

Essa corrente era integrada por nomes que, apesar de terem desfrutado de considerável prestígio no seu tempo, caíram, quase todos, num relativo esquecimento: Afonso Arinos, Godofredo Rangel (MG); Alcides Maia, Simões Lopes Neto, Roque Callage (RS); Hugo de Carvalho Ramos (GO); Alberto Rangel (AM); Leo Vaz, Paulo Setúbal, Armando Caiubi, Leôncio de Oliveira, Otoniel Mota, Cornélio Pires, Amadeu Amaral, Valdomiro Silveira, Monteiro Lobato (SP), esse último lembrado muito mais pela sua produção para crianças, pelo artigo contra Anita Malfatti, pelas polêmicas com o Estado Novo ou pelas suas atividades editoriais do que como o autor de *Urupês.*

O desejo de retratar com verossimilhança a vida nas áreas interioranas levou esses escritores a incorporar o léxico e as construções peculiares ao falar caboclo, rompendo, dessa maneira, com o preciosismo verbal então imperante no texto literário. Para garantir a inteligibilidade, várias obras traziam glossários, que atestam o cuidadoso trabalho de observação e pesquisa realizado pelos autores. A existência de uma produção comprometida com

o local acirrava as discussões a respeito da vernaculidade, como bem frisou um artigo da *Revue de l'Amerique Latine,* consagrado à literatura brasileira e que foi transcrito nas páginas da *Revista do Brasil:*

> **Será** que o cuidado de formar um filme tão exato quanto possível das coisas de sua terra natal, levaria os escritores brasileiros ao emprego de ... meios literários, libertos das tradições e das lições da sua formosa língua ancestral? ... Um fato evidencia-se agora: a bandeira da emancipação desfraldou-se, a rebelião tem os seus partidários, seus chefes, seu programa.[31]

Nesse patamar, já não bastava postular a existência de diferenças entre o português daqui e o de além-mar, era necessário enfrentar a diversidade presente no interior das próprias fronteiras nacionais. Abria-se mais uma fissura na busca dos caracteres definidores da nação: qual o veículo adequado para expressar a brasilidade - a linguagem castiça, o linguajar do norte, o dos pampas, a gíria dos morros cariocas, a fala do caipira paulista? As propostas poderiam multiplicar-se até abranger cada recanto do país que possuísse um letrado disposto a tematizar as idiossincrasias locais. O português do Brasil, concebido nos discursos que lhe outorgavam o direito de trilhar caminhos próprios como um todo coeso e homogêneo, revelava-se um mosaico complexo que recolocava em pauta, sob nova perspectiva, o velho tema das fronteiras entre a linguagem oral e a escrita. Afinal, até que ponto, em nome da fundação de um estilo próprio, seria lícito redefinir tais limites?

A produção regionalista impôs deslocamentos importantes no debate em torno do idioma. A resenha de *Meu sertão* (1918), conjunto de poesias de Catulo da Paixão Cearense, publicada na *Revista do Brasil* iniciava-se com a seguinte questão - "é possível aceitar como língua, na qual se vazem versos, o modo de falar caboclo?" - A resposta, francamente negativa, considerava esse linguajar, a exemplo daquele utilizado por negros ou grupos imi-

31 GAHISTO, M. A vida literária. As letras brasileiras. *RBR,* v.22, n.86, p.154, fev. 1923.

grantes, como corrupção do dialeto brasileiro, único com direito à cidadania literária. Daí soar como um lamento o fato do

> maior *poeta* deste país, o poeta-poeta, o poeta cujas composições, feitas em música, vivem de norte a sul cantadas por todas as bocas, despertando em todos os peitos as mais suaves emoções, não tenha escrito o seu livro em *nossa* língua, a língua brasileira, filha da portuguesa. Escolheu para isso em vez do nosso dialeto a corruptela cabocla ... Fez assim um livro que não se dirige a nós brasileiros que lemos e sentimos, mas apenas ao resíduo racial que vegeta nos sertões e que não o lerá nunca porque é analfabeto. Se Catulo traduzir seus versos em nossa língua ... fará uma obra que marcará época, criará escola determinará correntes. Está nas suas mãos ser apenas um poeta caipira ou ser o maior poeta popular do Brasil.[32]

Os leitores eram brindados com a *tradução* para a língua geral de uma estrofe da corruptela cabocla - denominada por alguns de patuá bárbaro.[33]

A idéia de que os versos de Catulo não teriam nada a dizer aos brasileiros cultos foi de imediato combatida por Alceu Amoroso Lima. Em artigo sobre *Meu sertão* esse autor criticou a estreiteza daqueles que consideravam o livro compreensível apenas por sertanejos, assim como a intransigência ante a corruptela cabocla que, apesar de ser uma sublíngua, segundo sua avaliação, nem por isso deixava de ter direito à existência:

> Da mesma forma que o sertanejo não é senão uma sub-raça, seu falar não passa de uma sublíngua. Nem por isso, porém, deixa de existir incorporada essa massa de homens de caráter semelhante, em cujo sangue o caldeamento é quase idêntico e cuja língua, portanto, tem o direito de persistir, corruptela ou não, como expressão dessa onda de gente, o grande peso da nacionalidade. Que importa que essa língua não seja senão o português errado, sem verbos regulares,

32 Resenha *de Meu sertão. Bibliografia. RBR*, v.9, n.35, p.369, nov. 1918, grifos no original.

33 O termo foi utilizado por PEREGRINO JÚNIOR, J. da R. F. A língua nacional. *RBR*, v.18, n.70, p.171, out. 1921. Esse autor inclui-se entre os regionalistas que se dedicaram a retratar a Amazônia. Seu livro de contos *Pujança* (1929) foi premiado pela Academia Brasileira de Letras.

sem gramática, sem concordâncias, se ela tem a beleza da forma adequada, se ela é bem a expressão sonora da grande alma sertaneja?"[34]

Alceu considerava inoportuno atribuir a quem quer que fosse o título de poeta nacional, na medida em que o Brasil ainda carecia de um sentido de unidade. O autor recorria aqui à famosa imagem do país em infância, imaturo e incapaz de produzir o seu auto-retrato. Nessa abordagem, Catulo seria mais do que um poeta regional e menos que um poeta nacional, estatuto que ninguém poderia aspirar: "é tão falso julgar o Brasil por São Paulo ou Rio de Janeiro como pelo Tocantins ou o São Francisco. O sertanejo dos Campos Gerais é tão nacional como o marítimo da Bahia ou o operário dos grandes centros".[35]

Se Catulo gerava polêmicas, Monteiro Lobato era, nesse momento, uma unanimidade, o que não deixa de soar estranho para nós, acostumados que fomos à visão de um Lobato conservador e intransigente, incapaz de apreciar a pintura moderna. A partir de *Urupês,* o escritor paulista tornou-se um fenômeno de vendas. Ele esteve entre os primeiros a explorar o campo, então praticamente virgem, da literatura infantil. Do seu livro de estréia, *A menina do narizinho arrebitado,* o governo do Estado de São Paulo adquiriu, de uma só vez, 30 mil exemplares, que foram remetidos para todas as escolas públicas.[36] Lobato tornava-se assim figura duplamente popular entre as crianças, que em casa

34 LIMA, A. A. À margem de um livro. *RBR,* v.10, n.37, p.87, jan. 1919.

35 Ibidem, p.85.

36 Numa entrevista concedida muitos anos mais tarde, LOBATO, J. B. M. (1956a, p.191-3) explicou a referida compra, efetuada por Alarico Silveira, secretário de Washington Luís, então Presidente do Estado. Vale assinalar que Alarico Silveira, irmão de Valdomiro Silveira, autor editado por Lobato, era seu amigo pessoal, quanto à Washington Luís o autor de *Urupês* devia a sua nomeação para a promotoria de Areias (1907) e sua futura indicação para a assessoria na embaixada americana (1927). A *Revista do Brasil* publicou artigo elogiando a decisão da Diretoria Geral de Instrução Pública de introduzir nas escolas a obra de Lobato. BRUSCHINI, A. Literatura escolar. *RBR,* v.22, n.85, p.64-7, jan. 1923. Entretanto, esta não foi a única vez que Lobato encetou negócios com o governo. Sua empresa obteve bons lucros ao imprimir, para a Câmara Municipal de São Paulo, o álbum histórico *Brasil de outrora.* A respeito ver: LOBATO, J. B. M., 1959a, v.2, p.258-9.

seguiam o exemplo do Jeca tomando Biotônico e na escola compartilhavam as aventuras dos habitantes do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Em 1924 a sua editora lançou, além do *Jeca Tatuzinho,* livro que narrava as proezas do Jeca depois de curado, uma versão escolar de seus contos, destinada a estudantes secundaristas e que logo foi adotada por vários estabelecimentos de ensino.[37]

Os seus feitos no mundo das letras eram constantemente noticiados na revista que, conforme tivemos oportunidade de discutir, funcionava como uma importante vitrine tanto para os livros que editava quanto para os que ele próprio escrevia. O aparecimento de mais uma edição ou de uma nova obra, as traduções para outras línguas, as referências favoráveis que lhe eram feitas, as entrevistas que concedia, tudo era noticiado na *Revista do Brasil.*[38] A título de exemplo, seguem-se os comentários publicados quando do lançamento de *Urupês* na Argentina:

> Os autores brasileiros estão em voga na República Argentina ... Ainda agora chega-nos às mãos um exemplar de *Urupês,* o notável livro de contos do Sr. Monteiro Lobato, traduzido para o espanhol pelo ilustre poeta argentino Benjamin Garay ... Parecia-nos dificílima, senão impossível, uma tradução fiel do belo livro do consagrado escritor paulista, todo ele repleto de brasileirismos e expressões que, por serem absolutamente nossas, só nós as compreendemos e sabemos apreciar a sua acre e estonteante beleza. Pois o Sr. Benjamin Garay praticou essa proeza, conseguindo traduzir *Urupês* com absoluta fidelidade, sem lhe alterar o seu belo aspecto regional. Lançado assim no mundo buenairense, o livro do Sr. Monteiro

37 Notícia sobre a versão escolar dos contos de Lobato, adotada, entre outros, pelo Colégio Mackenzie, está em Resenha de *Contos escolhidos* de Monteiro Lobato. *RBR*, v.25, n.104, p.338, ago. 1924.

38 Comentários favoráveis ao escritor, publicados na revista argentina *Atlântida,* foram reproduzidos na *RBR,* v.18, n.71, p.271-2, nov. 1921; enquanto um longo artigo de Isaac Goldberg, estampado no *Evening Boston,* pode ser encontrado na *RBR,* v.18, n.72, p.377-80, dez. 1921. A versão de contos de Lobato para o italiano foi anunciada na *RBR,* v.23, n.91, p.229, jul. 1923; e o lançamento de *Urupês* na Espanha foi noticiado duas vezes: uma na *RBR,* v.23, n.90, p.160, jun. 1923, e a outra, juntamente com transcrição de carta elogiosa do editor responsável à Lobato, na *RBR,* v.24, n.92, p.363, ago. 1921. As entrevistas concedidas a órgãos da imprensa eram reproduzidas na revista. Ver: LOBATO, J. B. M. O romance brasileiro. *RBR,* v.28, n.109, p.75-7, jan. 1925.

> Lobato alcançou logo imenso sucesso, tendo o nome do brilhante escritor patrício conquistado uma grande popularidade na capital portenha. Tanto assim que *La Nación* lhe dedicou uma página inteira e outras publicações como *Plus Ultra*, *Caras y Caretas*, *Nuestra Era* e outras estampam, acompanhado de grandes elogios, o retrato do escritor paulista.

Seguia-se a transcrição de uma carta enviada à Lobato por Horário Quiroga e um artigo de Martin Saavedra, publicado no jornal *El Telégrafo* de Montevidéu, ambos altamente elogiosos. Anunciava-se, ainda, a tradução - a cargo de Isaac Goldberg - do livro de Lobato para o inglês.[39]

Seus feitos não se circunscreviam, porém, à literatura. Intelectual partícipe das questões do seu tempo, ele engajou-se de forma apaixonada na campanha sanitária ao lado de Belisário Penna, Artur Neiva, Afrânio Peixoto, Renato Kehl e outros médicos de renome. Os artigos que publicou a respeito do assunto foram enfeixados no livro *Problema vital*, editado sob o patrocínio das prestigiosas Liga Pró-Saneamento e da Sociedade de Eugenia. A ciência pagava seu tributo ao criador do Jeca Tatu, personagem que passou a simbolizar o descaso do governo para com a população rural.

Mas Lobato também era um bem-sucedido empresário da cultura. Ele detinha em seu poder a prestigiada *Revista do Brasil*, principal periódico de cultura da época; uma florescente editora, responsável por transformações importantes no que respeita à concepção do livro, seu formato, método de divulgação, comercialização e distribuição. Não satisfeito, aliou às atividades editoriais um parque gráfico dos mais bem equipados do país. Noutras palavras, ele conseguiu reunir em suas mãos várias instâncias de consagração, o que sem dúvida fazia dele figura das mais influentes.

Do ponto de vista estritamente literário, a crítica do período aplaudia o estilo de Lobato, considerado único; seu compromisso com a realidade nacional; sua capacidade de forjar, sem afrontar abertamente a gramática, a tão sonhada língua brasileira:

39 A literatura brasileira na Argentina. *RBR*, v.17, n.67, p.364-5, jul. 1921. A literatura brasileira na Argentina. *RBR*, v.17, n.67, p.364-5, jul. 1921.

> o autor de Urupês, evidentemente, retrata a alma brasileira, com o que ela possui de mais belo mais puro, na irregularidade bravia de sua prosa ... O Sr. Monteiro Lobato é o escritor brasileiro que melhor reflete o momento nacional. É o escritor mais brasileiro do Brasil ... Pregando e realizando, com uma coragem resoluta, o nacionalismo literário da forma, da imagem, da idéia, do estilo e do assunto, o contista de *Faroleiros* está criando também o nacionalismo da linguagem. Da linguagem principalmente. Porque - é bom notar - o Sr. Monteiro Lobato é quem está adotando, nas nossas letras, a verdadeira língua nacional, sem travos rançosos do classicismo lusitano, mas também sem claudicâncias esdrúxulas da sintaxe sertaneja. Apanhando na enxurrada das ruas os brasileirismos, as expressões mais características e pitorescas do falar do nosso povo, o autor de Urupês está construindo o monumento admirável de uma nova língua literária original, formosa, pitoresca, que melhor traduz, e mais diretamente, a alma brasileira, nas suas tradições, nos seus hábitos, nas suas emoções, nas suas vibrantes alegrias e íntimas tristezas, no contraste eterno da sua vida.[40]

Aos méritos literários, associavam-se predicados de liderança que o tornavam um "condutor de inteligências ... talhado para ir na frente. E vai. Segue-o, lembrando certos *rabbis* nas estradas da Judéia de outrora, a turba dos que ele galvaniza como seu prestígio, ouvido alerta para não perder a direção do canto da sereia fascinante ... Seu nativismo influiu em muitos espíritos que se debatiam na maré literária, estonteados pelo entrechocar das ondas das escolas, sem saber que rumo seguir".[41]

O seu nome estava diretamente associado ao regionalismo:

40 PEREGRINO JÚNIOR, J. da R. F. A língua nacional. *RBR*, v.18, n.70, p.171, out. 1921. E no mesmo sentido: "Vejamos o caso de Monteiro Lobato, que é escritor tipicamente brasileiro e personalíssimo em seu estilo. O que faz todo o encanto de sua prosa é que ela fala de nossas coisas e de nossa gente numa linguagem sua, colorida, pitoresca, cheia de tics e peculiaridades, que nos faz sentir ao mesmo tempo o meio e o escritor que o pinta. Adotasse o autor de *Urupês* o frio, o seco e mecânico estilo dos nossos classicisantes e o brilhante e festejado autor paulista não teria outros leitores se não os pobres escolares a quem se inflige a tortura dos trechos de seletas". SALLES, A. A língua nacional. *RBR*, v.20, n.77, p.42-3, maio 1922.

41 OLIVEIRA E SOUSA, A. de. Uma década fecunda. *RBR*, v.28, n.112, p.299, abr. 1925.

> Monteiro Lobato, o grande escritor crioulo, antes de tudo é o caricaturista poderoso dos nossos hábitos. Vem daí a distinção do seu regionalismo, singular, inconfundível ... Monteiro Lobato é um representativo, na acepção conveniente da palavra. Nos seus contos não é apenas o colorido, é a própria essência deles que denuncia o ambiente onde se tramam. Cenário e personagem, o artista sabe casá-los de tal jeito, que fora impossível separar um do outro ... Monteiro Lobato não faz conto só para gáudio das gentes. Os seus contos cumprem destino mais elevado, qual seja o de registrar, em todos os seus aspectos, determinado momento da vida social do interior ... Por tais motivos, é que lhe apetece a gramática viva, essa que se sujeita, bem como os organismos, a leis vitais, essa que, em suma, é a gramática legítima.[42]

Não sem uma dose de exagero, chegou a ser considerado o criador do regionalismo.[43]

Esta associação devia-se, não apenas à produção ficcional lobatiana, como também ao fato da sua editora e da *Revista do Brasil* abrirem amplo espaço para os escritores comprometidos com a corrente regionalista. Os nomes que se seguem estavam ligados a Lobato, ora na condição de colaboradores da sua revista, ora como autores por ele editados ou, em alguns casos, por ambos os motivos: Valdomiro Silveira, Paulo Setúbal, Cornélio Pires, Amadeu Amaral, Leo Vaz, Hilário Tácito, Menotti del Picchia, Afonso de Freitas, Ricardo Gonçalves, Veiga Miranda, Albertino Moreira, Othoniel Mota, Alberto Rangel, José Antonio Nogueira, João do Norte, Hugo de Carvalho Ramos, Roque Calage, Mário Sette, - os dois últimos representantes da *Revista do Brasil*, respectivamente, no Rio Grande do Sul em Pernambuco. Fica evidente que, no discurso da época figuravam entre os *regionalistas* uma vasta gama de autores aos quais, rigorosamente falando, não cabe-

42 ARINOS, P. O macaco que se fez homem. RBR, v.25, n.98, p.171-2, fev. 1924. Ver também OLIVEIRA E SOUSA, A. de. Uma década fecunda. *RBR*, v.28, n.112, p.297, abr. 1925.

43 "Não sei se ainda haverá burgo provinciano, rincão habitado, confins do Brasil, aonde num rumor de entusiasmos, não hajam chegado as últimas vibrações da aura popular que agitou e impeliu vitoriosamente o nome do pioneiro ilustre do regionalismo naturalista. É que o evangelizador supremo da nossa mentalidade já o apontara à nação." VASCONCELLOS, J. O Sr. Monteiro Lobato. *RBR*, v.29, n.113, p.26, maio 1925.

ria o epíteto. Este fato atesta que o critério de atribuição derivava da vinculação ou comunhão de idéias com Lobato.

No início dos anos 20, o autor de *Urupês* podia ser apresentado, a um só tempo, como escritor prestigiado - "o mais representativo homem de letras da nossa pátria", segundo a opinião de muitos -, renovador da literatura e da língua, para a qual traçara um modelo evolutivo;[44] militante ativo da campanha em prol do saneamento do país e da melhoria das condições de vida da população rural; crítico de arte dos mais respeitados, que colocava a sua pena a serviço de uma peculiar apreensão da brasilidade, que lhe permitia louvar Brecheret e condenar Anita (Fabris, 1995; Chiarelli 1995); isso tudo sem contar sua *performance* como homem de ação, empresário arrojado e bem-sucedido, um típico *self made man;*[45] exemplo síntese do caráter empreendedor legado aos paulistas pelos bandeirantes.[46] É interessante notar que à sua atuação nos campos literário e editorial foram creditadas transformações de vulto nas letras paulistas:

> Não há em São Paulo tão real progresso como o das letras ... São Paulo não lia. Prosperava, progredia, truculentamente e só espantava pela truculência dos progressos. Ora, hoje, São Paulo lê. Tem uma literatura, com os seus editores, com o seu público ... Em nenhuma das manifestações da nossa vida foi tão rápido esse pro-

44 VASCONCELLOS, J. O Sr. Monteiro Lobato. *RBR*, v.29, n.113, p.35, maio 1925, e GAHISTO, M. A vida literária. As letras brasileiras. *RBR*, v.22, n.86, p.156, fev. 1923.

45 Já deve estar patente que vários episódios da vida de Lobato estão envoltos numa aura lendária, em grande parte difundida por colaboradores, admiradores e pelo próprio autor, nas numerosas entrevistas que concedeu ao longo da vida e na *Barca de Gleyre.* Assim, parece que ele se tornou escritor por acaso, ao remeter *Velha praga* para o jornal. Editou, por conta própria, *Urupês e* o sucesso do livro levou-o a interessar-se pelo negócio editorial. Apesar dos erros, como tirar 50 mil exemplares de um único livro, sua ingenuidade foi milagrosamente premiada com uma compra providencial do governo. Cansado, seguiu o conselho de um colega e experimentou o Biotônico, que o inspirou a escrever *Jeca Tatuzinho,* graciosamente ofertado ao fabricante, e que acabou tornando-o conhecido em todos os vilarejos do país. Apesar do trabalho de Edgard Cavalheiro, que procurou relativizar essa construção, ela ainda é dominante, o que certamente não está entre os menores feitos de Lobato.

46 Para tal associação ver: CÉSAR, G., 1983, p.40 e TRAVASSOS, N. P., 1974, p.87.

> gresso. Neste pedaço do Brasil, mais do que em qualquer parte, afirma-se, pois, a nacionalidade, pelo livro e pelas letras, pelas afirmações mais cabais ... A *Revista do Brasil* e a sua casa editora ... nasceram de um livro *Urupês* e de nossos livros têm vivido. Não procuraram consagrações: consagram elas próprias. A série das suas edições corresponde à galeria dos novos ... Qual é, entretanto, a literatura paulista, quais os seus caracteres, as suas idéias, o seu programa? Programas, idéias, caracteres estão nas suas obras, cujas edições foram consultas ao público e são hoje outros tantos triunfos. O nacionalismo entra nelas o bastante para torná-las brasileira, sem que degenere em preconceito. A casa editora *Revista do Brasil* representa o progresso do livro paulista, com os seus 150.000 exemplares editados em 1921, sobre 50.000 no ano anterior.[47]

Nas linhas deste editorial redigido por um dos diretores da *Revista do Brasil,* está claramente expresso o desejo de exaltar São Paulo não apenas como pólo dinâmico da economia nacional, mas também como um centro de irradiação intelectual, o que sem dúvida implicava uma tentativa de ofuscar o brilho do Rio de Janeiro, sede da prestigiosa Academia, do famoso círculo de boêmios da Rua do Ouvidor, de numerosos jornais e revistas, dos salões, cafés, confeitarias, teatros, cinemas, livrarias e editoras; enfim a nossa *Paris Atlântica,* com sua elegante Avenida Central, a capital cultural do país, para onde se dirigiam os aspirantes à glória no mundo das letras (Needell, 1993). Alguns anos antes Alceu Amoroso Lima, partindo da constatação de que "a grandeza militar e econômica dos povos precede a sua grandeza moral e artística", vaticinava:

47 FERRAZ, B. O momento. *RBR,* v.22, n.73, p.3-4, jan. 1922. Compare-se o texto transcrito com as seguintes considerações do mesmo autor, tecidas alguns anos antes: *"Res, non verba* — foi a divisa do bandeirante, que tanto fez e nada escreveu nem cantou ... E a verdade é que, se nossa cultura é real, poucas provas tem dado de si fora da esfera material. Nossos poetas são raros, raríssimos os escritores ... Em nós, de feito, predomina esse gênio da ação ora apregoado como novo. Se ao Brasil ele se recomenda, a São Paulo impõe-se a reação culta. Havemos de estudar, pensar e falar se quisermos valer-nos". FERRAZ, B. A reação da cultura. *RBR,* v.9, n.36, p.492, dez. 1918.

> Até os nossos dias continuou a capital do Império, e depois da República, a ser o centro econômico e literário do Brasil ... Hoje, a mesma lei histórica ... nos autoriza a prever que o futuro movimento intelectual no Brasil vai irradiar de São Paulo. Vivendo em pleno germinar da idéia regionalista, desfrutando metade da fortuna nacional, possuindo uma aristocracia da terra, tendo herdado os seus filhos a altivez e o bom senso dos "paulistas" de Piratininga, prepara-se São Paulo para a realeza na República. Não é caso de invejas pequeninas, esforcemo-nos, somente, porque o regionalismo, em vez de abafar o nacionalismo, lhe insufle novo vigor. O século XVI pertenceu a Pernambuco, o XVII à Bahia, o XVIII à Minas Gerais, o XIX ao Rio de Janeiro, o século XX é o século de São Paulo.[48]

Nesse esforço de impor São Paulo como centro pensante, a revista, que se intitulava do Brasil mas sempre foi um empreendimento paulista, desempenhou importante papel. Sua existência já se constituía uma demonstração de força: integrava o diminuto rol das revistas de cultura, ostentava uma longevidade incomum para os padrões da época, passara da redação do poderoso jornal O *Estado de S. Paulo* para as mãos de um dos mais ilustres representantes das nossas letras, que fez dela o ponto de partida para o maior empreendimento editorial da República Velha. Essa ambição paulista de igualar os feitos econômicos aos intelectuais não escapou a um observador estrangeiro:

> O Estado de São Paulo é hoje um dos elementos mais ativos do progresso econômico e social do Brasil ... São Paulo não é somente a Manchester sul-americana, que a Argentina e os demais países deste continente admiram. É, ademais, um centro de irradiação intelectual de grande prestígio no Brasil. A literatura brasileira tem, neste momento, nesse próspero Estado, uma de suas faces mais características. Rompendo com os preconceitos da geração de escritores que, no início deste século, pôs em moda o horror das coisas nacionais ... contemplaram face a face o homem e a terra ... fixaram seus costumes, salientaram as qualidades e os defeitos da raça ... Congregados em torno de Monteiro Lobato, foram aparecendo novelistas e poetas de valor como Leo Vaz, Hilário Tácito, Godofredo Rangel, Menotti del Picchia, Paulo Setúbal, Veiga Miranda, Valdomiro Silveira, Ribeiro Couto, para não citar senão aqueles que oferecem uma modalidade que é filha da terra ... O idioma em que

48 LIMA, A. A. Êxodo. *RBR*, v.6, n.21, p.33 e 35, set. 1917.

> escrevem, principalmente Monteiro Lobato, é rico em plasticidade, opulento de vocábulos indígenas, já perfeitamente diferenciado do português ... O nacionalismo dos escritores paulistas é filho da opulência da terra. A riqueza crescente da fortuna pública e privada determinou esse orgulho nativista, peculiar ao caráter dos paulistanos. Sentindo-se fortes e exuberantes em meio a outros Estados, mais ou menos prósperos, da federação brasileira, os homens de São Paulo mostram como é natural a justificada vaidade de suas conquistas materiais e intelectuais.[49]

A reação não tardou. José Maria Bello criticou duramente o editorial de Brenno, colocando em dúvida a existência de um movimento literário paulista, uma vez que esse foi incapaz de produzir um Machado, um Euclides ou um Bilac. Confessava desconhecer autores e livros de São Paulo, à exceção de "três ou quatro poetas e escritores" - Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Leo Vaz e Menotti del Picchia. Ponderava que "para caracterizar-se o movimento literário de São Paulo, não basta citar cifras a que atingiram as últimas edições de algumas livrarias ou casas editoras ou recordar quatro ou cinco nomes de brilhante relevo", chamando a atenção para a necessidade de determinar "os motivos dessa rápida evolução mental e o espírito que, porventura, a anima". Sublinhava ainda a acentuada tendência da produção paulista para o "regionalismo à moda antiga", incapaz de traduzir "as aspirações, os desejos, as ânsias da sub-raça futura".[50] O artigo, que não foi transcrito na revista, suscitou três outros de Brenno Ferraz, além de uma carta aberta de Sud Mennucci, manifestando seu apoio ao diretor da *Revista do Brasil.*[51]

49 GARAY, B. O movimento paulista na literatura brasileira. *RBR,* v.22, n.73, p.70-1, jan. 1922. Nas avaliações da literatura paulista era comum tanto a inclusão de autores de outros Estado, como acontece aqui com o mineiro Godofredo Rangel; quanto a classificação de novos para autores que de fato precederam cronologicamente à Lobato, caso de Valdomiro Silveira.

50 BELLO, J. M. Vida literária — O movimento literário em São Paulo e a literatura nacional. Apud: FERRAZ, B. A literatura em São Paulo. *RBR,* v.19, n.74, p.lOO e 103, fev. 1922.

51 MENNUCCI, S. Carta aberta a Brenno Ferraz. *RBR,* v.20, n.79, p.256-8, jul. 1922. O autor era colaborador da *Revista do Brasil.* Seu livro *Alma contemporânea* mereceu resenha das mais elogiosas no periódico. *RBR, v.8,* n.l8, p.324-5, jul. 1918.

Em seu primeiro artigo Brenno tentou mostrar, contrariamente ao que afirmava Bello, que a fermentação literária paulista era resultado de um progresso mental gradual e contínuo, que remontava à paz com o Paraguai. O nosso autor referia-se então à Convenção de Itu, à propaganda republicana, ao fomento da imigração, à construção das estradas de ferro, à industrialização, à imprensa e às escolas de São Paulo para concluir:

> se houve evolução mental fizemo-la nós e só nós, neste país. A Abolição encontrou a nação desaparelhada de braços. São Paulo já recebia levas imigratórias ... A República encontrou um país profundamente monárquico, o Norte à frente. São Paulo concentrava o grande núcleo republicano de escol... Evolução mental longa e não rápida, portanto. Seu fator mais remoto e sólido - a estrada de ferro. Seu fator decisivo e último, as milhares de escolas paulistas. A atividade literária é simples corolário. Procede de circunstâncias especiais que determinaram a fundação da *Revista do Brasil*... [e] da Liga Nacionalista.[52]

Reivindicava para São Paulo o mérito da solução de todos os problemas nacionais, reafirmando sua vocação para a liderança e sua importância econômica e histórica.

Nos outros dois artigos ele tentou responder à mais séria objeção de Bello, que pretendia desqualificar a produção paulista por meio do adjetivo regional, impregnado de conotações negativas. Sua argumentação caminhou então a fim de invalidar a oposição universal-local, assumida como característica inerente desta literatura. Apoiado em exemplos egressos da biologia darwiniana, Brenno argumentava que no mundo natural, assim como na arte, só a exceção era criadora, uma vez que o mediano e o comum, segundo sua concepção, não sensibilizariam. Processo análogo ocorreria na literatura: Jeca Tatu, nessa perspectiva, não seria o caboclo médio, com o qual se topa a todo instante, mas um símbolo que fixa "tudo o que na coletividade mais ou menos escapa,

52 FERRAZ, B. A literatura em São Paulo. *RBR*, v.19, n.74, p.101-2, fev. 1922. Note-se que a polêmica em torno da existência ou não de uma literatura paulista ocorre Concomitantemente à realização da Semana de Arte Moderna, evento nem sequer mencionado na *Revista do Brasil*.

liqüefeito e dissolvido na massa e que só ele cristaliza". O articulista desenvolve raciocínio semelhante para o personagem de Cervantes, concluindo que o "Jeca significa o brasileiro como Quixote, todos os idealistas, confirmando, ambos, no entanto o princípio da exceção criadora ... Jeca é o pecado nacional. Não o neguem. Absolvam-no, si o quiserem, com penitência ou sem ela. É o nome de um apático, mas nome-potência, que vai criando, pela só força da exceção".[53]

As suas tentativas de extirpar as conotações restritivas e depreciativas que envolviam o regionalismo ou caboclismo levaram-no a ensaiar uma conceituação do gênero. Propôs que se diferenciasse a literatura puramente anedótica, presa exclusivamente ao local e escrita em linguagem dialetal - na qual por certo ele não titubearia em incluir Catulo da Paixão Cearense - e a *verdadeira literatura,* aquela na qual o regional deixa de ser mera expressão de particularidades para sintetizar emoções humanas veiculadas com cuidados de estilo e forma. Tal regionalismo, integrado ao universal, seria o melhor passaporte da produção paulista, capitaneada por Lobato:

> Que é regionalismo? Uma palavra vazia de sentido, tão vazia que comporta nos limites de sua acepção toda a literatura universal ... Em que prejudica o conceito filosófico do D. Quixote o "regionalismo" de suas páginas? Em que deperecem Braz Cubas, D. Casmurro e Quincas Borba, com respirarem história, costumes, sentimentos e idéias brasileiras? Donde o sentido filosófico d'0 *Professor Jeremias,* se não do seu profundo regionalismo? E a admirável visão céptica de Hilário Tácito em *Madamme Pommery,* livro que não é de uma "região", mas de uma cidade. E a filosófica renúncia de Godofredo Rangel, nesse livro de sertão que *é Vida ociosa?* Não é impossível que, pelo critério pejorativo de "regionalismo", vejamos amanhã no índex literário aquela provinciana de Flaubert, a Bovary do comício agrícola e das desabaladas fugas a cavalo ... E o "regionaleiro" Anatole? ... A obra de Monteiro Lobato, vem vincada de legítimo realismo, deve a literatura de São Paulo o epíteto de "regionalista", com que falsamente pretendem qualificá-la. *Urupês,*

53 FERRAZ, B. Jeca Tatu e o princípio da exceção criadora. *RBR,* v.19, n.74, p. 198-9, fev. 1922.

porém, com o seu Jeca e a dramaticidade dos seus tipos, só é "regional", à moda antiga ou moderna, como "regionais" são as obras mestras da literatura universal.[54]

É preciso notar que essa postura diferia sensivelmente de outra em voga no período, que encarava o regionalismo como um estágio obrigatório ao qual a literatura estaria presa por razões atávicas. Assim, de nada adiantaria exigir o abandono do feitio localista da produção brasileira, uma vez que:

> Nossa civilização de enxerto é ainda muito tenra e muito jovem para dar frutos de que somente são capazes as velhas civilizações de velhas raças, nutridas de longa cultura e firmadas em sólidas raízes de tradições étnicas ... Quanto ao mais pode-se dizer que o regionalismo literário é uma necessidade, no sentido filosófico do termo, é quase uma fatalidade orgânica, a que não pode fugir um povo em fase de crescimento.[55]

Ironicamente, foi em 1922 que a *Revista do Brasil* - porta-voz dos regionalistas - passou a reivindicar para São Paulo a hegemonia no mundo das letras, desafiando abertamente o *establisbtnent* representado pelo Rio de Janeiro (Carvalho, 1988, p.13-21; Gomes, 1993, p.62-77). Nesse mesmo ano Lobato, então no auge do seu prestígio, amargaria um duro revés ao candidatar-se, sem sucesso, a uma vaga na Academia Brasileira de Letras.[56] Sua derrota pode ser interpretada como uma represália às aspirações paulistas no campo cultural, nele personificadas.

Entretanto, de onde os postulantes à supremacia literária julgavam provir a legitimidade de suas reivindicações? Sem dúvida, do fato deles acreditarem possuir respostas para a maior e mais séria crítica que pesava sobre a produção brasileira: o seu caráter reflexo e imitativo, que permitia a um indivíduo culto, mesmo sendo brasileiro, ignorá-la sem grandes prejuízos:

54 FERRAZ, B. A literatura em São Paulo. A sub-raça — o regionalismo. *RBR*, v.19, n.75, p.199-200, mar. 1922.

55 SALLES, A. Regionalismo. *RBR*, v.21, n.82, p.101-2, out. 1922. Idêntica postura foi defendida por LIMA, H. O conto. *RBR*, v.21, n.83, p.204, nov. 1922.

56 Sua versão para o episódio está em LOBATO, J. B. M., 1959a, v.II, p.244.

> A literatura brasileira existe mas não vive. A literatura brasileira sempre acompanhou os movimentos europeus, nunca suscitou uma idealidade própria além de suas fronteiras ... E possível, é perfeitamente possível ser um brasileiro inteligente, cultivado, cheio de pensamento e rico de seiva criadora e não ler habitualmente os livros brasileiros, ignorar o passado literário brasileiro.[57]

A idéia de que o Brasil ainda não produzira, no domínio artístico e cultural, algo de próprio, forte e original era corrente, atribuindo-se esse estado de coisas à imitação e subserviência deslumbrada a tudo o que fosse estrangeiro: "No Brasil o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro é, pode-se dizer, o único que não tomamos de nenhuma outra nação. É, pois, o único traço característico que já se pode perceber nessa sociedade em formação que se chama: o povo brasileiro".[58] Traçar caminhos próprios, sem o *referendum* do exterior, afigurava-se como o verdadeiro índice de maturidade de uma nação:

> Não façamos do Brasil um grande cais para onde a Europa ou a América do Norte nos mandem, empacotado no fundo de seus navios, o pior das suas civilizações. Volvamo-nos sobretudo para as nossas regiões nortistas e centrais - as mais brasileiras do Brasil - que estão sendo esquecidas, com prejuízo das nossas culturas e o abandono das nossas riquezas, para congestionarmos a orla do litoral, onde mais intensa palpita uma civilização fictícia, postiça, artificial, de ademanes e arremedos, com seu cosmopolitismo aventureiro e dissolvente da nossa nacionalidade.[59]

Os regionalistas orgulhavam-se em proclamar sua independência em relação à escolas e modismos europeus. A incorporação de temas e linguagem da terra parecia-lhes suficiente para realizar o tão desejado programa de nacionalização da literatura brasileira, missão que *naturalmente* deveria assegurar-lhes papel pre-

57 LIMA, A. A. A literatura brasileira e acrítica. *RBR*, v.28, n.111, p.262-3, mar. 1925.

58 HOLANDA, S. B. de. Ariel. *RBR*, v.14, n.53, p.85, maio 1920. A respeito do maxixe, consagrado primeiro na Europa para depois ser aceito no Brasil, ver: RIBEIRO, F. A estética do maxixe. *RBR*, v.16, n.61, p.86, jan. 1921.

59 BRITO, L. A. C. de. Tradição e progresso. *RBR*, v.14, n.54, p.145, jun. 1920.

ponderante no mundo da cultura. O grupo que sustentou oposição ao cosmopolitismo, simbolicamente identificado com o Rio de Janeiro, não era exclusivamente composto nem de escritores regionalistas, nem de paulistas. Contudo, o que importa destacar é que a luta assumiu um caráter de afirmação da paulistaneidade: São Paulo, que já fornecera à Nação o café, as indústrias, um passado glorioso, uma raça de bravos, um território de dimensões continentais, desejava agora brindá-la com uma língua e uma arte próprias, coroando assim os esforços de enfim dotar o Brasil de sentido e continuidade histórica, graças ao trabalho de construção de mitos, símbolos e heróis capazes de serem compartilhados por todos os seus filhos. Desde logo, percebe-se a dimensão política da questão, uma vez que nessa busca dos caracteres particularizadores da Nação fundiam-se o anseio de autonomia e afirmação ante o estrangeiro, manifesto no desejo de possuir uma língua própria, capaz de dar conta da sensibilidade local; a dificuldade - se não impossibilidade - de encontrar critérios objetivos para definir o nacional; e a tentativa paulista, aberta pela referida dificuldade, de apresentar-se como padrão ou modelo válido para todo o país.

No entanto, o esforço dos escritores regionalistas forçou uma outra apreensão do idioma nacional, que não mais poderia continuar sendo concebido a partir de premissas abstratas e genéricas, que supunham a existência de uma *língua brasileira* homogênea. Abriram caminho para a dialetologia, evidenciando a pluralidade no que se queria uno; romperam com o purismo, o perfeccionismo e o refinamento na escolha dos vocábulos; incorporaram, em razão do compromisso de autenticidade, a linguagem coloquial ao antes imaculado texto literário, desbastando a trilha que seria percorrida pelos sucessores. Esse distanciamento em relação à gramática tornava-os, segundo acreditavam, os pioneiros da nova língua.

Se durante um bom tempo a argumentação em prol da vernaculidade do nosso português caminhou a fim de convencer os especialistas de além-mar da validade do falar da América, numa postura até certo ponto servil de quem espera por parte dos supe-

riores o devido reconhecimento; a produção regionalista, com sua sintaxe e seu léxico peculiar, marcados pela oralidade, estava a meio caminho das formulações modernistas, claramente expressas por Mário de Andrade:

> nós não temos que nos importar com Portugal. Basta a gente se amolar com o Brasil, o que é uma serviceira tamanha! ... Coincidir ou não com a língua portuguesa e o termo vindo dela: não nos importa socialmente nada. O Brasil hoje é outra coisa que Portugal. E essa outra coisa possui necessariamente uma fala que exprime as outras coisas de que ele é feito. É a fala brasileira. (Lopez, 1976, p. l13)

Obviamente, não se trata de encurtar a considerável distância que separa modernistas e regionalistas. Esta foi expressa, de modo patente na própria *Revista do Brasil* quando, a partir de 1923, Paulo Prado, sócio de Lobato na editora, passou a dirigi-la. Nos dois últimos anos de sua primeira fase, a publicação tornou-se um campo minado no qual as facções em luta mediam, a cada página, suas forças. A título de exemplo, pode-se citar o número 88, publicado em abril de 1923, que tinha Paulo Prado e Monteiro Lobato na direção e Júlio César da Silva como redator-secretário. Defendendo os ideais modernistas havia o editorial de Paulo Prado; um artigo de Mário de Andrade, rebatendo objeções ao movimento estampadas em jornais paulistas, e texto de Renato de Almeida, saudando a liberdade de criação moderna por meio da análise de *Paulicéia Desvairada.* No entanto, os dois contos publicados na revista eram da autoria de Monteiro Lobato e Júlio César da Silva; na seção *Bibliografia,* que não vinha assinada, o articulista, em mais de uma oportunidade, referiu-se de modo crítico às novas formas de expressão; enquanto artigos de Aristeo Seixas e Ângelo Guido atacavam, de forma violenta e com adjetivos pouco elegantes, o *futurismo* e seus seguidores. As opiniões discordantes não desapareceram nem mesmo quando o cargo de secretário passou a ser ocupado por Sérgio Milliet, em fevereiro de 1924.

Enquanto na avaliação feita pelos regionalistas o modernismo apresentava-se como mais uma importação européia, mere-

cendo, portanto, ser combatido,[60] os adeptos da nova corrente contra-atacavam alegando serem os verdadeiros intérpretes da alma nacional.[61]

A ampla contextualização ensejada pela revista deve ter alertado para o caráter simplificador e empobrecedor do discurso que, ao arredondar arestas e encobrir diferenças, acabou por pasteurizar a produção do início do século, reduzindo-a, a partir de um critério exclusivamente cronológico, à condição de pré-moderna. O trabalho, no dizer de Bosi, "paciente e amoroso" de certos autores no trato da realidade local, a atenção aos costumes, hábitos, cenas, linguagem e folclore, fazem-nos companheiros dos modernos na preocupação com a temática nacional. É certo que sempre se poderá argumentar que apenas os últimos foram capazes de superar de vez o tom exótico, artificial e pitoresco comum a certos regionalistas, mas isso não garante à vanguarda exclusividade absoluta no trato da questão. De fato, as propostas modernistas foram nutridas em um ambiente dominado pela urgência de pensar o Brasil-Nação.

60 "Antes de tudo, devemos observar que o futurismo, ou que melhor nome tenha, não é um movimento otiginado pela expansão natural do espírito nacional: trata-se de uma escola importada que se quer adaptar ao nosso meio por processos artificiais, sem se verificar se realmente esse meio está em condições de receber e fazer medrar as idéias que vieram de fora em livros, como vêm as sementes de hortaliças em envelopes com letreiros." SALLES, A. Abaixo as escolas! RBR, v.28, n.110, p.141, fev. 1925. Ver também: CARDOSO, V. L. A lição de Euclides. *RBR*, v.25, n.104, p.349, ago. 1924.

61 Comentando o Manifesto Pau-Brasil de Oswald de Andrade, Prado afirmou: "Ignoramos e desprezamos o espetáculo vivo da nossa terra e da nossa raça; pouquíssimos vão procurar fatos, temas, inspirações nos aspectos do Brasil de hoje, adolescente e inquieto. E onde encontrar, para uma realização criadora, disciplinada por um ideal preconcebido de beleza — segundo a fórmula conhecida — maior e melhor soma de realidade? Brasil, brasileiros, brancos, vermelhos e pretos, paisagens do mais revoltante mau gosto, céus de um azul de capela com estrelinhas de ouro, de terra de vermelhão e roxo, caras sarapintadas de mestres-de-obras portugueses, postes elétricos em esqueletos de árvores, telefones na mata virgem, discos vermelhos de estradas de ferro surgindo como luas entre coqueiros, aeroplanos pousando em praias desertas, botes automóveis fonfonando nos rios do sertão, bandeirantes italianos, conquistadores sírios — toda a vida desordenada da terra nova e rica, em plena puberdade ardente, oferecendo-se à fecundação do primeiro desejo ... E sem dúvida nesse saboroso *cocktail* que se inspirou um dos azes do ultramodernismo nacional, quando imaginou a poesia 'pau-brasil', nova e feliz transformação do nosso indestrutível mal literário". PRADO, P. O momento. *RBR*, v.25, n.100, p.289, abr. 1924.

Romper completamente as vinculações, não admitir a existência de prenúncios ou antecessores em nome da instauração de um moderno absoluto, surgido do nada, não implicaria para o historiador cair num engodo e endossar, tranqüilamente, sem qualquer desconfiança, um discurso de guerra, empunhado por um grupo que lutava para afirmar sua hegemonia no campo intelectual? Nessa perspectiva, a questão da linguagem é esclarecedora. Das reivindicações de vernaculidade até a revolução levada a efeito por alguns dos participantes de 1922 foi um longo caminho. Apresentar os modernos como concludentes de uma tarefa iniciada por outros não diminui em nada o mérito do trabalho que realizaram, antes restitui-lhes uma historicidade que de fato nunca passou desapercebida a Mário de Andrade, o escritor que mais se empenhou em levar a cabo a sistematização da norma brasileira a fim de dotá-la de cidadania literária (Schelling, 1990).

Data de 1922 a sua intenção de elaborar uma gramática da nossa fala, projeto que somente abandonaria em 1929.[62] Nas anotações destinadas ao livro, nas referências feitas a ele, assim como inúmeras vezes ao longo de sua obra, Mário de Andrade explicitou limpidamente seu distanciamento em relação ao regionalismo, esclarecendo que visava "a estilização culta e não a fotografia do popular" com o intuito de escrever "brasileiro, sem por isso ser caipira, mas sistematizando erros diários de conversação, idiotismos brasileiros e sobretudo psicologia brasileira" (Andrade, 1958, p.87),[63] numa postura dinâmica que, invertendo a prática então

62 Os originais de Mário de Andrade destinados à *Gramatiquinha* foram organizados e comentados por: PINTO, E. P., 1990. Os textos de Mário vêem precedidos de um estudo a respeito dos motivos que o teriam levado a idealizar e anunciar a obra; das concepções lingüísticas que a orientavam e das pesquisas que ele empreendeu visando a sua elaboração. Segue-se um ensaio interpretativo de cada uma das partes — fonologia, lexiologia, sintaxe e estilística — que deveria compor a obra.

63 A Drumond afirmava: "Não estou fazendo regionalismo. Trata-se de uma estilização *culta* da linguagem popular da roça, como da cidade, do passado e do presente. É uma trabalheira danada que tenho diante de mim ... Não estou pitorescando o meu estilo nem muito menos colecionando exemplos de estupidez". ANDRADE, M. de, s.d., p.72, grifo no original.

corrente entre os especialistas brasileiros, não encarava a língua como algo determinado pela gramática.

Mário condenava o dualismo praticado pelos escritores de contos e romances sertanejos que "botavam uma escrita na boca dos caboclos e outra limpinha e endomingada nos períodos que propriamente lhes pertenciam". Argumentava que não o movia "...a mínima intenção de procurar o curioso", antes tratava-se de "acabar o mais cedo possível com o ineditismo desses processos e de outros do mesmo gênero pra que todas essas expressões brasileiras, quer vocabulares, quer gramaticais passem a ser de uso comum, passem a ser despercebidos [sic] na escritura literária pra que passem a ser estudados, catalogados, escolhidos pra formação duma futura gramática e língua brasileiras", numa busca de usos gerais brasileiros que o conduzia em direção oposta à seguida pelos localistas: "fugi cuidadosamente de escrever paulista empregando termos usados em diferentes regiões do Brasil e modismos de síntese ou de expressão mais ou menos gerais dentro do país" (Pinto, 1990, p.328, 422, 421, respectivamente).

Em artigo na *Revista do Brasil* a respeito da obra *Memórias sentimentais de João Miramar,* Mário explicitou o seu conceito de regionalismo:

> Mas por ser o registro do ambiente paulista na época atual seria injusto acoimar o livro de regional. Expressão brasileira, de interesse brasileiro. O ser regional é antes de mais nada restringir-se a dados particulares e peculiares a determinada região, servindo-se de preferência, quase que unicamente do que a torna exótica. E a individualiza. A vida de São Paulo, na maneira com que Osvaldo de Andrade [sic] a sintetizou é a mesma das grandes partes progressistas e portanto atuais do Brasil e mesmo da América.[64]

Fica evidente que para Mário de Andrade a brasilidade resultaria de um processo de síntese (Andrade, 1968, p.164), no qual as diferenças regionais deixariam de ter sentido em favor da cons-

64 ANDRADE, M. Osvaldo de Andrade. *RBR,* v.26, n.105, p.31, set. 1924. Ainda sobre a fala paulista ver: ANDRADE, M. de, 1958, p.86.

trução de uma identidade nacional unitária e não apartada do contexto internacional:

> Veja bem: abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo - o Brasil pros brasileiros. Não é isso. Significa só que o Brasil pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da Terra, tem que concorrer pra esse concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a civilização. (Inojosa, 1968, v.2, p.340-1)

O esforço de pensar o Brasil como um todo desqualificava não só os discursos que, calcados no geográfico, insistiam em opor litoral e sertão, norte e sul; como também aqueles que pretendiam fazer de São Paulo o baluarte da nacionalidade.

Nesse sentido, é interessante acompanhar a polêmica travada por Mário e Sérgio Milliet nas páginas da revista *Terra Roxa*, suscitada pela afirmação de Sérgio, feita na sua resenha do livro *Raça* de Guilherme de Almeida, de que "só se é brasileiro sendo paulista". A resposta de Mário veio sob a forma de uma "Carta Protesto" que condenava o "sentido simbólico heróico grandiloqüente e errado" em que estava sendo aplicada a palavra paulista (Moraes, 1978, p. 104-9). Longe de se esgotar no período em questão, a problemática da mediação regional-nacional continuaria a dominar as discussões a respeito da cultura brasileira durante as décadas seguintes (Pimenta, 1988, 1993; Oliveira, 1990).

Se é certo que as concepções de Mário de Andrade a respeito da língua brasileira implicavam uma ruptura tanto com a produção ficcional regionalista quanto em relação aos trabalhos de João Ribeiro, Amadeu Amaral e Antenor Nascente, ele pôde, no momento em que encetou o balanço de um modernismo consagrado, tomar os antecessores, até há pouco considerados inimigos, como fonte legitimadora, dotada de competência, significado e importância, sem negar, porém, o caráter renovador dos modernos:

> O modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas conseqüentes, foi uma revolta contra o que era a inteligência nacional. É muito mais exato imaginar que o estado de guerra da Europa tivesse preparado em nós um espírito de

> guerra, eminentemente destruidor. E as modas que revestiram este espírito foram, de início, diretamente importadas da Europa. Quanto a dizer que éramos, os de São Paulo, uns antinacionalistas, uns antitradicionalistas europeizados, creio ser falta de sutileza crítica. É esquecer todo o movimento regionalista aberto justamente em São Paulo e imediatamente antes, pela *Revista do Brasil;* é esquecer todo o movimento editorial de Monteiro Lobato; é esquecer a arquitetura e até o urbanismo (Dubrugas) neocolonial, nascidos em São Paulo. (Andrade, 1972, p.235)

O cerne de sua crítica referia-se à incapacidade de teóricos e escritores levarem até as últimas conseqüências o projeto de nacionalização do idioma, o que pressupunha compatibilizar a linguagem oral e a literária. Seus reparos estendiam-se à literatura como um todo, sem excluir os modernos, como bem demonstram as observações feitas na *Gramatiquinha* a respeito de Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho e Couto de Barros (Pinto, 1990, p.327 e 407). Quanto a Oswald, Mário explicitou, em mais de uma oportunidade, a diferença do efeito cômico do *erro* oswaldiano em relação às suas intenções sistematizadoras.[65]

Várias vezes ao longo de sua vida, Mário sentiu necessidade de explicar que não pretendia, a exemplo de Camões ou Dante, criar uma língua nova, veleidade de que o acusavam (Pinto, 1990, p.316). Insistia no sacrifício pessoal que seu projeto implicava, conclamando os colegas escritores a participarem da empreitada, sempre por ele concebida como obra coletiva (Andrade, 1958, p.58). Ele provavelmente concordaria com a essência do pensamento de Lobato que, bem ao seu modo, curvava-se ao *futurismo:*

> Essa brincadeira de crianças inteligentes, que outra coisa não é tal movimento, vai desempenhar uma função séria em nossas letras. Vai forçar-nos a uma atenta revisão de valores e apressar o abandono de duas coisas a que andamos aferrados: o espírito da literatura francesa e a língua portuguesa de Portugal. Valerá por um duplo 89 - ou por um novo 7 de setembro ... A língua de Cornélio e Catulo só merece sorrisos - e é no entanto a que vai vencer! Já a

65 ANDRADE, M. Osvaldo de Andrade, *RBR*, v.26, n.105, p.31, set. 1924; PINTO, E. P., 1990, p.385 e ANDRADE, M. de, 1968, p.21-2.

> falamos; e acabaremos, cansados de resistir, por escrever como falamos. Só então a literatura será entre nós uma coisa séria, voz da terra articulada e grafada na língua das gentes que a povoam. A resultante da campanha futurista vai tender para apressar este processo de unificação. Mas não o realizará. Não é isso obra de um homem, nem de um grupo. É obra do tempo e do povo. (Lobato, 1948, p.111)

Em conclusão, podemos afirmar que no início do presente século a questão da língua nacional ganhou força, importância e densidade. Sua emergência deu-se em um contexto marcado pelo afã de apartar culturalmente o país da ex-metrópole, rompendo, desse modo, os incômodos laços que, segundo a avaliação da época, ainda nos atavam ao passado colonial. O direito a uma língua própria emaranhava-se então com a problemática do estatuto das manifestações aqui produzidas: seu valor, autenticidade e ineditismo.

Na busca de um conjunto de representações capazes de dar conta da especificidade cultural do país, São Paulo, mais uma vez, despontava como o modelo, o caminho a ser seguido. Graças ao trabalho de Amadeu Amaral, o português falado na América adquiriu nobilitação, podendo ser apresentado como remanescência quinhentista, tesouro carinhosamente guardado pela gente simples das terras paulistas.

No âmbito da produção literária, o regionalismo adquiriu novo fôlego nos anos 20. E preciso, porém, uma observação mais atenta para perceber as utilizações e os sentidos atribuídos a um termo que evocava a idéia de separação e autonomia, mas que estava longe de ser empregado unicamente com tal conteúdo semântico. Quando se tratava do idioma, era possível associá-lo a uma postura antiunitarista, que advogava com galhardia o direito à diferença e rebelava-se contra as normas lisboetas; passando, porém, para a questão do alcance e sentido das obras produzidas, os *regionalistas de São Paulo* - grupo que adquiriu maior visibilidade, ainda que não fosse o único existente - acreditavam-se capazes de indicar estratégias eficientes para promover o reencontro do país consigo mesmo, numa apreensão da regionalidade que, em vez de se esgotar nas circunvizinhanças, ansiava por exercitar-se no país como um todo. A definição de um tipo antropológico brasileiro deveria *naturalmente* se fazer acompanhar de

uma língua e uma literatura próprias. Torná-las reconhecidas e respeitadas internacionalmente equivalia a obter nossa certidão de nascimento como nação civilizada.

O exemplo paulista, cujos homens de letras, em *atitude patriótica,* demonstravam-se sensíveis à realidade circundante, tinha a pretensão de atuar como um modelo alternativo ao padrão vigente, que se reputava mera cópia de outros climas. A então já banalizada imagem de um São Paulo carro-chefe da nação, habitado por uma raça distinta do restante do país, locomotiva que consentia em arrastar os demais Estados tanto política quanto economicamente, procurava-se incorporar um novo adereço, capaz de dotá-la de completude: São Paulo tornado pólo cultural do país, centro de onde deveria irradiar um projeto nacionalizador.

Nesse contexto, deve-se inserir Monteiro Lobato, nome que evocava a idéia de renovação e que era tomado como lídimo representante do caráter audaz e impetuoso dos bandeirantes. Ele agregou em torno de si o grupo dos regionalistas, ao qual se atribuía os louros pela utilização da nova língua e pela renovação do cenário literário brasileiro:

> O Sr. Monteiro Lobato reclama um estilo e não a cópia cm todas as artes, e agrupando os moços de mérito, rodeando-se do seu precioso concurso, leva ele por diante, e com êxito, *a Revista do Brasil,* cuja roupagem cuidadosa e original conquistou simpatias sinceras além das fronteiras da sua terra ... Observador sagacíssimo, novelista delicioso e verídico, escritor de mérito, ele parece, além disso, que é o animador de um movimento, que não seria coroado de sucesso se visasse somente varrer a gramática, mas que se torna sério concentrando indagações dos exploradores, os dados geográficos, a palavra dos pedagogos, ameaçando com o desmentido dos estudiosos a ficção dos literatos, recolhendo enfim conhecimentos e impressões próximas da realidade brasileira para os fazer escrever numa linguagem brasileira.[66]

Pouco importa que dos escritores que gravitaram em torno de Lobato poucos fossem paulistas ou se enquadrassem plenamente

66 GAHISTO, M. A vida literária. As letras brasileiras. *RBR,* v.22, n.86, p.155, fev. 1923.

no rótulo que se lhes colocava, na prática o viés da regionalidade literária foi difundido como mais um ícone da paulistaneidade e nessa condição foi manipulado como arma de guerra contra o Rio de Janeiro. Honrando a tradição bandeirante, São Paulo desbravava os caminhos de uma expressividade tipicamente brasílica, que deveria desaguar na formação de uma identidade cultural autóctone e, segundo a lógica em voga, genuína.

Tais balizas permitem deslindar um determinado projeto cultural paulista que perdeu ressonância, nos termos em que estava enunciado, a partir do surgimento do modernismo, que não só equacionou a questão em outros parâmetros como também foi responsável por uma mudança brusca na correlação de forças no campo intelectual. Quanto ao primeiro aspecto, os modernistas estavam fascinados com o espetáculo proporcionado pela grande metrópole: fábricas e chaminés, prédios, carros, bondes, o burburinho das multidões apressadas em contínuo movimento. Num Brasil esmagadoramente rural, São Paulo destacava-se como experiência urbana única, digna de ser erigida à condição de musa inspiradora. Observe-se como Lobato adota posição oposta:

> Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados de Sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robustez e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho mantêm eles sempre elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, mantêm em alta o índice biológico da raça, pois é com o sangue e o músculo forte do camponês que os centros urbanos temperam a sua vitalidade. O urbanismo é um mal nocivo à espécie humana. Os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiênica, se conjugam para romper o equilíbrio orgânico do homem citadino, rebaixando-lhe o tônus vital. Mas o campo intervém e restaura-se o equilíbrio. A infiltração permanente de sangue e carne de boa têmpera, vinda dos campos, contrabalança o desmedramento das cidades. (Lobato, 1956b, p.2.55)

Em trabalho dos mais instigantes, Annateresa Fabris desconstrói a visão urdida pelos modernos de uma paulicéia miticamente tecnizada, ressaltando o seu caráter muito mais "projetivo do que efetivo" (Fabris, 1994, p.31). Nesse horizonte não havia espaço para

o país tradicional e arcaico representado pelo sertão, com seus caboclos acocorados junto ao fogo, fumando cigarros de palha e contando casos para empatar um tempo alongado e que corria devagar.

De outra parte, afirmando-se contra parnasianos, simbolistas, decadentistas e regionalistas, os integrantes de 1922 classificaram, especialmente no primeiro tempo modernista, todos os seus antecessores como passadistas. Esse discurso genérico, que trabalhava a favor da imposição de um encadeamento linear e dotado de aparente coerência, foi o que acabou por se difundir, soterrando na poeira do tempo a multiplicidade de abordagens.

Não parece demais sugerir que a aversão dos modernos à Lobato se prendia menos à sua decantada incapacidade de aceitar uma pintura deslocada da representação realista do que à necessidade de neutralizar um poderoso inimigo. Afinal, Lobato - maior fenômeno de vendas do período, defensor intransigente da língua brasileira, crítico da cultura de importação, pioneiro da literatura infantil, identificado como o líder de uma corrente literária festejada pela crítica e pelo público, propugnador da campanha sanitária, criador do personagem símbolo do país, proprietário da prestigiosa *Revista do Brasil*, empresário que revolucionou a produção e a comercialização do livro e que controlava uma das principais editoras do país - acumulou sucessos que acabaram por torná-lo um patrimônio nacional e elevá-lo à condição de verdadeiro bandeirante, um dilatador das fronteiras da cultura, da indústria e da ciência. Combatê-lo era, para aspirantes à hegemonia no campo das letras, tarefa essencial.

É interessante notar como alguns modernistas acabavam por engrossar o coro que consagrava Lobato. A *Revista do Brasil* publicou elogios de Sérgio Milliet e Oswald de Andrade ao criador do Jeca,[67] que também franquiou as portas de sua editora a alguns dos modernos. Já entre Mário de Andrade e Monteiro Lobato as relações nunca foram amistosas. A colaboração de Mário na *Revista do Brasil* só se amiudou no período em que ela

67 MILLIET, S. *As Moreninhas* de Cesidio Ambrogi. *RBR*, v.25, n.100, p.358, abr. 1924. Ver também a conferência proferida na Sorbonne por ANDRADE, O. de. O esforço intelectual do Brasil contemporâneo. *RBR*, v.24, n.96, p.388-9, dez. 1923.

foi dirigida por Paulo Prado. Em todo o período anterior, o escritor publicou um único artigo *Debussy e o impressionismo,*[68] ainda assim graças à intervenção de Amadeu Amaral. No entanto, *Paulicéia desvairada* foi submetida à apreciação do editor Monteiro Lobato, que não publicou a obra. Não é de admirar que o livro de Mário tivesse sido alvo de uma resenha muito pouco elogiosa na revista.[69] Mesmo durante o período em que Paulo Prado dirigiu o periódico, Mário continuou recebendo críticas. Suas *Crônicas de Arte* mereceram o seguinte comentário: "é método futurista, a maneira de Mário de Andrade. Anuncia-se uma crônica de arte e fala-se em tudo, menos de arte".[70]

A fonte utilizada permite rastear os diferentes pressupostos que, ao longo do tempo, estruturaram o debate em torno da língua, o qual estava profundamente associado a um anseio de autonomia e reconhecimento de maturidade literária. Ao mesmo tempo, deixa antever a gestação, efetivada no bojo do referido debate, de um projeto cultural paulista personificado em Monteiro Lobato. Essa problemática ganha relevo na medida em que recoloca em discussão o clima intelectual de um período que se insiste em abarcar a partir da polarização modernos e pré-modernos, oposição que está muito longe de dar conta da sua complexidade. De fato, entre integrantes de 1922 e "regionalistas paulistas" observam-se confluências e oposições, patentes na abordagem do idioma, aqui exemplificada com Mário de Andrade. É preciso ter presente também que a tensão regionalismo-modernismo esteve longe de se esgotar nos anos 20, tal polêmica continuou na ordem do dia por várias décadas, ainda que com outros interlocutores que não Lobato e seu grupo.[71]

A *Revista do Brasil* permite navegar em sentido contrário à corrente dominante, a travessia pode trazer rentabilidade analítica na medida em que sugere outras rotas, ainda que vicinais.

68 *RBR,* v.17, n.66, p.193-211, jun. 1921

69 *RBR,* v.21, n.82, p.147, out. 1922.

70 GUIDO, A. Cinematografia futurista. *RBR,* v.23, n.89, p.69, maio 1923.

71 A defesa do regional coube a Freyre e o seu regionalismo tradicionalista e modernista. A respeito ver: D'ANDREA, M. S., 1992, p.107-92.

GRUPO V: Figuras 19 a 22

A presença dos modernistas não impediu que a revista se mostrasse crítica em relação às novas idéias. (RBR, n.55, 78, 90 e 105)

O FUTURO DA MUSICA

— Você fazia negocio de ferro velho...
— Sim, mas agora sou professor de orchestra.

Raul (*O Malho*, Rio)

FIGURA 19

O NOSSO FUTURO ATRAVEZ DO CUBISMO

FIGURA 20

FUTURISMO ETC, E TAL ***(D. Quixote em 8. Paulo)***

A historia é velha: a extrangeira passa na aldeia com a sua belleza postiça e seu luxo de contrabando e logo a rapaziada se lhe atira no encalço sem saber para onde levará essa visão enganadora! E' preciso deter os moços e enxotar a cortezã!

(D. Quixote — Rio)

FIGURA 2 1

NA "EXPOSIÇÃO DA E. N. BELLAS ARTES"

Mas não ha nada pintado aqui, neste quadro.
E' assim mesmo... Talvez seja a "Immaculada Concepção".
(D. Quixote — Rio).

FIGURA 22

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado - mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo. (Darnton, R., 1987, p.7)

Das páginas da *Revista do Brasil* emerge um conjunto de diagnósticos que pretendia refletir sobre a especificidade do Brasil e propor saídas para os nossos desacertos. O esforço de inventariar as razões que estariam impedindo a nação de se afirmar como uma identidade coletiva, capaz de ocupar papel de destaque no cenário internacional, ensejava múltiplas respostas, nem sempre compatíveis entre si. O esmiuçar cuidadoso dos diferentes aspectos da *realidade nacional* nunca esteve dissociado da ânsia de propor caminhos para a ação. A construção de modelos explicativos, longe de ter sido efetivada com augusto distanciamento, imbricava-se a projetos de gestão que se esperava tornar efetivos.

A intelectualidade do período, que se auto-atribuía a capacidade de traçar caminhos para o país, direcionar produtivamente os seus esforços e orientar a condução dos negócios públicos, não hesitou em proclamar a sua qualificação - supostamente legitimada pela posse de um saber específico que lhe permitia ver para além das aparências - e em colocá-la a serviço dos interesses nacionais.

Nessa produção, perpassada por um tom de desalento, São Paulo destacava-se como positividade. Graças aos paulistas, era possível propor uma leitura redentora do passado, transformado no momento privilegiado de alargamento das fronteiras; do presente, pois a região constituía-se encorajador exemplo de prosperidade econômica; e do futuro, que passava a ser encarado com confiança. O Estado e sua dinâmica capital tornavam-se então o modelo, o grande farol que derramava sua possante luz sobre todo o país.

Por certo, tratava-se de uma estrela solitária, mas seu brilho atestava a compatibilidade entre sucesso econômico, progresso, modernidade e os trópicos, que finalmente davam mostras de poder abrigar a civilização. As dúvidas e incertezas quanto à viabilidade do Brasil, lançadas de agora em diante para além das fronteiras paulistas, podiam ser equacionadas na seguinte fórmula: elevar o restante do país à condição de São Paulo, doravante cada vez mais identificado à nação. Não é preciso insistir no caráter excludente de uma proposta que redimia uma pequena fração e ameaçava o restante com o espectro da barbárie. Na sua versão mais restritiva, essa representação conferia dignidade apenas aos bandeirantes e seus descendentes, exaltados como uma raça natural e estruturalmente superior.

Enquanto São Paulo oferecia uma visão reconfortante, que infundia confiança, os demais Estados permaneciam mergulhados em letargia profunda, enredados em crises de formação, responsáveis por desequilíbrios que, por sua vez, ajudavam a compreender porque a nação ainda não fora capaz de ultrapassar o estágio de um agregado informe.

Sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, quando a luta encaniçada entre as grandes potências deixava patente que nenhuma parte do planeta estaria imune aos apetites imperialistas, entrou na ordem do dia a tarefa de dar ao Brasil um sentido de conjunto, transformando-o em um todo coeso. Era urgente que esse país enorme e semideserto, se mostrasse capaz de povoar, utilizar e defender os recursos naturais a fim de assegurar efetivamente a sua posse.

Os balanços obstinadamente insistiam nos nossos males de natureza biológica, patentes no estado doentio dos habitantes e ou na sua duvidosa qualidade étnica; econômica, expresso nos índices de miséria; moral, que assumia a forma de um pessimismo generalizado; ou intelectual, evidente no alarmante número de analfabetos e na inexpressividade da nossa produção nos campos artístico, cultural e científico. Porém, eles não se compraziam na simples constatação, antes clamavam por atitudes, em uma ânsia indisfarçada de desdobrar-se em práticas.

Para alguns, as soluções circunscreviam-se à esfera política propriamente dita. A fonte das nossas desventuras residiria no funcionamento imperfeito das proposições liberais e democráticas, aqui obstadas pela ausência do voto secreto, de lisura nos procedimentos eleitorais, de partidos políticos estruturados, de uma opinião pública ativa e de uma elite política realmente comprometida com o país. Em editorial datado de 1924, Paulo Prado chamava a atenção para a prioridade absoluta da problemática política:

> Todos esquecem que nesta terra só existe realmente, empolgante e irreduzível, uma única questão - a questão política. Dela decorrem todas as outras, como as que criaram o romantismo da monarquia e o arrivismo da república. O céu e o solo benignos livraram-nos da grande questão por que hoje se bate o mundo inteiro - a questão social. Desconhecemos, por completo, as dissenções de raça e religião que tanto perturbam os outros países, e os problemas econômicos e financeiros surgem somente em acessos intermitentes, ao acaso das crises, e deles pouco cuidam, a não ser nas aperturas do momento. A questão política é a questão dos homens que governam ... E, segundo a férrea organização das oligarquias, são levados ao poder pelo sistema das nomeações eleitorais ... Só a restauração estrepitosa da verdade do voto poderá restituir à imensa maioria dos

> que pagam e sofrem os direitos perdidos pela indiferença e pelo absenteísmo ... Unicamente a solução do problema político poderá nos safar da chafurda em que nos atolamos, e dissolver a camarilha que se julga dona e senhora dos destinos do Brasil. É pela política - desde que afastemos as soluções violentas - que conseguiremos abolir na república da Camaradagem, em que a irresponsabilidade é um dogma, o culto molocheano da Incompetência.[1]

O enfrentamento da questão nacional exigia, nessa perspectiva, uma reforma do aparelho estatal, que deveria ser transformado em terreno propício para o pleno desabrochar de um projeto político que não conseguia vingar. Tratava-se de reformular a prática quotidiana, eivada de vícios, substituindo-a por outra que assegurasse ao povo o efetivo exercício de sua soberania. O voto secreto surgia como solução poderosa, capaz de despertar a nação para a vida cívica:

> Afinal, uma idéia na política da República: o voto secreto ... É essa coisa espantosa, nunca dantes vista em trinta e três anos de "democracia": uma idéia nacional, ponto de convergência e centro de irradiação de forças sociais. É a emancipação, é a discussão, é a luta, é a responsabilidade de cada um e de todos. É mais um pouco: é a primeira brecha nesse muro de taipa, a fingir de muralha chinesa - a autocracia ... O voto secreto vencerá e com ele a nação.[2]

Nas páginas da *Revista do Brasil,* Mário Pinto Serva defendeu com ardor a necessidade da revisão constitucional, prescrita como remédio eficiente para contornar as dificuldades. Ele argumentava que:

> a verdade republicana reside nas eleições e as nossas eleições são mentiras cínicas e repulsivas. Sob o nome de comícios eleitorais temos artefatos de tirania e corrupção, orgias de fraudes, bacanais donde fogem os homens de bem e que os cidadãos pacíficos e decentes evitam, da mesma forma que evitam as tabernas e lupanares ... A consciência nacional no Brasil está adormecida: dê-nos a lei do voto secreto e obrigatório, ela começará a despertar e em breve se levan-

1 PRADO, P. O momento. *RBR,* v.25, n.99, p.193-4, mar. 1924.
2 O momento. *RBR,* v.20, n.78, p.97, jun. 1922.

> tará na plenitude de sua energia ... O voto é para o patriotismo o que a hóstia é para a religião. Assim precisamos preservar o voto num sacrário guardando-o de todas as profanações, porque ele é a exteriorização da consciência íntima da Nação.[1]

A educação assumia, aos olhos dos homens comprometidos com essas propostas, lugar preponderante. Esperava-se que ela aliasse o ensino do alfabeto à difusão do sentimento patriótico e das noções de cidadania. O conteúdo programático deveria reservar espaço privilegiado para a língua, a literatura, o folclore, a história e a geografia nacional, além de infundir o culto e o respeito pela bandeira, pelo hino, pelas festas cívicas e pelos nossos heróis:

> A base sobre a qual há de alicerçar-se uma sociedade presumidamente adiantada, é sem conteste a instrução; é preciso convir de antemão que a instrução não se obtém com uma bagagem escolar em que à cartilha ABC juntou-se a ciência confusa das quatro operações elementares. Dizendo instrução, digo, implicitamente, instrução cívica, instrução social nítidas, completas, sem deslizes da preocupação máxima que deve ser a orientação futura de cada um: a compreensão de que não há, ou por outra, não deve haver, na coletividade, quantidades desprezíveis, que cada um tem um papel a representar, e que no grande drama da vida humana não há comparsa, por mais humilde, cujo desempenho não possa influir no êxito geral ... Instruir as massas, dar a cada um a dose suficiente de instrução e cultura que nos permita um discernimento apurado, é a incumbência máxima da elite social; assim, e só assim, terá o homem a liberdade moral precisa para que a responsabilidade se institua e a organização social se aperfeiçoe.[4]

Contudo, não se pode subestimar o fato de os anos 10 e 20 terem sido marcados por insurreições militares e agitações operárias, testemunhos eloqüentes da presença de outras forças sociais na arena política. A capacidade mobilizadora dos anarquistas, a

3 SERVA, M. P. Na retaguarda da civilização. *RBR*, v.14, n.55, p.209-10, jul. 1920.

4 ALMEIDA, G. de. A noção de responsabilidade. *RBR*, v.3, n.10, p.148-9, ont. 1916. Especialmente para a questão do conteúdo a ser ministrado ver SILVEIRA, C. da. Fins da educação sob o ponto de vista brasileiro. *RBR*, v.4, n.14, p.202-5, fev. 1917.

fundação do Partido Comunista, a rebeldia crescente de alguns setores das forças armadas indicavam que o tempo da tutela oligárquica esvaia-se. O alarido das vagas contestatórias não podia ser ignorado; ainda mais porque ele apontava para soluções reputadas de radicais pelos seguidores do ideário liberal. Tais proposições estiveram longe de seduzir a intelectualidade da *Revista do Brasil*, como atesta o fato das suas páginas nunca lhes ter dado acolhida.

No próprio interior das camadas dominantes as fraturas tornavam-se evidentes. A cada sucessão estadual ou federal os atritos multiplicavam-se, expondo discórdias que acabaram por propiciar a fundação do Partido Democrático em 1926. A decisão de Júlio de Mesquita de criar a *Revista do Brasil*, tomada no transcorrer da crise aberta pela cisão de 1915, pode ser interpretada como um passo na tentativa de arregimentar os descontentes. Afinal, o grupo do jornal O *Estado de S. Paulo* sempre considerou tarefa das oposições enfrentar um poder discricionário que, por se distanciar do salutar caminho da democracia, via-se agora confrontado com agitações que colocavam em risco todo o aparato político.

As proposições a favor da moralização das eleições, do voto secreto, da reforma constitucional, do fim do clientelismo, tão presentes na revista, inseriam-se na tentativa de fornecer alternativas para enfrentar as ameaças revolucionárias, sem cruzar as fronteiras definidas pelos princípios liberais.

Entretanto, não eram poucos os que se declaravam cépticos quanto à possibilidade de circunscrever as dificuldades do país à realização incompleta de um modelo político. A salvação da nação exigia que se colocasse *sob-judicie* as próprias instituições. Denunciava-se o caráter imitativo do aparelho estatal, transplantado sem qualquer consideração às nossas especificidades, necessidades e aspirações. Discernia-se nessa imitação cega mais um sinal de infantilidade, bem sintetizada no termo *macaquear*, com o qual se queria expressar a atitude inconsciente, caricata e ridícula, de copiar pelo simples prazer de fazer igual, sem a menor idéia do significado dos próprios gestos:

> Mas, quem, para legislar, procurou investigar as nossas necessidades, o nosso ambiente, as exigências sociais, políticas e econômicas da pátria? Houve, em todos os tempos, a preocupação de transplantar para o Brasil as melhores instituições. Agia-se como para a elaboração de um povo artificial, capaz de ser regido por leis criadas e reunidas teoricamente, pela beleza de sua liberalidade ... Com uma das mais liberais constituições que existem sobre a terra, temos sido um povo razoavelmente desorganizado e imprevidente. Ainda hoje, trinta anos da República e noventa e sete da Independência, os apóstolos da revisão [constitucional] não pensam diferentemente, ao que parece. Faça-se a revisão e o país estará a salvo. Instrução pública, vitalidade da raça, são coisas acessórias. O que conta é uma carta constitucional modelar.[5]

A insistência em desrespeitar a alma brasileira, impingindo-lhe códigos alheios, identificava-se a causa última das nossas vacilações e vicissitudes, não passíveis de solução por retoques de cunho legislativo. Questionava-se a tentativa de ostentar fórmulas políticas lapidares, porém impenetráveis para a maioria dos habitantes. Insistia-se, mais uma vez, no estágio intelectual da população, tida como indigna de ser chamada de povo:

> na feitura de nossas formas de governo, o povo nunca participou realmente, mesmo porque no Brasil nunca houve, ainda não há, povo na acepção política dessa palavra ... Por isso, no Brasil, os governos têm sido como que dádivas, feitas a princípio pela metrópole e, posteriormente, por minorias mais ou menos eivadas de lirismo político.[6]

Enfatizava-se a completa inversão operada no Brasil, país no qual o Estado teria pretendido criar a sociedade em vez de ser o resultado dela. Essa relação eivada de antagonismo evocava um esforço de sujeição do país às máximas que não se inspiravam nas

5 LEÃO, C. História constitucional do Brasil. *RBR*, v.17, n.68, p.405 e 408, ago. 1921. Ver também BRITO, L. A. C. de. Tradição e progresso. *RBR*, v. 14, n.54, p.142, jun. 1920.

6 PRADO, A. A independência do Brasil, op. cit., p. 151. E ainda "... no Brasil não existe *povo* no sentido anglo-saxão da expressão, isto é, massas populares esclarecidas e independentes, e sim uma vasta congérie humana, acumulada nas cidades ou dispersa pelos campos e sertões". OLIVEIRA VIANNA, F. J. O idealismo na evolução política do Império e República. *RBR*, v.21, n.81, p.46, set. 1922.

fontes da nacionalidade. Daí ser taxada de idealista, termo utilizado para caracterizar a falta de ligação orgânica entre a nação e as suas instituições, e responsabilizada pela artificialidade do regime republicano:

> Entre nós, com efeito, não é no "povo", na sua estrutura, na sua psicologia, na sua economia íntima e nas condições particulares da sua psique, que os organizadores brasileiros, e os elaboradores dos nossos códigos políticos vão buscar os materiais para as suas formosas e soberbas construções: é fora de nós, é nos modelos estranhos, é nos exemplos estranhos, é nas jurisprudências estranhas, em estranhos princípios, em estranhos sistemas que eles se abeberam e inspiram - e parece que é somente sobre estes paradigmas que a sua inteligência sabe trabalhar com perfeição.[7]

Diante desse quadro, não eram poucos os que, nostalgicamente, suspiravam pela monarquia.[8]

Os críticos da imitação, que compartilhavam com os reformadores liberais as páginas da *Revista do Brasil,* produziram

7 OLIVEIRA VIANNA, F. J. Idealismo na evolução política do Império e da República. *RBR,* v.21, v.81, p.23, set. 1922.

8 "Arraigou-se de tal forma esse hábito (da imitação) em nossos patrícios que já antes de expirar entre nós o regime ao qual devemos setenta anos de prosperidade, os propagandistas davam como principal razão a favor do novo regime, a da exceção na América! ... A Strauss não passou desapercebida a superioridade da monarquia sobre a república na formação e no desenvolvimento intelectual de unia nacionalidade." HOLLANDA, S. B. de. Ariel. *RBR,* v.14, n.53, p.85, maio, 1920. Ao lado das críticas ao regime republicano, pode-se detectar nas páginas da *Revista do Brasil* um culto à figura de D. Pedro II patente em LESSA, P. O preceito das reformas constitucionais. RBR, v.l, n.l, p.6-11, jan. 1916; NORTE, J. do. A mensagem e o Imperador. RBR, v.15, n.57, p.85-7, set. 1920; *Resenha do Mês.* Os restos do Imperador. *RBR,* v.16, n.61, p.88, jan. 1921, cuja edição foi aberta com um busto de D. Pedro II, desenhado por José Wasth Rodrigues; LAET, C. de. Em torno de D. Pedro II e MORAES, H. As três sombras. RBR, v.16, n.62, p.167-70 e 170-2, fev. 1921, respectivamente; D. Pedro II. *RBR, v.16,* n.63, p.268-96, mar. 1921, entre outros. A Princesa Isabel também foi alvo de artigos elogiosos: CHATEAUBRIAND, A. Isabel, a Redentora. *RBR,* v.19, n.73, p.78-80, jan.1922; RBR, v.19, n.76, p.348, abr. 1922; Resenha de *Saudades* de Manfredo Leite. *RBR,* v.l7, n.77, p.73-4, maio 1922; o mesmo acontecendo com o seu filho, D. Luiz de Bragança e Orleans. *RBR,* v.14, n.56, p.352-4, ago. 1920.

reflexões multiformes que guardavam entre si consideráveis semelhanças. Entretanto, convém distinguir nesses registros as saídas sugeridas, que tanto poderiam continuar desembocando em um projeto de feição iluminista, no qual o fator étnico adquiria um peso modesto, ou pelo menos encarado sob o ângulo da *perfectibilidade;*[9] quanto caminhar em direção a uma proposta que, aceitando a inferioridade e a indolência natural da grande maioria dos governados, postulava a necessidade de se investir na construção de uma nova ordem política. As noções de democracia, representatividade, cidadania, foram duramente questionadas por setores significativos da intelectualidade, postura que, se não era inédita, adquiria nesse momento traços peculiares. Comentando a respeito de um grupo de quinhentos eleitores mineiros da cidade de Palmira, Vianna afirmava:

> Todos esses homens iriam, dentro em pouco, votar nas eleições para presidente da República, do Estado e deputados federais. Conversei com um grande número deles, e sondei a sua cultura política. Muitos não sabiam quem era o candidato à presidência de Minas (o Sr. Arthur Bernardes), cuja eleição se faria dentro de alguns dias. Outros não sabiam se quer quem era o presidente atual do Estado. De alguns não pude saber mesmo quem era o chefe político a que obedeciam. Só conheciam o coronel que os guiava. Quase todos não sabiam bem o que iam fazer a Barbacena. O coronel é que devia saber; que "eu perguntasse ao coronel" - diziam com simplicidade e brandura, como se fosse a coisa mais notável do mundo. O sufrágio universal nos nossos campos! Que belíssimo assunto para o humorismo de Mark Twain![10]

A conjuntura aberta com o final da Primeira Guerra colaborava para generalizar a convicção de que era urgente atualizar os antigos modelos políticos, agora tidos como incapazes de fornecer, com prontidão, respostas para o curso dos acontecimentos.

9 Nesse rol deve-se incluir o texto de Armando Prado (nota 6) e também o de AZEVEDO, N. de. Educação republicana. *RBR,* v.13, n.51, p.191-5, mar. 1920.

10 OLIVEIRA VIANNA, F. J. As pequenas comunidades mineiras. *RBR,* v.8, n.31,p.223, jul. 1918.

Significativamente, os regimes de cunho autoritário ganharam, no decorrer dos anos 20, espaço cada vez mais amplo, subtraindo sentido às noções de voto, opinião pública e participação. O contexto internacional reforçava o arsenal dos críticos brasileiros, convenientemente atualizados com as últimas tendências.[11]

O discurso científico, por sua vez, também acabava por fornecer um importante rol de argumentos. Na sua versão mais ortodoxa, a inferioridade étnica condenava a maioria dos habitantes ao *status* de subcidadão, deixando pouco espaço para o exercício dos direitos políticos. Postulava-se a necessidade de elevar o seu patrimônio étnico, o que deveria ser feito aliando a imigração selecionada a uma severa legislação eugênica encarregada de coibir os cruzamentos de portadores de deficiências físicas, psicológicas e ou morais e de incentivar a reprodução dos bem-dotados.

No interior do discurso higiênico, a população era encarada como um aglomerado de doentes que precisava ser curado, amparado, tratado para *depois* adquirir cidadania plena. A elevação das condições sanitárias, a cura das endemias, a adoção de medidas profiláticas tinham que ser impostas a seres desprotegidos e impotentes, que só seriam arrancados de seu estado mórbido por meio dos benefícios da ciência. Desnecessário lembrar que a discussão de métodos e procedimentos científicos estava fora da alçada de indivíduos não iniciados. Note-se que a educação perdia aqui o seu contorno de prioridade: se não chegou a ser julgada totalmente inútil, seu alcance certamente foi tido como limitado tanto para os eugenistas, que chegavam mesmo a negar-lhe sentido, quanto para os higienistas, que também estavam dispostos a postergá-la diante da tarefa maior de curar febres e expulsar vetores.

11 Na *Revista do Brasil o* ensaísta que melhor ilustrou a postura autoritária foi Oliveira Vianna. Entretanto ele não foi o único a defender um regime elitista, conservador e contrário ao sufrágio universal. Nesse sentido, ver: BANDEIRA, S. Ruínas da Aristocracia. *RBR*, v.2, n.7, p.213-20, jul. 1916; BOUVIER, P. A ilusão da democracia. *RBR*, v.25, n.101, p.68-70, maio 1924 e COLLOR, L. Constituições artificiais. *RBR*, v.26, n.106, p.172-4, out. 1924, *os* dois últimos francamente favoráveis ao fascismo italiano.

O modelo liberal clássico passou a ser alvo de críticas severas. Para realizar com presteza e agilidade as tarefas que obstavam a marcha do país, clamava-se por um poder centralizado e forte, dotado de um projeto nacional calcado em metas claras e objetivamente traçadas, rodeado por corpo de agentes competentes e familiarizados com técnicas derivadas de um saber positivo. Enraizava-se uma concepção da população enquanto massa informe e dócil sobre a qual se deveria exercitar a ação. Ao resenhar um conjunto de ensaios de Oliveira Vianna reunidos em livros, o articulista da *Revista do Brasil* afirmou:

> Os trezentos anos da colônia não educaram para a democracia. O império estabeleceu-a de chofre. Mas "a vivacidade do nosso espírito eleitoral" residia no instinto partidário dos grandes proprietários do interior. Arruinados com a abolição e as crises subseqüentes, extintos os partidos tradicionais, cessou o entusiasmo eleitoral dos caudilhos locais e, com ele, o das massas, que só os acompanhavam, sem nunca agir por si, democraticamente. Está, pois, compreendida a índole nacional e explicado o funcionamento político do regime. Como funcionaria ele melhor? Com um governo forte. E Oliveira Vianna nos dá a verdadeira concepção de governo forte: a do magistrado superior a partidos, juiz de si mesmo e dos amigos, capaz de resistir-lhes, mais que aos adversários ... O *papel dos governos fortes no regime presidencial é* o corpo de delito mais perfeito, mais profundo e sutil destes trinta anos de República. Lê-lo é compreender tudo, absolutamente tudo o que há de humilhante, vergonhoso e indigno nesta máquina complicada e misteriosa de nossa História...[12]

Tensões no interior da oligarquia; propostas de reformas políticas dentro das fronteiras liberais; críticas contundentes às instituições, que desaguaram em um autoritarismo pretensamente estribado em verdades científicas provenientes da antropologia, da higiene e ou da eugenia; projetos alternativos à ordem estabelecida, sustentados por anarquistas e comunistas; contestações militares: a fermentação ideológica do período é patente. Por décadas a fio

12 Resenha de *Pequenos estudos de Psicologia Social* de Oliveira Vianna. *RBR*, v.20, n.78, p.157-8, jun. 1922.

essas matrizes, em grande parte gestadas nesse período, continuariam a se enfrentar e dar o tom à cena política nacional.

Ainda que a *Revista do Brasil* não tenha agasalhado todas essas proposições, ela foi capaz de abarcar um quadro diversificado a ponto de permitir questionar as imagens que insistem em tomar os anos 10 e 20 como um período relativamente indiferenciado. Politicamente, a chamada República *Velha,* com toda a carga de negatividade que o adjetivo encerra, não passaria de um longo preâmbulo para a *Revolução* de 1930, acontecimento transformador por excelência, que sacudiu o país da modorra em que se encontrava. Culturalmente, a grande ruptura teria ocorrido pouco antes com o modernismo, responsável tanto por novas formulações estéticas, quanto por alterações profundas na compreensão da identidade nacional brasileira. Essa é a visão consagrada pela historiografia, que tem sido pouco generosa para com aqueles que não estiveram engajados diretamente nos acontecimentos erigidos em marcos periodizadores. A *Revista do Brasil* constitui-se um testemunho pungente e encorajador contra as simplificações impostas por um determinado discurso histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M. O *sangue intimorato e as nobilíssimas tradições.* A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AGASSIZ, L. e E. C. *Viagem ao Brasil.* São Paulo: Nacional, 1938.

AMARAL, A. B. do. Nossas Revistas de Cultura. Ensaio histórico literário. *Revista do Arquivo Municipal,* v.CLXXIV, p.127-57, 1967.

ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. de. *71 Cartas de Mário de Andrade.* Rio de Janeiro: São José, s.d.

________. *Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira.* Rio de Janeiro: Simões, 1958.

________. *Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros.* Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968.

________. *Aspectos da Literatura Brasileira.* 4.ed. São Paulo: Martins, Brasília, INL, 1972.

ARARIPE JÚNIOR, T. de R. Introdução. In: BEVILACQUA, C. *Esboços e fragmentos.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo.* Imperialismo e expansão do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. 2v.

BARRETO, L. Impressões de leitura. In: BARBOSA, F. de A. (Org.) *Obras de Lima Barreto.* São Paulo: Brasiliense, 1956. v.13.

BARRETO, P. *Páginas avulsas.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

BARROS, L. V. de. *Páginas vadias.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

BE1GUELMAN, B. Genética e Ética. *Ciência e Cultura,* v.42, n.l, p.61-9, 1990.

BERGSON, H. *Cartas, conferências e outros escritos.* São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

BEVILÁQUA, C. *Esboços e fragmentos.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.

BIZZO, N. M. V. O paradoxo social-eugênico, genes e ética. *Revista da USP,* v.24, p.28-37, 1994-5.

BLANC, M. *Os herdeiros de Darwin.* São Paulo: Scritta, 1994.

BOAS, F. *Cuestiones fundamentales de Antropologia Cultural.* Buenos Aires: Solar, 1964.

BOSI, A. O *pré-modertiismo.* São Paulo: Cultrix, 1966.

________. *História concisa da Literatura Brasileira.* 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

________. *Memória e sociedade.* Lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRADBURY, M. O *mundo moderno.* Dez grandes escritores. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRITO, N. *Oswaldo Cruz.* A construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil-1900.* 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

BRYCE, J. *Les republiques sud-américaines.* Paris: Marcel Rivière, 1917. 2v.

BUCKLE, H. T. *Histoire de la civilization en Angleterre.* Paris: A. Lacroix, 1865, v.l.

BUFFON, G. L. L. de. *De 1'homme.* l.ed. 1749. Paris: Maspero, 1971.

CACCESE, N. P. *Festa.* Contribuição para o estudo do modernismo. São Paulo: IEB-USP, 1971.

CAMPOS, A. L. V. de. A *República do Pica-Pau Amarelo.* São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade.* Estudos de teoria e história literária. 7.ed. São Paulo: Nacional, 1965.

CANDIDO, A. Literatura e subdesenvolvimento. In:________. A *educação pela noite e outros ensaios.* São Paulo: Ática, 1987, p.149-62.

CAPELATO, M. H. *Os arautos do liberalismo.* Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H., PRADO, M. L. O *Bravo Matutino.* Imprensa e ideologia: o jornal O *Estado de S. Paulo.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARONE, E. *A primeira República.* Texto e contexto (1889-1930). São Paulo: Difel, 1969.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados.* O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

________. Aspectos históricos do modernismo brasileiro. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Sobre o pré-modemismo.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CASTELLO, J. A. A análise de periódicos na literatura brasileira. In: NAPOLI, R. O. de. *Lanterna Verde e o modernismo.* São Paulo: IEB-USP, 1970.

CAVALHEIRO, E. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto.* Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1955.

________. *Monteiro Lobato,* vida e obra 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1956. 2v.

CÉSAR, G. Monteiro Lobato e o modernismo brasileiro. In: ZILBERMAN, R. *A modernidade de Monteiro Lobato.* Uma revisão crítica. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CHARTIER, R. *A história cultural.* Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHIARELLI, T. *Um Jeca nos vernissagens.* São Paulo: Edusp, 1995.

CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade.* A Escola de Nina Rodrigues e Antropologia no Brasil. São Paulo, 1983. 2v. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COSTA, J. C. *Contribuição à História das Idéias no Brasil.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil.* Um corte ideológico. 4.ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

COSTA, N. R. da. *Lutas urbanas e controle sanitário.* Origem das políticas de saúde pública no Brasil. Petrópolis: Vozes: Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1985.

COSTA, W. M. da. *Geografia Politica e Geopolítica:* discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, Hucitec,1992.

COUTY, L. *A escravidão no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CUNHA, C. *Língua portuguesa e realidade brasileira.* 3.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

CUNHA, E. da. *À margem da história.* 6.ed. Porto: Livraria Lello 8c Irmãos, 1946.

________. *Os sertões.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CUNHA, M. C. P. da. O *espelho do mundo:* Juquery, a história de um asilo. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

D'ANDRÉA, M. S. *A tradição re(des)coberta.* Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista. Campinas: Unicamp, 1992.

DARNTON, R. *Boemia literária e revolução.* O submundo das letras no antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIAS, C. L. S. *Paixão de raiz.* Valdomiro Silveira e o regionalismo. São Paulo: Ática, 1984.

DIMAS, A. *Rosa-Cruz.* Contribuição ao estudo do modernismo. São Paulo: Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980. (Nova série, 31).

________. *Tempos eufóricos.* Análise da revista *Kosmos* 1904-1909. São Paulo: Ática, 1983.

DUARTE, P. A ação missionária de Rondon. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 5 abr. 1975. Suplemento do Centenário.

________. Prefácio. In: AMARAL, A. O *dialeto caipira.* 3.ed. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

________. *Júlio de Mesquita.* São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977.

DULLES, J. W. F. *Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas.* São Paulo: Edusp, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELIA, S. O *problema da língua brasileira.* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.

FABRIS, A. *O futurismo paulista.* Hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil. São Paulo: Edusp, Perspectiva, 1994.

FARIAS BRITO, R. *Inéditos e dispersos.* São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1966.

FIGUEIREDO, *C.A ortografia no Brasil.* História e cultura. 2.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

FINOT, J. *Le préjugé des races,* 2.ed. Paris: Félix Alcan, 1905.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas.* Uma arqueologia das Ciências Humanas. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FREITAS, A. de. A imprensa periódica em São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* v.15, p.523-1153, 1915.

FREYRE, G. Monteiro Lobato revisitado. *Ciência e Trópico,* v.9, n.2, p.155-67, 1981.

FREYRE-MAIA, N. Mendel - Alguns aspectos de suas investigações. *Ciência e Cultura,* v.38, n.7, p.1108-19, 1986.

GALTON, F. *Herencia y eugenésia.* Madrid: Alianza, 1988.

GALVÃO, M. R. E. *Crônica do cinema paulistano.* São Paulo: Ática, 1975.

GELLNER, E. *Nações e nacionalismo.* Lisboa: Gradiva, 1993.

GERBI, A. *La Disputa del Nuevo Mundo.* História de uma polêmica (1750-1900). México: Fondo de Cultura Econômica, 1960.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais.* Morfologia c história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, A. M. C. Essa gente do Rio... *Estudos Históricos, v.6,* n.1l, p.62-77, 1993.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos,* v.l, n.l, p.5-27, 1988.

GUSDORF, G. *Dieu, la nature, l'homme au siècle des lumières.* Paris: Payot, 1972.

HARDMAN, F. F. *Trem fantasma.* A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HELG, A. Race in Argentina e Cuba, 1880-1930: Theory, policies and popular reaction. In: GRAHAM, R. (Ed.) *The Idea of Race in Latin America* 1870-1940. 3.ed. Austin: University of Texas Press, 1994.

HOBSBAWM, E. J. *A era do capital* (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

________. *A era dos impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. J., RANGER, T. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (1910-1930). *Estudos Históricos,* v.6, n.ll, p.40-61, 1993.

IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

IKEDA, M. A. B. *Revista do Brasil* - 2ª Fase. Contribuição para o estudo do modernismo brasileiro. São Paulo, 1975. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

INFANTOSI, A. M. *A escola na República Velha.* São Paulo: Edusp, 1983.

INOJOSA, J. O *movimento modernista em Pernambuco.* Rio de Janeiro: Tupy, 1968. 2v.

JANOTTI, M. de L. M. Historiografia, uma questão regional? In: SILVA, M. da (Org.) *República em migalhas.* São Paulo: Marco Zero, Brasília: CNPq, 1990.

KOSHIYAMA, A. M. *Monteiro Lobato:* intelectual, empresário, editor. São Paulo: T. A. Queiróz, 1985.

LACOSTE, Y. *Geografia:* isso serve para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LARA, C. de. *Nova cruzada.* Contribuição para o estudo do pré-modernismo. São Paulo: IEB-USP, 1971.

________. *Klaxon, terra roxa e outras terras:* dois periódicos modernistas de São Paulo. São Paulo: IEB-USP, 1972.

________. *Revista do Brasil.* Uma fase da cultura brasileira. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 6 set. 1975. Suplemento do Centenário.

LE BON, Gustave. *Lois psychologiques de révolution des peuples.* 14.ed. Paris: Félix Alcan, 1919.

LEITE, L. C. M. *Regionalismo e modernismo* (o *caso* gaúcho). São Paulo: Ática, 1978.

LIMA, A. A. Afonso Arinos. In: *Estudos literários,* Rio de Janeiro, Aguilar, 1966. v.l.

LIMA, H. *Tobias Barreto. O homem e a época.* São Paulo: Ed. Nacional, 1957.

LOBATO, J. B. M. *Onda verde.* 2.ed. São Paulo, Monteiro Lobato Editores, 1922.

LOBATO, J. B. M. O colocador de pronomes. In: *Contos pesados. Urupês, negrinha e o macaco que se fez homem.* São Paulo: Ed. Nacional, 1940, p.304-20.

________. *Na antevéspera.* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1948. (Obras Completas, v.6).

________. *Prefácios e entrevistas.* São Paulo: Brasiliense, 1956a. (Obras Completas, v.13).

________. *Problema vital.* São Paulo: Brasiliense, 1956b. (Obras Completas, v.8).

________. M. *A barca de Gleyre.* São Paulo: Brasiliense, 1959a. (Obras Completas, v.ll e 12).

________. *Cartas escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1959b. (Obras Completas, v.17).

LOMBROSO, C. L'*Homme criminei.* Étude anthropologique et médico-légale. 2.ed. Paris: Félix Alcan, 1887.

LOPEZ, T. P. A. (Org.) *Mário de Andrade, taxi e crônicas no Diário Nacional.* São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras.* Sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930). São Paulo: Edusp, Grijalbo, 1973.

MAGALDI, S., VARGAS, M. T. Cem anos de teatro em São Paulo. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 3 jan. 1976. Suplemento do Centenário.

MAGALHÃES, A. Botelho. *Impressões da comissão Rondon.* 5.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

MANNHEIM, K. *Sociologia da cultura.* São Paulo: Edusp, Perspectiva, 1974.

MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça.* Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

MARTINS, W. *História da inteligência brasileira.* São Paulo: Edusp, Cultrix, 1978. v.6.

MASCARENHAS, R. *Contribuição para o estudo da Administração Sanitária Estadual em São Paulo.* São Paulo, 1949. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

MASCARENHAS, R. História da saúde pública no Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública,* v.7, p.433-46, 1973.

MELO, G. C. de. *A língua do Brasil.* 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

MERLY, E. E. O *capitalismo e a saúde pública.* A emergência das práticas sanitárias no Estado de São Paulo. 2.ed. Campinas: Papirus, 1987.

MICEL1, S. *Poder, sexo e letras na República Velha.* São Paulo: Perspectiva, 1977.

________. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920-1945). São Paulo: Difel, 1979.

MIGUEL-PEREIRA, L. *História da literatura brasileira* (1870-1920). Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: INL, 1973.

MONTAIGNE, M. *Ensaios,* l.ed. 1580. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

MORAES, A. C. R. *A gênese da Geografia Moderna.* São Paulo: Edusp, Hucitec,1989.

________. *Geografia, pequena história critica.* 12.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES, E. J. *A brasilidade modernista.* Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORSE, R. *A volta de McLuhanaíma.* Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na República.* São Paulo: EPU-Edusp, 1974.

NAPOLI, R. O. de. *Lanterna Verde e o modernismo.* São Paulo: IEB-USP, 1970.

NEEDELL, J. D. *Belle Epoque tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA FILHO, P. *Idéias de um burguês progressista.* O Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo: Anhembi, 1958.

NUNES, C. O *patriotismo difícil.* A correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva. São Paulo: s.n., 1981.

OLIVEIRA, L. L. de. *A questão nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLOF, M. L. Revista do Brasil *e a formação de uma consciência nacional (1922-1925).* São Paulo, 1980. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAIVA, D. *As categorias da Literatura Brasileira na* Revista do Brasil *(1916-1919).* Assis, 1992. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

PIMENTA, M. V. A Literatura como espelho da Nação. *Estudos Históricos,* v.l, n.2, p.239-63, 1988.

________. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos,* v.6, n.ll, p.89-112, 1993.

PINHEIRO, P. da S. Plínio Barreto, jornalista, advogado e político. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 26 jul.1975. Suplemento do Centenário.

PINTO, E. P. Atos do drama ortográfico. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 31 jan. 1976. Suplemento do Centenário.

________. As relações de Lobato com a Gramática. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 9 set. 1978a. Suplemento Cultural.

________. O *português do Brasil.* Textos críticos e teóricos. São Paulo: Edusp, Rio de Janeiro: LTC, 1978b. 2.v.

________. *A gramatiquinha de Mário de Andrade:* texto e contexto. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

PRADO JÚNIOR, C. Aires de Casal, pai da geografia brasileira e sua *Corografia Brasílica.* In: *Evolução Política do Brasil e outros estudos.* 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

PRETI, D. A linguagem oral e a literatura: cem anos de indecisão. O *Estado de S. Paulo.* São Paulo, 31 jan. 1976. Suplemento do Centenário.

QUEIROZ, M. I. P. de. Ufanismo paulista. *Revista USP,* v.13, p.78-87, 1992.

RAEDERS, G. *D. Pedro II e o Conde de Gobineau.* São Paulo: Nacional, 1938.

________. O *Conde de Gobineau no Brasil.* São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

RAMOS, D. S. O arco-íris da ortografia. D. O. *Leitura (São Paulo),* 9 jun. 1991. Suplemento do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

RIBEIRO, D. O *indigenista Rondon.* Rio de Janeiro: MEC, 1958.

________. U*irá sai à procura de Deus.* 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ROBERTS, I., KATO, M. A. (Org.) *Português brasileiro:* uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

RODRIGUES, R. N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

ROMERO, S. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, T. *Vários escritos.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

ROQUETTE PINTO, E. *Rondônia.* 5.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1950.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social ou princípios do Direito Político.* l.ed. 1762. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

SALLES GOMES, P. E., GONZAGA, A. *70 anos de cinema brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1966.

SANTIAGO, S. *Nas malhas da letra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHELLING, V. *A presença do povo na cultura brasileira.* Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Unicamp, 1990.

SCHWARCZ, L. M. O *espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S. (Org.) *Estado Novo:* um auto-retrato. Brasília: Editora da UnB, 1983.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão.* Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

________. *Orfeu estático na metrópole.* São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, M. C. A *Revista do Brasil:* de Monteiro Lobato a Chateaubriand. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* v.349, p.61-73, 1985.

SKIDMORE, T. *Preto no branco.* Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, N. L. *Gênese e evolução da ciência brasileira.* Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. São Paulo: Artenova, 1976.

______. *The Hour of Eugenics.* Race, Gender and Nation in Latin American. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

STOCKING JUNIOR, G. W. *Race, Culture and Evolution.* Essays in the History of Anthropology. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

SUSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras.* Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TELES, G. de M. (Org.) *Tristão de Athayde.* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, Brasília: INL, 1980.

TOCQUEVILLE, A. de. *Correspondence d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobineau.* 4.ed. Paris: Gallimard, 1959. (Oeuvres Completes, v.9).

TODOROV, T. *Nós e os outros. A* reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.

TOPINARD, P. L'*Anthropologie.* 3.ed. Paris: C. Reiwald, 1879.

________. *Eléments d'Anthropologie générale.* Paris: Adrien Delahaye et Émile Lecrosnier, 1885.

TORRES, A. *A organização nacional.* 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1933.

TRAVASSOS, N. P. *Pequena história de Empresa Gráfica Revista dos Tribunais.* São Paulo: Clube do Livro, 1971.

________. *Minhas memórias dos Monteiros Lobatos.* São Paulo: Clube do Livro, 1974.

VENTURA, R. *Estilo tropical.* História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, J. *História da Literatura Brasileira. 5.ed.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

VILHENA, C. P. de S. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil Republicano. *Revista da Faculdade de Educação,* v.19, n.l, p.79-96, 1993.

MARTIUS, K. F. P. von. Como escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* v.6, n.4, p.401-20, 1844.

SOBRE O LIVRO

Coleção: Prismas
Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23 x 43 paicas
Tipologia: Classical Garamond 10/13
Papel: Offset 75g/m^2 (miolo)
Cartão Supremo 250 g/m^2 (capa)
1ª *edição:* 1999

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica
Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto
Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)
Fábio Gonçalves (Preparação de Original)
Luicy Caetano de Oliveira (Revisão)

Editoração Eletrônica
Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)
José Vicente Pimenta (Edição de Imagens)
Duclera Gerola Pires de Almeida (Diagramação)

tando o caráter excludente dessa visão, afirma a autora que "é possível acompanhar os passos dessa construção mitológica que atribui ao Estado [de São Paulo] toda e qualquer positividade contida na idéia de Brasil".

O livro de Tania de Luca é uma notável contribuição para pensar a cultura e a política brasileiras no século XX. Com rigor e erudição, agudeza e finura, os temas trabalhados ganham abrangência e profundidade. É um enorme prazer acompanhar um trabalho desta qualidade que demonstra como a historiadora, bem amparada em documentos e instrumental teórico, honra seu ofício.

Maria Lígia Coelho Prado
Departamento de História
Universidade de São Paulo

Tania Regina de Luca nasceu em 1957 e formou-se em História na Universidade de São Paulo. Nesta instituição obteve os títulos de Mestre e de Doutora em História Social. Integra o corpo docente dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Publicou artigos em revistas especializadas; capítulos no livro *Social Security Mutualism*. The Comparative History of Mutual Benefit Societies (Peter Lang) e o livro *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo* (Contexto, CNPq). Com Inês Inácio escreveu *O pensamento medieval* (Ática) e *Documentos do Brasil Colonial* (Ática). Atualmente pesquisa a produção cultural brasileira nos anos 30.

Capa: Biotônico Fontoura. Anúncio, *RBR*, n.86.

Este livro é muito mais que uma análise sobre a *Revista do Brasil*. Com competência e erudição, a autora estabelece um diálogo crítico com Monteiro Lobato, com o regionalismo paulista, com as propostas de construção da Nação e com os ideais eugênicos, desvendando as articulações entre cultura e política no Brasil dos anos 10 e 20.

ISBN: 85-7139-215-3
9788571392151